UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GILBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2018

RODRIGUES, G.O. Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical
e colônias de férias (VERSÃO CORRIGIDA)

SÃO PAULO

2018

GILBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias
(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia do Turismo

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R696f Rodrigues, Gilberto
 Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação
 entre turismo sindical e colônia de férias / Gilberto
 Rodrigues ; orientadora Rita Crus. - São Paulo, 2018.
 298 f.

 Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Geografia. Área de
 concentração: Geografia Humana.

 1. GEOGRAFIA DO TURISMO. 2. SINDICALISMO. 3.
 FASCISMO. 4. TURISMO SINDICAL. 5. TURISMO SINDICAL.
 I. Crus, Rita, orient. II. Título.

RODRIGUES, Gilberto de Oliveira

Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias
(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.(a). Dr.(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a). Dr.(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a). Dr.(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meu pai (*in memoriam*) e a meu filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os trabalhadores de todos os tempos e de todo o planeta, estando eles no Brasil, na China, em Portugal, na Bolívia, na Síria, na Venezuela, na Palestina, em Angola, em Moçambique ou em qualquer outro lugar, porque o trabalho de cada um deles foi-me essencial à vida material e espiritual. A estas gerações presentes e passadas de trabalhadores eu verdadeiramente agradeço e que, se eu pudesse, aqui nomearia a todos. E, agradeço também e especialmente, a uma trabalhadora que sempre esteve próxima e cujo a grandeza do trabalho serviu-me de imprescindível apoio, não apenas intelectual, mas principalmente moral e, esta sim, posso e devo nomear: Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Será que vivemos nós os proletários, será que vivemos? Será que os fracos remédios que tomamos não seria a doença que nos corrói?

Guy Debord

RESUMO

RODRIGUES, G.O. **Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2018.

Esta dissertação analisa o chamado “turismo sindical” por meio de uma abordagem teórica, histórica e conceitual. O turismo sindical por meio de colônias de férias de entidades sindicais e associativas de trabalhadores do setor público e privado são um meio de hospedagem que surge na Era Vargas e se desenvolve até os dias de hoje, alcançando seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970, especialmente após o golpe militar de 1964. A ação efetiva do Estado, especialmente em tempos de regimes autoritários, não se limitou a um arcabouço jurídico-normativo (intervenção por regulação), mas estendeu-se a uma efetiva implementação das colônias de férias e do turismo sindical (intervenção por participação). Tudo isso ocorre concomitantemente a uma nova divisão internacional e territorial do trabalho que vai tornando o capitalismo hegemônico como modo de produção global e universal. A exigência do constante desenvolvimento das forças produtivas não se limita ao ambiente fabril, devendo atingir a inteira cotidianidade da classe trabalhadora. Por isso tempo de trabalho e tempo livre são meticolosa e estrategicamente organizados, geridos e fiscalizados, não pelos trabalhadores, mas pelos capitalistas e pelo Estado. Todo esse processo não ocorre de maneira localizada, pois, por ser um processo geral do capital, ocorre em escala planetária. O turismo sindical e as colônias de férias são uma pequena, mas importante fração deste processo que organiza as condições gerais da produção e desenvolve as forças produtivas. O materialismo histórico e dialético sustenta o caminho analítico escolhido.

Palavras chaves: turismo sindical, colônia de férias, luta de classes.

ABSTRACT

RODRIGUES, G.O. **Fascism and tourism: reflections on the relationship between trade union tourism and holiday colony**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2018.

This dissertation analyzes the so-called "trade union tourism" through a theoretical, historical and conceptual approach. Trade union tourism through holiday colonies of trade unions and associations of workers from the public and private sector are a means of lodging that emerges in the Vargas Era and develops until today, reaching its apogee in the 1960s and 1970s, especially after the military coup of 1964. The effective action of the State, especially in times of authoritarian regimes, was not limited to a legal-normative framework (intervention by regulation), but extended to an effective implementation of the holiday colonies and trade union tourism (intervention by participation). All of this takes place concomitantly with a new international and territorial labor's division that makes hegemonic capitalism as a global and universal way of production. The demand for the constant development of the productive forces is not limited to the factory environment, and must reach the whole day-to-day of working class. Therefore, working time and free time are meticulous and strategically organized, managed and supervised, not by the workers, but by the capitalists and the State it self. All this process does not occurs in a localized way, because, being a general process of capital, it occurs on a planetary scale. Trade union tourism and holiday colonies are a small, but important part of this process that organizes the production's general conditions and develops the productive forces. Historical and dialectical materialism supports the analytical path chosen.

Key words: trade union tourism, holiday colony, class struggle.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das colônias de férias do Estado de São Paulo por municípios.....	66
Tabela 2 - Total de hotéis e flats no Brasil	70
Tabela 3 - Sindicatos, urbanos e rurais, por tipo, segundo as Grandes Regiões e serviços prestados e atividades oferecidas aos associados ou aos funcionários das empresas associadas pelos sindicatos – Brasil – 2001 (Exclusivamente colônias de férias.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Colônias de Férias na Baixada Santista (SP)	67
Quadro 2 - Distribuição das colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores dos setores público e privado pelo território brasileiro.....	74
Quadro 3 - Síntese cronológica do Turismo Social no mundo.....	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Colônia de férias do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo (Praia Grande – SP).....	45
Figura 2 - Colônia de Férias do Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região (Peruíbe – SP).....	46
Figura 3 - Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Abrasivos, Material Plástico, Tintas e Vernizes de Guarulhos e Mairiporã (Caraguatatuba- SP).....	47
Figura 4 - Colônias de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba (Praia Grande- SP).....	48
Figura 5 - Colônia de férias do Sindicato dos Padeiros de São Paulo (Caraguatatuba – SP).....	49
Figura 6 - Colônia de férias do Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região (Ilha Comprida – SP).....	50
Figura 7 - Colônia de férias (Unidade de Lazer) da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP (Guarujá – SP).....	51
Figura 8 - Colônia de Férias dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos (Campo Limpo Paulista – SP).....	53
Figura 9 - Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí - SINMGRA (Campão da Canoa – RS).....	54
Figura 10 - Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentos Preparados e Bebidas a Varejo de Santo André, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires (Peruíbe – SP).....	55
Figura 11 – O Colossos de Prora (Alemanha).....	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. A ILUSÃO NA PAISAGEM: UMA ALUSÃO AO ESPAÇO.....	21
1.1. O objeto da ilusão: o que são colônias de férias.....	25
1.2. Dando contornos à ilusão.....	28
1.3. O tempo e o local da ilusão: análise histórico espacial das colônias de férias dos trabalhadores no Brasil, com ênfase no Estado de São Paulo...	34
1.3.1. A ilusão turismo.....	35
1.3.2. A ilusão colônia de férias	40
2. TURISMO SINDICAL E COLÔNIA DE FÉRIAS: GÊNESE E GENÉTICA.....	87
2.1. Um parêntese necessário.....	87
2.2. Apontamentos históricos, espaciais e conceituais sobre turismo sindical e colônias de férias de trabalhadores.....	91
2.2.1. Aprofundando os conceitos de turismo social e turismo sindical.....	135
2.3. Pós 1945: Geografia do Turismo sindical: da foto ao fato.....	177
3. TURISMO SINDICAL: QUE NEGÓCIO É ESSE? UMA DISCUSSÃO SOBRE ÓCIO, TEMPO LIVRE E LAZER	220
3.1. Proposta de um conceito para turismo sindical.....	250
CONCLUSÃO.....	265
REFERÊNCIAS	274
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	279
APÊNDICE ÚNICO.....	287
ANEXO ÚNICO.....	296

FASCISMO E TURISMO: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TURISMO
SINDICAL E COLÔNIA DE FÉRIAS

INTRODUÇÃO

As colônias de férias são um objeto espacial de uso turístico muito pouco conhecido, não só em aparência, mas também, e principalmente, em essência, tanto pela chamada Geografia do Turismo, quanto pelo Turismo enquanto campo disciplinar. Na verdade, mais desconhecidas ainda são as relações históricas, sociais e espaciais que as engendram, e foram estas relações que buscamos compreender, por isso a pesquisa centra-se mais nos sujeitos e não tanto os objetos.

Engels, em “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, afirmou:

Fundamentado na concepção materialista, o fator determinante, em última instância, na história é a produção e a reprodução da vida imediata que, no entanto, se apresentam sob duas formas. De um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para isso. De outro lado, a produção do mesmo homem, a reprodução da espécie.¹

Fica claro, com base no autor, que, “em última instância” o fator determinante na história é a produção e a reprodução da vida imediata. Por outro lado, subentende-se que não há uma única instância a determinar a história; existem também outras instâncias, embora, na base de todas estas, esteja aquela. E é a partir desta premissa que Engels, cientificamente, explica a família, a propriedade privada e o estado. A mesma premissa é que dá o oriente a toda esta dissertação. Ao considerarmos o lazer, o tempo livre, o turismo e, portanto, as colônias de férias como resultados de uma história e de um espaço material, almejamos a compreensão dialética deste processo, que também é dialético e contraditório.

Sendo o trabalho central, nesta centralidade também se encontra o sujeito principal desta dissertação, o trabalhador. Trabalhador genérico, ser genérico que representa todos os gêneros, todos os fenótipos, todas as culturas, todas as religiões – e, por que não dizer também, todos os esteriótipos impostos, autoimpostos e, tantas vezes, sobrepostos – portanto, o trabalhador que, a par de suas tantas diferenças – inclusive nas diferentes

¹

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Escala, 2009, p.13.

formas em que é explorado, oprimido e violentado em razão de gênero, fenótipo, cultura, religião, etc – integra, inexoravelmente, uma classe, a classe dos trabalhadores.

Uma classe só existe em contraste com outra. No capitalismo a classe trabalhadora, a classe produtiva, contrasta com a classe improdutiva, a classe dos capitalistas. As classes, historicamente, lutam entre si. Portanto, é sob a luz desta luta histórica que buscamos entender as colônias de férias e propor um conceito de turismo sindical.

Esta pesquisa partiu da seguinte problemática: as colônias de férias instituídas e geridas por sindicatos e associações de trabalhadores dos setores público e privado são um meio de hospedagem turística que se materializam no espaço e condicionam o tempo chamado “livre” e o lazer da classe trabalhadora. Assim, definimos como problemas de pesquisa: sob a ótica da luta de classes, por que e como se materializou este objeto espacial? E, por que e para quem, estes tempos ditos livres e estes lazers foram condicionados? Estas são, aparentemente, as perguntas principais desta dissertação. Porém, a partir destas, emergiram outras perguntas, tão importantes quanto aquelas, como, por exemplo, qual a razão da organização do movimento sindical não só no Brasil, como no mundo todo, em face aos capitalistas? Qual a influência dos regimes fascistas sobre a organização sindical e, conseqüentemente, sobre o turismo sindical e as colônias de férias?

A partir daí, definimos como objetivo geral compreender e expor a dinâmica histórico-espacial em seu principal movimento, a luta de classes, produtora, em primeira e última instância, do turismo sindical e das colônias de férias.

O caminho investigativo foi assentado em trabalho de gabinete, envolvendo leituras, fichamentos e pesquisas na Internet. Esclarecemos, desde já, a escassez bibliográfica e de pesquisas acerca do tema proposto por esta dissertação.

No que tange ao caminho teórico-metodológico, como anunciado no resumo, fundamo-nos não na aparência nem nos discursos sobre discursos tão comuns na produção acadêmica, especialmente na literatura sobre turismo, comumente entusiasta ímpar sobre as “maravilhosas” possibilidades oriundas do desenvolvimento turístico, ainda que “sustentável”. Tentamos buscar a essência e percebemos que teríamos maior chance de encontrá-la através do materialismo histórico-dialético. Autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Georg Lukács, Mário Pedrosa, João Bernardo, Ruy Moreira, Ricardo

Antunes, Giovanni Alves, entre outros, foram essenciais nesta busca. Como resultado, o entusiasmo se esvai sob a luz da razão, que revela a exploração, a desigualdade, a opressão e, acima de tudo, a ilusão que intensamente reveste o campo teórico e prático do turismo. Ilusão tão profunda, que nega ou que pouco reconhece as influências sutis, veladas ou escancaradas dos fascismos – “puros” ou disfarçados de liberalismos – sobre o tempo livre e o lazer da classe trabalhadora de todos os tempos e de todos os lugares. Por isso as reflexões sobre as relações entre fascismo e turismo para, assim, buscarmos alguma compreensão sobre turismo sindical e colônia de férias.

O primeiro capítulo discorreu sobre conceitos diretamente relacionados ao turismo e buscou conceituar e apresentar as colônias de férias enquanto objeto espacial, não de maneira apenas descritiva, mas de modo crítico e racional, para que, na sequência da dissertação, as relações sociais conflitivas e contraditórias pudessem emergir e ser apresentadas. Faz-se um breve, mas fundamental apanhado da espacialização das colônias de férias sobre o território brasileiro, que revela as similitudes entre a divisão territorial do trabalho e a distribuição das colônias de férias pelo Brasil.

O segundo capítulo teve a intenção de localizar no tempo e no espaço a luta de classes que permitiu as condições históricas e sociais do surgimento do turismo sindical e das colônias de férias, problematizando, especialmente, a influência fascista sobre estes fenômenos. Tem especial destaque a chamada Era Vargas e o Golpe de 1964, momentos estes cruciais para as divisões internacional e territorial do trabalho e no desenvolvimento das forças produtivas e, por consequência, para a luta e organização da classe trabalhadora.

O terceiro e último capítulo, tem um caráter mais sociológico desta realidade histórica e espacial do turismo sindical e das colônias de férias e objetivou compreender, mais especificamente, a hodierna aparente contradição entre o tempo e o mundo do trabalho e o ócio, o tempo livre e o mundo do lazer. As condições gerais da produção ganham especial destaque para explicar o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o próprio turismo sindical. Por fim, propõe-se um conceito para o turismo sindical.

O título desta dissertação, “Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias”, nos parece ir ao encontro tanto no que se refere ao problema de pesquisa, quanto ao seu objetivo, conforme se pode depreender na redação dos capítulos que a compõe, bem como, da conclusão que se apresenta. O verbo relacionar,

substantivado no título, é uma espécie de amálgama, palavra que o Dicionário Aurélio define como “mistura de elementos diversos que contribuem para formar um todo”.² Portanto, palavras como fascismo, tão diversa de turismo, turismo sindical, colônia de férias, são aqui refletidas, ou seja, são reflexões desta dissertação, não como meras palavras encerradas em si mesmas, mas como conteúdos de relações sociais que refletirão no espaço e na Geografia, formando assim, um todo complexo, conflituoso e contraditório.

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005, p. 115.

1. A ILUSÃO NA PAISAGEM: UMA ALUSÃO AO ESPAÇO

Algumas escolas do pensamento geográfico vão definir a Geografia como o “estudo da paisagem”. Para estas, “a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real. A paisagem, posta como objeto específico da Geografia, é vista como uma associação de múltiplos fenômenos, o que mantém a concepção de ciência de síntese, que trabalha com dados de todas as demais ciências”³.

Colônia assim é definida pelo dicionário etimológico da língua portuguesa: “colônia sf. ‘grupo de migrantes’, ‘possessão, domínio’. Do latim *colōniā*”⁴, ou ainda: “Do Latim COLONIA, “terra com gente instalada, granja”, de COLONUS, “pessoa instalada numa nova terra”, de COLERE, “habitar, cultivar, respeitar, guardar”⁵. Já o dicionário Aurélio define colônia como: “1. Grupo de pessoas que se estabelecem em terra ou região estranha. 2. Lugar onde se estabeleceu um desses grupos. 3. Região pertencente a um Estado e fora de seu âmbito geográfico principal; posseção. 4. Biol. Conjunto de organismos da mesma espécie e que vivem juntos”⁶.

Uma palavra sempre carrega um sentido, uma ideia, ainda que múltiplas possa ser sua significação. Mesmo que o significado original de uma palavra sofra alteração no tempo, ela mantém algum vínculo com os sucessivos significados ao longo da história. O termo colônia, e seus derivados, é uma palavra que mantém esta força histórica e que sempre teve um vínculo muito estreito com a Geografia:

“Todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com o intuito de incorporá-lo à sua área de habitação. (...) A colônia representa, em si, a internalização do agente externo, que passa a atuar como elemento de estruturação interna daquela localidade. (...) Assim, a colônia corresponde à existência de uma metrópole, que

3 MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1984, p.14.

4 CUNHA, Antônio Geraldo da; SOBRINHO, Cláudio Mello. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013, p.162.

5 ORIGEM DA PALAVRA - SITE DE ETIMOLOGIA. Disponível em <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/colonia/>>. Acesso em 27ago. 2017.

6 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005, p. 246.

atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador.”⁷

Nenhum dicionário poderia ter conceituado melhor a ideia de colônia. Ainda que o excerto acima mencionado tenha sido elaborado para referir-se a um outro contexto, ele pode muito bem ser utilizado para explicar as colônias de férias, o que será feito no decorrer desta dissertação. Porém, podemos adiantar que este objeto espacial que se apresenta na paisagem, a colônia de férias, seja ela de trabalhadores ou patrões (ou seja, um “grupo humano”), indubitavelmente, são expansões territoriais⁸ de suas respectivas entidades representativas, e neste processo de expansão, cada qual entidade leva consigo para as localidades “colonizadas”, em maior ou menor grau, suas identidades coletivas, posto que, em geral, estas colônias de férias são “batizadas” segundo as categorias que representam.

As colônias de férias, assim como as colônias de migrantes, as colônias penais, colônias de pescadores, etc., são “aspectos visíveis do real”, “terra com gente instalada”, “conjunto da mesma espécie e que vivem juntos”..., ou seja, ocupam um lugar no espaço e fazem parte das “paisagens”. Mas se isso diz alguma coisa, diz muito pouco. A paisagem é só uma das dimensões geográficas. “(...) A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (...)”⁹. A paisagem, embora componha o espaço, embora faça parte de sua natureza, com ele não se confunde: “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”¹⁰.

7 MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil, 2ª Edição, Annablume, SP, 2005, p. 63. In: AMBROZIO, Júlio César Gabrich. O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 127.

8 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Inciso II, do Artigo 8º, diz: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”(BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>, acesso em 03/09/2017.). As colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores ou patrões, via de regra, costumam se localizar em municípios e estados diversos daqueles de suas respectivas sedes. Além disso, embora as colônias de férias tenham como pressuposto o lazer de seus associados, quem determina as condições de funcionamento destas colônias, como a própria organização e, principalmente, a “regulamentação” não só dos lazeres, mas dos “tempos livres”, são as sedes sindicais.

9 SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, v. 1, 1996, p. 66.

10 Ibid. loc. cit..

As Colônias de férias¹¹, mais especificamente, as colônias de férias construídas e geridas por sindicatos e associações de trabalhadores, embora certamente sejam passíveis de serem “abarcadas com a visão” (Santos, 1996), quase nenhum olhar tem recebido da Geografia (e não só dela...), nem mesmo se consideradas sob o aspecto de mera paisagem ou de sua descrição. As colônias de férias são obras do trabalho humano, e não de “aranhas” ou “abelhas”... por mais que as obras destas possam envergonhar os “arquitetos” humanos... pelo menos é isso o que, inicialmente, nos sugere o pensamento de Marx. Por pior que seja a obra de um arquiteto humano, diz Marx, a distinção entre este e as abelhas, “(...) é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com cera”¹². O que se passa na mente daqueles que arquitetaram e construíram as colônias de férias (talvez mais importante fosse perguntar o que não se passa naquelas mentes e, também, nas nossas...¹³), um tipo de elemento no espaço que, seguindo a linha de raciocínio de Ruy Moreira, “jamais seria um objeto espacial encontrado na paisagem de uma formação econômico-social feudal”¹⁴? Começa aqui a surgir questões e informações pertinentes e imprescindíveis às colônias de férias: “(...) por detrás de todo o arranjo

11 Outras modalidades de colônias de férias existem, tanto como objeto material – físico, espacial – como objeto subjetivo – atividade. Como materialidade, existe uma variedade enorme de colônias de férias patronais, como, por exemplo, as colônias do SESC espalhadas por todo o Brasil. Como subjetividade, existem as atividades “colônia de férias”, conjunto de planejamento e ações voltadas principalmente para crianças no período de férias e que podem ser exercidas nos mais diversos espaços. Este ponto será mais aprofundado no decorrer desta dissertação.

12 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 255.

Neste sentido, para uma melhor contextualização e compreensão é prudente ampliar o excerto: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais. Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”. (Op. cit. p 255/256).

13 Muito do que se passa em nossas mentes e daquilo que acreditamos ser oriundo de nossas vontades, pode ser motivado por uma consciência aparente, pois em essência, talvez já se encontre historicamente determinado: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, Karl. O 18 de brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011, p.25). As colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores não fogem a este pesadelo. Se por um lado são a vontade humana materializada pelo trabalho, este trabalho é, ao mesmo tempo condicionado pelo modo de produção e suas relações sociais do momento histórico em que se encontra inserido.

14 MOREIRA, Ruy. Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Vozes, 1982, p 37.

espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente, são relações de classes¹⁵.

Nunca é demais lembrar (e relembrar tantas quantas vezes forem necessárias¹⁶): “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”¹⁷. Assim sendo, para a compreensão do espaço, e, por consequência, de seus objetos (neste caso, colônia de férias), é fundamental e indispensável que dois processos se articulem: os processos de “produção social e o de controle de suas instituições e relações de classes”¹⁸. Colônias de férias fundadas por sindicatos e associações de trabalhadores e, também, aquelas constituídas pelas organizações sindicais da classe patronal – importante perceber que a existência de sindicatos de trabalhadores e patrões, para defesa dos interesses conflituosos de cada um dos lados, só pode evidenciar uma coisa: a existência de uma luta, a qual se manifesta em uma de suas formas, a sindical, o que refuta, assim, empírica e teoricamente, a afirmação daqueles para os quais a luta de classes e as próprias classes não mais existem – estão, portanto, inseridas num contexto social específico, num determinado modo de produção: “(...) o arranjo espacial, na verdade, numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classes da formação econômico-social”¹⁹.

A existência de colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores, embora amplamente ignoradas na pesquisa e na literatura geográfica, mesmo tendo uma presença histórica e geograficamente marcante na paisagem, como se demonstrará no decorrer desta dissertação, “sugere revelações sobre o grau de relacionamento do homem

15 MOREIRA, Ruy. Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Vozes, 1982, p. 35.

16 Infelizmente o pensamento geográfico, de um modo geral – assim como grande parte das demais ciências humanas e a quase totalidade das outras ciências – pouco ou nenhuma consideração tem com este conceito fundante da história e, por que não dizer, da produção do espaço e, portanto, da Geografia. A luta de classes, em nossa opinião, é fundamental para se explicar as gêneses, os processos e as funções espaciais, todos estes, socialmente erigidos. Sem esse postulado é inviável uma aproximação com a totalidade – pois da totalidade somente parece possível a aproximação... – originando assim um saber que, além de fragmentado, é acima de tudo alienado e estranho, não propriamente no sentido dado por Marx da alienação e estranhamento do e no trabalho, mas num sentido similar, de que o saber que deveria ser genérico ou universal, quando produzido de modo parcelado, fragmentado, se aliena e se estranha de e em si mesmo... Seria importante à Geografia uma reformulação de parte de seus pressupostos, resgatando e colocando no centro de suas discussões a luta de classes, tal como fez o precursor do marxismo, como bem nos ensina Francisco de Oliveira: “(...) Marx opera o deslocamento da economia política para a luta de classes, segundo ele a chave para a compreensão da sociedade, particularmente a sociedade capitalista (...)”. (Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/03/18/lancamento-boitempo-o-capital-livro-1-de-karl-marx/>>, acesso em 01/09/2017).

17 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. Boitempo Editorial, 2016, p. 40.

18 MOREIRA, Ruy. Op. cit. loc.cit.

19 Ibid. p. 36.

com seu meio físico (...), por refletir determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas (...), por outro lado seu significado e papel na dinâmica do espaço só podem ser apreendidos na medida em que se distingam as relações sociais que a originaram e a comandam (...)"²⁰.

Ante tudo que foi preliminarmente exposto aqui, não podemos nos esquecer que, além de outros qualificativos e funcionalidades, as colônias de férias não deixam de ser objetos e, como objetos, precisam ser apresentadas como tais, inclusive em termos quantitativos. Se faz necessário, portanto, que se dê forma a este objeto espacial, neste momento.

1.1. O objeto da ilusão: o que são colônias de férias?

Inicialmente cabe ressaltar que a expressão “colônia de férias” como objeto de estudo tem produzido raras pesquisas e em pouquíssimas disciplinas. Conquanto tivesse potencial muito interessante e, até mesmo, uma necessidade ampla e profunda de análise pelas mais variadas disciplinas (Arquitetura, Engenharia, Turismo, Direito, Economia, Geografia – incluindo-se aí, Geopolítica, etc.), quase nada se tem de reflexão neste sentido, muito menos qualquer sistematização ou metodologia de estudo ou conceituação. Também neste sentido, outros pesquisadores corroboram com esta constatação, como se depreende do excerto de um artigo, publicado em 2014, a seguir exposto:

“A busca por referências e experiências sistematizadas sobre Colônia de Férias permite inferir sobre a escassa produção no tema, embora se deva destacar a importante contribuição desenvolvida por Silva (2003; 2008; 2012), dedicando respectivamente à monografia de graduação, o mestrado e a organização de um livro a esta temática. Assunção (2004) também adverte sobre as raras publicações sobre Colônias de Férias em instituições públicas, mesmo com ampla realização em prefeituras, universidades, entre outras instituições.”²¹

20 MOREIRA, Ruy. Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Vozes, 1982, p. 38.

21 DUARTE, Renata Nascimento; MARIN, Elizara Carolina; IVO, Andressa Aita. COLÔNIA DE FÉRIAS COMO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. BIOMOTRIZ, v. 8, n. 2, 2015, p. 2. Disponível em <http://177.101.254.123/index.php/BIOMOTRIZ/article/viewFile/859/pdf_>. Acesso em 01 set. 2017.

Entre o parco material literário disponível, encontramos o livro “Colônia de Férias – organização e administração”, de Jorge Steinhilber, que é referenciado em boa parte das poucas pesquisas que versam sobre o tema colônia de férias. Este autor destaca duas concepções básicas para o emprego do termo colônia de férias:

Encontramos, basicamente, dois “tipos” de Colônia de Férias:

Uma é apenas uma instalação, outra é um programa.

A primeira é constituída de instalações próprias, com locais para a prática de atividades lúdicas e desportivas, geralmente sem orientação específica nessas instalações. Pertencem a empresas, associações e sindicatos. Temos como exemplo a Colônia de Férias dos funcionários da Light.

A segunda é o programa propriamente dito, denominado Colônia de Férias que, tradicionalmente é compreendido como o conjunto de atividades desenvolvidas em determinado local, por um número considerável de crianças, durante o período das férias escolares, dentro de uma organização especificamente estruturada para esse fim e sob a orientação de professores especializados.²²

Assim, a primeira acepção do termo “colônia de férias” está mais diretamente ligada à sua constituição espacial, física (o que, segundo o entendimento do autor acima citado, colônias de férias, nesta situação, seriam “apenas” uma “instalação”... mas se isso já não bastasse, quantos não são os geógrafos que também assim a consideram...?), sob os auspícios, neste caso, de sindicatos e associação de trabalhadores, além de organizações com o mesmo fim, mas de caráter patronal. O segundo diz respeito à utilização “colônia de férias” como atividade no setor²³ do lazer, em particular no campo da recreação e, mais especificamente, no campo da recreação infantil.

Se faz necessário um pouco mais de aprofundamento, ainda que breve, da diferenciação entre colônia de férias atividade e colônia de férias objeto espacial, posto que é sobre esta última que se trata esta dissertação, e não sobre aquela.

22 STEINHILBER, Jorge. “Colônia de férias: organização e administração.” Rio de Janeiro: Sprint, 1995, p.3.

23 Empregamos aqui o termo “setor” em sentido amplo, pois este se refere tanto a lazer como objeto de estudos acadêmicas e às disciplinas que com ele se envolvem, como setor de produção efetiva.

Se, no Brasil, colônia de férias tem duplo sentido, ora significando objeto especial, ora atividade, em Portugal, como em outros países, parece predominar o segundo sentido. Um exemplo ilustrativo a esse respeito foi encontrado no “Guião Técnico de Colónia de Férias - Elaborado pela Direção-Geral de Ação Social, dezembro de 1996” da Segurança Social de Portugal (uma espécie de INSS português), cujos excertos reproduzimos logo abaixo:

NORMA II - Conceito

1) Colónia de férias é uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores (p.7)

(...)

NORMA VII - Funcionamento

1) Aspectos Gerais

O funcionamento da colónia de férias deve processar-se por períodos não inferiores a uma semana; (p.9)

(...)

NORMA IX - Funções do pessoal

Adjuncto do director

Programar com o monitor/animador previamente ao início da colónia de férias, as actividades a realizar de acordo com o enquadramento geográfico do imóvel, o local de origem, a idade e os interesses dos utilizadores; (p.12) ²⁴

Consultando o artigo de André Dalben, juntamente a outras tantas consultas na internet, depreendemos que na França, o sentido de colônia de férias enquanto conjunto de atividades, especialmente para crianças, também prevalece, e lá se denominam “colonies de vacances”, assim como nos Estados Unidos, onde se usa a expressão

24 PORTUGAL. Segurança Social. Disponível em
 <http://www.segsocial.pt/documents/10152/51554/Colonia_ferias/9c63968e-2bab-4a52-ba46-126d1dbdc977>. Acesso
 em 02 de set. 2017.

“holidays camps”, sendo que em ambos casos, as colônias de férias seriam algo mais próximo à acampamentos de férias. No caso de países de língua espanhola, o referido autor, utilizando o Uruguai como exemplo, menciona o termo “Colonia Escolar de Vacaciones”²⁵. Este é um dado importante, pois em espanhol também encontramos a mesma correspondência, na maioria dos casos, entre os termos “colônia de férias” e “colônia de vacaciones”, não como atividades, mas como objetos espaciais, que se trata do objeto de análise desta dissertação.

Delineou-se, ante o exposto, parte do que não é objeto de nossa pesquisa: as colônias de férias como atividade. Agora se faz necessário que, lembrando Jorge Steinhilber, aquilo que é “apenas instalação” (ou “apenas doce ilusão”), a colônia de férias, vá tomando contornos que superem seu *status quo* de elemento da paisagem, para se apresentar como objeto espacial oriundo do trabalho, em suas contradições e conflitos, de trabalhadores e para trabalhadores, e, como veremos, para o trabalho.

1.2. Dando contornos à ilusão.

Para se produzir espaço e, portanto, para se fazer história, posto que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (ela, sempre ela...), é imprescindível que se distinga as colônias de férias planejadas, construídas e geridas por sindicatos, associações, federações e confederações de trabalhadores, daquelas colônias de férias planejadas, construídas e geridas por sindicatos, associações, federações e confederações empresariais.

Muito se fala dos direitos trabalhistas e das organizações dos trabalhadores, de sua gestão e manutenção, na maioria das vezes, de maneira superficial, acrítica e, acima de tudo parcial. Nos meios hegemônicos de produção de informação, saber e cultura, que nunca estão nas mãos dos trabalhadores, o discurso é praticamente uníssono: a legislação trabalhista e sindical é um atraso ao desenvolvimento econômico não só no Brasil, mas no mundo. Mas, ao menos no Brasil, a legislação que regula os direitos e a organização

25 DALBEN, André. As colônias de férias como objeto de pesquisa da história da educação na América do Sul. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/AS%20COLONIAS%20DE%20FERIAS%20COMO%20OBJETO%20DE%20PESQUISA.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2017.

sindical dos trabalhadores é a mesma que regula os direitos e a organização sindical empresarial. Todavia não encontramos literatura que critique ou conteste o lado oposto desta luta.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e promulgada pelo Presidente (não eleito, tendo chegado ao poder através de um, na verdade, dois golpes de Estado) Getúlio Vargas, ao contrário do que o senso comum propala, regula não apenas os direitos dos trabalhadores, mas, também as relações trabalhistas e, portanto, dispõe sobre os direitos patronais:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.²⁶

Embora a CLT use pouquíssimas palavras para prescrever parte dos direitos patronais, estas poucas palavras simbolizam um poder enorme do empregador, pois admitir e assalariar um trabalhador significa que a realização de um trabalho se dará pela vontade não daquele que tem a necessidade de vender a única mercadoria que lhe pertence, sua força de trabalho, mas daquele que detém os meios de produção onde esta força será despendida. Mas não é só isso. Este poder do empregador não recai apenas sobre a força de trabalho do trabalhador, mas também sobre a própria pessoa física do trabalhador, já que o empregador é quem “dirige a prestação pessoal de serviço”.

26 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

Se, como regra, a qual comporta as exceções legalmente previstas, a C.L.T prevê, como direito dos trabalhadores, jornada máxima de oito horas diárias, concede ao empregador o direito de estipulá-las ao seu bel prazer (salvo as disposições legais em contrário). Noutras palavras, o trabalhador não perde somente o produto de seu trabalho e seu próprio trabalho e, portanto, seu tempo e o poder sobre seu tempo, inclusive no tempo que não estiver contratualmente estipulado pelo patrão...

Art. 61 - Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto²⁷

... mas perde, diretamente, o poder sobre seu próprio corpo, onde e quando estiver trabalhando e, indiretamente, quando estiver se produzindo e reproduzindo como mão de obra para o mercado de trabalho, conforme iremos discutir mais profundamente nesta dissertação.

Mas a CLT ainda versa sobre um ponto capital não só para se discutir colônia de férias, mas para a discussão da Geografia do Turismo como um todo, conforme se depreende do enunciado do seguinte artigo: “Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”²⁸. A CLT aperfeiçoa ainda mais esta prerrogativa patronal: “Art.136 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador”²⁹. Ou seja, por outras palavras, o direito de gozo de férias do trabalhador se realiza tão somente segundo a vontade do empregador, e não segundo a sua vontade ou pedido. A ilusão começa a tomar forma e sua doçura começa a amargar.

A CLT não se limitou a regular as relações de trabalho. Procurou também disciplinar a organização sindical, tanto de trabalhadores, quanto de empregadores:

27 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

28 Loc. cit.

29 Loc. cit.

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.³⁰

A legislação brasileira, então posta e ainda em vigor, no disciplinamento e na institucionalização das normas e das organizações sindicais buscou abarcar os dois agentes em conflitos para ser uma mediadora aparentemente imparcial, mas suas proposições têm um alcance mais profundo e complexo,

O discurso empresarial, da grande imprensa e da maioria da classe política, quase consensual contra as leis trabalhistas e contra a organização sindical previstas na CLT, centrava, enérgica e ferozmente, suas críticas principalmente no recentemente extinto imposto sindical obrigatório. Mas ao promoverem este discurso, tentam fazer crer que os beneficiários do referido imposto eram apenas as organizações sindicais dos trabalhadores. Ledo e perverso engano, pois como os patrões também se organizam em sindicatos na forma prevista pela CLT, os ônus e os bônus, formalmente, ressalte-se, são os mesmos para a classe trabalhadora e a classe patronal:

Art. 548 - Constituem o patrimônio das associações sindicais:

a) as contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, sob a denominação de imposto sindical, pagas e arrecadadas na forma do Capítulo III deste Título;

Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do “imposto sindical”, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.

Art. 580. A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá:

30 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

III - para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a seguinte tabela progressiva

Art. 592 - A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada pelos sindicatos, na conformidade dos respectivos estatutos, usando aos seguintes objetivos:

I - Sindicatos de empregadores e de agentes autônomos:

- a) assistência técnica e jurídica;
- b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
- c) realização de estudos econômicos e financeiros;
- d) agências de colocação;
- e) cooperativas;
- f) bibliotecas;
- g) creches;
- h) congressos e conferências;
- i) medidas de divulgação comercial e industrial no País, e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional.
- j) feiras e exposições;
- l) prevenção de acidentes do trabalho;
- m) finalidades desportivas.

II - de empregados:

- a) em agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social;
- b) na assistência à maternidade;
- c) em assistência médica, dentária e hospitalar;
- d) em assistência judiciária;
- e) na manutenção de estabelecimentos de ensino, inclusive de formação profissional e, ainda, na qualificação de mão-de-obra;
- f) em cooperativa de crédito e de consumo;
- g) em colônias de férias;**
- h) em bibliotecas;
- i) em finalidades esportivas e sociais;
- j) em auxílio-funeral;

k) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente Capítulo.³¹ (grifos nossos).

Ressalta-se que embora o imposto sindical “obrigatório” não esteja mais em vigor (agora há a contribuição sindical voluntária) e que não houvesse previsão expressa de os sindicatos patronais investirem em colônias de férias como os sindicatos de trabalhadores, o “sindicalismo patronal” também era “agraciado” “compulsoriamente” com o referido imposto sindical obrigatório, conforme previsão legal. Portanto, se ao instituir a CLT Getúlio Vargas, por um lado foi chamado de “pai dos pobres”, por outro, ele deveria ser aclamado como a “mãe dos ricos”³²... uma espécie de Robin Hood moderno, politicamente (in)correto... que tirava dos ricos para dar aos ricos... e tirava dos pobres para dar aos pobres... Noutras palavras, o mesmo imposto compulsório, em vigor até bem recentemente (novembro de 2017), que alimentava os organismos sindicais de trabalhadores (os pobres), era o imposto que alimentava os organismos sindicais patronais (os ricos).³³

Esta digressão jurídica foi uma exposição necessária para situar cada uma das forças sociais em seus lugares, incluindo aí o Estado, que foi e ainda é agente interventor direto e necessário, posto que o modo de produção é o modo de produção capitalista. Colônias de férias existem e podem ser construídas e geridas por organizações sindicais patronais ou de trabalhadores e, ainda que os recursos do imposto sindical obrigatório,

31 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

32 Segundo matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo: “Todos os anos, sem divulgação oficial, o governo federal repassa para entidades sindicais patronais, como sindicatos, federações e confederações um bolo de dinheiro que é arrecadado, de forma compulsória, junto às empresas, de todos os setores, no campo e nas cidades. No primeiro semestre, segundo dados oficiais obtidos pelo Estado, as entidades sindicais dos empresários receberam R\$ 1,082 bilhão do governo. No mesmo período do ano passado, foi R\$ 1,013 bilhão. Esse dinheiro chega aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e é depois repassado pela Caixa Econômica Federal às entidades sindicais patronais. Além do segredo que existia quanto ao total das transferências, a operação conta com nuvens carregadas que impedem transparência maior. O uso dos recursos não sofre fiscalização do Executivo nem do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, as entidades que recebem o dinheiro repartido pelo governo não têm obrigação de prestar contas. Previsto na CLT, o imposto sindical tem parte mais visível no lado dos trabalhadores com carteira assinada, que contribuem todos os anos com o equivalente a um dia de trabalho por ano ao governo. Em operação semelhante, o dinheiro ingressa no FAT e é transferido pela Caixa com os sindicatos. O mesmo ocorre com o lado patronal: as empresas pagam uma parte de seu capital social, dependendo do tamanho de cada companhia” (VILLAVERDE, João. Sem fiscalização, sindicato patronal recebe R\$ 1 bilhão. Jornal O Estado de S. Paulo, 05 setembro 2015. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao--sindicato-patronal-recebe-r-1-bilhao-,1756863>> acesso em 20 jan. 2018.)

33 Importante: durante a trajetória desta dissertação, especialmente após o impeachment da Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, no mês de agosto de 2016, a Consolidação da Leis do Trabalho – CLT passou por uma profunda reforma de cunho liberalizante que, entrando em vigor a partir de 11 de novembro de 2017, reduziu drasticamente direitos básicos e essenciais da classe trabalhadora. Apesar disso, a CLT continua em pleno vigor, regulamentando profundamente todo o mundo do trabalho, conforme seus mais de 900 artigos. A intervenção do legislador brasileiro ao adotar práticas neoliberais foi garantir e reforçar ainda mais o poder econômico e político das forças hegemônicas do capital. Aprofundaremos esta discussão no decorrer desta dissertação.

cobrado e distribuído pelo Estado, não fossem diretamente nelas aplicadas (embora houvesse previsão legal da CLT neste sentido. No mesmo art. 592, acima citado, no inciso II, alínea j, havia a determinação para que os sindicatos de trabalhadores – mas não havia, como dissemos, essa imposição para os sindicatos patronais – destinassem parte do imposto sindical para as colônias de férias), indiretamente, ao manter as próprias organizações sindicais, podiam aproximá-las deste objetivo. Mas aqui termina o ponto aparentemente convergente das colônias de férias de trabalhadores e de patrões.

Aparentemente convergente porque falou-se em colônia de férias e imposto sindical como algo que era comum tanto a uma como a outra classe. Mas a aparência se desfaz, porque o fundo, a luta de classes, permanece o mesmo, inalterado (com ou sem o imposto sindical obrigatório). A exploração de uma classe sobre a outra não cessou. Neste modo de produção (capitalista) é totalmente impossível que cesse, pois seria sua própria cessação. É neste sentido que individualizamos nosso objeto de pesquisa, colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores, pois estes ocupam a posição de produtores (e produtos) no capitalismo, portanto, são os explorados e nesta condição também fazem intervenções espaciais, produzindo, além de paisagens, espaços. Por isso a necessidade de individualização, para que não se confunda a alegria, o descanso, o relaxamento e o prazer – ou seria a doce ilusão? – como momentos proporcionados conjunta, pacífica e conciliadamente por classes antagônicas e para que a dialética espacial possa emergir em suas determinações e fazer “o espaço visto como ordenado e ordenador dos antagonismos de classe”³⁴. As novas mudanças nas leis trabalhistas em vigor a partir de novembro de 2017 (e a almejada reforma previdenciária atualmente proposta pelos capitalistas) só reforçam e aprofundam a exploração, além de minarem e dificultarem a organização social e política da classe trabalhadora, produzindo ainda mais espaços (e paisagens...) constrangidos e constrangedores aos trabalhadores.

1.3. O tempo e o local da ilusão: análise histórico espacial das colônias de férias dos trabalhadores no Brasil, com ênfase no Estado de São Paulo.

34 MOREIRA, Ruy. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 4.

1.3.1. A ilusão turismo

O tempo é de continuarmos olhando a paisagem e ampliarmos um pouco mais nossa visão. O objeto que estudamos não é a atividade colônia de férias e sim o objeto espacial e seus sentidos e significados, que até pode comportar e promover a referida atividade. Além disso, nossos estudos centram-se nas colônias de férias planejadas, erigidas e geridas por sindicatos e associações, federações e confederações da classe trabalhadora, e não da classe patronal. Porém outra adjetivação deste objeto espacial da paisagem se faz necessária para que se delineie uma Geografia – que, embora total, possui especificidades –, a Geografia do Turismo.

No campo da aparência e da formalidade – posto que o campo da essência é muito mais complexo e profundo –, a finalidade principal das colônias de férias é viabilizar e oferecer aos trabalhadores a prática do lazer e do turismo.

Mas o que é turismo?

Turismo é, “antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”³⁵, e, simultaneamente, também é “uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas”³⁶.

Há quem acredite, e não são poucos, que o turismo é a representação de desejos e sentimentos inatos no ser humano ou um processo eminentemente cultural, como se o desejo de sair por aí a percorrer o mundo fosse desde sempre uma vontade biológica do homem, conforme destaca Eduardo Brito Henriques:

“Jean-Marie MIOSSEC (1977-a) sublinhou por seu turno, o peso dos “...imperatifs territoriaux de l’homme” (p.55) na formação da motivação turística. Aquele autor sugeriu que a razão de ser das viagens turísticas se prende com valores profundos da natureza humana e, em especial, de sua relação com o território. O sentido de

35 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Editora Roca, 2003, p. 05

36 CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo, prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. América Latina: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 368.

liberdade, o espírito de nomadismo ancestral e o desejo do domínio do espaço justificariam, de acordo com este autor, a intemporalidade da motivação turística”.³⁷

O aspecto “natural” das atividades turísticas é algo constante e serve como sua justificativa nos discursos – que hodierna e indubitavelmente precedem a prática, sendo , na verdade sua causa – sobre turismo, inclusive para discursos atuais, como no caso do ecoturismo, entre outros, conforme reforça o mesmo autor:

Assim, tanto nestes exemplos como na viagem do emigrante de segunda geração à terra dos antepassados, ou na “peregrinação” do ecologista à Amazónia, seria o espírito do reencontro das origens, da descoberta do verdadeiro lugar do sujeito no mundo e, por consequência, a recuperação do sentido da existência e da identidade a presidir à viagem.³⁸

Por outro lado, este mesmo autor coloca o turismo numa posição mais assertiva ao deslocá-lo do campo das doces ilusões e situá-lo mais próximo às condições históricas que o produziram:

(...) O turismo não pode ser dissociado do contexto histórico que o configura. (...) O significado que o turismo em geral assume na sociedade e na economia contemporânea só pode ser entendido, deste modo, no espírito do tempo e dos lugares que o produziram.³⁹

Ainda neste sentido, complementando suas ideias, o autor propõe um conceito de turismo que abarca os aspectos mais verdadeiramente preponderantes para o entendimento desta atividade:

“O turismo propriamente dito – i.e., com as características formais e materiais que se lhe reconhecem actualmente (férias, infra-estruturas hoteleiras, serviços de apoio diversos,...) e o valor simbólico e cultural que se lhe atribui – é um produto da sociedade moderna, capitalista e industrial. De facto, foi nestes dois últimos

37 HENRIQUES, Eduardo Brito. A Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p.27.

38 Ibid., loc. cit..

39 Ibid., p.28

séculos que, lentamente, se acumularam as condições (culturais, materiais e organizativas) que permitiram ao turismo conquistar a alargada base social que hoje o caracteriza e passar efetivamente nas rotinas da vida familiar.”⁴⁰

Assim o turismo não decorre nem de uma característica da natureza humana e muito menos de uma natureza própria, fechada em si mesma; bem como não possui uma evolução linear e nem pacífica, ou, podendo ser explicado, mas sinteticamente nas palavras de Marc Boyer: “o turismo foi inventado”⁴¹. Compreender essa invenção somente é possível como parte da totalidade:

Esse é o plano de fundo sobre o qual se desenrola o turismo, que não é mais do que uma pequena parte de um imenso jogo de relações. Se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo nele requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos. (...), é o mundo que explica o turismo e não o contrário.”⁴²

Estas relações só podem espelhar e se espelhar segundo o modo de produção que as contém, ensejando, portanto, que estas relações se constituam e se realizem enquanto produção de mercadorias. O turismo, portanto, seria mais uma mercadoria, acompanhada de suas qualidades, dentre elas:

O turismo é entendido, em nossa perspectiva, como uma forma de fetichismo. As paisagens naturais e socialmente construídas tornam-se objetos de consumo turísticos, como se isso fosse uma característica a elas inerente. Dessa forma, por meio da valorização dos lugares onde os atributos paisagísticos delicias os sentidos humanos, é produzido o fetichismo espacial.⁴³

Assim, prática social e atividade produtiva invocam, certa e obrigatoriamente, no modo de produção capitalista, o fetichismo da mercadoria, cujo significado não se limita

40 HENRIQUES, Eduardo Brito. A Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p.28.

41 BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 19.

42 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da et al. Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007, p. 11.

43 OURIQUES, Helton Ricardo. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea Editora, 2005, p. 20.

apenas ao aspecto do consumo, significando, na verdade, uma relação composta e complexa.

O turismo, porém, é apresentado por grande parte das ciências sociais e econômicas como dotado de autonomia e apartado da totalidade (econômica, social, política, ideológica, etc), sendo quase uma ciência em si mesma, posição esta que vai delineando suas características fetichistas:

“(...) Os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana”.⁴⁴

As práticas e atividades do turismo, portanto, produção e produtos turísticos, são constituídas e apresentadas de forma a nos levar a crer – todo o turismo está fundamentado essencialmente em crenças espaciais: o espaço da praia, do campo da montanha, etc. – que elas existem e se relacionem por si mesmas, autonomamente, como se fosse algo mágico, transcendental:

A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.⁴⁵

O turismo, deste modo, se reveste, além do “caráter místico da mercadoria”, de uma forma espetacular – forma hodiernamente indissociável do modo de produção capitalista e do fetichismo –, posto que a ilusão é condição *sine qua non* de sua realização. É um pressuposto necessário e inquebrantável:

Subproduto da circulação de mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o

44 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 149.

45 Ibid. loc. cit..

que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço.⁴⁶

Nesta perspectiva, entendemos que não se produz propriamente espaço para o turismo, mas turismo para o espaço, pois o espaço do turismo – nem sempre exclusivamente turístico, mas tantas vezes sobreposto a diversas outras atividades e funcionalidades⁴⁷ – não se exaure de imediato, enquanto que a atividade turística sim, ou seja, ela é consumida em seu próprio movimento (“resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal” como bem sintetiza Guy Debord), ou, em outras palavras, “a peculiaridade da vida turística é estar em movimento”⁴⁸ e, portanto, se vincular a nada⁴⁹. Sendo todos os objetos e relações espaciais, no modo de produção capitalista, mercadorias, cujo um dos principais atributos é ser valor de troca, o turismo é, em essência, economicamente determinado, por isso o espaço (capitalista) precede a sua existência, e não o turismo precede a existência do espaço, mas dele deriva:

(...) o significado dado a um objeto espacial ou um arranjo especial por uma totalidade social, é dado, em última instância e primeira análise, pelo caráter das relações sociais de classe dessa totalidade social. Nunca pela cultura (...). **O contexto em que qualquer dado ganha sua expressão não é o contexto**

46 DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. 2003. Contraponto: São Paulo, 2011, p. 112.

47 Nem todos os espaços utilizados pelo turismo são espaços de usos exclusivos para o turismo. Em um mesmo espaço podem desenvolver-se múltiplas funções. Um hotel pode receber, por exemplo, além de turistas, empresários, comerciantes, economistas, médicos, engenheiros, advogados, etc, que ali se hospedam para realizar atividades correlacionadas com sua profissão, e não com o turismo. Ao mesmo tempo, o local onde estes profissionais exercem suas funções, por exemplo, um centro financeiro, como a Avenida Paulista, um prédio de um Tribunal de Justiça, etc, podem se tornar pontos de atrações turísticas. No espaço turístico podem ser agregados e se agregar valor de troca de outros espaços, realizando, assim, a finalidade primordial do capital, que é reproduzir e acumular-se constantemente. A própria “invenção do turismo”, no século XIX, o “Grand Tour”, usou como base a malha ferroviária inglesa já existente, portanto, aumentando os lucros destas empresas, ou, ainda, “Os números revelam que, em muitos países, são as cidades que constituem os principais sítios turísticos, em especial as grandes metrópoles” (HENRIQUES, Eduardo Brito. A Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p.45). Nova Iorque, Chicago, Paris são exemplos desta situação.

48 BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p.114.

49 Bauman, complementa de maneira interessante: “Ao contrário daqueles seus antecessores, os peregrinos, as sucessivas escalas dos turistas não são estações pelo caminho, uma vez que não há nenhum objetivo que lhes acene, no fim das viagens da vida, que pudesse convertê-lo em estações. Se os sucessivos endereços se encaixam dentro de um itinerário, isso só acontece retrospectivamente, quando se descobre ou se lhe atribui uma lógica que não guia o andarilho durante o tempo de suas andanças. Quando ainda em movimento, nenhuma imagem da situação futura se acha ainda à mão para encher a experiência com um significado; cada presente que se sucede, como as obras de arte contemporâneas, deve explicar-se em função de si próprio e fornecer sua própria chave para lhe interpretar o sentido” (BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. São Paulo: Zahar, 1999, p.114.)

cultural, mas o contexto das relações sociais de classes, do qual deriva o próprio contexto cultural.⁵⁰ (grifo nosso)

Portanto, como objeto espacial e como objeto para o turismo, as colônias de férias, por conseguinte, não se descolam das qualidades e funcionalidades inerentes àqueles. Não são causa, embora tenham indubitavelmente repercussões no espaço, mas consequência da dinâmica social capitalista. Se a aparência do espaço está em constante mutação, sua essência permanece, ou seja, permanecem as relações de classes que o determinam. Assim, no modo de produção capitalista, o espaço pode sofrer alterações significativas na aparência. Uma fábrica pode ceder lugar a um condomínio residencial, um casarão residencial pode ceder lugar a uma pousada turística e assim sucessivamente. É verdade, a aparência estará em movimento, mas a essência capitalista permanecerá, seja qual for o movimento desta aparência. Da mesma forma, a luta de classes permanece; o que está em constante movimento é a forma pela qual esta luta se desenvolve.

1.3.2. A ilusão colônia de férias

As colônias de férias, neste sentido, seriam os meios pelos quais o turismo pode ser praticado pelos trabalhadores e, por ser uma modalidade de hospedagem turística, também estão condicionadas aos impositivos do modo de produção ao qual se inserem. Tornam-se, assim, uma produção e um produto espacial capitalista: “O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo motivo, os separa. (...) O espaço, portanto, reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm produzir”⁵¹.

Embora as colônias de férias de organizações sindicais de trabalhadores existam e se materializem espacialmente de modo marcante e com características históricas, sociais e econômicas específicas – o que lhes confere identidade própria enquanto um meio de hospedagem específico, posto que erigidas por iniciativas do movimento sindical e não pela chamada iniciativa privada e, portanto, não objetivando, a princípio, mais valia e acumulação de lucro – sua identificação acaba se confundindo e se diluindo com a

50 MOREIRA, Ruy. Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 37.

51 SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Edusp, 2004, p. 33

generalidade dos demais meios de hospedagem ou prestadoras de serviços turísticos – estes sim, em sua maioria, se constituindo e agindo com o objetivo e em torno do lucro.

Importante destacar que, mesmo com a reforma trabalhista de 2017, as colônias de férias das organizações sindicais de trabalhadores ainda hoje estão previstas na CLT como imposição legal, ou seja, um dever destas organizações. O referido diploma legal – lembremos, instituído em 1943 – determina que imposto sindical assim deve ser destinado:

Art. 592 - A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada pelos sindicatos, na conformidade dos respectivos estatutos, usando aos seguintes objetivos:

(...)

II - Sindicatos de empregados:

(...)

j) **colônias de férias e centros de recreação;**

(...)

III - Sindicatos de profissionais liberais:

(...)

j) colônias de férias e centros de recreação;

(...)

IV - Sindicatos de trabalhadores autônomos:

(...)

j) colônias de férias e centros de recreação;⁵² (grifo nosso)

Embora anteriormente já houvésssemos mencionado parte do Art. 592, faltava mencionar os incisos acima expostos para destacar a relevância das colônias de férias na legislação trabalhista. Porém, além da CLT, que é uma norma federal de abrangência em todo território nacional (evidenciando assim que, a Geografia serve não apenas para fazer a guerra geopolítica, como diria Yves Lacoste, mas também para fazer a guerra de classes, força motriz da história), outras normas federais, como a (ditatorial) Constituição Federal de 1967 que, portanto, dentro de todo o ordenamento jurídico brasileiro, é hierarquicamente superior a todas as demais leis, ordenava:

52 BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

Art. 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social:

(...)

XIX - colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;⁵³

Além dos excertos legais acima mencionados, todo um arcabouço jurídico elaborado nas esferas estadual e municipal também legislou sobre colônias de férias, especialmente em relação a concessões de terras públicas para a construção de colônias. Aprofundaremos este assunto no decorrer desta dissertação.

Contudo, paradoxalmente, não encontramos em nenhum órgão oficial do turismo ou do trabalho, seja ministérios, secretarias, autarquias, etc., tanto da esfera federal, como estadual ou municipal, qualquer menção de caráter técnico ou científico à colônia de férias. Não localizamos qualquer registro público que caracterize ou defina o que seja e para que servem as colônias de férias, muito embora, conforme já mencionamos, tenham elas tido previsão constitucional e infraconstitucional.

O CADASTUR - que é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, formalizando e legalizando os prestadores de serviços deste ramo junto ao Ministério de Turismo - não faz qualquer menção às colônias de férias, conforme leitura de regulamentação a seguir descrita:

O cadastro é obrigatório aos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades:

- Meios de Hospedagem - albergue, condo-hotel, flat, hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada ou resort
- Meios de Hospedagem - cama e café (somente para MEI)
- Agências de Turismo
- Transportadoras Turísticas
- Organizadoras de Eventos
- Parques Temáticos

⁵³ BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 03/09/2017.

- Acampamentos Turísticos
- Guias de Turismo

Em caráter opcional, também poderão se cadastrar:

- Restaurantes, Cafeterias e Bares
- Centros de Convenções
- Empreendimentos de Apoio ao Turismo Náutico
- Casas de Espetáculo e Equipamentos de Animação Turística
- Prestadoras de Infraestrutura de Apoio para Eventos
- Locadoras de Veículos
- Lazer & Parques Aquáticos
- Prestadores Especializados em Segmentos Turísticos.⁵⁴

Como se pode perceber, as colônias de férias não constam do rol dos prestadores de serviços turísticos obrigados a se credenciar no CADASTUR. Tampouco constam no rol do cadastro “opcional” do Ministério do Turismo. Resta saber se há prestadores de serviços turísticos que estão desobrigados a este cadastro e, portanto, poderiam ser considerados também como meios de hospedagem ou prestadores de serviços turísticos. Porém, conforme a Portaria Nº 100, de 16 de junho de 2011 que instituiu o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), e estabeleceu os critérios de classificação destes, bem como criou o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass), as colônias de férias apresentariam muitos dos requisitos exigidos para sua caracterização como meio de hospedagem:

Art. 7º Os tipos de meios de hospedagem, com as respectivas características distintivas, são:

I - HOTEL: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;

II - RESORT: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;

⁵⁴ BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em <<http://www.turismo.sp.gov.br/cadastur.html>>. Acesso em 02 jun. 2015.

- III - HOTEL FAZENDA: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;
- IV - CAMA E CAFÉ: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida;
- V - HOTEL HISTÓRICO: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;
- VI - POUSSADA: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs;
- VII - FLAT/APART-HOTEL: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.⁵⁵

Cabe ressaltar, que embora não haja um padrão comum à estrutura e à organização das colônias de férias, podendo se dizer que podem variar bastante quanto a estas, é certo que em sua ampla maioria possuem estruturas e serviços que deveriam caracterizá-las como meio de hospedagem, conforme podemos depreender dos exemplos que se seguem, os quais foram escolhidos em sua grande maioria dentre aqueles existentes no Estado de São Paulo, (por ser este o Estado em se que localiza a grande maioria das colônias de férias) e que informavam, ao menos em parte, os padrões de acomodações, os serviços, atividades e os espaços oferecidos, etc., por estas colônias de férias geridas por seus respectivos sindicatos, portanto, a exemplificação aqui proposta tem caráter basicamente ilustrativo:

55 BRASIL. Portaria nº 100, de 16 de junho de 2011. Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=175>>. Acesso em 25 dez. 2017.

Figura 1 - Colônia de férias do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo (Praia Grande - SP)

Fonte: Sindicato dos Comerciantes de São Paulo⁵⁶

Além da estrutura para atender seus hóspedes, a Colônia fica a um quarteirão da praia e bem perto dos principais pontos turísticos da Praia Grande.

Num ambiente aconchegante, a Colônia tem 125 apartamentos. Há quartos com duas bicamas, que acomodam até seis pessoas, e as suítes para casal, todos com TV, frigobar, ventilador de teto e banheiro privativo.

Nas diárias de hospedagem, pagas no ato da reserva, está incluso o café da manhã. Para a alimentação, a Colônia possui restaurante self-service, no qual o associado paga o que consumir.

Quanto às opções recreativas e esportivas, pode-se desfrutar das piscinas adulto e infantil, quadra poliesportiva e de bocha, salão de jogos com tênis de mesa e snooker e playground.

A Colônia também possui auditório com capacidade para 357 pessoas e salão de festas, com vista panorâmica, para 200 pessoas, com mesa, cadeiras, ar condicionado e cozinha.⁵⁷

56 Disponível em <<http://www.comerciantes.org.br/index.php/Colonia-de-Ferias>>. Acesso em 24 dez. 2017.

57 Disponível em <<http://www.comerciantes.org.br/index.php/Colonia-de-Ferias>>. Acesso em 09 set. 2017.

Figura 2 - Colônia de Férias do Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região (Peruíbe - SP)

Fonte: Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região⁵⁸

Todas as casas da colônia possuem camas, colchões, travesseiros, fogão, panelas, pratos, talheres, chuveiro, churrasqueira, varais, ar-condicionado, televisão, geladeira, mesa e cadeiras. - verificar disponibilidade de cama de casal antes de efetuar a reserva.⁵⁹

58 Disponível em <<https://www.alimentacaosp.org.br/peruibe>>. Acesso em 24 dez. 2017.

59 Disponível em <<https://www.alimentacaosp.org.br/peruibe>>. Acesso em 09 set. 2017.

Figura 3 - Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Abrasivos, Material Plástico, Tintas e Vernizes de Guarulhos e Mairiporã (Caraguatatuba - SP)

Fonte: Sindiquimicos – SP ⁶⁰

Apartamentos:

19 apartamentos contendo televisor com controle remoto, ventilador, Ar-Condicionado, cama de casal e beliches, cozinha completa (geladeira, fogão, mesa e banquinhos e todos os utensílios de cozinha necessários para se fazer refeições e lanches completos) e banheiro exclusivo com chuveiro e sistema de ducha.

Todas as janelas e espaços de ventilação são cobertos com redes plásticas de proteção contra insetos. E ainda a colônia disponibiliza uma bicicleta por apartamento!

Playground:

Balanços, escorregadores, gangorra e trepa-trepa.

Área de Lazer: TV, 2 mesas de bilhar, 2 pebolins e 1 mesa de ping-pong, e diversas mesas e cadeiras para jogos de cartas e dominó, entre outros.

Jardins:

Gramados com bancos à sombra de jovens palmeiras.

Churrasqueiras:

4 churrasqueiras e 4 pias.⁶¹

⁶⁰ Disponível em <<http://sindiquimicos.org.br/wpcontent/gallery/colonia-de-ferias/DSC7457.JPG>>. Acesso em 09 set. 2017.

⁶¹ Disponível em <<http://sindiquimicos.org.br/servicos-2/colonia-de-ferias>>. Acesso em 09 set. 2017.

Figura 4 - Colônias de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba (Praia Grande-SP)

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba ⁶²

Localizada a 40 metros do mar, em Praia Grande, São Paulo, o associado poderá usufruir de 2 modernas Colônias de Férias. Uma na Avenida Teófila Vanderlinde, 146 com 50 apartamentos em sistema de flat e capacidade máxima de 300 pessoas e outra na avenida dos Sindicatos 234. Todos os apartamentos contam com televisão e ar condicionado, já as colônias com piscina, restaurante, lanchonete, área de jogos, estacionamento, dentre outros.⁶³

⁶² Disponível em <<http://fedmetalsp.org.br/wp-content/uploads/2014/04/fachada1-200x300.jpg>>. Acesso em 09 set. 2017.

⁶³ Disponível em <<https://www.metalpiracicaba.com.br/colonias-de-ferias/>>. Acesso em 10 set. 2017.

Figura 5 - Colônia de férias do Sindicato dos Padeiros de São Paulo (Caraguatatuba – SP)

Fonte: Sindicato dos Padeiros de São Paulo ⁶⁴

A estrutura na Colônia conta com três churrasqueiras, restaurante, bar, quadra poliesportiva, salão de jogos com pebolim, bilhar e pingue-pongue, piscinas adulto e infantil, redário e playground.

Para hospedagem são 14 apartamentos, com dois beliches, uma cama de casal, roupa de cama, ar condicionado, ventilador de teto, TV a cabo, banheiro privativo, cozinha com fogão, geladeira, forno microondas, jogo de panelas, pratos, talheres, copos, área de serviço com tanque e área para estender roupas.⁶⁵

64 Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/148400980@N03/sets/72157677688229334>>. Acesso em 10 set. 2017.

65 Disponível em <<http://padeiros.org.br/ConteudoItem.asp?pageid=701>>. Acesso em 10 set. 2017.

Figura 6 - Colônia de férias do Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região (Ilha Comprida - SP)

Fonte: Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região ⁶⁶

Estrutura

Seis chalés e cinco apartamentos, cada um com capacidade para hospedar seis pessoas confortavelmente.

Conforto

Os chalés e apartamentos possuem sala com televisão, cozinha com geladeira, fogão e utensílios domésticos, quartos com cama de casal e beliche, banheiro interno, área de serviço. A Colônia também tem uma área de lazer coletiva com churrasqueira.

Segurança

Estacionamento para 12 veículos, portão automático e câmeras de vigilância 24h.⁶⁷

⁶⁶ Disponível em <<http://www.rodoviariorocaba.org.br/patrimonio/colonia-de-ferias>>. Acesso em 10 dez. 2017.

⁶⁷ Disponível em <<http://www.rodoviariorocaba.org.br/patrimonio/colonia-de-ferias>>. Acesso em 10 dez. 2017.

Figura 7 - Colônia de férias (Unidade de Lazer) da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP (Guarujá - SP)

Fonte: AFPESP ⁶⁸

INFRAESTRUTURA

ACOMODAÇÕES

Área de Serviço (com tanque e varal internos) / Berço (se solicitado, para crianças de até um ano de idade) / Cama de Casal / Cama de Solteiro / Cama Extra (deverá ser solicitada no ato da reserva, quantidade limitada) / Gaveta com chave / Ducha Higiênica / Frigobar / Guarda-Roupas (com cabide) / Mesa de apoio / TV LCD 32" / Telefone (discagem direta com tarificação que será lançada na conta) / Ar condicionado

COMODIDADES

Estacionamento / Camareiras / Cadeiras de Praia (até 3 por apartamento, disponível na saída da praia) / Carrinhos de Bagagem / Copa (nos andares, com microondas, filtro de água, tábua e ferro de passar) / Elevadores / Lavanderia (cobrado a parte) / Lanchonete (cobrado a parte) / Restaurante / Varanda com mesa e cadeiras.

LAZER

Academia ao ar livre / Área de convivência/ Brinquedoteca / Lounge / Piscinas (adulto e infantil, semi-aquecidas) / Quadra de Futebol Society (necessário agendamento prévio na recepção)/ Quiosque na área da piscina / Sala de Carteados / Sala de Convenções / Projeção (para até 190 pessoas sentadas) / Sala de Estar / Sala de Leitura / Salas de TV (duas) / Videokê / Wi-fi Gratuito⁶⁹

69 Disponível em <<https://www.afpesp.org.br/ul/Texto.aspx?h=7&t=3>>. Acesso em 10 set. 2017.

Figura 8 - Colônia de Férias dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos (Campo Limpo Paulista - SP)

Fonte: Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos⁷⁰

APRESENTAÇÃO

Colônia de Férias no município de Campo Limpo Paulista, com infraestrutura para hospedagem e estada com dependências de lazer, recreação e descanso.

ACOMODAÇÕES

Todas as casas possuem dormitório, sala, cozinha, WC e área de serviço com tanque, dispondo ainda do seguinte mobiliário: beliches, armários, cômoda, cobertores, travesseiros e ainda cozinha com fogão, geladeira, armário com copos, pratos, talheres, mesas com seis cadeiras, sofá e mesinha para TV (antena parabólica que capta os canais abertos), com fornecimento de luz (220V) e gás (em botijão).

RECREAÇÃO

Lago para pescarias e lazer, piscinas (uma para adultos e uma para crianças), salão de jogos (com pebolim, “snooker”, tênis de mesa e TV), mini-campo de futebol e quadras de esporte (basquete, tamboréu, vôlei e futebol de salão).⁷¹

⁷⁰ Disponível em <<http://www.conferentesantos.com.br/institucional/colonias-de-ferias/colonia-de-ferias-dos-conferentes-de-carga-e-descarga-do-porto-de-santos>>. Acesso em 10 set. 2017.

⁷¹ Disponível em <<http://www.conferentesantos.com.br/assets/upload/arquivo/apresentacao-da-colonia-de-ferias-2013pdf.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017.

Figura 9 - Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí - SINMGRA (Campão da Canoa-RS)

Fonte: SINMGRA⁷²

A Colônia possui 7 apartamentos, sendo que cada um tem 2 quartos que podem acomodar de 6 a 8 pessoas, uma sala, uma cozinha, um banheiro e uma área de serviço.

As diárias iniciam-se das 14 horas e se encerram no dia seguinte ao meio-dia. Ficam a disposição do associado os seguintes itens no apartamento:

•6 Copos	•6 Xícaras	•6 Garfos
•6 Colheres	•6 Colheres pequena	•6 Pires
•6 Facas	•1 Concha	•1 Colher grande
•1 Escumadeira	•2 Panelas	•1 Bule
•1 Chaleira	•1 Panela de pressão	•1 Liquidificador
•1 Tábua de carne	•3 Espetos	•1 Lixeira
•1 Micro-ondas	•1 Fogão	•1 Geladeira ⁷³

72 Disponível em <<http://sinmgra.com.br/reservas-colonia-de-ferias/>>. Acesso em 10 set. 2017.

73 Disponível em <<http://sinmgra.com.br/reservas-colonia-de-ferias/>>. Acesso em 10 set. 2017.

Figura 10 - Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentos Preparados e Bebidas a Varejo de Santo André, São Caetano do Sul, Mauá e Riberão Pires (Peruíbe - SP)

Fonte: Sindicato Hoteleiro⁷⁴

Acomodações

Dispomos de 44 unidades com banheiro privativo, varanda, ventilador de teto e televisão.

Se você pensa em comemorar sua lua-de-mel na colônia, temos o quarto de núpcias com banheiro privativo, varanda, televisão, ar-condicionado, frigobar e decoração diferenciada, além de uma cesta de frutas e champanhe cobrados a parte (opcional).

Lazer

A estrutura para lazer da colônia de Peruíbe é sem dúvida um dos seus maiores atrativos.

Você e sua família poderão desfrutar de três piscinas, hidromassagem, sauna seca e a vapor, salão de jogos (com mesas de bilhar e ping-pong) e playground. No fim da tarde, você poderá relaxar jogando cartas em nossa sala de carteados ou tomar sucos e drink's em nosso american bar.⁷⁵

⁷⁴ Disponível em [http://www.sindicatohoteleiro.com.br/servicos/colonias-de-ferias/peruibe-i#prettyPhoto\[gallery\]/0/>](http://www.sindicatohoteleiro.com.br/servicos/colonias-de-ferias/peruibe-i#prettyPhoto[gallery]/0/>). Acesso 10 set. 2017.

⁷⁵ Disponível em <http://www.sindicatohoteleiro.com.br/servicos/colonias-de-ferias/peruibe-i#prettyPhoto> acesso em 10/09/2017.

Conforme aprofundaremos adiante, embora as colônias de férias sejam utilizadas no chamado tempo livre do trabalhador, a forma deste gozo não é tão livre assim. Grande parte das colônias de férias estabelecem todo um conjunto de regras a serem seguidas durante o tempo em que o trabalhador nelas estiverem. Nosso último exemplo, O Sindicato Hoteleiro (figura 10), ilustra bem esta situação com um regulamento cujo teor é bem similar a tantas outras colônias de férias criadas e geridas por sindicatos de trabalhadores:

REGULAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DA COLÔNIA DE FÉRIAS

A utilização da Colônia de Férias será permitida mediante apresentação da Guia de reserva, cartão de associado, RG do associado, dependentes e convidados. Caso haja irregularidade na apresentação dos documentos exigidos, a Administração deverá negar-se a receber as pessoas que não estiverem com sua documentação regularizada.

O horário para a entrada na Colônia de Férias deverá ser a partir das 11:00 da manhã e a saída até as 09:00 da manhã no final do período.

Não será permitida a entrada de hóspedes antes do horário.

Os associados, dependentes e convidados deverão levar roupa de cama (lençol, fronha etc), toalhas de banho e objetos de uso pessoal.

Os hóspedes terão direito somente ao Café da Manhã, podendo efetuar outras refeições no Bar e Restaurante na Colônia, arcando assim com os próprios gastos.

O horário do Café da Manhã será das 07:30 às 09:00.

O horário do Almoço será das 12:00 às 15:00.

O horário do Jantar será das 18:00 às 20:00.

Os apartamentos estão equipados com televisor, ventilador de teto e 2 treliches.

Qualquer dano ou falta causado nas dependências da Colônia por parte dos dependentes e/ou convidados será de responsabilidade do associado, devendo o mesmo arcar com o reembolso à Colônia de Férias.

A partir das 23:00 deverá ser obedecido o SILÊNCIO ABSOLUTO nas dependências da Colônia.

Não será permitida a permanência de animais no interior da Colônia de Férias.

No caso da família ter crianças que não se alimentem ainda em restaurante, haverá um local apropriado para o responsável preparar a alimentação.

São expressamente proibidos pendurar roupas, toalhas, etc. nas janelas dos apartamentos e arrastar móveis após as 22:00.

Todo e qualquer aparelho de som deverá ser utilizado com tolerância pelos demais hóspedes dos apartamentos vizinhos até as 22:00.

É expressamente proibido jogar bola no salão, corredores, para evitar quebras de vidros, evitando assim acidentes.

Não é permitido mais de um veículo por apartamento no estacionamento.

O Sindicato não se responsabilizará por objetos ou danos causados aos veículos estacionados no interior da Colônia de Férias.

Os vestiários (CABINES) funcionarão das 07:00 às 19:00.

Os hóspedes da Colônia de Férias utilizarão no período da reserva uma pulseira de identificação, que será entregue pela administração na chegada à Colônia de Férias.⁷⁶

Embora não tenhamos encontrado definições ou conceitos específicos sobre colônia de férias na maioria dos órgãos oficiais, nem mesmo aos ligados ao turismo ou ao trabalho, encontramos em uma publicação do Ministério da Educação algumas menções a respeito de colônia de férias:

Os serviços de hospitalidade compreendem basicamente os de hospedagem e os de alimentação.

Os de hospedagem são prestados não só em hotéis e similares, mas também em outros meios, tais como colônias de férias, condomínios residenciais e de lazer, instituições esportivas, educacionais, militares, hospitais, acampamentos, navios, coletividades, albergues, abrigos para grupos especiais, como idosos, crianças, jovens, cumpridores de penas, etc.

O processo produtivo nesta área está voltado não só para a criação de produtos a serem ofertados, como, sobretudo, para a prestação de serviços turísticos e de eventos, e de hospedagem e de alimentação.

(...)

No que diz respeito aos serviços de hospedagem, o processo produtivo é realizado não só em hotéis e similares, mas também em outros meios, tais como colônias de férias, condomínios residenciais e de lazer, instituições esportivas, educacionais, militares, hospitais, acampamentos, navios, coletividades, albergues, abrigos para grupos especiais, como idosos, crianças, jovens, cumpridores de penas, etc.⁷⁷

Assim, se como regramento oficial o CADASTUR é omissivo em qualificar as colônias de férias como meio de hospedagem, o Ministério da Educação as qualifica como tal. E não apenas isso. Também afirma que as colônias de férias se inserem no processo produtivo do turismo.

Na parca literatura que versa a respeito de meios de hospedagem, encontramos a definição de colônia de férias como sendo “meios de hospedagem extra-hoteleiros ou alternativos”⁷⁸, sendo a mesma conceituada como:

(...) um estabelecimento comercial corporativo, dotado de equipamentos, instalações e serviços de alojamento que são destinados aos associados de

77 MEC. Ministério da Educação e Cultura. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000, p. 10. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em 03 set. 2017.

78 ALDRIGUI, Mariana. Meios de hospedagem. Aleph, 2007, p. 34. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/49809932/Meios_de_hospedagem__grafica.pdf>AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1504479631&Signature=7xoWeDPFifKoRB20Qd3fFfVHfDw%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMeios_de_Hospedagem.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

entidades privadas ou públicas para utilização no período de férias, também atendendo outros estabelecimentos que desenvolvem atividades desportivas e recreacionais para jovens e crianças.⁷⁹

Acrescentando-se as insuficientes estatísticas oficiais e a parca bibliografia sobre o tema⁸⁰, tem-se uma dificuldade imensa na delimitação e quantificação deste objeto de estudo. Além disso não encontramos uma legislação específica em vigor que trate especificamente das colônias de férias. Somente de forma “tangencial” é que se pode fazer um recorte temporal e espacial sobre elas e, ainda assim, de maneira precária e parcial.

Embora insuficiente, a legislação encontrada revela-se inequivocamente voltada aos interesses da produção através de uma intervenção direta e efetiva do Estado não só na organização da classe trabalhadora, como também do seu cotidiano, fora e dentro de seu local de trabalho. Se analisarmos a legislação que trouxemos até o momento (A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), veremos que o legislador brasileiro, além de ordenar que o dinheiro do imposto sindical fosse destinado às colônias de férias, também interviu de maneira efetiva na própria organização das entidades sindicais trabalhistas e na própria cotidianidade do trabalhador. O artigo da pesquisadora Ângela Brêtas é elucidativo neste sentido:

Neste artigo, apresentamos e analisamos uma experiência institucional de lazer desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro, entre 1943 e 1964. (...) Essa experiência foi o Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) (...). Subordinado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), destinava-se a organizar o lazer dos trabalhadores e de

79 BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Senac, 2002, pp 333-335 in Fabiana das Neves Reis. Stakeholders e extra-hotelaria. Estudo de casos múltiplos: bed and breakfast e hostel. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2013, p. 34. Disponível em <http://portal.anhembi.br/wp-content/uploads/dissertacoes/hospitalidade/2013/Dissertacao_Fabiana_das_Neves_Reis_Ribeiro.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

80 A título de exemplificação, foram consultadas, entre outras fontes (também sem muito êxito) as seguintes: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: Universidade de Brasília - UNB (<http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/>); Universidade de Campinas – UNICAMP (<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>); Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP (<http://unesp.br/portal#!/cgb/bibliotecas-digitais/cthedra-biblioteca-digital-teses/>); Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (<http://www.sibi.ufrj.br/servicos-pesquisa.htm>); CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br/>); Portal Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>); Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – Ibic (<http://bdtd.ibict.br/>); Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo (<http://www.turismo.sp.gov.br/>), Ministério do Turismo (<http://www.turismo.gov.br/>), Ministério do Trabalho (<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>), entre outros.

suas famílias e tinha o objetivo de “**coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração**”⁸¹ (grifo nosso)

O referido artigo, embora vislumbre uma possibilidade de desenvolvimento cultural da classe trabalhadora, mediante os ideais e ações do Serviço de Recreação Operária, vislumbra também o conflito e a contradição que esses ideais e ações têm na luta de classes, especialmente no recorte temporal pesquisado (1943-1945), ou seja, ainda no Estado Novo varguista.

Sendo fruto de um momento histórico específico, (mas que reverbera além deste período, chegando até os dias atuais, ainda que de forma mais velada), esta intervenção estatal na vida do trabalhador faz-se sentir, firmar-se e afirmar-se na quase totalidade de sua cotidianidade:

Temas como jogos de azar, alcoolismo, tempo de trabalho, horário de trabalho, fadiga, acidentes de trabalho, aumento da produtividade, tempo de férias, colônia de férias, educação operária, demissões, degeneração moral, bem-estar, habitação, alimentação, família, escotismo, biblioteca, música, literatura e teatro são, por um lado, foco de artigos, pronunciamentos feitos por autoridades em diversas ocasiões, palestras, atas de reuniões e relatórios anuais de instituições e, por outro, são retomados em iniciativas tais como campeonatos de futebol, bailes, concursos e medidas legislativas, entre outras práticas⁸².

Somado ao atrelamento das organizações sindicais ao Estado – não só a legislação desse período denota esta atitude, mas a própria repressão política pela qual passou o movimento sindical brasileiro – o Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado pelo governo de Getúlio Vargas (e tudo mais que ele representou – e à quem ele representava – como seu envolvimento com o fascismo, o populismo, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento da indústria, as políticas de integração nacional e a consequente divisão territorial do trabalho, etc) em 1943 (concomitantemente, assim, à promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) portanto em plena 2ª Guerra Mundial vai atuar (ainda que com menos intensidade), até 1964, ano do Golpe

81 BRÊTAS, Ângela. O Serviço de Recreação Operária-1943-1945: uma experiência do governo Vargas no campo do não-trabalho. Cadernos AEL, v. 16, n. 28, 2012, p. 149. Disponível em <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/205/213>. Acesso em 4 jul. 2015.

82 Op. cit. p. 156.

Militar. Deste modo, o Serviço de Recreação Operária (SRO) simboliza um momento do modo de produção capitalista onde as relações sociais precisavam ser estruturadas de tal modo a viabilizar esta produção, até então fortemente permeadas pelo sistema fordista e taylorista, para, em seguida, ser substituída pelo toyotismo (conforme discutiremos mais adiante).

A violência, monopólio que “oficialmente” só o Estado detém, se exerce não só pelo poder da força física (e bruta), mas, sobretudo, pelo poder da força ideológica (as vezes mais bruta que aquela). Cabe, neste momento histórico, onde as forças produtivas capitalistas ainda estão se firmando como hegemônicas no Brasil, país de um capitalismo tardio, a ação estatal no sentido de cooptar e conduzir a classe trabalhadora segundo os ditames da “nova ordem mundial”. Neste sentido, o próprio Ministério do Trabalho (na época “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, o que deixa bem explícita a relação do mundo do trabalho com o capital, que tanto ontem como hoje persistem, só que de maneira mais velada) chegou a elaborar em 1952 um manual, “Manual de recreação: orientação dos lazeres do trabalhador”:

Atendendo a que ao Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) **cumpre, não apenas realizar, mas também estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e prestar assistência técnica às entidades que realizam atividades de natureza recreativa destinadas aos trabalhadores** - resolveu o Conselho Técnico deste Órgão determinar a publicação deste Manual, que foi elaborado pelos professores Arnaldo Lopes Sussekind (Diretor do SERAC e membro da Comissão de Lazer Operários da Organização Internacional do Trabalho), Inezil Penna Marinho (Chefe do Setor de Educação Física e Turismo e Catedrático de Metodologia da Educação Física e dos Desportos da Universidade do Brasil) e Oswaldo Góes (Assistente Técnico do SERAC e membro da Comissão de Lazer Operários da O.I.T.).

⁸³ (grifo nosso)

Através deste manual percebe-se uma visão de mundo que escancara as relações hierárquicas de trabalho e a condição de mera mercadoria que o trabalhador representa para o capital, diferentemente das políticas empresariais (especialmente aquelas

83 RODRIGUES, Juliana Pedreschi. Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p.75. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072010-100746/en.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

fundamentadas na gestão toytista da produção), como nomear os trabalhadores como parceiros ou colaboradores (termo empregado na França ocupada àqueles que colaboraram com o regime nazista), que hoje escamoteiam as relações de exploração, sempre mais intensas, profundas e perversas, que a classe trabalhadora se vê forçada a se submeter, conforme se lê no excerto extraído da tese de doutorado de Juliana Rodrigues:

O trabalho diário, necessário ao homem para torná-lo útil à comunidade em que vive, poderá levá-lo ao esgotamento físico ou mental, se não dispuser de um período consagrado à restauração geral de suas forças, **da mesma forma que uma máquina também precisa ser revista e reajustada após certo período de atividade**. As colônias de férias surgem como solução satisfatória para, de forma racional e econômica, resolver tão importante problema.(...).⁸⁴ (grifos nossos)

O referido Manual, a pretexto de revestir-se de certa cientificidade, lança mão, inclusive, de argumentos médicos como o descrito no trecho a seguir:

Diz o Dr. Waldemar Areno, catedrático de Higiene da Universidade do Brasil: “O gozo do sadio repouso em **coletividades organizadas e criteriosamente conduzidas**, é medida de grande alcance para os que individualmente não possam usufruir tais proventos. As colônias de férias são organizações de saúde, de higiene nos seus vários aspectos, são atividades de assistência social, são escolas de civismo e ambiente favorável ao conagraçamento dos indivíduos”.⁸⁵ (grifo nosso)

Tais palavras evidenciam que o intuito fundamental do “Manual de Recreação: Orientação dos Lazeres do Trabalhador” é converter o “tempo livre” do trabalhador justamente no seu oposto, naquilo que ele não é, ou seja, tempo complementar de trabalho⁸⁶ e, também, de forma muito mais intensa nos dias de hoje, tempo de consumo:

84 RODRIGUES, Juliana Pedreschi. Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p.75

85 Ibid. loc. cit..

86 É importante mencionar uma breve analogia desta proposição com alguns princípios em Direito do Trabalho no que se refere aos benefícios concedidos aos trabalhadores em razão de serem “para” o trabalho ou “pelo” trabalho. A título de exemplificação, trazemos aqui um entendimento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-4 - Recurso Ordinário RO 820811 RS 00820.811) que versa sobre este assunto: “Da intelecção do artigo 458 ,caput parágrafo 2.º, inciso I, da CLT , é possível inferir que a caracterização do salário-utilidade está sujeita ao atendimento de dois requisitos: habitualidade, assim compreendida a reiteração, ao longo do contrato, do fornecimento do bem ou serviço; caráter contraprestativo da benesse, isto é, a utilidade deve ser concedida ao empregado com intuito de retribuir-lhe os serviços prestados. Segue-se, portanto, que o fornecimento de bens ou serviços com o propósito de viabilizar ou aperfeiçoar a prestação dos serviços não ostenta caráter contraprestativo e, via de consequência, não se qualifica como salário in natura. É que, em tal hipótese, a utilidade é concedida para o trabalho, e não pelo trabalho”

O programa de atividades de uma colônia depende, fundamentalmente de sua natureza. Deverá contemplar atividades físicas e mentais, aquelas preferentemente pelas primeiras horas da manhã e as últimas da tarde e estas à tarde e à noite.⁸⁷

Sob tal perspectiva, a dominação do tempo livre tem que ser plena, por isso o controle ideológico é fundamental e abertamente assumido no referido manual: “As atividades de natureza mental mais indicadas são: (...) b) leitura (preferentemente de ficção)”⁸⁸, ficando patente mais uma vez, o “desvio de função” das organizações trabalhistas que deveriam justamente patrocinar a conscientização da classe trabalhadora e não envolvê-la ainda mais na alienação promovida (e vendida) pelo capitalismo.

Destes breves apontamentos percebe-se claramente que o controle da classe trabalhadora é fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O Estado possui papel central nessas políticas de manipulação e cooptação das organizações de trabalhadores, como sindicatos e associações. As conquistas sociais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas demais leis que regulamentaram o trabalho, como o limite da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado, as férias remuneradas, se combinadas com Serviço de Recreação Operária (SRO) e o “Manual de Recreação: Orientação dos Lazer do Trabalhador” parece evidenciar que se estava moldando não um ser humano para exercer sua livre potencialidade, e sim um trabalhador pronto para ser oferecido como “recurso humano” ao “mercado de trabalho, portanto, um ser alienado.”⁸⁹

(Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Utilidade+Concedida+para+o+Trabalho%2C+e+N%C3%A3o+pelo+Trabalho&c=> acesso em 02/06/2015).

Assim, podemos inferir que o “Manual de Recreação: Orientação dos Lazer do Trabalhador” percebe o tempo livre do trabalhador como uma condição “para o trabalho”, pois almeja preservar a produção e não o trabalhador.

87 RODRIGUES, Juliana Pedreschi. Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p.105.

88 Loc. cit..

89 Getúlio Vargas não foi o artífice das mudanças políticas e econômicas que aconteceram no Brasil. Ele foi o porta-voz das transformações exigidas pelo grande capital internacional (e de todas as nações! Talvez, este seja um dos motivos pelo qual o getulismo ora pendia para os Aliados, ora para o Eixo). Por isso, neste sentido, a teoria de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado poderia explicar, ao menos em parte, a “necessidade” da forma fascista ou totalitária de gestão política e econômica em países como o Brasil, Argentina, Portugal, Espanha, entre outros, e mesmo como a Alemanha, a Itália e o Japão (países de unificação ou abertura política e industrialização relativamente tardia, se comparados com outras nações desenvolvidas): “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitado de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no

Porém, apesar dessa centralidade do controle do tempo livre do trabalhador e da importância estratégica que as colônias de férias desempenham nesta função de preparar o trabalhador ao mercado de trabalho, conforme expusemos através do arcabouço jurídico, os estudos e pesquisas e os dados oficiais, e mesmo extraoficiais, conforme já dissemos, são escassos e carecem de fontes fiáveis, não sendo possível, por isso, determinar com precisão quando e onde começam de fato estes meios de hospedagem, construídos e geridos pelas organizações sindicais dos trabalhadores.

Segundo a dissertação de mestrado de Luís Roberto Karklis:

Dos levantamentos feitos pela pesquisa, a primeira colônia de férias no Brasil data do ano de 1934, no município do Guarujá, no litoral do Estado de São Paulo, na baixada santista, inaugurado pelos funcionários públicos desse mesmo estado.^{90 91}

Na mesma dissertação encontramos a seguinte informação:

sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas" (TROTSKY, Leon, Apud , LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Paris: Revista Actuel Marx, n. 18, 1995, p. 8. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39210775/a_teor%C3%ADa_do_developmento_desigual_e_combinado.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1514500222&Signature=j9tGXAXeqPmnBShYG14OuL5gWpc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_teor%C3%ADa_do_developmento_desigual_e_c.pdf>. Acesso 28 dez. 2017.

90 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Dissertação de Mestrado. 2008. Universidade de São Paulo, p. 41. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

91 Trata-se da Unidade de Recreação e Lazer – URL de Guarujá, pertencente à Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP. Conforme consta em seu site na internet: “Em setembro de 1934 a Associação inaugurou as instalações da Colônia de Férias do Guarujá. A primeira turma, com 9 mil associados, partiu da Capital dia 16 de outubro, por trem que partiu da Estação da Luz” (disponível em <<http://www.afpesp.org.br/institucional/Default.aspx?t=5>>, acesso em 26 dez. 2017).

Porém, no mesmo site institucional da AFPESP, mas em um outro link (<<http://www.afpesp.org.br/UL/Default.aspx?h=7>>), há uma informação que coloca em dúvida a precisão dos fatos acima mencionados: “Localizado no litoral sul, a AFPESP Guarujá, **uma das primeiras unidades da Associação**, acompanha a modernidade dos tempos atuais. Sua grandiosa construção, em meio ao ambiente requintado da cidade, é composta por uma estrutura incrível com um sofisticado living revestido com granito e uma deslumbrante vista com muito azul do céu e do mar”. Portanto, é importante salientar que, para não comprometer a presente pesquisa, se foi uma das primeiras, pode ser que não tenha sido “a primeira” colônia de férias nem da AFPESP nem do Brasil. Além disso, consta no “Manual de recreação: orientação dos lazeres do trabalhador”, publicado em 1952, as seguintes informações: “Entre nós, infelizmente, é diminuto o número de colônias de férias em atividade e as que existem, algumas nos Estados, esmeradamente organizadas e dirigidas, se destinam exclusivamente aos escolares”. (grifo nosso)

Pouco mais adiante o mesmo texto diz: “(...) Seria necessário, então, organizar colônias para as várias classes trabalhistas, dirigidas pelo listado ou de iniciativa particular, como aliás já conhecemos algumas em florescente funcionamento, outras em esboço e arquitetadas para o dia de amanhã”. Ante os excertos aqui trazidos, verifica-se e confirma-se as dificuldades encontradas pela presente pesquisa.

Relembrando, é em Praia Grande que se encontra a maior concentração de colônias de férias da América Latina, particularmente na Avenida dos Sindicatos concentram-se cerca de 80% das colônias do município.^{92 93}

Em sua dissertação, apresentada em 2008, Luís Roberto Karklis fez o levantamento do número e a localização das colônias de férias no Estado de São Paulo. Não logramos êxito em localizar outras informações publicamente disponíveis nem pelo Ministério do Turismo, nem pela Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo ou pela Secretaria Municipal de Praia Grande. Vide o mencionado levantamento:

92 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Dissertação de Mestrado. 2008. Universidade de São Paulo, p. 95. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

93 Esta informação foi encontrada também em outros sites, todos, porém, sem referências fiáveis, inclusive no site oficial do Município de Praia Grande, conforme trecho a seguir transcrito: "Conscientes também somos de que ao possuímos a maior concentração de Colônias de Férias da América Latina, a inserção destas no plano de desenvolvimento turístico é de maior importância.

Tabela 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS COLÔNIAS DE FÉRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MUNICÍPIOS

Quantidade de colônias de férias no Estado de São Paulo	
Município	Quantidade
Águas de São Pedro	4
Amparo	1
Avaré	1
Bertioga	4
Campos do Jordão	3
Caraguatatuba	60
Guarujá	3
Ibirá	1
Ilha Comprida	1
Ilha Solteira	1
Itanhaém	15
Lindóia	1
Mongaguá	4
Peruíbe	4
Praia Grande	70
Santana de Parnaíba	4
São Roque	1
Serra Negra	1
Socorro	1
Três Fronteiras	1
Ubatuba	8

Fonte: KARKLIS, Luis Roberto (2008). Organização: RODRIGUES, Gilberto de Oliveira.

Outra pesquisa encontrada, lista algumas colônias instaladas na Baixada Santista, conforme quadro abaixo:⁹⁴

94 ALMEIDA, Fernando Estima de; SUGIYAMA, Maristela de Souza Goto. Colônias de férias: turismo e lazer do trabalhador. Trabalho apresentado ao GT "Turismo Social" do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006. Observação: a referida tabela fora editada para atender a finalidade desta pesquisa, não sendo idêntica à original apresentada pelos autores do referido trabalho. Disponível em <https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT15-2.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

Quadro 1 – Colônias de Férias na Baixada Santista (SP)

Cidade	Colônia de Férias
Bertioga	1. SESC Bertioga 2. Colônia de Férias SABESP
Guarujá	1. Assoc. dos Funcionários da MESBLA 2. Assoc. dos Funcionários Aposentados do Banespa 3. Colônia de Férias Bandeirante 4. Assoc. dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo 5. Associação dos Radialistas do Estado de São Paulo 6. Assoc. Paulista dos Magistrados
Itanhaém	1. Colônia de Férias da Assoc. dos Funcionários do Banco do Brasil 2. Assoc. dos Cabos e soldados e cabos da Polícia Militar 3. Assoc. dos Funcionários Das empresas Bristol do Brasil 4. Assoc. dos Servidores Federais de São Paulo 5. Centro do Professor Paulista 6. Colônia de Férias da assoc. classista do Grupo Schaeferler 7. Colônia de Férias Chico Amaro 8. Colônia de Férias do CMTC Clube 9. Colônias de Férias da Arquidiocese de São Paulo 10. Colônia de Férias da Caixa Econômica Federal 11. Colônia de Férias dos Marceneiros de São Paulo 12. Colônia de Férias dos Oficiais da Reserva da PM 13. Colônia de Férias dos Funcionários Da Construção Civil 14. Colônia de Férias Gastão Vidigal 15. Colônia de Férias Itaú Clube
Mongaguá	1. Colônia de Férias da Associação dos Sub-Tenentes e Sargentos da Polícia Militar 2. Colônia de Férias de Mongaguá 3. Colônia Feticom
Peruíbe	1. Assoc. dos Funcionários Do Jockey Club de Santos 2. Colônia de Férias dos Securitários de São Paulo 3. Colônia de Férias dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo 4. Colônia de Férias Recantos da Saúde do Sindicato da Saúde de Campinas e Região
Praia Grande	1. Colônia de Férias da Apeoesp 2. Colônia de Férias dos Empregados do Comércio do estado de São Paulo 3. Colônia de Férias dos Funcionários Da Assoc. Comercial do Estado de São Paulo 4. Colônia de Férias da Saúde 5. Colônia de Férias da Difusão Cultural e artística 6. Colônia de Férias da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo 7. Colônia de Férias do Clube dos Sub-tenentes e sargentos do II exército 8. Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores de minério e derivados de petróleo do Estado de São Paulo 9. Colônia de Férias dos Gráficos 10. Colônia de Férias dos Metalúrgicos de Santo André 11. Colônia de Férias dos Professores do Estado de São Paulo 12. Colônia de Férias dos Taxistas 13. Colônia de Férias dos Trabalhadores em Alimentação

	14. Colônia de Férias dos Trabalhadores nas Indústrias dos Artefatos de borracha, pneumáticos e afins
15. Colônia de Férias dos Eletricitários de Campinas
16. Colônia de Férias da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo
17. Colônia de Férias dos Trabalhadores da Indústria do Vidro, Cerâmica e Ótica.
18. Colônia de Férias da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de São Paulo
19. Colônia de Férias da Federação dos Têxteis
20. Colônia de Férias da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo
21. Colônia de Férias da Federação dos Empregados do Comércio Hoteleiro do Estado de São Paulo
22. Colônia de Férias da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Papel, papelão e cortiça do Estado de São Paulo.
23. Colônia de Férias dos Ferroviários Hary Normantos
24. Colônia de Férias da Indústria Farmacêutica
25. Colônia de Férias do Sindicato das Costureiras e trabalhadores nas ind. dos munic. Osasco e São Paulo
26. Colônia de Férias do Sindicato dos empregados na indústria de joalheria e relojoaria de São Paulo
27. Colônia de Férias do Sindicato dos Mestres e Contra-mestres da Fiação e Tecelagem
28. Colônia de Férias do Sindicato dos trabalhadores na Indústria e Tecelagem Santo André e Mauá
29. Colônia de Férias do Sindicato dos Coureiros, Sapateiros e Vestimentarista |
|--|--|

Fonte: ALMEIDA, Fernando Estima; SUGIYAMA, Maristela de Souza Goto (2006).

Organização: Gilberto de Oliveira Rodrigues (2017).

É importante destacar que o quadro acima traz algumas colônias de férias que não se enquadram no perfil desta pesquisa por serem patronais ou religiosas como, por exemplo, a Colônia de Férias Itaú (atualmente Fundação Itaú Unibanco), Colônias de férias da Arquidiocese de São Paulo, entre outras. Há também colônias de Férias que não mais existem, como a Colônia de Férias da Associação dos Funcionários da Mesbla. Estes dados serão refinados ao longo da pesquisa.

A Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP) merece destaque em virtude do grande número de colônias de férias que possui (importante ressaltar que esta entidade não mais denomina seus meios de hospedagem como “colônia de férias”, e sim como “unidades de lazer”. Apesar da base territorial da referida entidade se situar no Estado de São Paulo, ela também possui colônias de férias fora deste estado. Elas se localizam em:

- Amparo
- Appenzell (também em Campos do Jordão-SP)
- Areado (MG)
- Avaré
- Campos do Jordão
- Caraguatatuba
- Guarapiranga
- Guarujá
- Itanhaém
- Lindóia
- Monte Verde (MG)
- Poços de Caldas
- São Pedro
- Serra Negra
- Socorro
- Termas de Ibirá
- Ubatuba

No total, Karklis (2008), levantou a existência, somente no Estado de São Paulo, de 189 (cento e oitenta e nove) colônias de férias, um número tanto relativamente como absolutamente expressivo, posto que, segundo publicação realizada pelo Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FHB) na revista Hotelaria em Números – Brasil 2014, editada pela empresa JLL, este número representaria o percentual de aproximadamente 2% do total de 9.909 hotéis existentes no Brasil (se compararmos com a categoria “Hotéis e flats de marcas nacionais, teremos um percentual de aproximadamente 45%), conforme tabela a seguir exposta⁹⁵:

95 FOHB. Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. Disponível em <http://www.fohb.com.br/pdf/Hotelaria_em_Numeros_2014.pdf>. Acesso em 02 maio 2015.

Tabela 2 - Total de hotéis e flats no Brasil

Tipo	Hotéis	%	Quartos	%
Hotéis e flats de marcas nacionais	441	4,4%	68.854	14,2%
Hotéis e flats de marcas internacionais	453	4,6%	80.169	16,5%
Hotéis independentes com até 20 quartos	3.662	37,0%	40.693	8,4%
Hotéis independentes c/ mais de 20 quartos	5.353	54,0%	295.387	60,9%
Total	9.909	100%	485.103	100%

Inclui hotéis e flats inaugurados até junho de 2014

Fonte: JLL - Jones Lang LaSalle, IP, Inc.(2014) Organização: RODRIGUES, Gilberto de Oliveira (2017).

Uma publicação do ano de 2003, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ⁹⁶, traz uma Pesquisa Sindical realizada em 2002, que levantou informações sobre os sindicatos do País em 2001. Visava a referida pesquisa fornecer “um retrato abrangente sobre a estrutura e o perfil sindical no Brasil”⁹⁷. O documento, único do tipo encontrado por esta pesquisa, embora esteja relativamente defasado no tempo (A Pesquisa Sindical 2001 investiga o universo dos sindicatos brasileiros formalizados até 31 de dezembro de 2001), apresenta dados relevantes para a compreensão do nosso objeto de estudo, as colônias de férias.

Esta pesquisa do IBGE teve como um de seus tópicos o tema “Serviços oferecidos pelos sindicatos aos seus associados e/ou aos funcionários de empresas associadas” que, conforme fragmento extraído do referido documento, destaca o papel do sindicato como instituição de cultura e lazer e, também, assistencialista:

Os serviços prestados e as atividades oferecidas a pessoas físicas e os serviços destinados aos funcionários das empresas associadas (no caso dos sindicatos de empregadores) permitem fazer inferências sobre a consolidação e a conformação de determinada categoria profissional e sobre o papel do sindicato como instituição cultural e de lazer, contribuindo para o bem-estar de seus funcionários e de seus associados. A partir destes aspectos, é também possível observar o grau de organização e fortalecimento da própria categoria profissional ou econômica que o sindicato representa.

⁹⁶ Sindicatos : indicadores sociais 2001 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 257p.

⁹⁷ Ibid, p.11.

A Pesquisa Sindical 2001 levantou os serviços oferecidos pelo próprio sindicato e/ou por terceiros através de convênios/acordos firmados com a intermediação do sindicato.

A análise dos principais serviços e das principais atividades oferecidas pelos sindicatos revela que o sindicalismo brasileiro permanece assistencialista, pelo fato de se destacarem entre os principais serviços oferecidos pelas entidades: o jurídico, os serviços e convênios médicos e os convênios odontológicos⁹⁸.

Através de uma montagem realizada com os dados fornecidos pelo referido estudo realizado pelo IBGE, onde foram excluídos os demais serviços prestados pelos sindicatos e mantidos e destacados apenas o item “colônia de férias”, chegamos à seguinte tabela:

Tabela 3 - Sindicatos, urbanos e rurais, por tipo, segundo as Grandes Regiões e serviços prestados e atividades oferecidas aos associados ou aos funcionários das empresas associadas pelos sindicatos – Brasil – 2001 (Exclusivamente colônias de férias)

Região	Sindicatos							
	Total de Colônia de férias	Urbanos						Rurais
		Empregadores	Empregados	Trabalhadores autôno-mos	Agentes autôno-mos	Profissionais Liberais	Trabalhadores Avulsos	Empregadores
Brasil	1228	128	1019	24	5	33	10	4
Norte	13	5	4	1	1	1	1	-
Centro-oeste	42	9	28	1	-	2	-	2
Sudeste	961	96	813	17	2	24	5	1
Sul	156	13	135	-	-	3	3	1
Nordeste	56	5	39	5	2	3	1	-

Fonte: IBGE (2001). Organização: RODRIGUES, Gilberto de Oliveira.

Podemos perceber que a centralização das colônias de férias na região Sudeste e, mais especificamente, no estado de São Paulo, acompanha a tendência da concentração do capital (produtivo e financeiro) também nessas mesmas regiões. Do total de 1.019

⁹⁸ Sindicatos: indicadores sociais 2001 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2002, p. 66.

colônias de férias de trabalhadores (empregados) existentes no Brasil, 813 estão localizadas no Sudeste (o documento não individualiza os estados), sendo que na região Norte existem apenas quatro delas.⁹⁹

Importante ressaltar que o IBGE não menciona as “associações” de trabalhadores, mas tão somente “sindicatos”. Todavia, menciona “associados” e não “sindicalizados”, que seria a expressão correta a se dar aos trabalhadores que compõem o sindicato. Comparando-se o número de colônias de férias para o Estado de São Paulo levantadas na dissertação de Luís Roberto Karklis (189 Colônias de férias pertencentes a associações e sindicatos) com o número do IBGE para a Região Sudeste (813, sem especificar se pertencem aos próprios trabalhadores ou a terceiros, e se incluem, ou não, associações de trabalhadores), confirma-se, mais uma vez, as dificuldades em se precisar os dados quantitativos.

Porém, além das pesquisas acima mencionadas, também procuramos fazer um levantamento do número de colônias de férias e de suas localizações, tanto no estado de São Paulo, como em todas as outras unidades federativas do Brasil. Buscamos em pesquisas na internet, tanto em *sites* oficiais dos órgãos públicos (Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho, entre outros ministérios, Embratur, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, entre outras secretarias deste e dos demais estados brasileiros, etc.), como em bancos de teses e dissertações de universidades públicas e privadas e quase nada encontramos.

O presente levantamento se deu visitando as páginas na internet de sindicatos e associações, federações e confederações de trabalhadores no intuito de encontrar aqueles que mantinham colônias de férias. Esta pesquisa se mostrou uma tarefa hercúlea, pois o “mundo” sindical no Brasil é vastíssimo, como se pode depreender de um recente estudo do IPEA :

Atualmente, há 10.817 sindicatos de trabalhadores, que correspondem a 65,6% do total de organizações de representação de interesses econômicos e

⁹⁹ Cabe salientar que os números apresentados pelo IBGE não deixam claro se as referidas colônias de férias são de propriedade ou mantida por sindicatos ou se colônias de férias de terceiros. No documento em questão, sua metodologia diz que “A Pesquisa Sindical 2001 levantou os serviços oferecidos pelo próprio sindicato e/ou por terceiros através de convênios/acordos firmados com a intermediação do sindicato” (p.66). De qualquer forma, não deixa de ser de grande expressão o envolvimento do movimento sindical com o turismo e com a produção do espaço pelo turismo.

profissionais. (...) a maioria desses sindicatos representa os trabalhadores de áreas urbanas (73,8% deles). Eles estão concentrados principalmente na região Sudeste (33,1%), Nordeste (27,0%) e Sul (23,8%). Esses sindicatos representam, principalmente, empregados (43,4% dedicados aos empregados privados e outros 17,4% dedicados aos públicos). E, em termos de circunscrição geográfica, eles têm tipicamente uma base local, restrita a um município (50,1%) ou a um pequeno número de municípios (30,3%). A propósito, este é um aspecto fundamental para o debate travado na seção final deste trabalho.¹⁰⁰

Portanto, se ao falarmos de Colônias de férias de trabalhadores, estamos falando de organizações sindicais, isso significa “Consequentemente, pelo menos em princípio, os 10,8 mil sindicatos descritos anteriormente têm o direito de falar e agir em nome de 107,2 milhões de trabalhadores”¹⁰¹, o que representa um universo muito vasto para alcançarmos em sua totalidade.

Mesmo em um recorte espacial menor, como o Sudeste, teríamos ainda 1/3 deste número total de sindicatos, ou seja, por volta de 3.500. Assim, como não há dados oficiais sobre o número de colônia de férias no Brasil ou no estado de São Paulo, bem como nem todo sindicato ou associação de trabalhadores mantém páginas na internet, nosso levantamento, embora longo e com a máxima dedicação possível, não é taxativo nem foi exaurido. Serve, porém, para dar a dimensão, que não parece ser pouca, do tamanho e do alcance que as colônias de férias têm sobre o espaço e o cotidiano do trabalhador.

100 CAMPOS, André Gambier. Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, p. 10. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_2262.pdf>. Acesso 11 set. 2017.

101 Op. cit.p.11.

Quadro 2 - Distribuição das colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores dos setores público e privado pelo território brasileiro

Região	Estado	Município	Quantidade / Colônia -sindicato - associação
Norte	1 -ACRE		Nenhuma colônia encontrada
	2-AMAZONAS		Idem
	3 - PARÁ	Salinópolis	1) Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
	4- RONDÔNIA		Nenhuma colônia encontrada
	5- RORAIMA		Idem
	6-TOCANTINS		Idem
Centro-oeste	7- DISTRITO FEDERAL		Nenhuma colônia encontrada
	8- GOIÁS	Aruanã	1) Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás - ADPEGO
			2) Associação dos Funcionários Federais do Estado de Goiás - AFFEGO
			3) Associação dos Subtenentes, Sargentos e Bombeiros do Estado de Goiás - ASSEGO
			4) Associação dos Servidores Federais em Transporte - ASDNER
			5) Associação dos Servidores de Extensão Rural de Goiás - ASSERGO
			6) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás - STIUEG
			7) Sindicato dos Funcionários do Legislativo Goianiense – Sindflego
			8) Sindicato dos Trabalhadores do Município de Goiânia - SINDIGOIÂNIA
			9) Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás
		Caldas Novas	1) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás
			2) Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás
			3) Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás
	9- MATO GROSSO	Alta Araguaia	1) Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso
		Cáceres	1) Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso
		Chapada dos Guimarães	1) Sindicato dos Trabalhadores Telefônicos do Estado de Mato Grosso
		Cuiabá	1) Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso
		Pontal do Araguaia	1) Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso
		Rondonópolis	1) Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso
	10 – MATO GROSSO DO SUL	Bonito	1) Associação dos Servidores Federais em Transportes
		Campo Grande	1) Associação dos Servidores Federais em Transportes

Nordeste	11-ALAGOAS	Maceió	1) Associação dos Servidores Federais em Transportes
			2) Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal- AL
	12-BAHIA	Camaçari	1) Sindicato dos Bancários da Bahia
		Porto Seguro	1) Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
		Prado	1) Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais
			2) A Associação dos Auditores Tributários do Distrito Federal
		Salvador	1) Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia
			2) Associação dos Servidores Federais em Transportes
		Santa Cruz da Cabrália	1) Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais
	13- CEARÁ	Aquiraz	1) Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
		Caucaia	1) Associação dos Servidores do Departamento de Edificações e Rodovias
		Fortaleza	1) Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Gastronomia no Estado do Ceará
		São Gonçalo do Amarante	1) Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará
			2) Associação dos Servidores do Departamento de Edificações e Rodovias
	14- MARANHÃO	São Luiz	1) Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
	15- PARAÍBA	João Pessoa	1) Associação dos Servidores Federais em Transportes – PB
	16- PERNAMBUCO	Cabo de Santo Agostinho	1) Associação Pernambucana dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
	17- PIAUÍ	Luís Correia	1) Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Piauí- PI
			2) Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social no Estado do Piauí
			3) Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários no Piauí
			4) Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Piauí
			5) Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviço de Teresina
			6) Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa (Asalpi-Sindicato)
	18- RIO GRANDE DO NORTE	Parnamirim	1) Associação dos Servidores Federais em Transportes – RN
			2) Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte
	19- SERGIPE		Nenhuma colônia encontrada
Sul	20- PARANÁ	Curitiba	1- Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná

		Guaratuba	1- Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná
			2-Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná
			3- Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná
			4- Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Paraná
			5-Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Maringá e Região
			6- Associação dos Rodoviários do Paraná
		Matinhos	1- Associação dos Servidores do SUS do Paraná
			2- Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Londrina e Região
			3- Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de Londrina e Região
			4- Associação dos funcionários da secretaria de estado da agricultura
			5- Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná
			6- Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná
			7- Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil
		Pontal do Paraná	1-Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias nos Estados do Paraná e Santa Catarina
			2- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região
	21) RIO GRANDE DO SUL	Arroio do Sal	1- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Caxias Sul
		Capão da Canoa	1-Sindicato dos Radialistas de RS
		Capão Novo	1-Associação dos Funcionários do Grupo DIMED - Panvel
		Cidreira	1- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul
			2- Sindicato dos Empregados em Transporte de Carga Seca do Estado de RS
			3- Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre
		Imbé	1- Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trab. nas Ind. Ser. M. M. de Porto Alegre
			2- Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita
			3- Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
		Pinhal	1-Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Rio Grande do Sul
			2- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos,

			Cosméticos, Perfumaria, Artigos de Toucador e Defensivos Animais de Porto Alegre, Viamão, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, e Gravataí no Rio Grande do Sul
			3- Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Panificação, Laticínios, Chocolate, etc.
		Rio Grande	1- Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul
			2- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande e Região – SEEBRG
		Tramandaí	1-Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul
	22 - SANTA CATARINA	Bombinhas	1- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campinas
		Florianópolis	1-Associação Catarinense de Professores
			2- Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
			3- Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina
		Garopaba	1- Sindicato dos Técnicos-Administrativos da UFRGS e UFCSPA e IFRS
			2- Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
		Itapoá	1- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná - FETRACONSPAR
			2- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliária de Umuarama
			3- Sindicato dos Oficiais Marceneiros do Estado do Paraná
			4- Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná
			5- Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná
			6- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Madeira e Mobiliário de Cascavel e Região
			7 -Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Mármore e Granitos de Curitiba e Região Metropolitana
		Joinville	1- Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville
		Laguna	1- Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul
		Palhoça	1- Associação dos Previdenciários e Servidores Públicos
			2-Associação Catarinense de Professores

		Porto Belo	1- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e tecelagem de Blumenau
		São Francisco do Sul	1- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região
Sudeste	23) ESPIRITO SANTO	Fundão	1 - Associação dos Exatores do Estado de Minas Gerais
		Itapemirim	1- Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais
			2-Associação dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
			3- Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região
		Serra	1- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais
			2-Sindicato dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana
	24) MINAS GERAIS	Areado	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
		Monte Verde	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
		Poços de Caldas	1- Sindicato dos Professores de São Paulo
			2- Centro do Professorado Paulista - CPP
			3- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
	25) RIO DE JANEIRO	Araruama	1- Sindicato dos Práticos de Farmácia / RJ – SINPRAFARMA
		Itaboraí	1-Sindicato dos Empregados em Concessionárias e Distribuidoras de Veículos Automotores do Estado do Rio de Janeiro
		Japeri	1-Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro
		Magé	1- Sindicato dos Empregados, Vendedores, Viajantes e Pracistas do Comércio no Estado do Rio de Janeiro
		Miguel Pereira	1- Sindicato Nacional dos Aeroviários
			2- Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro
		Paraty	1- Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro
		Paty do Alferes	1- Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro
		Rio Bonito	1- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro
		Rio de Janeiro	1-Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública / Sindicato dos Trabalhadores da FIOCRUZ
		Teresópolis	1-Sindicato dos Securitários do Estado do Rio de Janeiro
		Vassouras	1- União dos Educadores da Cidade do Rio de Janeiro

	26- SÃO PAULO	Águas de Lindóia	Centro do Professorado Paulista
		Águas de São Pedro	1- União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
			2- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			3- Centro do Professorado Paulista
		Amparo	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
		Atibaia	1- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí e Região
		Avaré	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			2- Associação do Pessoal da Caixa Econômica do Estado de SP
		Bertioga	1- Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo
			2- Sindicato dos Trabalhadores no Sistema de Operação, Sinalização, Fiscalização Manutenção e Planejamento Viário e Urbano do Estado de São Paulo
			3- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
			4- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
			5- Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo
			6- Sindicato dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo
		Bragança Paulista	1- Associação dos Servidores Municipais de São Paulo
		Campos do Jordão	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			2- União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
			3- Associação dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo
			4- Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo
			5- Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo
			6- Centro do Professorado Paulista
			7- Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado de SP
		Campina do Monte Alegre	1- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
		Caraguatatuba	1- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo

			2- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Plástica de São Paulo
			3- Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo.
			4-Sindicato dos Padeiros de São Paulo
			5- Sindicato do Urbanitários de Santos e Região
			6- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			7- Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP
			8-Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo e região.
			9- Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, Aparthotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares do Estado de São Paulo
			10-Sindicato dos Eletricitários de São Paulo
			11-Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de SP e MS
			12- Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo
			13-Sindicato dos Metroviários de São Paulo
			14-Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas de São Paulo
			15-Sindicato dos Rodoviários do Grande ABC
			16- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo
			17- Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo
			18– Colônia de férias I do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo
			19– Colônia de férias II do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo
			20- Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo
			21- A Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
			22- Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo

			23- Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região
		Guarujá	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			2- Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo
			3- Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de SP
		Ibirá	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			2- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
			3- Centro do Professorado Paulista
		Ilhabela	1-Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo
		Ilha Comprida	1- Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Sorocaba e Região
		Ilha Solteira	1- Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo
		Itanhaém	1- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
			2- Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo
			3- Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo
			4- Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo
			5- Federação do Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP
			6-Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			7-Sindicato dos Propagandistas, e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo
			8-Sindicato dos Bombeiros civis do Estado de São Paulo
			9- Sindicato dos Metroviários de São Paulo
			10- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado de São Paulo
			11- Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba
			12- Centro do Professorado Paulista
			13- Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de SP
			14 - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado de SP
		Itirapina	1- Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Paulista
		Lindóia	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			2- União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo

		Mongaguá	1-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
			2- Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
		Nazaré Paulista	1-Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
			2- Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Fabricação, Beneficiamento e Transformação de Vidros, Cristais, Espelhos, Fibra e Lã de Vidro no Estado de São Paulo.
		Paulicéia	1-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
		Peruíbe	1- Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, Aparthotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares do Estado de São Paulo
			2- Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de SP
			3- Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de SP
			4- Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo
			5- Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo
			6- Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região
			7- Sindicato dos Trabalhadores em Fast-food de São Paulo
			8- Federação Interestadual dos Trabalhadores Hoteleiros de São Paulo e Mato Grosso do Sul
			9- Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo
			10- Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo
			11- Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
		Praia Grande	1-Sindicato dos Comerciantes de São Paulo
			2- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Plástica de São Paulo
			3-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
			4-Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do ABCDMRPRGS
			5- Sindicato dos Professores de São Paulo
			6- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de

			Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo
			7- Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo - unidade I
			8-União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
			9- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
			10- Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, Aparthotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares do Estado de São Paulo
			11-Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo
			12-Sindicato dos Eletricistas de São Paulo
			13- Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo
			14- Sindicato dos Gráficos de São Paulo
			15- Sindicato dos Práticos de Farmácias, e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de São Paulo
			16-Sindicato dos Empregados em Editoras de Livros
			17- Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de São Paulo
			18-Federação dos Papeleiros do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul
			19-Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo
			20- Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo
			22-Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Reciclagem de Material Plástico do Estado de São Paulo
			23-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo
			24- Colônia de Férias da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de São Paulo
			25- Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo
			26- Colônia de Férias da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo
			27- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo
			28 - Sindicato Aeroviários Estado São Paulo
			29 – Colônia de férias I do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo

			30- Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de São Paulo
			31 - Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo - unidade II
			32- Sindicato dos empregados vendedores do comércio do Estado de São Paulo
			33- Centro do Professorado Paulista
			34- Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo
			35-Sindicato dos Empregados em Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo
			36- Sindicato dos Trabalhadores Papeleiros das Indústrias de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo
			37- Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo
			38- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da construção e do Mobiliário de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
			39- Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins de São Paulo e Região
			40-Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo
			41- Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística do Estado de São Paulo
			42- Sindicato Unificado dos Coureiros e Sapateiros do Estado de São Paulo
			43- Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Paulista
			44- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Comunicação e Serviços Gráficos de São Paulo e Região
		Sales	1- Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
		Santana de Parnaíba	1- Associação dos Servidores Municipais de São Paulo
			2- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de SP
		São Sebastião	1- Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores de propaganda e dos Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo Recanto I

Fontes:

			2- Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores de propaganda e dos Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo Recanto II
			3- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo
		Serra Negra	1-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo
			2- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			3- Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de SP
		Socorro	1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
			2- A Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
			3-União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
		Ubatuba	1- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
			2-Associação dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo
			3-Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo
			4- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí e região
			5- Centro do Professorado Paulista
			6 - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado de SP
			7- Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
		Vinhedo	1- Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo

informação constante no APÊNDICE ÚNICO p. 287.

Organização: RODRIGUES, Gilberto de Oliveira (2017)

Nossas pesquisas apuraram a presença de 270 colônias de férias de sindicatos, associações, federações e confederações de trabalhadores dos setores público e privado em todas as cinco regiões brasileiras, estando presentes em 19 estados e espalhadas por 94 municípios brasileiros. Do total, 150 destas colônias estão localizadas no Estado de São Paulo, distribuídas por 30 municípios. Assim, ante os dados apresentados, podemos concluir que a criação de colônias de férias repercute não só na apropriação e produção do espaço e no reflexo que estas ações geram nos espaços e nas populações ao seu entorno, mas também ampliam relações sociais e de produção dentro da própria classe trabalhadora,

além de inserir, no mercado de trabalho relacionado ao turismo, novos trabalhadores e, em tese, novos sindicatos (e novos conflitos)¹⁰².

102 Os mencionados estudos do IBGE revelam que “os grupos mais heterogêneos, “empregados em turismo e hospitalidade” e “empregados de agentes autônomos do comércio”, foram responsáveis, em conjunto, por 9% do acréscimo do número de sindicatos de trabalhadores. No que se refere a “empregados em turismo e hospitalidade”, seu número de sindicatos cresceu a uma taxa média anual de 5,7%, entre 1992 e 2001, e a sua participação no total de sindicatos de trabalhadores ficou em torno de 5%”(Sindicatos : indicadores sociais 2001 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2002, p. 24).

2. TURISMO SINDICAL E COLÔNIA DE FÉRIAS: GÊNESE E GENÉTICA

2.1. Um parêntese necessário

Em 1867, reportava Marx:

“Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais londrinos trouxeram um parágrafo com a “*sensational*” manchete: “*Death from simple Overwork*” (morte por simples sobretrabalho). Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos de idade, empregada numa manufatura de modas deveras respeitável, fornecedora da Corte e explorada por uma senhora com o agradável nome de Elise. A velha história, muitas vezes contada, foi agora redescoberta e nos diz que essas moças cumprem uma jornada de, em média 16 ½ horas e que, durante a *season*, chegam frequentemente a trabalhar 30 horas ininterruptas (...). E se estavam então justamente no ponto alto da *season*. (...) Mary Anne Walkley trabalhara 26 ½ sem interrupção, juntamente com outras 60 moças, divididas em dois grupos de 30, cada grupo num quarto cujo tamanho mal chegava a conter 1/3 do ar necessário, enquanto à noite partilhavam, duas a duas, uma cama num dos buracos sufocantes onde tábuas de madeira serviam como divisórias entre os quartos de dormir. E essa era uma das melhores casas de moda de Londres. Mary Anne Walkey adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo, sem que, para surpresa da Sra. Elise, tivesse terminado a última peça. O médico, Sr. Keys, chamado tarde demais ao leito de morte, testemunhou perante o Coroner’s Jury, com áridas palavras: “Mary Anne Walkey morreu devido às longas horas de trabalho numa oficina superlotada e por dormir num cubículo demasiadamente estreito e mal ventilado”.¹⁰³

Passados 146 anos, em 2013, o Ministério Público do Trabalho – MPT no Brasil reportava:

A presente ação civil pública trata, entre outras matérias, da responsabilidade social e jurídica da empresa M5 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, grande magazine varejista, que produz, industrializa e comercializa peças de vestuário da

¹⁰³ MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 327/328.

marca “M. OFFICER”, pela existência de trabalho em condições análogas à de escravo em sua cadeia produtiva (...).

(...) Aos 13 dias de novembro de 2013, representantes do Ministério do Público, acompanhados de Auditores Fiscais do Trabalho da SRTE/SP, e de três policiais do DHPP da Polícia Civil, em fiscalização ocorrida para instruir Inquérito Civil diverso, conforme já dito alhures, se dirigiram, à Rua Cristina Tomás, 152, Bom Retiro, São Paulo/SP, CEP 01.129-020. No local, funcionava uma oficina de costura onde foram encontrados quatro trabalhadores costurando peças de vestuário, conforme relato ministerial (...)

(...) No mesmo local, residiam os trabalhadores com suas famílias, incluindo três crianças. Integravam a família de origem paraguaia um casal, uma criança e um primo. A outra, de origem boliviana, era composta de um casal e duas crianças.

Ali, as condições de meio ambiente de trabalho, saúde e segurança eram péssimas: instalações elétricas em más condições, não utilização de EPI's, material altamente inflamável sem a devida segurança, inexistência de extintores de incêndio, máquinas sem a devida proteção, cadeiras sem condições ergonômicas. Na única janela existente e que tinha visibilidade para rua, havia um pano cobrindo a vista.

Ao lado da sala de produção improvisada, onde ficavam as máquinas de costura, havia outro pequeno cômodo com fogão e pia, sem espaço para circulação ou alimentação. As refeições também eram preparadas neste pequeno local, não havendo recinto específico para alimentação. Os trabalhadores se alimentavam nos quartos de dormir de cada família.

Havia um único banheiro coletivo e três quartos. Em um deles, verificamos um forte odor de urina, ambientes com poeira excessiva e o corredor era utilizado para pendurar as roupas, sendo que as pessoas tinham que desviar para não derrubá-las.

No quarto da família de origem boliviana, havia apenas uma cama de casal, na qual dormia toda a família: o casal e as duas crianças. No outro quarto, a

criança estava fazendo a lição de casa, sentada na cama e apoiada em um criado mudo (...).¹⁰⁴

Uma constatação histórica desta envergadura revela uma realidade social aparentemente irrefutável: qualquer forma de exploração é possível e passível de ser utilizada no modo de produção capitalista, sendo que as formas exploratórias não são situações fortuitas nem isoladas, mas estão integradas no capitalismo. São, portanto, formas de exploração a qualquer tempo para os capitalistas, que se valem, tanto da mais valia absoluta, quanto da mais valia relativa, para expandirem e acumularem seus capitais.

Objetiva-se, portanto, com a breve exposição destes excertos, demonstrar que a exploração, em qualquer de suas formas, está no cerne e é indissociável do modo de produção capitalista, e, acima de tudo, que ela é atemporal, um “anacronismo crônico” mesmo quando esta exploração não se dá em limites tão extremos como no trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo, situação em que a extração de mais valia absoluta prevalece. Todavia, é importante salientar, quando a mais valia relativa prevalece, não é a exploração que diminui, mas a eficiência da sua exploração. Portanto, relações de trabalho presentes e passadas, manifestam-se na luta de classes, que se revelam, obrigatoriamente, também no espaço, tanto no espaço inglês de “uma oficina superlotada, num cubículo demasiadamente estreito e mal ventilado”, ou num espaço paulistano...

Se hoje juridicamente é condenável o que se convencionou chamar de trabalho análogo ao escravo o que antes era juridicamente considerado como trabalho livre, a essência não se altera pela reformulação do conceito nem pelo grau de intensidade da exploração, ou seja, tanto o trabalho dito livre, quanto o trabalho escravo no modo de produção capitalista fundamenta-se na relação de exploradores e explorados, portanto, na luta de classes.

Ora, ora...! Mas o que tudo isso tem a ver com o sol e o mar, com o ar, dito “puro”, dos verdes campos ou das montanhas? O que isso tem a ver com colônia de férias e, mais especificamente, com colônia de férias de trabalhadores? Pois não é justamente no seu contrário, o trabalho alienado (e alienante), que se fundamenta, ao menos em “aparência”, a existência do lazer dos trabalhadores? Não é, segundo uma parte do pensamento

104 ONG Repórter Brasil. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/acp-mofficer.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2017.

acadêmico, o tempo de não trabalho um corolário do tempo de trabalho? Tem a ver que a própria produção do espaço, seja ele urbano ou não, antes de mais nada, se origina e, concomitantemente, reflete a luta de classes. É a luta de classes que dão conteúdo ao espaço:

(...) O conteúdo do espaço é o conteúdo da sociedade: o processo do trabalho em suas manifestações concretas. Numa sociedade cuja base seja um processo de trabalho vincado por contradições de classes, como a sociedade capitalista, o conteúdo são as lutas travadas por estas classes contraditórias.¹⁰⁵

Importante destacar que o espaço, embora possua funcionalidades e desigualdades diversas, mesmo quando não diretamente voltado para o processo do trabalho (mas sendo dele indissociável, mesmo que indiretamente), ainda assim, mantém seu conteúdo e suas contradições em razão daquilo que o fundamenta, a luta de classes: “O espaço organiza-se segundo a estrutura de classes do lugar e a correlação de forças que entre elas se estabeleça. (...) Assim, a estrutura de classes da sociedade traduz-se como um espaço estruturado em classes”¹⁰⁶.

As colônias de férias são uma das materializações espaciais desta luta contraditória, a razão de sua própria existência: “As classes entrechocam-se e a organização do espaço será o que estiver sendo a correlação de forças produzida pela confrontação”¹⁰⁷. Portanto, as colônias (objetos de lazer no mundo do trabalho) nada mais representam do que uma organização espacial que se origina exatamente pelo fato de que o espaço é apropriado e produzido de maneira desigual, e, também, em condições desiguais, caso contrário não haveria razão para existir um espaço específico, no caso de lazer, para trabalhadores e que, embora específico aos trabalhadores, encontra-se totalmente sujeito aos valores de uso e aos valores de troca determinados nas relações capitalistas, pois a condição de mercadoria do trabalhador transpassa as relações diretamente ligadas à produção e se instalam com pesada força na integralidade de seu cotidiano, inclusive no seu tempo dito livre.

105 MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. Brasiliense, 1992, p. 92.

106 Ibid. loc. cit..

107 Ibid., p. 93.

2.2. Apontamentos históricos, espaciais e conceituais sobre turismo sindical e colônias de férias de trabalhadores

Se o que dá sentido ao espaço é a luta de classe, é bom conceituá-la um pouco mais:

Por “luta de classes” não devemos entender, como quer a classe dominante, a “luta da classe”, isto é, as ações do proletariado contra a burguesia. O plural “classes” é essencial: a luta se realiza com as ações cotidianas da burguesia para conservar a exploração e a dominação do proletariado, bem como as ações cotidianas do proletariado aceitando ou recusando a ação burguesa. A luta de classes é a forma da relação social numa sociedade dividida em classes e por isso se realiza tanto na calma rotineira do cotidiano, nas legislações trabalhistas, nas eleições, assim como nas ações espetaculares das greves, revoltas e revoluções e nas medidas repressivas (policiais e militares) da burguesia.¹⁰⁸

Toda a trajetória da luta de classes no modo de produção capitalista é importante, pois é ela que dá conteúdo à história e ao espaço; ela é “a história dos homens produzindo e reproduzindo a existência por intermédio do processo do trabalho”¹⁰⁹, mas alguns momentos se revelam mais intensos do que outros. As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX mudaram a história da classe trabalhadora e do mundo. Foi um período de possibilidades reais em que os protagonistas principais, aqueles que de fato produzem e que são alienados de sua produção, os trabalhadores, poderiam, à luz do discernimento da filosofia marxista, passar a escrever a História. Foi um período de esperanças, mas que o capitalismo as faria esvair:

A filosofia de Marx é um protesto; é um protesto impregnado de fé no homem, em sua capacidade para libertar-se e para realizar suas potencialidades. Esta fé é um traço do pensamento de Marx que caracterizou o espírito do Ocidente desde o fim da Idade Média até o século XIX, e hoje tão rara (...)

(...) Com efeito, enquanto o pensamento ocidental do século XIII ao XIX (ou quiçá, para ser preciso, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914) era de esperança, de uma esperança alicerçada nas idéias proféticas e greco-romanas,

108 CHAUÍ, Marilena. In. O direito a preguiça. LAFARGUE, Paul. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec, UNESP, 1999, p. 34.

109 MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. Brasiliense, 1992, p. 90.

os últimos quarenta anos têm sido de crescente pessimismo e desesperança. A pessoa comum vive à procura dum refúgio, tenta escapar da liberdade e busca segurança no colo do grande Estado e da grande empresa (...).¹¹⁰

Ao contrário do que o olhar do presente se habituou a imaginar sobre o passado e, também, sobre o próprio presente, o confronto entre patrões e trabalhadores era muito mais intenso e enérgico, e se estendia aos mais variados campos da vida social (político, econômico, cultural, etc.) do que a “vã filosofia” burguesa ou mesmo a “vã filosofia” da esquerda burocrática costumam imaginar... portanto, o período que vai aproximadamente da 1ª Internacional Socialista (1864) à 3ª Internacional (1919), refletem ações e reações da classe trabalhadora, ante ações e reações da burguesia, que pretenderam construir um mundo diferente...

Neste período, o capitalismo se encontrava frente a três enfrentamentos principais. Enfrentava com maior ou menor dificuldade os resquícios do modo de produção anterior, especialmente nos países considerados, por parte da literatura, como de desenvolvimento industrial tardio. Em razão destes resquícios, ao menos em parte, também enfrentava uma disputa em seu interior que se manifestava na luta entre o capital concorrencial e o capital monopolista e, também, entre os próprios capitais monopolistas. Em todos estes casos, a expansão do capitalismo monopolista, estágio superior aos demais, não foi consequência de um desenvolvimento “natural”, o mesmo podendo se dizer do capitalismo concorrencial ou da mudança do modo de produção. Eram necessários mecanismos que combinassem estas desigualdades para que o capital superasse suas diferentes fases e pudesse se desenvolver. A transição para esta forma superior de acumulação capitalista aconteceu graças à reorganização do aparelho estatal e à sua intervenção direta, através da militarização do poder político do Estado e pela reorientação da política econômica nacional, integrando assim a produção, tanto no plano nacional, como no internacional, o que demonstra a importância da geografia neste momento histórico:

Contrariamente ao que julgam aqueles autores que dividem o capitalismo em centro e periferia, atribuindo ao centro todas as novidades e deixando à periferia as imitações tardias, o capitalismo tem desde o início sido um modo de produção integrado e, na verdade, multicentrado, no qual o papel inovador das chamadas periferias não é menos significativo do que o dos centros. Sem o seu estágio de

soberania nos espaços coloniais as grandes empresas não teriam podido afirmar tão facilmente nas metrópoles um poder político próprio.¹¹¹

Porém, todas estas ações, principalmente a integração da produção numa escala mundial, a partir de uma divisão internacional do trabalho que foi sendo construída e foi se firmando como indispensável, de nada valeriam se desde o começo, com seus erros e acertos, o capital não tivesse se preocupado com o “motor da história”, ou seja, a luta de classes, afinal, não só de recursos naturais e matérias primas, transformados em mercadorias, vive a produção capitalista. Os recursos humanos, a mais prima das matérias, e também (ou acima de tudo) mercadoria, são o elemento essencial, a própria fonte da vida do capitalismo:

Além disso, a massa dos simples trabalhadores – força de trabalho massiva, excluída do capital ou de qualquer outra satisfação limitada – pressupõe o mercado mundial e também a perda, não mais temporária e devida à concorrência, desse próprio trabalho enquanto uma fonte segura de vida. O proletariado [pressupõe, portanto, a história universal como existência empírica prática. (S.m.)] só pode, portanto, existir histórico-mundialmente, assim como o comunismo; sua ação só pode se dar como existência “histórico-mundial”; existência histórico-mundial dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à história mundial.¹¹²

Ou seja, (ainda) não como matéria bruta a ser lapidada (classe para si), mas como matéria lapidada a ser brutalizada (classe em si), o capital humano, a classe trabalhadora, existe (ainda que internacional e territorialmente o trabalho seja dividido), pois assim se exige, como condição geral de produção, integrada e unificada ao sistema mundial de produção capitalista, tanto como produtora, como produto destas relações produtivas:

O que importa sublinhar neste ponto da análise é o facto de o capitalismo, sendo o primeiro regime de produção sistemática de mercadorias, pressupor uma concorrência pelo aumento da produtividade, de que resulta uma integração tecnológica estreita das empresas particulares e que se assenta materialmente

111 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 14.

112 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Boitempo Editorial, 2016, p. 39.

nas condições gerais de produção. A expansão permanente do mercado e as condições gerais de produção são dois aspectos correlativos do sistema capitalista. Para que o desenvolvimento do mercado possa ter lugar é necessária a formação de um proletariado numeroso, não só em cada país, mas sobretudo num processo de proletarização a nível mundial.¹¹³

Se num primeiro momento a burguesia tenta dominar a classe trabalhadora, este recurso humano/ mercadoria, à força bruta, como fez tantas vezes para dominar outras fontes de matérias-primas, a experiência vai lhes ensinar que a cooptação é um método mais eficaz, econômico, produtivo e lucrativo.

O capitalismo, considerando o alto custo social da repressão direta, recorre a inovações tecnológicas para o aumento da produtividade, isto é, da exploração do trabalho. Daí a importância da exploração da mais-valia relativa, que tem como complemento a emergência de ideologias conciliatórias, de “participacionismo”, “co-gestão”, onde se afirma a vitória dos exploradores do trabalho.¹¹⁴

O período que compreende o fim do século XIX e o começo do século XX será fundamental para ambas as classes justamente porque a coesão que havia entre os trabalhadores irá se deteriorando¹¹⁵ ao mesmo tempo em que os capitalistas vão se tornando uma classe mais coesa. Mais uma vez, o papel do Estado será fundamental neste reordenamento de forças. À medida que se constrói a ideia de nacionalidade, a identidade de classe dos trabalhadores, que alcançava uma escala internacional, vai sendo corroída

113 BERNARDO, João. O inimigo oculto: Ensaio sobre a luta de classes: Manifesto anti-ecológico. 1979, p. 25 .

114 TRAGTENBERG, Maurício. In. Economia dos conflitos sociais. BERNARDO, João. São Paulo: Cortez, 1991, contracapa.

115 Uma evidência desta fragmentação, ocorrida a partir do interior da classe trabalhadora, já se encontra presente na 1ª Internacional, quando em 1872, ela se divide com a expulsão dos anarquistas, o que foi um passo atrás para a consciência e consolidação dos trabalhadores enquanto classe a enfrentar seu oponente, a burguesia. Ainda, assim, permanecia um consenso de que a emancipação dos trabalhadores só poderia se realizar através da via revolucionária, ou, como diriam Marx e Engels: “A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Boitempo Editorial, 2016, p. 534). Porém, talvez seja mais relevante para esta fragmentação, também a partir do interior da classe trabalhadora, porém com uma influência da burguesia que vai se tornando cada vez mais presente, a 2ª Internacional, a partir da qual a centralidade dos trabalhadores na sua emancipação e na construção de uma sociedade sem classes, ou seja, que o pressuposto primeiro contido nos Estatutos da Primeira Internacional de que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores” vai se enfraquecendo e se deslocando para aquilo que se convencionou chamar de reformismo, que iria originar a social-democracia, para a qual, a conciliação de classes era o caminho para o fim das classes. Esta cisão entre revolucionários e reformistas no interior da classe trabalhadora foi, talvez, o principal obstáculo à consolidação dos trabalhadores como classe, e, portanto, internacional. A Geografia, principalmente a Geografia Política, irá consolidando esta fragmentação dos trabalhadores enquanto classe à medida que o espaço da classe vai cedendo lugar ao espaço da nação, do nacional, do nacionalismo.

e fragmentada, e eles vão sendo empurrados, cada vez mais, à tutela do Estado – o mesmo ente que atua em favor dos interesses da burguesia – na defesa de seus direitos:

Essa divisão (fragmentação) da classe trabalhadora se reflete espacialmente a partir do estranhamento fundamentado no nacionalismo. Quanto mais a exploração do trabalho aumenta, quanto maiores forem as crises do capital, mais a classe trabalhadora tende a se valer da nação para tentar se defender. Inversamente, o capital perpassa todas divisas políticas e se transnacionaliza, estendendo suas trevas exploradoras (e expropriadoras) por todo o planeta, tornando-se cada vez mais forte e poderoso.¹¹⁶

Ainda neste sentido, é importante separarmos conceitos que, embora sugiram similitudes, na verdade divergem quanto ao conteúdo, como é o caso da diferença entre mundialização da economia e mundialização das classes sociais, conforme expõe João Bernardo:

Não se deve confundir a mundialização da economia com a mundialização das classes sociais. Há uma defasagem entre as duas questões. A internacionalização e, em seguida, a transnacionalização da economia corresponderam a um desenvolvimento do capitalismo e implicaram, portanto, o reforço dos capitalistas. Em termos sociais, uma classe fortalece-se quanto mais coesa está. Isto significa que os capitalistas aumentaram a sua coesão à escala internacional. Ora, o reforço dos exploradores só se opera mediante a debilitação dos explorados. Trata-se de dois aspectos de uma mesma realidade. A fraqueza dos explorados corresponde à sua fragmentação social e as fronteiras nacionais são uma das formas assumidas por esta divisão. Atualmente temos uma economia transnacionalizada, capitalistas internacionalizados e trabalhadores repartidos por nações.¹¹⁷

Se hoje o sentimento nacional parece ser um sentimento desde sempre, inato, natural, que vai desde os arroubos esportivos aos maiores genocídios, os sentimentos que povoavam o “coração” da classe trabalhadora eram outros, e não este, e os trabalhadores percebiam sua realidade de uma outra forma:

116 RODRIGUES, Gilberto de Oliveira. A alma partida do trabalhador na era capitalista das trevas. Trabalho apresentado ao GT Geografia do Trabalho e as Contradições do Mundo Contemporâneo” do XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - Presidente Prudente, 9 a 12 de outubro de 2015, p. 2.

117 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p.47.

(...) nas novas empresas industriais, ou naquelas zonas rurais onde o desenvolvimento capitalista aniquilava já a propriedade familiar, a nova forma de exploração, a extorsão da mais-valia, dava lugar a lutas sociais do tipo novo, onde os assalariados proletários se defrontavam exclusivamente com os homens do capital. Se durante tanto tempo esses conflitos permaneceram isolados e particularizados, começam a unificar-se numa luta generalizada ao longo da primeira metade do século dezanove. Nessa luta os proletários viam os burgueses, não na sua aparência superficial de novas titulares, mas na realidade profunda de novos exploradores.¹¹⁸

A percepção de nacionalidade, tal como conhecemos e vivenciamos atualmente, é uma construção moderna e uma reação planejada para ser um dos “facilitadores” da fluência e do fruir do capitalismo. A nação foi, e ainda é, um controlador estratégico da (i)mobilidade do trabalho¹¹⁹ e da mobilidade do capital:

O estado nacional do século XX é que garantirá a implantação das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais que viabilizarão a expansão e a consolidação do capitalismo, seja ele de mercado ou de estado. Através da divisão internacional do trabalho e da divisão territorial do trabalho, não só a produção se globaliza, mas também o estranhamento. Muito embora a classe trabalhadora tenha

118 BERNARDO, João. O inimigo oculto: Ensaio sobre a luta de classes: Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979, p. 8.

119 Utilizamos aqui a expressão “(i)mobilidade” do trabalho não no sentido de negar que o trabalho sempre possuiu uma mobilidade, mobilidade esta que obedecia os interesses do capital, mesmo quando das políticas nacionais limitativas ou proibitivas em relação aos movimentos migratórios. O sentido aqui exposto é que a mobilidade do trabalho não pode se fazer desacompanhada de seu corolário, a luta dos trabalhadores a partir de sua identidade de classe. Em outras palavras, não encontramos, até o momento, em nenhum lugar do mundo, sindicatos ou mesmo partidos que se organizem institucional, juridicamente e espacialmente em escala internacional, diversamente do que ocorre com a classe antagônica, que possui, além de empresas transnacionais, instituições públicas e privadas de caráter internacional, como, por exemplo, uma GM, uma OMC ou um FMI. As Internacionais Socialistas até poderiam ser consideradas exceções, porém, não possuíram ou possuem (considerando que a IV Internacional ainda esteja em vigor) a legitimidade formal – além da produção e ocupação factual do espaço – que as instituições públicas ou privadas possuem perante os Estados, sendo, em muitos deles, vedadas por suas legislações, como no caso do Brasil:

Art. 565 da CLT - “As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta Lei não poderão filiar-se a organizações internacionais, nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por decreto do Presidente da República (Redação dada pela Lei nº 2.802, de 18.6.1956)”, sendo que a redação original do referido artigo quando da sua promulgação era a seguinte: “Art. 565. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei não poderão fazer parte de organizações internacionais.”

Em relação aos partidos políticos, a atual Constituição em vigor proclama em seu artigo 17: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I - caráter nacional; II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes”. Outras Constituições também versavam sobre este respeito, só que de maneira indireta ou através de legislação ordinária. Todavia, foi a C.F. de 1988 a mais clara e direta das Constituições brasileiras quanto à proibição de um partido internacional.

alcançado um tamanho sem precedentes, inclusive continuando a crescer através da expansão da proletarização sobre diversas profissões, como, por exemplo, médicos, advogados, engenheiros, etc., ela se encontra cada vez mais fragmentada e fragilizada. O trabalhador cada vez mais se reconhece menos no mundo e perante si mesmo.¹²⁰

A alienação¹²¹ do trabalhador é algo intrínseco ao modo de produção capitalista, mas não se reduz tão somente à parte que lhe tomam do seu trabalho, ou seja, quando o trabalhador se torna estranho ao produto de sua atividade, que pertence a outro ou quando, a partir da alienação do trabalhador relativamente ao produto da sua atividade, faz surgir, simultaneamente, como alienação a atividade produtiva. O processo alienante vai muito além, pois com a alienação da atividade produtiva, o trabalhador torna-se alheio também ao gênero humano. A perversão que separa as funções animais das demais atividades humanas e faz delas a finalidade da vida, enreda uma ampla perda da humanidade. Esta alienação do trabalhador da vida genérica, da humanidade, tem como resultado imediato e inexorável a alienação do homem pelo próprio homem. Os nacionalismos que se firmaram entre o fim do séc. XIX e início do XX “trabalharam” incessante e incansavelmente na construção de uma classe trabalhadora alienada em todos os sentidos, embora, naquele momento, não fosse esta a realidade, ao menos em parte, dos trabalhadores:

Nem sempre foi esta a situação. No início do século XX o operariado atingira um elevado grau de homogeneidade social e cultural no pequeno número de países a que então se resumia o capitalismo industrial, ou seja, a Europa e o norte da América. (...) Assim, durante a primeira guerra mundial, precisamente quando os capitalistas mais divididos se encontravam pelas rivalidades entre nações, os trabalhadores foram capazes de impor a sua solidariedade internacional.¹²²

120 RODRIGUES, Gilberto de Oliveira. A alma partida do trabalhador na era capitalista das trevas. Trabalho apresentado ao GT Geografia do Trabalho e as Contradições do Mundo Contemporâneo” do XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - Presidente Prudente, 9 a 12 de outubro de 2015, p. 3.

121 As palavras “alienação” e “alienado” são derivadas de um pronome da língua latina, *alienus*, *aliena*, *alienum*, que significa “outro, outra” no sentido de “alheio, alheia”. Quando se diz que um doente mental é um alienado, o que se quer dizer é: 1) ou que ele se tornou um outro para si mesmo, tornou-se alheio a si mesmo, não se reconhece tal como é, mas se imagina como um outro (por exemplo, aquele que imagina que é Cristo, Napoleão, Hitler, etc.); 2) ou que ele imagina a existência de um outro superpoderoso ou uma existência alheia à sua que pode dominá-lo, forçá-lo a fazer o que não quer, matá-lo, etc. A paranóia é um dos casos clínicos da primeira forma de alienação, e a esquizofrenia é um dos casos clínicos da segunda. Não será por acaso que Lafarge se refira à “paixão pelo trabalho” como um caso de loucura. O trabalho de que ele fala é o trabalho alienado. (CHAUI, Marilena. In. O direito a preguiça. LAFARGUE, Paul. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec, UNESP, 1999, p. 34.)

122 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000, p. 47.

É neste sentido que o apelo de Marx, “*Proletarier aller Länder, vereinigt euch!*” (“Proletários de todo o mundo, uni-vos!”), encontrava um eco, que embora não fosse pleno, era muito mais ressonante na classe trabalhadora. Ainda que a organização e as lutas trabalhistas acontecessem no âmbito territorial da nação, portanto sob a tutela de uma geografia política, a solidariedade internacional entre os trabalhadores era uma realidade¹²³, inclusive nos países menos industrializados, e ameaçava o ritmo e a expansão capitalista¹²⁴. Foi a partir da luta de classes que os capitalistas viram uma oportunidade de amenizar uma condição que lhe era desfavorável e revertê-la em benefício próprio. Lançam, então, uma ofensiva no sentido de submeter a classe antagônica através de outras táticas que não a violência nua e crua – outras formas de violência mais sutis e não menos devastadoras se impuseram – e, ainda, reforçaram sua expansão.

A tensão gerada pelo conflito de classes passa a ser canalizada para o conflito entre nações. Cria-se uma identificação comum entre exploradores e explorados, a nacionalidade. Ao mesmo tempo, esta identidade nacional vai desgastando a identidade de classe ao colocar em confrontos, armados inclusive, trabalhadores em lados opostos. Lutam os trabalhadores, em todos os sentidos – político, econômico, cultural, etc. – pela nação, portanto, pelos padrões, e não mais por sua própria classe.

Estas articulações do capital não significaram o fim do movimento operário, ao contrário, significaram que os capitalistas foram previdentes ao colocar rédeas em um

123 Embora os anarquistas, na maioria das vezes, tenham se posicionado contra a participação da classe trabalhadora nas guerras burguesas, os comunistas se posicionavam conforme o caso. Neste caso, a guerra civil espanhola, de 1936 a 1939, pode ser considerado um exemplo desta solidariedade internacional entre os trabalhadores ligados às várias tendências do comunismo. Além de figuras ilustres como George Orwell, que se juntou ao Partido Operário de Unificação Marxista – POUM, milhares de trabalhadores de diversos países lutaram na Espanha, inclusive brasileiros: “Do lado republicano(...) a solidariedade internacionalista para com o governo legal de Frente Popular manifestou-se pela criação, em quase todo o mundo, de “comitês de ajuda à Espanha republicana”, em especial pelo afluxo de voluntários estrangeiros, vários milhares deles, que se agrupariam nas “Brigadas Internacionais”. O Brasil também se fez presente, embora modestamente, nesse movimento internacional de solidariedade, através do envio irregular e clandestino — pois que coordenado pelo Partido Comunista, então na ilegalidade — de um pequeno grupo de combatentes experimentados que, apesar de dispersos em diferentes unidades militares, distinguiram-se todos pela bravura demonstrada nas várias frentes de luta em que estiveram engajados e pela dedicação à causa legalista, que era também identificada, pela maior parte deles, com a luta antifascista e com a causa do socialismo internacional.. (ALMEIDA, Paulo Roberto de. Na luta contra o fascismo: Brasileiros na guerra civil espanhola: Combatentes. Revista de Sociologia e Política, v. 12, n. 12, p. 35-66, 1999, p.1)

124 Se a Geografia Política do estado burguês visava, entre outras coisas, delimitar e conter os espaços de atuação das lutas dos trabalhadores, a “política geográfica” da classe trabalhadora no fim do século XIX, início do século XX, se esboçava em um outro sentido e com um outro potencial. O espaço raramente foi ou é formulado a partir de uma Geografia Política da classe trabalhadora, mas sempre da classe capitalista, seja ela do capitalismo de mercado, seja do capitalismo de estado. Isto é contraditório posto que “Todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”(MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Annablume, 2005, p. 15.), portanto, sendo ação humana de quem lhe produz, e não de quem se apropria desta produção (muito embora também seja uma ação se apropriar do trabalho de outrem...) os sujeitos desta relação, na geografia, recebem um tratamento deveras desigual...

proletariado em constante crescimento. Os partidos trabalhistas e as organizações sindicais espalhados pelo mundo, e em atuação ainda hoje, estão aí para constatar esta realidade. O que mudou foi o caráter do movimento operário que de uma premissa de classe se limitou às premissas econômicas.

Emerge então uma burocracia sindical, um sindicalismo de negociação, onde os capitalistas procuram “antecipar” os conflitos mediante “concessões” secundárias para resguardar o essencial: seu controle sobre os meios de produção, a tecnologia, a organização do trabalho; elaboram “doutrinas” a respeito, para a legitimidade patronal no processo capitalista.¹²⁵

As mudanças ocorridas no seio da classe trabalhadora foram, em grande parte, reflexos dos acontecimentos econômicos e políticos¹²⁶ ocorridos no período do entre guerras, sendo a crise de 1929 um fator decisivo neste sentido:

A crise econômica que eclodiu em 1929 alterou completamente o panorama. Geraram-se então as condições para a internacionalização dos capitalistas e para o recomeço da fragmentação nacional dos trabalhadores. A guerra civil espanhola, de 1936 a 1939, que por um lado foi o ensaio geral da segunda guerra mundial, por outro constituiu a derradeira manifestação do antigo internacionalismo operário. Logo em seguida a guerra mundial confirmou de maneira dramática o nacionalismo dos trabalhadores e a internacionalização dos capitalistas.¹²⁷

As batalhas travadas na luta de classes sempre foram decisivas sobre os destinos da burguesia e da classe trabalhadora. A classe burguesa, com o poder econômico em

125 TRAGTENBERG, Maurício. In: Economia dos conflitos sociais. BERNARDO, João. São Paulo: Cortez, contracapa.

126 E estes acontecimentos políticos e econômicos, por sua vez, estão intimamente ligados ao desenvolvimento das forças produtivas, que, numa espécie de espiral, retorna à classe trabalhadora, posto que suas reivindicações, por melhores salários, condições de trabalho e de vida, são o verdadeiro estímulo ao desenvolvimento técnico da produção, em todos os seus aspectos e estágios. Isto porque para compensar eventuais acréscimos decorrentes das demandas dos trabalhadores nos custos da produção, e a consequente redução dos lucros, o capitalista busca aumentar a produtividade através da implementação de novas tecnologias de produção (e, também, da gestão da mão de obra e de matérias primas). Assim, numa mesma quantidade de tempo produz-se mais do que sob as forças produtivas anteriores. Além do menor tempo, a tendência é de redução também de recursos materiais e, principalmente, humanos. Deste modo, seria a luta de classes a promover o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, neste sentido: “É este o modo pelo qual o nível de consumo que em cada época e região é considerado necessário se define, social e historicamente, como um resultado de lutas e não em virtude do estágio técnico, nem das características dos produtos existentes. Ao contrário, esse estágio e essas características é que, como consequência dos mecanismos de acréscimo da produtividade, resultam das pressões sociais”(BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p.68).

127 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, p.52.

suas mãos, soube utilizá-lo para minar as forças do proletariado, “investindo” pesadamente não no desmantelamento do aparelho sindical, mas, ao contrário, na estruturação deste aparelho segundo seus interesses, utilizando-se, para tanto, do Estado nacionalista. Pannekoek ao afirmar que o “desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo”, que “os sindicatos preenchem uma função indispensável no capitalismo” e que “os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista”¹²⁸, nos faz concluir que os sindicatos não são apenas um fator para o desenvolvimento das condições gerais de produção, mas são mesmo uma destas condições:

O consumo produtivo, como dissemos, está relacionado à reprodução dos meios de produção e se constitui enquanto consumo coletivo. O consumo de máquinas, matérias primas e energia, por exemplo, tanto quanto o de escolas e hospitais constituem formas de consumo produtivo e, enquanto consumo produtivo mantém relação com o conjunto do processo de produção e circulação do capital. Em outras palavras, devido a sua natureza “produtiva”, mantém relações com o processo de produção e circulação do capital.

Contudo, é conveniente alertar, essa relação entre o consumo produtivo e o processo de produção e circulação do capital não se dá de forma direta, mas mediada por aquilo que Marx denominou de condições gerais de produção. São as condições gerais de produção, portanto, que articulam o consumo produtivo (consumo coletivo) ao processo de produção e circulação do capital. Dizendo de uma outra forma, a relação entre o processo imediato de produção (A) e o conjunto da produção e circulação do capital em geral (B) se dá por meio das condições gerais de produção. Essas condições articulam, portanto, A e B.¹²⁹

Desse modo, os sindicatos, assim como as escolas e hospitais, constituiriam também forma de consumo produtivo, talvez até mais do que os exemplos citados, por estarem diretamente relacionados ao principal “produtor e produto” da produção, o trabalhador ou “capital humano”, e, portanto, se relacionando com o processo de produção e circulação do capital ao “coproduzi-lo” como “recursos humanos” segundo as necessidades do “mercado de trabalho”. A título de exemplo temos o CST - Centro de

128 PANNEKOEK, Anton. A luta operária. Disponível em: <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>. Acesso em 08 mar 2014.

129 LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 11, p. 6, 2007.) Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24507.htm#_ednref4>. Acesso em 05 fev. 2016.

Solidariedade ao Trabalhador da Força Sindical, que apesar de ser uma central sindical relativamente recente, representa um “*modus operandi*” de longa data:

O Centro de Solidariedade ao Trabalhador foi uma iniciativa inovadora da Força Sindical em 1998 (...). A motivação para a implantação da agência de emprego foi criar um local em que o trabalhador pudesse centralizar sua busca por emprego (...)

Paralelamente, as empresas que precisavam completar seu quadro de funcionários, cadastravam vagas, realizavam entrevistas e processos seletivos no local sem qualquer custo também.

(...)

Desde sua criação, tornou-se referência como agência de emprego por oferecer o serviço completo para o trabalhador, (...) e também o suporte para empresas, com o cadastro das vagas, administração no sistema, espaço para seleções e disponibilidade de funcionários que cooperam no processo seletivo¹³⁰

No Brasil o processo de industrialização não ocorreu da mesma maneira que na Europa ou nos Estados Unidos, onde, também, o processo não foi uniforme. Os norte-americanos, inclusive, passaram por uma violenta guerra civil, a Guerra de Secessão (1861-1865). Consequentemente, a classe operária brasileira não se originou sob condições idênticas as da classe operária europeia ou norte-americana:

Evidentemente, o processo de formação da classe operária no Brasil, na particularidade objetivada pela via colonial, teve forma diversa daquela vivenciada pela classe operária dos países clássicos, onde o trabalho artesanal, e logo após o manufatureiro, antecedeu o trabalho da grande indústria, quando então, após este período de transição, configurou-se o proletariado industrial. Na verdade, a formação do proletariado naqueles países seguiu as mesmas etapas do processo de constituição do capitalismo. Antes de constituir-se como proletariado, o que só foi possível com o advento da maquinaria, o trabalhador conheceu a fase de cooperação simples, e logo a seguir a manufatureira. Bastante diverso é o processo de formação da classe operária no Brasil, cuja constituição deu-se

130 Disponível em <<http://www.cst.org.br/institucional>> acesso em 05/02/2016.

preponderantemente dentro de um contexto onde predominava a grande indústria.^{131 132}

O operariado nacional começa a se desenvolver nos últimos anos do século XIX¹³³, e seguindo a proposta de Ruy Moreira, este desenvolvimento tem dois momentos marcantes:

O primeiro é o período que vai dos anos de seu nascimento aos de maturidade (1890-1920), período no qual o operariado fabril busca organizar-se como classe independente, por meio de um projeto próprio de construção da história. O espaço fábrica-bairro (fábrica e bairro operário territorialmente confundidos) é o terreno eleito de suas ações; uma vez que sendo seu terreno, é ele que lhe permite se opor em linha direta de relação de classe ao caráter de antagonismo da relação capital-trabalho, e desse modo se colocar em contraposição à estratégia da burguesia fabril de fundar essa relação no espaço do mercado, porque neste é onde esta pode lograr desviar da percepção operária o caráter de antagonismo das relações e então compor sobre ele sua hegemonia econômica e ideológica de classe dominante.¹³⁴

131 ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Editora Autores Associados, 1982, p. 57.

132 Ricardo Antunes reforça sua afirmação com o seguinte excerto na nota de rodapé (38) em seu livro: “Paulo Sérgio Pinheiro também se refere a esta questão: Fica também claro que no mesmo período (1919), no Brasil, as empresas com mais de 100 operários compreendiam 69,7% da mão-de-obra industrial, apesar de somente abranger 3,5% dos estabelecimentos. Ainda que 57,3% dos estabelecimentos paulistas somente empreguem até 4 operários, esses mesmos estabelecimentos somente totalizam, no Estado de São Paulo, apenas 6,4% dos operários ocupados: a maioria absoluta, portanto, de operários, trabalhava em fábricas razoavelmente grandes, apesar da existência de um setor majoritário de pequenas empresas”(PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O Proletariado Industrial da Primeira República” in O Brasil Republicano, tomo III, 2º vol., São Paulo, Difel, 1977, pp. 142/143 apud ANTUNES, Ricardo, op. cit, p. 57)

133 Uma das peculiaridades da formação do proletariado brasileiro é sua relação estreita com a escravidão, que foi determinante para a acumulação primitiva do capital no Brasil, sendo que até 1818 dos 3,8 milhões de seus habitantes, metade eram escravos, e só com a proibição da importação de escravos em 1850 (importação esta que foi uma atividade econômica que enriqueceu especialmente a Inglaterra, maior controladora do tráfico negreiro), que este número passou a declinar.

Mas não foi simplesmente o declínio da mão de obra escrava que possibilitou a ascensão do proletariado, mas a necessidade de produção, reprodução e acumulação do capital, tanto do produtivo, como, especialmente no caso do Brasil, do financeiro, posto que a produção e a realização da mais valia é seu pressuposto: “Assim, o processo de acumulação de riquezas em dinheiro nas mãos da burguesia comercial e banqueira brasileira nascente ativou-se consideravelmente, na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo formou-se o mercado de trabalho assalariado livre. Depois da conquista da independência, o trabalho assalariado começou a ser empregado cada vez mais amplamente, porém, durante longos anos, os operários livres trabalharam lado a lado com os escravos, sendo que estes os ultrapassavam em número. (...) A situação econômica dos operários, no total pouco se diferenciava das condições de vida dos escravos. Tanto uns quanto outros levavam uma vida miserável e faminta.” (KOVAL, Boris Iosifovich. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p.56/57)”.

134 MOREIRA, Ruy. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Consequência, 2013, p. 12.

Importante, neste momento de compreensão da constituição do movimento sindical brasileiro, fazer uma outra breve síntese histórica:

(...) Data de 1906 o I Congresso Operário Brasileiro que (...) lançou as bases para uma organização operária sindical de âmbito nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja luta era direcionada para as reivindicações básicas, além de uma intensa campanha de solidariedade aos operários de outros países. Neste congresso participaram as duas tendências até então existentes no movimento operário. Uma era a anarco-sindicalista, que negava a importância da luta política, privilegiando exclusivamente a luta dentro da fábrica através da ação direta. Repudiava ainda a constituição de um partido para a classe operária e via nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista. A outra tendência era composta pelo socialismo reformista, que buscava a transformação *gradativa* da sociedade capitalista, lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e, no nível do Estado, utilizava-se da luta parlamentar. Eram, pois, tendências em si bastante distintas, sendo mais forte a presença dos anarco-sindicalistas.¹³⁵

Também é importante ressaltar que essa organização sindical desde o princípio já se encontra espacializada segundo a divisão territorial do trabalho, posto que São Paulo e Rio de Janeiro os estados mais industrializados no período. Além disso, Antunes corrobora com a ideia de que a gestão dos recursos humanos é fundamental à produção capitalista, por isso a cooptação da classe trabalhadora é tão importante:

É necessário lembrar que já desde aquela época o governo procurava controlar o movimento sindical brasileiro: exemplo disto foi o “Congresso Operário”, de 1912, que teve como presidente honorário Hermes da Fonseca, então presidente da República, e que criou uma liderança governista dentro de alguns poucos sindicatos. Estas “lideranças” sindicais governistas, embora dirigissem categorias combativas como os ferroviários e marítimos, conciliavam com o Estado e nisto se diferenciavam dos anarco-sindicalistas. Enquanto estes ao deflagrarem greves, viam-na como um momento da “greve geral” que destruiria o capitalismo, aqueles eram imediatistas e em suas greves não questionavam o sistema. Daí a sua

denominação de sindicatos “amarelos”, sendo verdadeiros precursores do sindicalismo “pelego”, dada a sua obediência e subordinação ao governo.”¹³⁶

Com a chegada dos bolcheviques ao poder na Rússia em “Outubro”¹³⁷ de 1917, a influência das correntes marxistas vai ganhando espaço dentro do movimento sindical brasileiro. A fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, é um momento histórico fundamental para o avanço das tendências comunistas no sindicalismo do Brasil:

Um dos pontos mais importantes da atuação dos comunistas deu-se no movimento sindical onde, como se viu, predominavam os anarco-sindicalistas. Os comunistas criaram então a Federação Regional do Rio de Janeiro e, em 1929, realizaram o Congresso sindical Nacional, com representantes sindicais de vários estados, de onde se originou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, organização de âmbito nacional que congregou todos os sindicatos influenciados pelos comunistas.”¹³⁸

Importante ressaltar, mais uma vez, que os mecanismos em que se dá a luta de classes está sempre em ação. Organizando-se para lutar, a classe trabalhadora enfrenta dificuldades externas e internamente impostas:

É necessário lembrar que paralelamente à atuação dos comunistas e dos anarquistas, ainda nos anos 20, o Estado esboçou nova tentativa de cooptação junto a alguns setores da massa operária, e conseguiu ampliar a tendência “reformista amarela” dentro do sindicalismo. Em 1921 o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, visando controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre classes. Foi criada também a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, de tendência reformista. Os sindicatos “amarelos” passaram a ser ainda mais favorecidos pelas vantagens concedidas pelo Estado republicano.¹³⁹

136 ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. O que é sindicalismo. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985. 55/56.

137 25 de outubro de 1917 (pelo calendário juliano) e 7 de novembro (pelo calendário gregoriano).

138 ANTUNES, Ricardo Luis Coltro, op. cit., p. 55.

139 Ibid., p. 56.

Embora a história do movimento sindical seja muito mais complexa e rica, estes ligeiros apontamentos são fundamentais para se compreender os rumos que seguiram os sindicalismos e as consequências para a classe trabalhadora como um todo, o que retomaremos adiante nesta dissertação. É nesta história que a geografia, não só do trabalho, mas dos trabalhadores, vai se delineando e, por conseguinte, as próprias colônias de férias, objetos espaciais de um espaço sempre de lutas e em lutas, cujos resultados variam ao longo da história:

O segundo período que vai de 1935 a 1985, período no qual o operariado ora perde e ora reencontra sua identidade de classe e o fio do seu projeto de construção da história, face ora se integrar ao projeto de classe das classes médias urbanas e ora ao da própria burguesia fabril, para só então aqui e ali voltar ao seu, em uma alternância em que a relação capital-trabalho ora é levada a passar a desenrolar-se no espaço do mercado, ora no espaço da fábrica.¹⁴⁰

Ao encamparmos a proposta de Ruy Moreira, percebemos que ela se encontra num compasso histórico-espacial que nos permite entender a evolução do movimento sindical no Brasil tanto em termos históricos, quanto espaciais:

Todavia, o marco de passagem de um período para o outro é o momento histórico de 1920-1935, momento em que as duas classes fabris se embatem em uma defrontação de perspectivas de construção de história que no fundo é o que vai distinguir um período de espaço-tempo do outro.¹⁴¹

É neste momento, portanto, que se encontram relevantes acontecimentos históricos que se manifestarão na luta de classes que conformará o trabalho segundo uma divisão internacional e uma divisão territorial delineadas e delimitadas pelo capital que, por consequência, repercutirão na classe trabalhadora e no movimento sindical, de onde se originarão as colônias de férias.

Importante destacar que na Europa e E.U.A a classe trabalhadora, enquanto operariado, já se tinha constituído há várias décadas e já contava com uma longa

140 MOREIRA, Ruy. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013 p. 12.

141 Ibid., p. 12.

experiência sindical. Além disso, representava numericamente uma parcela considerável da população. No Brasil, este número foi quantitativamente inexpressivo até o fim da República Velha, em 1930, mas em termos qualitativos, repercutiu na implantação de importantes medidas estatais em favor dos interesses do capital. A forma pela qual foi se constituindo o modo de produção capitalista, apesar de suas especificidades, guarda semelhanças marcantes com os países que comumente se denominou chamar de “industrialização tardia” (em contraposição aos países de “industrialização clássica”):

Começo com o pressuposto óbvio de que a questão social, para usar a velha e sedutora denominação, se encontra inscrita no processo de constituição das sociedades capitalistas. Este processo variou muito de país a país e não se caracterizou nunca como um momento de assalto ao Estado (...). A diferenciação diz respeito à natureza das forças envolvidas bem como ao alcance da transformação. Em casos de industrialização tardia como o do Japão e da Alemanha, esta se deu sobretudo pela ação do Estado em aliança com um setor modernizador das classes possuidoras e não via mobilização das classes populares e a ascensão de uma nova classe dominante em oposição à velha ordem definida não sem controvérsias como feudal. O Brasil se aproxima do primeiro modelo, guardadas as diferenças decorrentes do alcance da transformação, da fragilidade do setor social modernizador — por mais que se tenha revalorizado o peso da burguesia industrial — e da inexistência de uma sociedade feudal a ser destruída.¹⁴²

Convém ressaltar que não consideramos o conceito de industrialização tardia *stricto sensu*, mas *lato senso*, tanto no caso alemão, como no caso italiano, posto que ambos se unificaram como nação tardiamente, a Alemanha em 1871 e a Itália 1870. Ambos não poderiam ser considerados países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, cuja literatura por vezes também o define como de industrialização tardia. Em todo caso, estes países tiveram – inclusive o Brasil, assim como a Argentina, Portugal, Espanha, Polônia, Japão, Bélgica, Romênia, Áustria, entre outros – em seu processo de constituição do capitalismo, proximidades muito maiores do que com os países de industrialização clássica. A formação da classe trabalhadora e do movimento sindical serão diretamente afetados pelas políticas econômicas e sociais implantadas nestes países. Mas os capitalistas

142 FAUSTO, Boris. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. Novos estudos CEBRAP, v. 20, p. 6-37, 1988.

também serão afetados em sua formação e organização. Embora não haja consenso na literatura, o fascismo, em suas mais variadas manifestações (pois como o comunismo, ou mesmo o liberalismo possuem várias tendências), foi um dos fatores comuns de implementação da hegemonia do capital. Neste sentido:

A liderança da causa dos industriais não tardou a se transferir do Rio para o estado de São Paulo. A cidade de São Paulo e o interior daquele estado, ao fim da Primeira Guerra Mundial, haviam se transformado no principal complexo industrial brasileiro, (...). Em 1928, outros industriais paulistas, que antes haviam se contentado em fazer parte da Associação Comercial do estado, juntaram-se aos proprietários das fábricas têxteis para criar o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em parte como reação à militância operária.¹⁴³

Vislumbra-se, com este excerto, aquilo que vem sendo reiteradamente afirmado ao longo desta dissertação, a centralidade da luta de classes. Além disso, expõe-se, no quadro da divisão territorial, como o poder econômico interfere no poder político, inclusive intraclasses, revelando que as classes, além de lutarem entre si, ambas também possuem em seu interior disputas e contradições. A partir destas lutas internas é que os grupos que visam sua hegemonia irão traçar e executar estratégias para subordinar outros grupos e a classe antagônica:

O mais ativo dos propagandistas das indústrias paulistas, na década de 1920, foi Otávio Pupo Nogueira, secretário da Associação dos Proprietários das Fábricas Têxteis e, após a criação da CIESP em 1928, um dos seus porta-vozes. (...) Pupo alterou radicalmente seu trabalho ao descobrir o trabalho de Manoilescu, A Teoria do Protecionismo.

(...) Pupo anunciou a intenção de traduzir o livro de Manoilescu do francês para o português. Em correspondência com os diretores do CIESP, Manoilescu ofereceu-se para escrever uma introdução especial, (...) em 1931, aquela organização publicou a Teoria em português, juntamente com a carta de Manoilescu.¹⁴⁴

Mas, ora pois, quem é Manoilescu? Joseph L. Love, autor supracitado, diz:

143 LOVE, Joseph. A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 340.

144 Ibid., loc. cit.

Ao estudar as relações de São Paulo com o resto do país, fiquei sabendo que, na década de 1930, um economista romeno, Mihail Maiorescu, forneceria aos industriais paulistas o que parecia ser um embasamento científico para a industrialização em um país predominantemente agrícola.¹⁴⁵

O romeno Mihail Maiorescu, (9 de dezembro de 1891 – 30 de dezembro de 1950), segundo Joseph L. Love:

(...) possuía reputação internacional como teórico do corporativismo e também como economista. (...) estudou engenharia (...) e foi o primeiro da turma em todos os anos do curso. (...) tornou-se amigo do rei Carol II. (...) Sua energia, inteligência e capacidade de estabelecer contatos úteis fizeram com que se tornasse diretor-geral da indústria, 1920 (...). (...) a partir de 1926 (...) comandando virtualmente o Ministério das Finanças do país ainda como subsecretário. (...) em 1930, (...) foi ministro das Obras Públicas e, posteriormente, da Indústria e Comércio (...). Maiorescu também ocupou posições importantes em organizações privadas (...).¹⁴⁶

Duas obras do romeno Maiorescu são fundamentais para compreender este período histórico (anos 1920/1930) tanto no Brasil, como na países ibéricos e latino americanos: “*A Teoria do Protecionismo e das Trocas Internacionais*” (1929) e “*O Século do Corporativismo*” (1934), isto porque, segundo João Bernardo, “O corporativismo era, para Maiorescu, a ‘forma natural’ da economia organizada. ‘Querer organizar a ordem social é, portanto, querer o Estado corporativo’”¹⁴⁷. O mesmo autor define Maiorescu como “o principal teórico fascista do corporativismo”, cujo pensamento teve influência em vários países:

Para além da influência exercida pelos dois países ibéricos sobre a América Latina, as ideias de Maiorescu tiveram aí também uma repercussão directa. No Brasil sucedeu o mesmo que em Espanha e as obras especificamente económicas de Maiorescu foram discutidas antes do livro sobre o corporativismo, influenciando o principal porta-voz dos meios empresariais, Roberto Simonsen, e parece que o

145 LOVE, Joseph. A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.13.

146 Ibid., pp. 179/180.

147 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revoltas. Segunda versão remodelada e muito ampliada (Versão Digital) 2015, p. 228. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2015/junho/15.05.Labirintos-do-fascismo.pdf> acesso 04/11/2017.

próprio Getúlio Vargas as leu. O certo é que o prestígio de Manoilescu na extrema-direita e no fascismo brasileiros atingiu um escopo muito vasto, desde os integralistas que na ala radical se opunham ao Estado Novo até aos tecnocratas e políticos que formulavam os objectivos modernizadores e davam um eixo ao getulismo¹⁴⁸

Esta abordagem se complexifica – e, ao mesmo tempo, faz revelações intrigantes – quando Joseph L. Love, afirma que: “Em inícios da década de 1930, três paulistas que atuavam como porta-vozes da indústria – Pupo Nogueira, Roberto Simonsen e Alessandro Siciliano Jr. - usaram o trabalho do romeno como prova de legitimidade de seus interesses”¹⁴⁹. Assim, o pensamento que norteia a elite e a direção do empresariado industrial no Brasil é o do “principal teórico fascista do corporativismo”. Mas a ação deste empresariado não fica apenas no campo da teoria:

Ao longo da década de 1930, Simonsen e outros representantes da indústria usaram qualquer argumento que conviesse ao seu propósito imediato, mas os que eles usavam com maior insistência eram compatíveis com os pontos de vista de Manoilescu. Por exemplo, Simonsen ajudou a fundar o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931, o mesmo ano em que a *Teoria* foi publicada em português. Seu presidente foi o futuro governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira que, como Simonsen, seu associado, era engenheiro e industrial. (...) Entre outras instituições que promoveram o desenvolvimento de uma elite industrial técnica e ideologicamente qualificada estava a Escola de Sociologia e Política, criada em 1933 por inspiração de Simonsen, e a Universidade de São Paulo, fundada em 1934 por Armando Sales, em seu primeiro ano como governador do Estado.¹⁵⁰

Aqueles que detinham e geriam os meios de produção, os empresários, portanto, não se limitavam apenas a defender e divulgar as teorias de Mihail Manoilescu, mas a torná-las

148 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revoltas. Segunda versão remodelada e muito ampliada (Versão Digital) 2015, p. 228. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2015/junho/15.05.Labirintos-do-fascismo.pdf> acesso 04/11/2017..., p. 1330.

149 LOVE, Joseph. A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 p. 341.

150 Ibid. loc. cit..

práticas, materializando-as no espaço, quer no interior de suas indústrias, que na produção das forças produtivas, não como ação isolada, mas como um projeto específico de classe:

Além disso, em um relatório especial ao presidente Vargas, datado de 1937, Simonsen e outros dirigentes da Federação Paulista das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que veio a suceder a CIESP, endossaram, de forma específica, “a formação de elites”. Os industriais paulistas, portanto, de maneira geral, apoiavam os valores da organização, do elitismo, da industrialização e, cada vez mais, à medida que a década de 1930 avançava, da intervenção do estado na economia. Depois de 1937, eles apoiaram também a ditadura do Estado Novo (1937-45) de Vargas. Não é de se admirar, portanto, que se tenham sentido atraído pelas teses, valores e atitudes de Manoilescu.¹⁵¹

Se Mihail Manoilescu foi principal teórico fascista do corporativismo, e se o empresariado brasileiro bebeu de sua doutrina nos anos 1920/1930, a razão nos faz deduzir que a ideologia do fascismo ou elementos desta ideologia estão presentes nas teorias e práticas econômicas, políticas e sociais no Brasil, percepção esta que pode ser corroborada com o seguinte excerto:

[...] Nos anos da crise econômica mundial no Brasil, como em outros países, teve lugar um amadurecimento das tendências fascistas. O surgimento de massas consideráveis de elementos desclassificados, a atividade reacionária da Igreja, a mais descarada demagogia política de distintos grupos e partidos burgueses – tudo isso desorientava massas consideráveis das camadas médias da sociedade brasileira e parcela da classe operária presas à influência de uma ideologia fascistas de conteúdo imperialista e forma nacionalista.¹⁵²

O excerto acima complexifica o processo, dando-lhe um espectro mais amplo, pois extrapola o ambiente estritamente empresarial e abarca uma parcela muito maior do tecido social que de alguma maneira estiveram sob tendências fascistas. Porém, a assertiva mais contundente do autor é a seguinte:

151 LOVE, Joseph. A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 342.

152 KOVAL, Boris Iosifovich. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. Editora Alfa-Omega, 1982, p. 271.

(...) A vitória do nazismo na Alemanha exerceu grande influência no crescimento das tendências reacionárias no Brasil. É claro que no Brasil não se podia falar do fascismo do tipo alemão, italiano e de outros países imperialistas. Seria errôneo considerar fascismo todas e quaisquer medidas reacionárias do setor da burguesia pró-imperialista e da oligarquia agrária. Ao mesmo tempo, as tendências fascistas eram próprias do setor das classes exploradoras que se empenhavam em ligar o futuro do país ao imperialismo alemão. Neste campo, o fascismo adquiria caráter de movimento nacional reacionário que, inclinando-se diante da Alemanha fascista, tencionava transformar o Brasil na potência central da América do Sul.¹⁵³

Embora Koval pondere sobre um fascismo brasileiro, desvinculando-o de outros tipos de fascismo, esta afirmação vai justamente de encontro à afirmação que os fascismos são múltiplos, conforme trataremos mais a frente, e que, ao mesmo tempo, por possuírem diversos aspectos em comum, nos permite classificá-los como fascismo. O autor corrobora, ainda, para a afirmação de que o capital, além de não ter pátria ou fronteira, também não se prende em ideologias, nem é puritano, podendo combinar diferentes regimes para alcançar seus fins:

Por meio da ditadura fascista o setor mais reacionário do grande capital brasileiro empenhava-se em reprimir de uma vez o movimento democrático, o que condizia com os interesses dos monopólios dos EUA. Não era por casualidade que os grandes monopolistas dos EUA e da Inglaterra, de princípio contrários à expansão do capital alemão no Brasil, mantivessem, ao mesmo tempo, uma atitude bastante simpática para com os fascistas brasileiros, empenhando-se em utilizá-los para suas finalidades.¹⁵⁴

Portanto, o próprio espaço de então (e, talvez, o de hoje) poderia trazer em sua formação traços deste período histórico. Por isso, ao abordarmos o fascismo, um tema vasto e árido, queremos esclarecer que se trata de uma discussão limitada ao objeto principal desta dissertação, as colônias de férias. Com isso queremos dizer que não se pode cindi-lo ou apartá-lo de outras formas ideológicas de condução da economia para a

153 KOVAL, Boris Iosifovich. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. Editora Alfa-Omega, 1982, p. 271

154 Ibid., loc. cit.

consecução dos objetivos dos capitalistas, mas que ele pode se realizar concomitantemente, ainda que em contextos e espaços diversos. Neste sentido:

1) Todos os aparelhos ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração.

2) Cada qual contribui para esse resultado único da maneira que lhe é própria. O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado, à ideologia “democrática” “indireta” (parlamentar) ou “direta” (plebiscitária ou fascista). O aparelho da informação, empurrando cada cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc., através da imprensa, do rádio e da televisão. O mesmo se aplica ao aparelho cultural (o papel do esporte no chauvinismo é de suma importância) etc. O aparelho religioso, lembrando em seus sermões, e nas outras grandes cerimônias do Nascimento, Casamento e Morte, que o homem são só cinzas, a menos que ame seu próximo a ponto de dar a outra face a quem quer que bata primeiro. O aparelho familiar... bem, não há necessidade de prosseguir.

3) Esse concerto é regido por uma só partitura, ocasionalmente perturbada por contradições (as dos remanescentes das classes dominantes anteriores, as dos proletários e suas organizações): a partitura da ideologia da classe dominante (..) e também os temas do Interesse, particular e geral, etc, do nacionalismo, do moralismo e do economicismo.¹⁵⁵

Este esclarecimento se faz necessário porque, embora essa pesquisa privilegie alguns aspectos históricos e geográficos, busca evitar explicações parcelares que negam a totalidade. O sistema capitalista consegue se desenvolver combinando as desigualdades com as quais se depara – além daquelas que ele mesmo promove ou que lhe são inerentes –, sejam elas sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, etc., numa “aparente” revolução permanente:

Empiricamente, o modo de produção capitalista parece poder coexistir com uma grande variedade de superestruturas ideológicas. Nas ideologias religiosas,

155 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj et al. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 9, 1996, p. 121.

existem o catolicismo da França, o catolicismo e o protestantismo da Holanda, a “religião civil” da América e o islamismo das nações do Golfo. Nos sistemas legais, temos o problema histórico, levantado por Weber, de que o direito consuetudinário da Grã-Bretanha e o direito formal da Alemanha foram ambos compatíveis com o capitalismo. Na política, vários sistemas políticos, do fascismo à liberal-democracia, parecem ter-se desenvolvido paralelamente ao capitalismo. Portanto, formações sociais que compartilham a mesma base capitalista exibem uma multiplicidade de diferentes sistemas ideológicos.¹⁵⁶

Embora não seja privilégio apenas do fascismo, a grande maioria da leitura que se fez dele costuma se fundar muito mais nos sentimentos que ele desperta do que na razão. Talvez por isso seja tão comum vê-lo onde ele não se encontra e não encontrá-lo onde ele realmente está:

Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda a repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo.¹⁵⁷

Neste sentido esta discussão pode se tornar mais compreensível com a seguinte definição de fascismo de Leandro Konder, que parece sintetizar muitos de seus mais relevantes aspectos:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais do tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, anti-socialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-

156 FECHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj et al. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 9, 1996, p. 164.

157 KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 4.

lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro.¹⁵⁸

A partir desta definição, tentaremos compreender como o capitalismo se consolidou nos países que fundamentaram seu desenvolvimento econômico nas ideologias fascistas. Colocamos no plural porque o fascismo não é nem um manual descritivo de si mesmo, nem uma forma econômica incompatível ou exterior ao sistema capitalista, por isso, como veremos a seguir, nele se encontram não só aspectos “conservadores”, mas também “revolucionários”, o que pode explicar o tamanho alcance que ele atingiu. Compreender o fascismo é fundamental para entender algo que aparentemente se encontra muito distante, a gênese do turismo sindical e das colônias de férias. Se num olhar superficial tendemos a crer que ele residiu somente lá na longínqua Alemanha ou Itália e apenas até a segunda guerra mundial, estamos cometendo um ledor e comprometedor engano. Histórica e espacialmente se manifestou em diversos países, como o Brasil e a Argentina. Seus ecos, é importante insistirmos, ainda reverberam na atualidade.

Para João Bernardo, a quem consideramos o principal teórico do assunto, sintetizou o conceito de fascismo:

(...) como a revolta no interior da coesão, chamando assim a atenção para sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador. (...) O fascismo mobilizou a classe trabalhadora para efectuar uma revolução capitalista contra a burguesia, ou talvez mais exactamente, apesar da burguesia¹⁵⁹.

O caminho até aqui percorrido buscou situar a posição do Brasil no cenário tanto da divisão internacional do trabalho quanto da divisão territorial do trabalho. Quando analisamos a influência do fascismo corporativista de Mihail Manoilescu sobre o empresariado brasileiro, buscávamos também situar a posição em que o país se encontrava naquele momento. Esta posição pode ser melhor situada por João Bernardo:

158 KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 21.

159 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 25.

Os partidos fascistas só chegaram ao poder quando a articulação do eixo institucional conservador com eixo radical teve como pano de fundo o bloqueio ao desenvolvimento económico. Distingo três tipos de situações. De uma maneira flagrante, o crescimento da economia podia deparar com obstáculos motivados pela derrota militar, o que correspondeu especialmente aos casos da Alemanha, da Hungria e da Áustria após a primeira guerra mundial. Num segundo tipo de casos, de que o Japão e sobretudo a Itália foram exemplos clássicos, dificuldades económicas estruturais eram atribuídas ao facto de a vitória na guerra não ter sido seguida pelos resultados que se ambicionavam. Num terceiro tipo de situações, alguns países que ocupavam uma posição marginal na economia mundial, como sucedia com as duas nações ibéricas ou, do outro lado do mar, com o Brasil de Getúlio Vargas e com a Argentina de Perón, recorreram ao fascismo para criar um sistema de economia organizada, que lhes permitisse proceder a um arranque económico sustentável.¹⁶⁰

É importante ressaltar que, no caso do Brasil, não foi propriamente um partido formalmente fascista a conduzir as diretrizes económicas, políticas e sociais nos moldes do fascismo, e sim uma elite política e económica, muito embora, um partido tenha tido importante participação neste processo, a Ação Integralista Brasileira, por isso, mais um breve parêntese...

Abre parêntese...

O movimento integralista brasileiro, embora tenha sido importante e alcançado uma dimensão muitas vezes subestimada, não será objeto de nossa análise. Porém alguns breves apontamentos se fazem necessários pois se correlacionam e complementam tudo aquilo que até agora foi exposto.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada oficialmente em 08 de outubro de 1932 e teve, como seu principal líder, Plínio Salgado. “Inicialmente contava com cerca de 40 mil filiados, mas em 1933 seus efetivos já haviam subido para 186 mil membros”¹⁶¹, sendo que, segundo consta no site da Fundação Getúlio Vargas, “O grande número de

¹⁶⁰ BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 161.

¹⁶¹ KOVAL, Boris Iosifovich. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p.272.

adesões à AIB fez dela o primeiro partido político de massa organizado nacionalmente no Brasil. Em 1936, o total de seus membros era estimado entre 600 mil e um milhão”.¹⁶²

Não apenas a AIB, mas também outros grupos de inspiração fascista no Brasil, receberam alguma influência ideológica e, possivelmente, até apoio financeiro, ainda que de forma indireta:

Sob cobertura e mesmo apoio por parte do governo de Getúlio Vargas, passou a atuar quase abertamente no Brasil o famoso nazista Hans Hennin von Kassel que, por ordem de Berlim, organizou vários grupos fascistas nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, onde havia grandes colônias de imigrantes alemães. O chefe do movimento nazista fora da Alemanha, Bole, ao falar no Congresso de Stuttgart destacou em especial a atividade de von Kassel no Brasil. Segundo o enviado espanhol no Rio de Janeiro Augusto Garcia, o trabalho de von Kassel na difusão do fascismo no Brasil “estava tão minuciosamente organizado que ele recebera a medalha de honra por aquele, e em 1935 Hitler o nomeou embaixador do Brasil”.¹⁶³

Se a principal vertente de análise deve ser as condições econômicas para a compreensão dos acontecimentos históricos e sociais, Mario Pedrosa traz importantes informações:

(...) Quando a influência alemã em ascensão ganha posição hegemônica no intercâmbio com o Brasil, a estrêla da Ação Integralista sobe em flecha nos céus políticos do País. Em 1937, a Alemanha ocupa o primeiro lugar entre os exportadores para o Brasil. A 10 de novembro do mesmo ano é o golpe instaurador do Estado Novo, de **inspiração ideológica francamente nazi-fascista**. A preparação do golpe de Estado foi sustentada, publicamente, pela Ação Integralista, militarizada, uniformizada, mobilizada permanentemente, senhora das ruas no Rio de Janeiro, numa imitação do uniforme aos processos, *slogans* e gestos, do nacional-socialismo alemão. Há paralelismos curiosos entre os movimentos nazistas nas ruas de Berlim que precederam a subida de Hitler e os

¹⁶² CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>>. Acesso em 05 nov. 2017.

¹⁶³ KOVAL, Boris Iosifovich. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p.271.

movimentos integralistas que precederam o golpe getuliano de 10 de novembro de 1937. Os integralistas desfilaram fardados diante do Palácio da Guanabara, em frente a Getúlio Vargas, que lhes fez a saudação integralista.¹⁶⁴ (grifo nosso)

Portanto, no momento do golpe de Getúlio Vargas em 1937 a AIB tinha uma posição e uma força política relevantes no cenário nacional, sendo que sua presença e atuação foram fundamentais para a implementação do Estado Novo que então se iniciava:

Os integralistas tinham posição bastante fortes. Dispunham de destacamentos paramilitares, depósitos de armas, escolas próprias de formação de quadros, tipografias e jornais. Os monopólios alemães prestavam-lhes há muito tempo considerável ajuda material e forneciam armas. Numerosos grandes banqueiros e industriais brasileiros (por exemplo, o presidente do Banco Central, Marcos de Souza Dantas, o banqueiro Monteiro Lobato e outros) eram de fato membros do partido integralista.¹⁶⁵

Porém, a AIB não era o golpe nem o Estado Novo, por mais que, em aparência, se assemelhassem. Como não houve forças sociais e políticas suficientes para se contrapor ao golpe (inclusive por parte da AIB, que ficara numa situação dicotômica, justamente pelo fato de, embora se assemelhar em razão do espectro fascista, e mesmo dar apoio efetivo ao golpe, não ser o Estado Novo, que tinha uma autonomia política bem marcada em relação aos integralistas) e o projeto de integração da economia brasileira a uma economia mundial que se redesenhava necessitar de atores políticos e sociais específicos, o grupo varguista se desfizera do apoio dos integralistas, que dali para frente não mais lhes fora útil e deveria dele se afastar: “Tudo isso fez com que a 2 de dezembro de 1937 Getúlio Vargas, em conformidade com a nova Constituição, assinasse o decreto de dissolução de todos os partidos políticos, inclusive o partido dos integralistas.”¹⁶⁶

Diante da breve exposição, parece que o papel principal da AIB, durante grande parte de sua atuação foi, a fim de facilitar a consolidação no poder e do poder pelo grupo de Vargas, bloquear e conter as lutas dos trabalhadores, quer fragmentando esta classe,

164 PEDROSA, Mário. A opção imperialista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 138.

165 KOVAL, Boris Iosifovich. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982 p.342.

166 Ibid., p.343.

quer fazendo o enfrentamento direto. Várias foram as manifestações de massas, tanto de esquerda como de direita, que fizeram passeatas e comícios enormes, as vezes com dezenas de milhares de pessoas. Vários também foram os conflitos violentos e armados que ocorreram nos anos 1930 entre o sindicalismo revolucionário e os integralistas, sendo que um dos mais notórios e de maiores proporções foi o evento histórico que ficou conhecido como “Revoada dos Galinhas Verdes” ocorrido na Praça da Sé, em São Paulo, em 07 de outubro de 1934, com milhares de participantes, mas que deixou um saldo de dezenas de feridos e ao menos seis mortos. Em um depoimento, Mário Pedrosa sintetiza bem o clima da época:

Para concretizar a Frente Antifascista... a LCI, os anarquistas e os socialistas lançaram um jornal chamado O Homem Livre. O PCB não participava da frente única, preferia fazer campanha separado. Apenas participou da grande luta contra os integralistas do dia 7 de outubro na Praça da Sé. Toda a esquerda se uniu contra a manifestação integralista que seria realizada naquele dia. O objetivo dos integralistas era atacar a organização da classe operária, a sede da Federação Sindical de São Paulo e os sindicatos que tinham sede no edifício Santa Helena, na frente do qual haviam planejado o desfile. Nós lutamos contra os fascistas e impedimos a realização da manifestação.¹⁶⁷

... Fecha parêntese.

Entendemos que, no caso, a marginalização brasileira na divisão internacional do trabalho precipitou que a Era Vargas se revestisse de um sistema de economia organizada. Assim nesse momento, embora a organização política não fosse formalmente revestida de toda a simbologia e institutos propriamente fascistas, em essência, era o modo de gestão fascista da economia que então se desenvolvia. Até porque entendemos que o fascismo, ou os fascismos, não visavam o fim do capitalismo, ao contrário, eles buscavam, também no caso específico brasileiro, criar as condições efetivas para sua hegemonia, por vias diferentes do liberalismo, e assim reafirmar o capital, tanto em sua produção como em sua acumulação. O que lhe dá um caráter diferenciado é que as três principais forças sociais, burguesia, proletariado e Estado, se organizam de forma diferente das democracias parlamentares, até porque, foram constituídas e se organizaram em tempos e de modos

167 PEDROSA, Mário. Entrevista disponível em
<<https://midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/361990.shtml?comment=on>>. Acesso em 05 nov. 2017.

diferentes. Ante as limitações e obstáculos econômicos, políticos e sociais (e, não nos esqueçamos, geo-políticos) encontrados pelos países que se inspiraram no fascismo, reserva-se ao Estado um papel que a burguesia por si só não dava conta de realizar, não porque o poder estatal não lhe fosse o fundamento de sua existência, mas porque esta existência não encontrava plenitude nas realizações estatais liberais, por isso a composição destas forças sociais deveria se manifestar de maneira alternativa:

Na realidade, o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie.

(...)

Para elaborar suas concepções, o fascismo foi – pragmaticamente – buscar idéias no campo do inimigo. Numa direita apavorada com a revolução proletária, era natural o impulso de macaqueá-la, “assimilando-a” desfigurada para tentar neutralizá-la.¹⁶⁸

João Bernardo coloca em termos mais profundos esta relação direita *versus* esquerda. O fascismo não apenas buscou sua identidade ideológica “pragmaticamente” nos pensamentos da direita e da esquerda. Mais especificamente, diz ele, esta busca se realizou nos campos da extrema-direita (reacionária) e da extrema-esquerda (revolucionária), e é daí que se compôs uma práxis, social e política, através destas posições antagônicas:

Em suma, o que há de peculiar no fascismo é o seu caráter simétrico e a *posteriori*. Simétrico porque, afirmando que supera os extremos, coloca-se na realidade num ponto mediano entre eles. E a *posteriori* porque este equilíbrio é realizado entre terrenos políticos já existentes, o conservador e o revolucionário. Não se trata, como os adeptos da tradição, de prolongar e transformar internamente aquilo que existe, nem como para os agentes da revolução, de criar uma nova realidade, mas de superar o existente. Por isso defino o fascismo como uma ordem que não comprometeu a coesão social.¹⁶⁹

168 KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 5/8.

169 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: 1998, p 32.

No momento, mais importante do que saber como o fascismo surgiu, é analisarmos o porquê e o para quê ele foi necessário. As raízes do fascismo, que se fincam nas contradições e conflitos do capitalismo, se encontram antes mesmo da chegada efetiva ao poder dos fascistas nos países onde ele aconteceu:

A guerra de 1914-1918 manifestou com clareza as profundas contradições existentes no mundo criado pelo capitalismo em sua fase imperialista. Pela concentração de poder econômico nas mãos o capital financeiro foi levado a assumir a liderança na luta pela *conservação* (e correspondente *atualização*) do *sistema*. Para o capital financeiro, entretanto, o sistema só poderia ser salvo por meio de reformas que suprimissem certos estorvos, remanescentes da fase da “livre competição”, acentuassem a concentração do capital (uma forma de racionalização da economia) e aprofundassem a interdependência entre os monopólios e um “Estado Forte”.¹⁷⁰

Se uma das premissas básicas para a existência do capitalismo é a acumulação do capital, e que esta só pode ocorrer através de sua expansão, o fascismo foi a forma de realização deste objetivo que, segundo João Bernardo, exigia a combinação e articulação de quatro instituições fundamentais divididas em dois eixos, um vertical, composto pelo exército e a igreja, e outro horizontal, representado pelo partido e/ou pelas milícias e os sindicatos. Estas articulações, segundo nosso entendimento, não aconteciam, obrigatoriamente, entre todas as instituições e ao mesmo tempo. Podia-se combinar articulações institucionais cambiáveis e distintas no tempo, mas eram imprescindíveis para caracterizar e impor os fascismos.

A classe capitalista não se deparou somente com suas contradições e seus conflitos internos. Conforme dissemos anteriormente, o operariado, até a primeira guerra mundial, percebia em si uma identificação de classe que não se limitava apenas aos seus aspectos subjetivos, mas que se realizava em suas práticas. Se a história oficial identifica que a origem das grandes guerras reside na nação, esta premissa não foi acolhida pelos trabalhadores de então. Durante o próprio conflito bélico, as mais diversas manifestações mostraram aos capitalistas o descontentamento da classe trabalhadora não apenas em relação às condições de trabalho, mas, também, a sua oposição, enquanto classe, contra esta guerra. As greves que ocorreram neste período ilustram bem essa realidade:

170 KONDER, Leandro. Op. cit. p. 20.

De 1915 a 1916 o número de dias de trabalho perdidos por greve na Alemanha aumentou de 500%, e de 700% de 1916 a 1917, quando atingiu os dois milhões. As greves de abril de 1917 em Berlim mobilizaram entre 200.000 e 300.000 operários. De 1916 a 1917 o número de movimentos grevistas em França subiu de 600% e a quantidade de participantes aumentou mais de 3.000%, chegando quase aos 300.000.¹⁷¹

Neste período também ocorreram diversas greves no Brasil. A que mais repercutiu foi a Greve Geral de 1917, tendo sido uma paralisação geral dos trabalhadores da indústria e do comércio e ocorrendo em julho daquele ano, portanto, durante a Primeira Guerra Mundial. Foi fomentada e promovida por organizações operárias de inspiração anarquista aliada à imprensa libertária. Essa paralisação dos trabalhadores brasileiros foi uma das mais amplas e duradouras da história do Brasil.

Todas estas agitações da classe trabalhadora em diversos países no mundo tiveram como ponto máximo a Revolução Russa de 1917. Ela representou, naquele momento, o grau de organização e o poder que a classe trabalhadora tinha em suas mãos. Se, por um lado, a história demonstra que os bolcheviques desvirtuaram a Revolução e comprometeram a unidade do operariado numa escala mundial, por outro lado despertou na burguesia a preocupação de ter novos métodos e táticas de controle sobre os trabalhadores. Os fascismos que surgiram em decorrência das “batalhas” vencidas pela classe trabalhadora, seriam o caminho pelo qual os capitalistas buscariam vencer a guerra da luta de classes:

A simpatia com que os regimes parlamentares observaram a destruição do movimento operário pelos Estados fascistas explica a inibição da Liga das Nações perante a invasão italiana da Abissínia e face ao programa de militarização da Alemanha Nazi.

(...) Tudo se esclarece, porém, ao recordarmos que a perseguição feita pelo fascismo às organizações da classe trabalhadora constituía seu principal título de glória aos olhos do capitalismo moderno.¹⁷²

171 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: 1998, p. 37.

172 Ibid., p. 49.

Diante do exposto, vai se evidenciando que o fascismo não se restringiu aos contornos espaciais operados pelas fronteiras nacionais (e nem se limitava aos países que explicitamente levantam sua bandeira). Antes, e mesmo durante a guerra (aprofundaremos esta questão futuramente) as relações comerciais e, principalmente, financeiras – e aqui reside a informação mais importante, pois o capitalismo financeiro é que está se firmando como hegemônico neste período, alcançando este êxito ao fim da segunda guerra – entre o Eixo e os Aliados permanecem:

Com base nestes interesses sociais comuns aos capitalistas de ambos os lados teceram-se, apesar do conflito, e para além das clivagens militares, políticas e ideológicas, contatos institucionais permanentes, no âmbito do Banco de Pagamentos Internacionais. Este Banco fora estabelecido em Basileia, na Suíça, em 1930, para permitir a cooperação técnica entre os bancos centrais dos vários países, e o seu Conselho de Administração ainda hoje é composto em parte por governadores de bancos centrais. Per Jacobsson, que desde 1956 até ao seu falecimento em 1963 estaria à frente do Fundo Monetário Internacional, entrou em 1931 para o Banco de Pagamentos Internacionais como conselheiro econômico e chefe do Departamento Econômico e Monetário, situação em que se manteve durante a guerra. Escrevinhador impenitente, deixou um volumosíssimo diário, recheado de informações importantes, que a sua filha, Erin E. Jacobsson, utilizou como base para uma biografia (*A Life for Sound Money*. Per Jacobsson. *His Biography*, Oxford: Clarendon, 1979). Ela chama a atenção (na pag. 141) para “a harmonia em que todos os funcionários internacionais do BPI [Banco de Pagamentos Internacionais] conseguiam viver lado a lado, no mais estreito contato, sem discórdia, apesar de entre eles se contarem beligerantes de ambas as partes. Quando começou a guerra todos os funcionários receberam indicações dos seus próprios bancos centrais para trabalharem amigavelmente em conjunto, de maneira a que o BPI pudesse continuar a funcionar”.¹⁷³

As economias dos países fascistas operaram não muito discordantes das economias dos países democráticos, inclusive durante o enfrentamento bélico. A preservação dos meios de produção e dos recursos produtivos, não sofreram a mesma sorte que os “recursos humanos” representados pelos trabalhadores. A violência e brutalidades infligidas recaiu em sua grande extensão sobre a classe trabalhadora e não diretamente sobre o

173 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p.53.

capital, conforme levantamento feito por João Bernardo fundamentado em literatura por ele pesquisada:

Os interesses sociais convergentes do campo aliado e do campo fascista são revelados pela estratégia seguida pelos bombardeamentos aéreos aliados. Nos comentários ao diário de sua irmã, referentes ao anos de guerra (*The Berlin diaries 1940 – 1945 of Marie “Missie” Vassiltchikov*. Londres, Folio, 1991, pág 71), escreve George Vassiltchikov: “[...] em Fevereiro de 1942 o Marechal do Ar Arthur Harris recebeu o comando dos bombardeiros da RAF [força aérea britânica] com instruções do Gabinete de Guerra para iniciar uma ofensiva sistemática contra as cidades alemãs “tendo como alvo principal o moral da população civil e especialmente dos operários da indústria”. (...) As consequências desta estratégia foram descritas como incomparáveis por André Piettre, um especialista da economia, numa obra monumental, (*L’économie allemande contemporaine (Allemagne Occidentale) 1945-1952*. Paris M. Th. Génin, 1952, págs 65-67): “Com efeito, é um fato de importância capital, e que domina toda a economia alemã de hoje, que os bombardeamentos tivessem sido muito mais sensíveis sobre as cidades e os nós de comunicação do que sobre as forças produtivas. [...] Assim – constatação primordial e novo paradoxo da Alemanha do pós-guerra – a indústria pesada, base essencial da indústria de guerra, saía do conflito menos atingida do que qualquer outra. Calcula-se até que a Alemanha possuía ainda em 1945 o segundo equipamento mundial em máquinas-utensílios, logo a seguir ao dos Estados Unidos.”¹⁷⁴

Diante dos relatos pesquisados por João Bernardo, sua conclusão é sagaz:

(...) Os altos comandos aliados conduziram a guerra numa estrita perspectiva de classe, poupando quanto possível as instalações fabris dos capitalistas inimigos e tomando como alvo o moral, o espírito de resistência, do operariado alemão, tal como estipulou o governo britânico, ou seja, para empregar a fórmula concisa e clínica de André Piettre, visando “o pessoal, mais do que o material”.¹⁷⁵

174 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 52.

175 Ibid., p. 53.

Os fascismos, explícitos ou enrustidos, que se espalharam pelo mundo e que, formalmente, foram sepultados com o fim da segunda guerra, exerceram um papel para o capitalismo tão importante e fundamental quanto o da guerra fria. Tanto este como aqueles tiveram o condão de projetar o lado sombrio que o capitalismo sempre buscou negar ou esconder:

A existência do fascismo permitiu ao capitalismo democrático refazer uma virgindade, disfarçando suas próprias formas de autoritarismo, directamente empresariais, e encobrendo todos os vínculos económicos e políticos que tem sempre ligado as várias modalidades de realização do capital.¹⁷⁶

Nesta breve discussão que fizemos até aqui, não podemos nos esquecer que, embora os fascismos mundo afora tenham tido como característica comum o carácter anti-operário, “não pode haver crítica ao fascismo em geral se não o reconhecermos como um nacionalismo de base operária”,¹⁷⁷ eles só se viabilizaram graças justamente à classe trabalhadora:

O fascismo foi sem dúvida uma ditadura do grande capital. Mas se tivesse sido apenas isto não se diferenciaria substancialmente das formas parlamentares de domínio desse mesmo capital. É impossível compreender o fascismo sem atribuir uma importância primordial à mobilização popular que ele gerou, e sem constataremos que – facto que as direitas lamentam e as esquerdas esforçam-se por esquecer – essa mobilização transportou para o meio operário os temas mais caracterizadamente nacionalistas das esferas conservadoras e conferiu à direita um dinamismo político que até então fora apanágio das massas trabalhadoras mobilizadas pela esquerda.¹⁷⁸

Traçamos até aqui este breve perfil dos fascismos porque, diante do que já expusemos – dentre o que, o fato de a FIESP, em seus primórdios, ter tido uma orientação conceitual fundada nas ideias de Mihail Manoilescu, o principal teórico fascista do corporativismo –, eles poderiam ser relacionados com dois momentos muito importantes

176 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo. 1998. Tese Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1998, p. 48.

177 Ibid., p. 59.

178 Ibid., p. 58.

do desenvolvimento capitalista no Brasil, a Era Vargas e o movimento sindical do pós 1930, ainda que não haja consenso na literatura sobre quais países desenvolveram regimes fascistas, e nem sobre como classificar o período de governo de Getúlio Vargas (fascista, bonapartista, populista, etc...). Também a análise do movimento sindical comporta as mais variadas divergências.

Getúlio Vargas chega ao poder, através de um golpe, em 1930, quando, então, se finda o que se convencionou chamar de República Velha ou Primeira República Brasileira. O Brasil é caracterizado neste período como um país agrário-exportador e com uma indústria muito insipiente e ligada ao capital cafeeiro. Ainda assim, é a partir desta indústria insipiente que Vargas iniciará o processo de adequação do país à divisão internacional do trabalho e seu corolário, a divisão territorial do trabalho – e este é o ponto central desta dissertação, que se aterá, a partir deste ponto, aos aspectos mais diretamente ligados ao turismo sindical.

“A pluralidade de ideias e ações no movimento sindical do início do século XX no Brasil são patentes”¹⁷⁹. Dentre estas ideias e ações se destacavam e predominavam o sindicalismo anarquista e revolucionário. Estas foram mesmo formas pelas quais os trabalhadores brasileiros também lograram êxito em se identificar enquanto classe. A solidariedade internacional grassava nos meios sindicais. Como expusemos anteriormente, as grandes greves pelo mundo neste período puderam ser escritas, ao menos em parte, por esse internacionalismo operário, o que não ficou sem uma reação da classe exploradora, também em nível internacional.

Se Getúlio Vargas foi considerado o pai dos pobres por “conceder” aos trabalhadores, em 1943, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), isto se deveu simplesmente a uma manobra publicitária e demagógica, posto que o termo “consolidação” significa juntar aquilo que já existe. E de fato, grande parte das leis protetivas ao trabalhador (que depois se tornaram uma proteção ao “trabalho”) foram conquistadas a duras penas por estes sindicatos anarquistas e revolucionários antes mesmo de 1943, como por exemplo:

¹⁷⁹ PAULA, Amir E Hakim de. A Relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de Concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2011, p. 64.

(...) Decreto n. 1.313, de 17 de janeiro de 1891, que, regulamentando o trabalho do menor, na Capital Federal, proíbe-o para os menores de doze anos, vedando o trabalho noturno aos menores de quinze. Segue-se os Decretos ns. 979, de 6 de janeiro de 1903 e 1.637, de 5 de janeiro de 1907, sobre sindicatos. No primeiro deles, enfatiza-se a função atribuída ao sindicato de intermediário de crédito e no segundo de fomentador de mutualidade e previdência bem como a de representante da classe integral dos homens de trabalho desde que constituído com o espírito de harmonia entre patrões e operários. (...) Pelo Decreto n. 3.555, de 16 de outubro de 1918 transforma-se o Serviço de Povoamento no Departamento Nacional do Trabalho, ao qual se confere entre outras as seguintes atribuições: a de preparar e dar execução às medidas referentes ao trabalho em geral; a de dirigir e proteger as correntes emigratórias; a de superintender a colonização nacional e estrangeira. Pelo Decreto 3.724, de 15 de janeiro de 1919, disciplinam-se os acidentes de trabalho. Em São Paulo, pela Lei n. 1.869, de 10 de outubro de 1922, instituem-se os tribunais rurais. Pelo Decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923 cria-se, em cada uma das empresas de estradas de ferro, existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Pelo Decreto n. 16.027, de 30 de abril de 1923, institui-se o Conselho Nacional do Trabalho, com a incumbência de se ocupar: do dia normal do trabalho, dos sistemas de remuneração, contratos coletivos de trabalho, sistemas de conciliação e arbitragem, trabalho de menores, trabalho de mulheres, aprendizagem e ensino técnico, acidentes do trabalho, seguros sociais, caixas de aposentadorias e pensões de ferroviários, instituições de crédito popular e caixas de crédito agrícola. Pelo Decreto n. 4.982, de 24 de dezembro de 1925, conferem-se férias de 15 dias por ano aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários (...).¹⁸⁰

Algumas observações importantes devem ser feitas referentes a todo conteúdo jurídico exposto nesta dissertação, sendo a primeira, e talvez a mais importante, é que essa análise jurídica e legal é fundamental para compreendermos nosso objeto de estudo, as colônias de férias de entidades sindicais e associativas de trabalhadores do setor público e privado, isto porque, segundo Althusser “O Direito pertence simultaneamente ao Aparelho (repressivo) de Estado e ao sistema dos AIE”¹⁸¹ (aparelhos ideológicos do Estado), ou seja,

180 MAGANO, Octávio Bueno. Manual de direito do trabalho. V.1. Parte Geral. São Paulo: 1993, Editora LTR, 1993, p. 33 e ss.

181 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1980, p. 44.

uma das funções do direito é reprimir, não no sentido apenas da violência física, mas, principalmente, no sentido da constrição social, através da violência moral e psicológica, e também servir como “AIE”. Como para Marx, o Estado é, acima de tudo uma determinação histórica da luta de classes e não um determinante histórico desta luta, isso resulta que

Os indivíduos que dominam nessas condições, abstraindo do fato de que seu poder deve se constituir como Estado, têm de conferir à sua vontade condicionada por essas condições bem determinadas uma expressão geral como vontade do Estado, como lei – uma expressão cujo conteúdo sempre é dado pelas condições dessa classe, do que o direito privado e o direito criminal são a prova mais cabal.¹⁸²

Em uma esplêndida síntese, Marx afirma que “Na lei, os burgueses devem fornecer uma expressão geral de si mesmos, precisamente porque dominam como classe”,¹⁸³ ou seja, “A expressão dessa vontade condicionada por seu interesse comum é a lei.”¹⁸⁴ Se a lei e o Estado são, portanto, expressão da vontade da classe que domina, a contrapartida lógica inversa é que “O mesmo vale para as classes dominadas, de cuja vontade tampouco depende a existência da lei e do Estado”¹⁸⁵, por isso se fôssemos escolher uma passagem legal que, com o mínimo possível de palavras, melhor representasse esses princípios escolheríamos um pequeno, mais revelador trecho contido no artigo 139 da Carta Constitucional de 1937: “A greve e o *lock-out* são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”¹⁸⁶, que embora tenha sido revogado do nosso ordenamento jurídico, permanece presente na práxis capitalista de nossos dias (por mais que o direito hodierno formalmente garanta o direito à greve), posto que a sacralidade e intocabilidade do trabalho, do capital e da produção continuam sendo protegidas e, acima de tudo, prioritariamente protegidas.

Outra observação importante é que, embora os trabalhadores tenham lutado arduamente para melhorar suas condições de vidas e terem obtido importantes conquistas

182 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Boitempo Editorial, 2015, p. 318.

183 Ibid., p. 77.

184 Ibid, p. 318.

185 Ibid., loc. cit..

186 BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 26 dez. 2017.

graças justamente a estas lutas, isto não significa que, no campo da luta de classes, estas conquistas tenham sido universalmente válidas, posto que “as reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando essa classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis”¹⁸⁷, tanto porque muitos dos direitos ficaram apenas no plano da formalidade (vide, por exemplo o Art. 76 da CLT de 1943: Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte; ou do Inciso IV do Art.6º da atual Constituição de 1988: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim), como porque nem sequer a conquista parcial, nem a conquista formal do poder político havia sido alcançada pela classe trabalhadora, neste e em tantos outros momentos históricos em que a classe dominante ora estava no poder através de ditaduras, como na Era Vargas e no Golpe de 1964, como em momentos em que simplesmente o trabalhador foi alijado da participação política, como no caso dos analfabetos.

Antes da promulgação da CLT em 1943, de fato já existia todo um repertório legal a disciplinar relações de trabalho. Todavia, e este é um dado relevante, estas leis eram promulgadas de acordo com categorias profissionais específicas e divisões espaciais específicas. Isto parece revelar que a concessão de direitos aos trabalhadores ia se fazendo conforme a correlação de forças na luta de classes. Não por acaso, desde muito cedo, os trabalhadores em ferrovias obtiveram conquistas que antecederam o geral da classe trabalhadora (isto, em parte, pelas ferrovias serem antes mais estratégicas para o setor agroexportador, do que para o setor industrial naquele momento). Assim, também, não é por acaso que as férias foram, inicialmente, concedidas aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários (estes, por exemplo, tinham direitos específicos, como jornada de seis horas diárias), excluindo-se, portanto os trabalhadores do campo, entre outros.

187 ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. O socialismo jurídico. Boitempo Editorial, 2015, p.47.

Esta correlação de forças, neste momento histórico, pode ser explicada pelas seguintes razões:

Os movimentos políticos-sociais proletários que ocorreram no mundo nos fins do século XIX e início do XX têm como tônica resistir ao sistema capitalista, superando-o, o qual domina a vida pelo monopólio dos bens de produção, instalando a desigualdade social e o antagonismo das classes. Tais movimentos são marcados pelas diferentes tendências de orientação, socialista e libertária – anarquista e anarcossindicalista – que, teoricamente, identificam-se na proposta maior – a superação da ordem capitalista –, mas diferenciam-se radicalmente nas propostas de ação política.¹⁸⁸

É justamente na radicalidade das propostas de ação política que se consubstanciarão, neste período da história, as medidas legislativas no sentido do conter e ordenar o movimento de luta dos trabalhadores. Isto porque, e este ponto é quase consenso na literatura, o movimento sindical no Brasil, ainda que contasse com a militância socialista, era majoritariamente dirigido por anarquistas e anarco-sindicalistas, que compartilhavam, em linhas gerais, segundo Giuseppina Sferra, “a concepção da queda próxima do capitalismo ante o poder crescente da classe trabalhadora e mediante a ação direta dos operários”¹⁸⁹ e acreditavam que “a tarefa imediata era essencialmente revolucionária e destruidora”¹⁹⁰. Além disso, as elites agrícolas ainda eram muito fortes e as elites industriais ainda não estavam suficientemente organizadas ao ponto de se imporem como elites dominantes, posto que no Brasil “a industrialização teve um processo lento, retardatário, conciliador e pagando um alto tributo às formas de produção dadas pelo latifúndio agro-exportador, seguindo as características de uma industrialização debilitada pela predominância do contexto agrarista”¹⁹¹. Daí, para se criar as condições necessárias para a inserção do Brasil numa nova divisão internacional do trabalho, e também aperfeiçoar a divisão territorial do trabalho brasileiro, a necessidade de um estado interventor e dinamizador da economia (justamente aquele estado teorizado por Mihail Manoilescu e

188 SFERRA, Giuseppina. Anarquismo e anarcossindicalismo. São Paulo: Editora Atica, 1987, p. 12.

189 Loc. cit.

190 Loc. cit..

191 ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Editora Autores Associados, 1982, p. 42.

defendido pela cúpula da FIESP de então) , mas, acima de tudo, disciplinador do trabalho, especialmente neste momento de um sindicalismo muito mais independente e combativo:

As medidas legislativas, acima alinhadas, algumas das quais de cunho acentuadamente intervencionistas, como a de acidentes do trabalho, de 1919, a de aposentadoria, de 1923, e a de férias, de 1925, foram se fazendo necessárias em virtude da crescente agitação social provocada principalmente pela atuação de imigrantes imbuídos de idéias anarquistas e socialistas.¹⁹²

Era, portanto, preciso enquadrar os capitais brasileiros, inclusive o capital humano, nas novas formas de produção capitalista, por isso se fez urgente submeter o movimento operário, por meio do Estado, aos interesses do capital:

A maior obra da engenharia política do presidente Getúlio Vargas foi trazer as classes trabalhadoras para a agenda do Estado, politizar a “questão social”, tirá-la do espaço exclusivo da criminalização e das delegacias policiais. Para representar os de cima, precisava do apoio dos de baixo. Aqui reside o papel central de legislação social e trabalhista criada sob o governo Vargas, desde o início dos anos 30, até Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943. Porém, para atrair a massa trabalhadora foi preciso reprimir brutalmente as lideranças operárias e sindicais de esquerda. O trabalhismo varguista, combinava dádiva, manipulação e repressão. O controle da legislação sindical e as concessões na legislação trabalhista, fizeram com que o mito varguista se desenvolvesse.¹⁹³

A opção não era pessoal, de Vargas, mas uma exigência do sistema econômico internacional. O “pacto” entre as elites rurais, industriais e burocráticas aconteceu porque a lógica capitalista daquele momento assim o exigia. Se não houvesse sido “pactuado”, existia uma grande possibilidade de ter sido imposto. A legislação “avançada” representava a urgência na implementação das mudanças necessárias requeridas pelo capital, ou seja, foi avanço para avançar o capital, com as estabilidades e garantias que este exige, e não uma real preocupação com o operariado. O que se realizou foi uma determinação histórica,

192 MAGANO, Octávio Bueno. Manual de direito do trabalho. V.1. Parte Geral. São Paulo: Editora LTR, 1993 p. 42.

193 ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: Caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. Pegada. São Paulo, v. 7, n. 2, 2006, pag. 01.

e não uma capricho pessoal de um ditador, que contemplou não só os interesses do capital, mas também dos gestores estatais e da burocracia sindical que então emergia:

No decorrer de todo o Estado Novo, o governo — imbuído de seu projeto político de nação — procurou neutralizar o avanço das forças operárias seduzindo-as através de intensa propaganda nacionalista. Sem muita opção, Getúlio Vargas pactuou com as massas trabalhadoras barganhando a legitimação do seu governo através da outorga de uma avançada legislação trabalhista e previdenciária. Da mesma forma, o projeto educacional e cultural estado-novista vinha atrelado às questões de segurança nacional, tendo por meta a mobilização controlada das massas.¹⁹⁴

O modo pelo qual esta “engenharia” se operou precisa ser melhor evidenciado. O varguismo precisa implementar as condições gerais de produção exigida pelo capitalismo, e é nesse sentido que entendemos a afirmação de que Vargas “pactuou com as massas trabalhadoras”, porque eram justamente estas massas que iriam ter que trabalhar para produzir sua própria exploração, a mais-valia, num país, como disse João Bernardo em citação anterior, que ocupava “uma posição marginal na economia mundial”, e que por isso recorreu ao “fascismo para criar um sistema de economia organizada” (sendo a organização do trabalho representada pela CLT – inspirada na fascista Carta Del Lavoro - um dos aspectos mais importantes), e o varguismo foi a personificação de organização centralizada e a nível nacional que visava “proceder a um arranque económico sustentável”.

Aliás, diga-se brevemente, que a literatura jurídica sobre as leis de trabalho no Brasil, embora não haja consenso em relação ao reconhecimento ou não das influências dos fascismos sobre a legislação e a organização sindical brasileira, concorda que a Carta del Lavoro da Itália fascista, assim como a Constituição da Polônia, provocaram grande influência em nosso ordenamento jurídico:

A Carta Constitucional de 10-11-1937 marca uma fase intervencionista do Estado, decorrente do golpe de Getúlio Vargas. Era uma Constituição de cunho eminentemente corporativista, inspirada na Carta del Lavoro, de 1927, e na Constituição polonesa. O próprio art. 140 da referida Carta era claro no sentido de que a economia era organizada em corporações, sendo consideradas órgãos do

194 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In. Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 334.

Estado, exercendo função delegada de poder público. O Conselho Nacional de Economia tinha por atribuição promover a organização corporativa da economia nacional (art.61, a). Dizia Oliveira Viana, sociólogo e jurista – que foi inspirador de nossa legislação trabalhista da época – que o liberalismo econômico era incapaz de preservar a ordem social, daí a necessidade de intervenção do Estado para regular tais situações. A Constituição de 1937 instituiu o sindicato único, imposto por lei, vinculado ao Estado, exercendo funções delegadas de poder público, podendo haver intervenção estatal direta em suas atribuições. Foi criado o imposto sindical, como uma forma de submissão das entidades de classe ao Estado, pois este participava do produto de sua arrecadação. Estabeleceu-se a competência normativa dos tribunais do trabalho, que tinha por objetivo principal evitar o entendimento direto entre trabalhadores e empregadores. A greve e o lockout foram considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os interesses da produção Nacional (art139).¹⁹⁵

Neste mesmo sentido:

Uma terceira fase do intervencionismo trabalhista se inaugura com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, de que resultou a Carta Constitucional da mesma data, de cunho corporativista, inspirada, pelo lado político, na constituição polonesa, e pelo econômico social, na Carta de Lavoro, italiana, fascista, de 1927. O seu aspecto corporativista sobressai através da leitura do artigo 140, onde se lê o seguinte: “A economia da população será organizada em corporações, e estas, como entidades, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas de poder público”.¹⁹⁶

Assim, a fim de enfatizar que, ao menos no campo jurídico há certo consenso quanto à influência da Carta del Lavoro, que instituiu o fascismo na Itália, sobre a produção legislativa brasileira, embora, como já dissemos, haja divergências sobre como classificar esta influência, segue mais um excerto:

Os sindicatos eram órgãos bilaterais, isto é, de um lado o sindicato de empregados, de outro o de empregadores; porém, no modelo italiano do fascismo encontravam-

195 MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2008, p. 10.

196 MAGANO, Octávio Bueno. Manual de direito do trabalho. V.1. Parte Geral. São Paulo: Editora LTR, 1993, p. 47.

se, unificando-se num órgão de síntese e integração acima deles, as corporações (...). Há uma frase que expressa o pensamento do corporativismo italiano: tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado.

A Lei constitucional brasileira de 1937, sofrendo a influência desses princípios, instituiu o Conselho da Economia Nacional (art. 57), composto (...) pelas associações profissionais ou sindicais reconhecidas em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.

Para atualizar a lei sindical de 1934, foi regulamentada a Carta de 1937, expedindo o Governo o Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939.

O nosso sistema legal, assim, baseou-se em institutos que caracterizaram a forma autoritária de organização sindical, entre os quais a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a natureza pública das funções sindicais, o prévio enquadramento sindical elaborado pelo Estado, o princípio do sindicato único, a contribuição sindical, a intervenção do Estado e o poder punitivo sobre os sindicatos (...).¹⁹⁷

A literatura que nega o caráter fascista do governo Vargas costuma classificá-lo como populista – outras vezes, como bonapartista –, embora reconheça as várias “inspirações” ou os vários traços fascistizantes das ideologias e práticas políticas, econômicas e sociais adotadas no Estado Novo, mas estes são considerados sempre isoladamente ou como eventualidades. Acreditamos, diante do que as pesquisas nos apresentaram, que são tantos os elementos de natureza fascista, que se tivermos um olhar totalizante veremos que as doutrinas dos variados fascismos, sobretudo em seus aspectos econômicos, mas também em outros aspectos, estiveram sim presentes no Brasil:

Inúmeras foram as evidências de que Vargas considerava o fascismo europeu um modelo a ser imitado, adaptando-o às necessidades da realidade nacional: a idéia de um Estado forte, a personificação do poder central, a crítica à democracia parlamentar, a luta contra a pluralidade de partidos, o combate às “idéias exóticas”, a adoção de uma política imigratória anti-semita, o emprego de mecanismos de

¹⁹⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2011.

controle social e político (Dops) e de legitimação (DIP). Enfim, o resultado foi um Estado que não sabia conviver com as diferenças, fossem étnicas, políticas ou culturais. Assim, herdamos do Estado Novo uma cultura amordaçada, lapidada e corroída pela erosão característica das ditaduras modernas.¹⁹⁸

A evidência mais importante porém é aquela exposta no conceito de João Bernardo que mencionamos acima, ou seja, que o “bloqueio ao desenvolvimento econômico” e a “posição marginal na economia mundial” (Bernardo, 1998, p.33) foram as causas de chegada dos modelos fascistas de condução da economia e do poder. Estes dois elementos parecem ser evidentes no caso do Brasil. Por ter, até então, uma economia baseada na exportação agrícola, as infraestruturas e mesmo as superestruturas requeridas pelo capital ainda não haviam sido plenamente implantadas, o que, somados aos conflitos internos do capitalismo nacional, como as divergências entre a elite latifundiária, a burguesia nacional conservadora e a burguesia nacional progressistas restavam numa “marginalização” brasileira na economia mundial.

A necessidade de um Estado capaz de implantar as condições necessárias para o desenvolvimento capitalista no Brasil impôs um olhar mais atento e uma mão mais pesada sobre a luta de classes, tanto sobre a classe dos exploradores quanto a classe dos explorados. Se os trabalhadores costumam impor resistências, o mesmo é válido para as elites. Mas a chibata desceu mesmo foi sobre as costas da classe trabalhadora. Por um lado, as ações fascistas do varguismo impôs ao operariado grilhões mesmo antes de ela se tornar consistente (a população rural seguiria numericamente superior ainda por muitas décadas, sendo superada apenas na década de 1970), mas isso garantiu a estabilidade no mundo do trabalho requerida pelo capital, especialmente o estrangeiro, que aqui desembarcaria “timidamente” neste primeiro momento para, nas décadas seguintes, se instalar aos “montes”; por outro lado, como consequência destas medidas de dominação do movimento sindical, lançou as bases do turismo sindical, corolário deste mesmo movimento. Da mesma forma que o capital estrangeiro, esta modalidade turística começa pequena para depois se agigantar, “coincidentemente”, após do golpe militar de 1964.

198 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In. Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 334.

2.2.1. Aprofundando os conceitos de turismo social e turismo sindical

Ao analisarmos os fenômenos daquilo que a partir daqui iremos chamar de turismo sindical, e que aprofundaremos no decorrer desta dissertação, e das colônias de férias de trabalhadores no Brasil, somos levados a nos indagar se esta forma de turismo também se manifesta ou se manifestou noutros países. Temos alguns elementos que sugerem que estes fenômenos são, sim, uma manifestação do processo global da regulação do capital sobre o trabalho. Discorrer, portanto, neste sentido é necessário para evitar apreensões parciais, equivocadas ou enganosas, e capturar seu movimento da maneira mais ampla possível, já que a apreensão da totalidade ainda é um objetivo idílico.

Ao longo das pesquisas desta dissertação observou-se que o turismo sindical brasileiro fundamenta-se na luta de classes e na relação capital *versus* trabalho, de onde decorrem os determinantes do movimento sindical no Brasil, fortemente influenciado pelas políticas corporativistas de cunho fascista. É sob um sindicalismo histórica e espacialmente em contradição que se fundamenta e se constitui o turismo sindical, ele também, por consequência, fundamentado em processos históricos e espaciais contraditórios. Mas estas contradições impostas pelas forças hegemônicas de orientação fascista impuseram-se somente ao sindicalismo brasileiro? Onde mais elas poderiam ter se manifestado?¹⁹⁹

Não há precisão quanto a terminologia para caracterizar esta modalidade de turismo organizada e gerida pelos sindicatos e associações de trabalhadores. Na literatura estrangeira sobre o tema, foram encontrados alguns termos ou conceitos que remetem ou se relacionam com turismo sindical, como “turismo de colônia”, “turismo obrero”, “turismo social” e, em alguns casos, o próprio termo “turismo sindical”, que, vale ressaltar, não encontramos em nenhuma ocasião na literatura nacional. Dentre as várias obras consultadas, o excerto a seguir, de uma obra brasileira, foi o que contemplou o maior número de modalidades de turismo. Trata-se de um excerto meramente exemplificativo:

199 Em função destas perguntas que, sem dúvida, são pertinentes e indispensáveis, buscamos respostas em trabalhos científicos, em língua espanhola, sobre o tema. Das leituras feitas, procuramos apreender e sintetizar as ideias e os autores que consideramos mais importantes para nossa pesquisa.

Cabe esclarecer que, em virtude de serem tais documentos em língua estrangeira, cuja tradução fora livremente feita, a interpretação dos mesmos pode conter equívocos que devem ser creditados a nós, e não a seus autores.

Outra informação importante é que, embora mais vasta que a literatura nacional, a literatura estrangeira, conforme os próprios autores pesquisados, reclama das parcas fontes bibliográficas e dados estatísticos, dificuldade esta compreendida e também encontrada por esta pesquisa.

Por fim, estes apontamentos têm o caráter provisório e parcial, não estando de modo algum esgotados.

1. Turismo de Lazer – Praticado por pessoas que viajam por prazer, sem muitas pretensões. Apenas desejam conhecer novos locais e descansar.
2. Turismo de Eventos – Para quem deseja participar de acontecimentos promovidos com objetivos de discutir assuntos de interesses comuns ou expor/lançar novos artigos no mercado. Cerca de 40% do movimento turístico internacional acontecem para realização de eventos.
3. Turismo de Águas Termais – Praticado por pessoas que buscam as estâncias hidrominerais para tratamento de saúde ou simples recreação.
4. Turismo Desportivo – Para quem vai participar ou assistir eventos desportivos. Movimenta a economia local.
5. Turismo Religioso – Praticado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados.
6. Turismo da Juventude – Praticado por jovens e estudantes que viajam, em geral para comemorar o término de cursos escolares.
7. Turismo Social – Praticado por pessoas de baixa renda, normalmente operários que, não podendo arcar com as despesas de seu próprio bolso, contam com a ajuda das fábricas em que trabalham.
8. Turismo Cultural – Praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, em busca de novos conhecimentos.
9. Turismo Ecológico – Praticado por pessoas que apreciam a natureza, entre as quais destacam-se os residentes em países desenvolvidos, industrializados. Interessadas em manter contato com os elementos da natureza que já desaparecem das grandes cidades.
10. Turismo de Compras – Poucos viajantes conseguem voltar para casa sem trazer uma lembrança, por menor que ela seja.. Sempre algo novo vem na bagagem.
11. Turismo de Aventura – Praticado por pessoas que buscam emoções radicais. Estão nesse grupo os que viajam longas distâncias para descer rios com corredeiras em balsas infláveis, subir aos céus em balões ou aproximar-se ao máximo da cratera de vulcões ativos.
12. Turismo Gastronômico – Muitas cidades tornaram-se conhecidas e atraentes pelos produtos que oferecem à mesa. Pratos típicos, vinhos, queijos, patês, doces, receitas exóticas. No Brasil, começam a aparecer os clubes de gourmets.
13. Turismo de Incentivo – Resultante da política de empresas que querem aumentar as vendas de suas mercadorias. São oferecidos aos empregados um prêmio tradicional como premiação pelos resultados obtidos.
14. Turismo de Terceira Idade – Em virtude da melhoria da qualidade de vida nos países desenvolvidos, as pessoas estão alcançando idades cada vez mais avançadas.. Os idosos, agora com mais vigor físico, estão viajando com mais frequência.

15. Turismo Rural – Praticado em áreas rurais para proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural, como andar a cavalo, ordenhar vacas e tomar banho de rio.
16. Turismo de Intercâmbio – Praticado por jovens estudantes com o objetivo de realizar cursos ou aprender idiomas em outros países.
17. Turismo de Cruzeiros Marítimos – Essa modalidade de turismo está crescendo num ritmo impressionante. Se há algumas décadas era privilégio de pessoas muito ricas, hoje tornou-se acessível a todos os que viajam.
18. Turismo de Negócios – Turismo praticado por executivos que viajam para participar de reuniões com seus pares, para visitar os fornecedores dos produtos que comercializam e fechar negócios.
19. Turismo Técnico – Turismo praticado por pessoas que trabalham em áreas técnicas, que viajam para conhecer as instalações de seus fornecedores ou novas formas de resolver determinados problemas. São realizadas em grupos compostos por diretores e gerentes.
20. Turismo Gay (GLS) – Tipo de turismo que vem crescendo rapidamente no mundo inteiro, identificado como mercado GLS (gays, lésbicas e simpatizantes).
21. Turismo de Saúde – Praticado por pessoas que necessitam realizar tratamentos de saúde e, por isso, procuram locais onde existam clínicas e serviços médicos especializados.
22. Turismo Étnico e Nostálgico – Pessoas que visitam seus próprios lugares de origem ou de seus antepassados. Ex: a colônia japonesa no Brasil.²⁰⁰

A maioria dos textos analisados, porém, não explica o significado dos referidos conceitos (“turismo de colônia”, “turismo obrero”, “turismo social”, “turismo sindical”), dando a entender que os mesmos são “autoexplicativos”, fato que se repete, inclusive, na literatura nacional, como se cada prática de turismo bastasse por si só, o que deixa uma grande lacuna em aberto no conhecimento. Como diria Lenin, “*A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega*”.

Em relação ao termo “turismo de colônia”, que traduzimos por “turismo de colônia”, encontramos numa pequena passagem de um livro chamado “El turismo en Argentina: Del

200 OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2005. p. 78-92 Apud SILVA, Ana Maria Travassos da, et al. Turismo social e políticas públicas: estratégias de otimização no SESC de Triunfo-PE. 2008, p. 21. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7531>>. Acesso em 22 jan. 2015.

balneario al campo” não tendo sido encontradas outras referências nem outras conceituações sobre o mesmo:

Los sindicatos de trabajadores cosntruyeron varios hoteles para sus afiliados em diferentes localidades de las sierras cordobesas. De esta forma, el *turismo de colonia* pasó a convertirse en uno de los pilares del turismo cordobés.²⁰¹

Noutro texto pesquisado, uma monografia de graduação intitulada “Análisis de un modelo de Turismo Sindical en la Republica Argentina ”, cuja expressão “turismo sindical” aparece unicamente no título, encontramos o termo “turismo obrero” (alguns outros textos também o mencionam, mas também sem o definir), que traduzimos como “turismo operário”. Esta monografia embora equipare o turismo sindical ao turismo social, remete suas origens à hotelaria gremial do período peronista, quando era designado por “turismo operário”:

La vinculación de los sindicatos al turismo social, a lo largo de la historia, ha estado estrechamente ligada a la gestión de hoteles en diferentes centros turísticos populares como son Mar del Plata y Córdoba siendo coincidente con ser las ciudades que el Estado ha promovido como destinos de turismo social con la creación, como vimos, de la Unidad Turística Chapadmalal y la Unidad Turística Embalse Rio III.

La llamada 'hotelería gremial' tuvo su origen durante las primeras presidencias peronistas en sintonía con las consignas de 'turismo obrero' y 'turismo social' acompañando los incipientes pasos en la reglamentación legal de las cuestiones del tiempo libre.²⁰²

Em mais duas passagens, outra autora também coloca como sinônimos “turismo obrero” e “turismo social” (o que vai convalidando nossa afirmação sobre as confusões terminológica na literatura pesquisada), sem também conceituá-los. Numa delas: “Así, bajo

201 SCHLÜTER, Regina G. El turismo en Argentina: Del balneario al campo. Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, 2003, p. 95.

202 ARIAS, Jesica Magali. Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina. Monografía de Graduación. Universidad Nacional de Mar del Plata. 2012, p. 24. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>>. Acesso em 27 dez. 2017.

la tutela de la nueva consigna peronista, el turismo obrero o social, se ensayaron los planes vacacionales y excursiones populares”²⁰³. Noutra passagem a autora repete:

El **turismo obrero o social** (grifo nosso) peronista formó parte de un cuadro más amplio que hemos denominado “democratización del bienestar” cuando, entre otros cambios, se abrieron canales que permitieron el consumo de las clases populares de una pluralidad de prácticas recreacionales, entre ellas, los espectáculos deportivos, artísticos, el cine y el turismo.²⁰⁴

Além destes termos - “turismo de colonia”, “turismo obrero” ou “turismo obrero o social” –, outros dois foram mais comumente encontrados: turismo social propriamente dito (ou seja, não como sinônimo de turismo obrero) e turismo sindical. O termo “turismo social” apareceu com frequência muito maior, predominando sobre os demais, e se propondo também a explicar e englobar todas aquelas modalidades de turismo mais voltado às classes populares, inclusive aos trabalhadores. A modalidade turismo sindical, quando aparece, sugere não ter autonomia em relação ao turismo social. No Brasil, este termo “turismo social” também é frequentemente usado, e com o mesmo sentido, englobando, inclusive o turismo sindical. Esta discussão posteriormente será melhor aprofundada, mas, neste momento, faremos apenas alguns recortes para uma discussão inicial.

Parte da produção acadêmica relaciona o turismo social a uma forma de amenizar as desigualdades sociais, ora consideradas marginalizações sociais, principalmente do ponto de vista da exclusão ao consumo e, algumas vezes, à cidadania, sem, contudo, contextualizá-las em suas relações conflitivas e contraditórias e, acima de tudo, sem analisar as condições históricas que lhes ensejaram. A luta de classes passa ao largo da maioria destes estudos. Enfim, o modo de produção e reprodução econômica e social não são considerados, tal como se segue:

El turismo social surge con el objetivo principal de poner al alcance de un amplio sector de la población, caracterizado por tener escasos recursos económicos, la posibilidad de

203 PASTORIZA, Elisa. El turismo social en la Argentina durante el primer peronismo. Mar del Plata, la conquista de las vacaciones y los nuevos rituales obreros, 1943-1955. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, mis en ligne le 16 juin 2008, p. 3. Disponível em <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/36472>>. Acesso em 27 dez. 2017.

204 PASTORIZA, Elisa; PIGLIA, Melina. Asociaciones civiles, empresas y Estado en los orígenes del turismo argentino. Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales, n. 27, p. 393-415, 2012, p.9. Disponível em <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2012/Dossier%20pastoriza/Asociaciones%20civiles.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

acceder al ocio turístico, de manera que a partir de esta consideración general, se produce otra serie de consecuencias como el aumento en el nivel de vida de las clases más humildes, la disminución de los prejuicios, la elevación de las culturas entre pueblos, el reforzamiento de los lazos familiares y, por último, dignifica el sentido humano haciendo superar complejos de inferioridad.²⁰⁵

As instituições internacionais parecem também encaminhar e reduzir seus discursos ao fomento de práticas aparentemente inclusivas de consumo (ainda que não reconheçam os produtos turísticos como mercadorias), não questionando as reais causas da exclusão e os reais interesses desta inclusão ao turismo. A mesma autora traz também o conceito de turismo social formulado pela Organização Internacional de Turismo Social – OITS:

Para la Organización Internacional de Turismo Social, OITS, el Turismo Social es el conjunto de relaciones y fenómenos que resultan de la participación al turismo y en particular de la participación de capas sociales con recursos modestos. Esta participación es posible, o al menos es facilitada, gracias a medidas con un carácter social bien definido.²⁰⁶

Conforme já dissemos, apesar de abundarem no Brasil as produções acadêmicas a respeito do turismo social, não encontramos, porém, qualquer menção ao turismo sindical. Seleccionamos algumas referências ao turismo social que, da mesma forma, ignoram os conflitos e as contradições inerentes a todas as práticas sociais, reduzindo, de forma parcelar e fragmentária, o problema à exclusão ou inclusão da população no turismo, conforme recortes a seguir:

O Bureau International du Tourisme Social, em 1963, aborda o turismo social como:

“Conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas

205 ARIAS, Jesica Magali. Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina. Monografía de Graduación. Universidad Nacional de Mar del Plata. 2012, p. 7. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>>. Acesso em 27 dez. 2017.

206 Ibid., p. 11.

de caráter social bem definidas, mas que implicam um predomínio da idéia de serviço e não de lucro”.²⁰⁷

O mesmo livro do excerto acima, também ilustra com o caso mexicano a visão sobre o turismo social:

No México, o turismo social é contemplado pela Lei Federal de Turismo, de 29/12/1992, com a seguinte definição: “Compreende todos aqueles instrumentos e meios pelos quais se concedem facilidades para que as pessoas de recursos limitados viajem com fins recreativos, desportivos e/ou culturais em condições adequadas de economia, acessibilidade, segurança e comodidade”²⁰⁸

Na literatura pesquisada há uma tendência de recusa em considerar o turismo social como sendo um turismo de massa, haja visto seu objetivo primeiro não ser o lucro (que seria uma característica do turismo de massa). Marc Boyer afirma, porém, que “A aspiração ao turismo, e de maneira mais geral, o desejo de ter acesso ao lazer e à cultura são o fruto de uma produção e de um consumo de massa (...)”²⁰⁹, portanto, a ausência de um fim lucrativo não teria o condão de afastar o caráter massificante do turismo social. No Brasil, o Ministério do Turismo parece dar tratamento semelhante ao turismo social considerando-o também, ao que tudo indica, como agente de “inclusão” das “massas”:

Turismo Social vem sendo tratado pelo Ministério do Turismo sob uma nova visão, como uma forma de se conduzir e praticar a atividade turística, visando promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética. Portanto, as premissas, estratégias e ações definidas para o Turismo Social perpassam transversalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como forma de se promover a inclusão pela atividade turística.²¹⁰

207 FALCÃO, Carlos Henrique Porto. Turismo Social. Programação oficial, 2009. In Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade / organizador Juarez Correia Barros Júnior – 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009, p. 119. Disponível em <<http://www.trabalhoevida.com.br/download/livro.pdf#page=114>>. Acesso em 27 dez. 2017.

208 Ibid., loc. cit.

209 BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru: EDUSC, 2003, p. 15.

210 BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do turismo – marcos conceituais. Brasília, (s/d). Disponível em<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 27 dez. 2017.

Parece, portanto que “as premissas, estratégias e ações definidas para o Turismo Social” são concebidas e aplicadas de cima para baixo, sem a participação de seus destinatários, enfim, sem ir à raiz do problema, que é fato das “oportunidades” serem desiguais, discriminatórias, inacessíveis a todos, excludentes, desrespeitosas, insustentáveis e antiéticas...

O turismo sindical surge, segundo nosso entendimento, diretamente ligado às conquistas realizadas pela classe trabalhadora, principalmente a redução da jornada de trabalho e às férias remuneradas. Mas grande parte da literatura colocou estas vitórias no campo das concessões sociais, e não da luta de classes. Compreendemos que as teorias que explicam as práticas não nascem prontas e vão se construindo ao longo do tempo, e também que conceitos que explicaram certas práticas em determinado momento histórico e científico podem se exaurir ou se tornarem insuficientes em outro. Se as práticas não são estáticas, as teorias devem ser dinâmicas. Talvez seja o caso do uso do termo turismo social. Este estreito vínculo entre a luta sindical e o turismo nos é revelado pela história:

[o] turismo social nasceu junto às organizações européias, no período entre guerras (década de 1920 a 1940), por isso os exemplos mais facilmente identificáveis dessa modalidade de turismo seriam as colônias dos sindicatos dos trabalhadores criados na Inglaterra, Alemanha e extinta União Soviética. Sendo identificados três elementos comuns às definições de turismo social: o indivíduo participante tem meios econômicos limitados para viajar; o turismo social é subsidiado pelo Estado e por autoridades locais, empregadores, sindicatos, clubes ou outra associação da qual o trabalhador seja membro; trata-se de viagem fora do local de residência do trabalhador, podendo ser dentro de seu país ou em um país mais próximo.²¹¹

O espaço temporal indicado no excerto acima (1920 a 1940), que se situa no período entre guerras é revelador. Mais revelador ainda é afirmar que a origem do turismo social é o estreito vínculo que o chamado turismo social tem com as colônias de sindicatos criados, entre outros lugares, na Alemanha e na extinta União Soviética. Na verdade, pouco encontramos em nossas pesquisas literaturas que se aprofundem no tema colônia de férias

211 MASSARI, Cristina. O Observatório de Inovação do Turismo. In: CARVALHO, Caio Luiz de; BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Orgs). Discussões e propostas para o turismo do Brasil: o Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. p. 23-24 **Apud** SILVA, Ana Maria Travassos da, et al. Turismo social e políticas públicas: estratégias de otimização no SESC de Triunfo-PE. 2008, P. 37. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7531>>. Acesso 27 dez.2017.

de sindicato nos países considerados liberais ou democráticos, como, por exemplo, a Inglaterra que consta do referido excerto. Todavia, nos países considerados autoritários ou totalitários, a produção literária em língua estrangeira é muito maior, sempre remetendo à relação de dominação do capital sobre o trabalho, ainda que acriticamente:

Las primeras acciones estatales vinculadas al turismo social se impulsaron en países de regímenes socialistas o de economías planificadas, a medida que se fueron logrando los derechos laborales. Los Estados de gobiernos liberales las adoptaron posteriormente, en especial al finalizar la Segunda Guerra Mundial.

Europa fue el epicentro de estas primeras iniciativas: Estados con mandatos autoritarios y democráticos incorporaron al turismo como una necesidad social en el marco de las políticas de bienestar. En la Italia fascista se promovieron vacaciones para los trabajadores con fines de instrucción, impulsadas por la Opera Nazionale Dopolavoro; y en la Alemania nazi, se impulsaron propuestas de turismo social tendientes a imbuir de nacionalismo a la población, mediante el Kraft durch Freude.²¹²

Vamos aprofundar esta discussão no decorrer desta dissertação, mas, desde já, fica cada vez mais evidente que o turismo sindical decorre diretamente da luta de classes, está baseado na conquista do tempo livre e tem sua fundamentação histórica e sociológica diretamente na luta de classes, ainda que o tempo conquistado para ser livre tenha sucumbido ao controle e aos interesses do capital, via, principalmente neste período, intervenção estatal. Não foi um tempo criado pelo turismo, ainda que tenha se tornado, ao menos em parte e apenas para parte da classe trabalhadora, um tempo para o turismo.

Os excluídos do turismo do topo, ou dos resorts inventam o turismo social, o turismo dos trabalhadores, adaptado às condições econômicas dos pequenos rendimentos, tentam incluir-se na base do sistema.²¹³

212 SCHENKEL, Erica. La Desarticulación de la Política Argentina de Turismo Social en Medios del Siglo XX. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET, v. 7, n. 2, p. 50-64, 2017. Disponível em <<https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/viewFile/2991/2302>>. Acesso 07 nov. 2017.

213 CORIOLANO, L. N. M. T. A exclusão e a inclusão social e o turismo. Revista de turismo e patrimônio Cultural, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005, p. 302. Disponível em <<http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf>>. Acesso 27 dez. 2017.

É preciso entender o porquê ou para que se confundem conceitos. Possivelmente, um dos motivos que dificulta a diferenciação entre conceitos, especialmente entre turismo social e turismo sindical, possa ser a diversidade legislativa a respeito do assunto, não só no caso da Argentina, principal fonte do material encontrado, mas, talvez, no próprio caso brasileiro. Ainda que não deva ser usado como referencial exclusivo para delimitar o turismo social e, portanto, distingui-lo do turismo sindical, conforme alerta a autora do excerto a seguir, a heterogeneidade jurídica nos auxilia a compreender a confusão dos referidos conceitos no âmbito jurídico:

Por último, hay que señalar que, no existe una homogeneidad perfecta en las fórmulas jurídicas adoptadas para la consecución de los fines del turismo social, ya que los agentes operadores privados pueden actuar bajo formas jurídicas mixtas o ejercer su actividad a través de organismos con estatutos completamente diferentes a los suyos. La realidad, pues, es muy heterogénea, pudiéndose dar todo tipo de situaciones, entre las que destacan por parte de la iniciativa privada: asociaciones originadas desde sindicatos, cooperativas controladas por sindicatos, asociaciones o mutuales creadas desde sociedades comerciales, organismos cooperativos que intervienen fuertemente em entidades financieras de carácter social, etc. En este sentido, la forma jurídica adoptada no puede ser el único criterio de clasificación que evalúe la actuación de los organismos en el turismo social. Además, incluso la taxonomía sobre la propia actuación resulta confusa debido a determinadas intervenciones mixtas en las cuales los organismos actúan como canalizadores de la demanda turística (informando, promocionando, gestionando o representado un interés social) y como unidades prestatarias de servicios turísticos (explotando instalaciones turísticas, comercializando productos o gestionando servicios), formando, por tanto, parte integrante de la oferta de turismo social.²¹⁴

Importante relembrar que as instituições legislativas e jurídicas são determinadas e estão subordinadas às relações de produção e às forças produtivas, sendo, portanto, expressões gerais da classe que domina, conforme expusemos anteriormente. Por isso, a inexistência de uma “homogeneidad perfecta en las fórmulas jurídicas” cumpre sempre um papel estabelecido pelas forças hegemônicas, sugerindo uma espécie de “caos planejado”. Aprofundaremos esta análise com mais vagar no decorrer desta dissertação, salientando

214 ARIAS, Jesica Magali. Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina. 2012, p. 10. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>> Acesso em 27 dez. 2017.

desde já, que o turismo sindical (ou social conforme a concepção de vários autores) não foi um fenômeno limitado aos países de regimes fascistas (ou totalitários, ou autoritários, ou populistas, etc), mas também em países ditos democráticos ou liberais: “La aplicación de políticas de turismo social se empezó a desarrollar, entre la Primera y la Segunda Guerra Mundial, tanto en los Estados con mandatos autoritarios como en los de vertiente liberal, que comenzaron a intervenir en el diseño de políticas intervencionistas”²¹⁵. A título de ilustração, o governo de Juan Perón, na Argentina dos anos 40 e 50, de caráter fascista²¹⁶, conforme afirma João Bernardo, teve um papel fundamental na elaboração e consecução de um sindicalismo atrelado ao Estado (o que, conseqüentemente, repercutiria no turismo sindical), com o claro intuito de submeter a classe trabalhadora aos novos paradigmas da produção global:

Numa alocução proferida no começo de Dezembro de 1943, inspirando-se em «um dos imperativos categóricos da nossa época: o imperativo da organização», Perón delineou um quadro das relações entre patrões, operários e Estado que em nada diferia do corporativismo. E no Primeiro de Maio de 1944 anunciou que «procuramos suprimir a luta de classes, superando-a por um acordo justo entre operários e patrões, sob a protecção da justiça que emana do Estado». Menos de quatro meses depois Perón explicou aos patrões, reunidos na Bolsa do Comércio, que o sindicalismo «é a forma de evitar que o patrão tenha de lutar com os seus operários; [...] é o meio de chegarem a um acordo, não a uma luta».²¹⁷

Para evitar “que o patrão tenha de lutar com os seus operários” o peronismo buscou organizar e disciplinar a integralidade do tempo do trabalhador, não se limitando ao espaço fabril, mas se estendendo pela totalidade espacial do trabalhador. Na verdade, o objetivo maior era que os “operários não lutassem com o patrão”, por isso a intervenção estatal sobre o ócio e o tempo livre:

Contemporáneamente a las primeras iniciativas europeas, Perón reconoció en el tiempo libre y el ocio un área clave para la intervención del Estado y el desarrollo

215 ARIAS, Jesica Magali. Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina. 2012, p. 10. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>> Acesso em 27 dez. 2017

216 Procuramos analisar e comparar em nossa pesquisa aqueles Estados ou regimes que mais paralelos apresentaram com o turismo sindical brasileiro, por isso a escolha do modelo argentino.

217 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p.191.

de políticas públicas. Desde su llegada a la Secretaría de Trabajo y Previsión (1943) el turismo social formó parte de las reivindicaciones proclamadas en el discurso oficial. Como un caso inédito em América, el Estado se convirtió en el principal promotor y articulador de este tipo de iniciativas, afectando por primera vez recursos públicos en el área en forma específica. La política estatal de turismo social adquirió una magnitud y visibilidad que no se repitió en ningún otro periodo de la historia argentina. La cuestión alcanzó una posición preponderante en el área turística, que perduró incluso hasta el último cuarto de siglo XX.²¹⁸

Também aprofundaremos este assunto no decorrer desta dissertação, mas o varguismo, antes mesmo do peronismo, quando do golpe que resultou na instauração do Estado Novo em 1937 (e mesmo antes, já a partir do golpe de 1930), explicitou na própria carta constitucional, outorgada no mesmo ano, a perseguição desta política corporativista e de colaboração de classes:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica **procura desnaturar em luta de classes**, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; (...)

(...)

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

A. de Souza Costa

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem²¹⁹ (grifo nosso)

As linhas ideológicas que conduziram o Estado Novo presidido por Getúlio Vargas são expressas em todo um arcabouço jurídico voltado a legitimar como um estado de direito

218 SCHENKEL, Erica. Op. cit., pp. 53/54.

219 BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

um estado que era, na verdade, um estado de exceção (muito similar, na forma e no conteúdo, ao que aconteceu na Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Polônia, e em tantos outros países de características fascistas). Por isso a constituição brasileira de 1937 tem o sugestivo apelido de “Polaca”:

Neste sentido, ele obteve, do Congresso e dos militares, sucessivos apoios para a concessão de poderes excepcionais ao Executivo, o que acabou por minar a ordem constitucional recém-instituída, favorecendo o surgimento do desfecho ditatorial implantado em 1937, com o golpe do Estado Novo. O Estado Novo “legitimou-se” com a outorga de uma nova Constituição, também chamada de “Polaca”, em virtude de sua semelhança com a Constituição da Polônia, igualmente de cunho fascista.²²⁰

Esta nova fase ditatorial, que propomos chamar de “fase superior” do varguismo (em alusão ao livro “Imperialismo: fase superior do capitalismo” escrito por Vladimir Lênin), propõe-se a aprofundar os mecanismos de integração e subordinação do trabalho ao capital, através de um golpe dentro do golpe, pelos mesmos golpistas. Para isso e por isso, a “Polaca”

(...) descaracterizou várias conquistas da Constituição de 1934, que, embora tenha contado com uma pequena participação popular, havia reconhecido os sindicatos e as associações profissionais, criado a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e estendido o direito do voto às mulheres e aos maiores de 18 anos. A Constituição de 1937, além de liquidar a autonomia sindical e partidária, criou a figura dos interventores, que foram nomeados por Vargas para governarem os estados.²²¹

Essa “fase superior do varguismo” é por ele próprio denominado de “regime”, conforme se expressa abertamente, quando da sua promulgação, a “Polaca”:

220 BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 97, 2006, p. 1146. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/873/87313710004/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

221 Ibid., p. 1150.

Art 177 - Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime²²². (grifo nosso)

E logo no artigo seguinte o “regime” torna formal no campo jurídico sua prática:

Art 178 - São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao Parlamento nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito a que se refere o art. 187.²²³

Este regime, embora formalmente legal, em nada se parece com uma democracia. Também não se limita ao poder discricionário das autoridades constituídas. Vai mais além daquilo que previa o Art. 122, Inciso 13, alínea i: (...) Além dos casos previstos na legislação militar para o tempo de guerra, a pena de morte será aplicada nos seguintes crimes: (...) atentar contra a vida, a incolumidade ou a liberdade do Presidente da República”. Ele, na teoria e na prática, se mostra amplo, visando ser total: total sobre a vida econômica, política e social do país. Por isso, o “regime” não se limitou a formalizar-se apenas no âmbito constitucional, mas se espalhou por diversas áreas do direito infraconstitucional.

DECRETO-LEI Nº 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e para cumprimento do art. 156,

DECRETA:

Art. 197. Fora dos casos previstos no artigo anterior, poderão ser aposentados, independentemente de inspeção de saúde;

²²² BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

²²³ Ibid.

- a) os funcionários cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Presidente da República, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.²²⁴

Também não se limitou o “regime” a atuar na esfera federal. Os interventores nomeados pela União nos Estados seguiram os mesmos postulados jurídicos da esfera Federal impostos pelo “regime”:

DECRETO-LEI N. 13.030, DE 28 DE OUTUBRO DE 1942

Estatuto dos funcionários públicos civis dos Municípios do Estado de São Paulo.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 181 Constituição da República, e nos termos do decreto-lei federal n. 3.070, de 20 fevereiro de 1941.

Decreta:

Artigo 188 - O funcionário, ocupante de cargo de provimento efetivo será aposentado, compulsoriamente:

V - Quando o seu afastamento se impuser no interesse do serviço público ou por conveniência do regime;

Artigo 215 - É ainda proibido ao funcionário:

VII - Iniciar greves ou a elas aderir, ou participar atos de sabotagem contra o regime ou serviço público;²²⁵ (grifo nosso)

Porém, a intervenção mais complexa e profunda do “regime”, talvez tenha sido a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, que visava intervir e regular amplos aspectos da vida social, seja na cultura, na educação, nos esportes, ou, muito importante destacar, no turismo, o que, por conseguinte, estaria, de uma maneira ou de outra, ligada ao turismo sindical e seus correlatos. Por isso selecionamos alguns excertos desta

224 BRASIL. Decreto-Lei nº 1.713, de 28 de outubro 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

225 ALESP. Decreto-Lei nº 13.030, de 28 de outubro de 1942. Estatuto dos funcionários públicos civis dos Municípios do Estado de São Paulo. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1942/decreto.lei-13030-28.10.1942.html>>. Acesso 27 dez. 2017.

legislação que é fundamental para compreendermos, neste contexto histórico, as condições políticas e sociais em que surgem e se desenvolvem o turismo, o turismo sindical e as colônias de férias:

Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939

(...)

Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda, a que se refere o Decreto n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo Decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre de diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O D. I. P, compreende:

I - Divisão de Divulgação (D.D.);

II - Divisão de Rádio-difusão (D.R.);

III - Divisão de Cinema e Teatro (D.C.T.);

IV - Divisão de Turismo (D.T.);

V - Divisão de Imprensa (D.I.).

[...]

Art. 6º À Divisão de Divulgação compete:

- a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira;
- i) irradiar, diariamente, além da "Hora do Brasil", um programa em idioma estrangeiro, em hora apropriada e determinada pelos países para os quais a irradiação se fará, em antena dirigido, devendo esse programa, além de números musicais, comportar a leitura de crônicas sobre as belezas naturais do Brasil, descrição pitoresca de regiões e cidades brasileiras, condições climatéricas do país e tudo o que possa constituir atração para o turista;

Art. 9º A. Divisão de Turismo Compete:

- a) organizar planos de propaganda turística no exterior e executá-los;
- b) organizar fichários e cadastros de informações turísticas;
- c) manter correspondência com as organizações turísticas do mundo;
- d) organizar e divulgar publicações de álbuns e catálogos de propaganda do Brasil;
- e) manter secções de turismo junto aos serviços superintendidos, no interior e exterior, pelos diferentes ministérios ou organismos públicos e privados, e destinados a fins de expansão econômica, comercial ou industrial;
- f) dividir o Brasil em zonas turísticas e manter correspondência com delegações estaduais que forem criadas;
- g) estimular o turismo interno;
- h) manter uma publicação ilustrada, que servirá como órgão de turismo do D.I.P.;
- i) dirigir e coordenar as atividades concernentes ao Turismo em todo o país, promover o desenvolvimento e zelar pelas entidades, instituições, organizações e empresas que exerçam atividades no campo turístico;

j) fixar diretrizes em matéria de Turismo, Termalismo e de Climatismo a serem observadas nas administrações públicas, entidades, institutos e organizações que desenvolvam atividades no campo de Turismo, Termalismo e de Climatismo,

l) coordenar as atividades das administrações e entidades públicas e privadas que interessem ao Turismo, ao Termalismo e ao Climatismo, e as iniciativas e manifestações aos mesmos referentes;

m) exercer vigilância e controle sobre todas as organizações nacionais, estaduais e locais de Turismo, estações de cura, repouso e vilegiatura, as indústrias hoteleiras de viagens e quaisquer atividades que interessem ao desenvolvimento turístico;

n) estimular e unificar as iniciativas das empresas de transportes com objetivo de tornar mais fácil o acesso às estações e locais de turismo, de cura Termal e Climática do país, facilitando a circulação dos turistas;

o) promover facilidades aduaneiras, fiscais policiais e da passaporte turístico em entendimento com as Serviços respectivos;²²⁶ (grifo nosso)

Em relação ao turismo enquanto atividade econômica a ser desenvolvida (e profundamente gestada e gerida pelo Estado neste momento histórico), é importante destacar, que o varguismo procurou fomentá-la antes e depois daquilo que chamamos de sua “fase superior”, podendo, inclusive, ser relacionada às estratégias geopolíticas do governo Getúlio Vargas:

Com a Argentina, as tensões derivadas da rivalidade militar foram atenuadas a partir da chegada de Vargas ao poder, passando a apresentar, inclusive, considerável grau de entendimento nos aspectos diplomáticos e comerciais, o que também se expressou no campo do turismo, a partir do Decreto n.24.393/34.²²⁷

226 BRASIL. Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 27 dez. 2017.

227 TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de. Turismo e política externa brasileira: de Vargas a Dilma . Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, p. 26. Disponível em <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002786351.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

Esta preocupação, entre outras, pode ser demonstrada nas legislações concernentes ao assunto, que abrange outros países além da Argentina, como, por exemplo, o Uruguai e o Paraguai, conforme excertos legais a seguir expostos:

DECRETO Nº 24.393, DE 13 DE JUNHO DE 1934

Promulga o Convênio entre o Brasil e e Argentina para o fomento do turismo, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo-se realizado, em Buenos Aires, a 21 de Maio de 1934, a troca dos instrumentos de ratificação pelo Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e pelo Presidente da Nação Argentina, do Governo entre o Brasil e a Argentina para o fomento do turismo, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de Outubro de 1933:(...)²²⁸

DECRETO Nº 1.846, DE 3 DE AGOSTO DE 1937

Promulga diversos Atos Internacionais, firmados em Montevidéo, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, a 20 de dezembro de 1933.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

(...)

CONVÊNIO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA O FOMENTO DO TURISMO

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República O. de Uruguai, convencidas de que o turismo de seu nacionais muito pode contribuir para a maior aproximação de seus povos, dando-lhes a conhecer não só suas condições de vida, como igualmente permitindo, pelo contacto mais assíduo, uma melhor

228 BRASIL. Decreto nº 24.393, de 13 de junho de 1934. Promulga o Convênio entre o Brasil e Argentina para o fomento do turismo, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24393-13-junho-1934-551460-publicacaooriginal-67976-pe.html>>. Acesso 27 dez. 2017.

compreensão de seus mútuos interesses, resolveram celebrar um convênio para o fomento do turismo (...)²²⁹

DECRETO-LEI Nº 5.856, DE 27 DE SETEMBRO DE 1943

Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943.²³⁰

Embora o Estado varguista possa ter sido considerado o principal promotor da atividade turística neste momento, constata-se que também na iniciativa privada houve a intervenção estatal;

DECRETO-LEI Nº 2.440, DE 23 DE JULHO DE 1940

Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo.

(...)

Art. 5º Incumbe ao Departamento de Imprensa e Propaganda baixar instruções relativas ao registo, ao funcionamento e à fiscalização das agências de viagens e turismo e agências de turismo, cabendo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a mesma atribuição no que se refere às companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas.²³¹

229 BRASIL. Decreto nº 1.846, de 3 de agosto de 1937. Promulga diversos Atos Internacionais, firmados em Montevidéo, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, a 20 de dezembro de 1933. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1846-3-agosto-1937-449906-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

230 BRASIL. Decreto-Lei nº 5.856, de 27 de setembro 1943. Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5856-27-setembro-1943-416003-norma-padrao>>. Acesso em 27 dez. 2017.

231 BRASIL. Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2440-23-julho-1940-412448-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

Interessante notar como os aspectos jurídicos representam, normalmente a *posteriori*, o retrato das forças políticas, econômicas e sociais que se impõem como hegemônicas. Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945 (mas o varguismo perdura até os dias de hoje, como bem demonstram a CLT, o turismo sindical e as colônias de férias). Antes, porém, a legislação já manifestava o fim do “regime” (o regime começa a cair, curiosamente, conforme vai caindo o eixo principal do bloco fascista na Europa – Alemanha e Itália – muito embora o fascismo tenha tido uma longa sobrevivência, por exemplo, em Portugal e Espanha, onde perdurou oficialmente até a década de 1970). Já em franca decadência, o regime ditatorial extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda, e em seu lugar cria o Departamento Nacional de Informações, com uma singular, mas importante diferença: embora, na prática o conteúdo da nova norma se mantenha praticamente o mesmo, continuando a regular, inclusive, os preceitos e atividades turísticas, o texto legal não mais menciona “regime” em sua redação. Enfim, embora Getúlio estivesse prestes a ser afastado do poder, o getulismo permaneceria:

Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de Maio de 1945

Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º É extinto o Departamento de Imprensa e Propaganda criado pelo Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939.

Art. 2º Fica criado o Departamento Nacional de Informações subordinado diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3º Compete ao Departamento Nacional de Informações:

a) coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, e em todos os setores da atividade nacional, em cooperação com os órgãos culturais

dos Ministérios da Educação e Saúde e das Relações Exteriores e com os órgãos congêneres dos Estados e Prefeituras;

- b) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas, intelectuais e instituições culturais do país, podendo para isso estabelecer e conceder prêmios;
- c) promover, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições;
- d) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
- e) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-lei nº 21.111, de 1 de março de 1932, e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa;

(...)

Art. 4º O Departamento Nacional de Informações será constituído de:

- a) Divisão de Imprensa e Divulgação, com a Seção de Biblioteca;
- b) Divisão de Radiodifusão, com a Seção de Discoteca;
- c) Divisão de Cinema e Teatro, com a Seção de Filmoteca;
- d) **Divisão de Turismo**;
- e) Agência Nacional;
- f) Serviço de Administração, compreendendo as Seções do Pessoal, Comunicação, Contabilidade, Tesouraria e Material.²³² (grifo nosso)

Para alguns autores, porém, o fechamento do DIP representou um retrocesso, que só seria retomado nas décadas seguintes, na fomentação do turismo no Brasil:

Entretanto, o DIP fechou suas portas em 1945 e, com isso, suspenderam-se os esforços de promoção turística internacional no Brasil, fato ainda mais negativo

232 BRASIL. Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de Maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

quando se recorda que o contexto de encerramento da Segunda Guerra Mundial permitia a retomada dos fluxos de turismo internacional.²³³

Esta exposição do arcabouço jurídico da Era Vargas explicita não só a forma como se operacionalizaram as políticas para o turismo e o controle do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. Elas também, obrigatoriamente, remetem ao turismo e ao controle do trabalho em nível internacional, conforme já expusemos em outros momentos.

Nossas pesquisas em língua estrangeira resultaram em informações que nos eram desconhecidas e que não conseguimos encontrar similar em literatura nacional, ao menos no campo do turismo. Já suspeitávamos e argumentamos no sentido de uma influência das doutrinas fascistas, no contexto da teoria e da práxis na Era Vargas, como também suspeitávamos do percurso similar que o peronismo poderia ter percorrido. Neste sentido, os excertos do texto constitucional corroboram com essa assertiva e vão ao encontro, conforme já expusemos, com o princípio contido na Ideologia Alemã de Marx e Engels, de que “Essas condições reais de modo algum foram criadas pelo poder do Estado; elas são, antes, o poder que o cria”, por isso, um grupo político que chega ao poder através de um golpe, aí chega para atender “às legítimas aspirações” da classe que domina, por isso a “ordem” não pode “desnaturar em luta de classes”.

As pesquisas realizadas revelaram que as similitudes históricas e políticas entre Brasil e Argentina foram muito anteriores à “Operação Condor²³⁴”. As décadas de 1930, 1940, 1950, em ambos os países, foram de fundamental importância para a (des)organização sindical e as lutas trabalhistas, e por conseguinte, do enquadramento do trabalho em conformidade com as exigências de sua divisão internacional e territorial. Quase que concomitantemente, muitas das estratégias de dominação da classe trabalhadora pelo capital foram usadas pelos estados brasileiro e argentino, com as devidas especificidades em cada caso. Pode-se dizer que o varguismo e, acima de tudo, naquele

233 TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de. Turismo e política externa brasileira: de Vargas a Dilma. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, p. 30. Disponível em <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002786351.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

234 A “Operação Condor” foi uma aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul, entre eles o Brasil e Argentina, levada a cabo nas décadas de 1970 e 1980, criada com o objetivo de coordenar a repressão a opositores das ditaduras militares brasileira e argentina.

momento histórico, o peronismo, se valeram do turismo sindical como uma das formas em comum nesta estratégia de controle sobre os tempos livres, os ânimos e os espaços dos trabalhadores e, como consequência, a contenção dos conflitos sociais.

Dentre as similitudes verificadas, temos a história de uma luta sindical muito parecida entre Brasil e Argentina.

Los primeros sindicatos de nuestro país estaban integrados por inmigrantes europeos llegados a fines del siglo XIX y principios del XX. Entre 1930 y 1945 se produce la migración de la población rural a la ciudad en búsqueda de empleos industriales. De esta manera crece la clase obrera urbana, base del movimiento peronista. Se consolida así la estructura sindical, que comenzaría a ocuparse de nuevas actividades; entre ellas, del turismo y la recreación, disponiendo de esta manera de servicios de Turismo Social.²³⁵

De modo semelhante também se deu a história sindical brasileira, com a importante participação da mão de obra imigrante aqui chegada entre o fim do século XIX e começo do XX, principalmente da Europa que, somado ao êxodo rural nas primeiras décadas do século passado, formaram um operariado urbano que impôs uma legislação trabalhista a seu favor e, partir da qual, resultaria o turismo sindical. Com a classe trabalhadora argentina não foi muito diferente:

A su vez, se proclamaron los Derechos del Trabajador, que significaba beneficios sociales, ampliación del régimen de jubilaciones, reglamentación de la indemnización por accidentes de trabajo y vacaciones pagas. Este último beneficio fue de gran influencia en el crecimiento de la ciudad de Mar del Plata, exclusivamente por el llamado “**Turismo Sindical o Social**” (negrito nosso), que a través de las vacaciones pagas y mediante hoteles sindicales permitieron que la ciudad conozca el **turismo de masas** (negrito nosso).²³⁶

235 RAMIREZ, Sabrina. Turismo Social en el sudoeste de la provincia de Buenos Aires: una propuesta de ciudad, mar y sierra. Diss. Universidad Nacional del Sur, Dpto. de Geografía y Turismo, 2014, p15. Disponível em <<http://repositoriodigital.uns.edu.ar/bitstream/123456789/3222/1/Tesina%20Lic.%20en%20Turismo.%20Ramirez%20Sabrina.pdf>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

236 BERGMANN, Romina García. Relevamiento y descripción de los hábitos de consumo turístico de la sociedad de Mar del Plata. 2014. Tese de Doutorado. Disponível em <<http://repo.turismo.gov.ar/bitstream/handle/123456789/4098/Relevamiento%20y%20descripci%C3%B3n%20de%20los%20h%C3%A1bitos%20de%20consumo%20tur%C3%Adstico%20de%20la%20sociedad%20de%20Mar%20del%20Plata%20-%20Garc%C3%Ada%20Bergmann%2C%20Romina%20S..pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

Embora boa parte da literatura não considere o papel estatal como fundamental nas políticas do turismo, como, por exemplo, Marc Boyer ao afirmar que “Os grandes agentes propagadores do turismo não foram os governos nacionais”, os resultados de nossas pesquisas parecem revelar o contrário. A Argentina é um exemplo: “Junto al **turismo sindical** (negrito nosso) y a los planes provinciales, se desplegó la política nacional de turismo social, que entre 1947 y 1950 estuvo a cargo de la AGPT.”²³⁷ Várias cidades turísticas foram impulsionadas pelos projetos peronista, seja no campo, seja na montanha, seja no mar, sendo “Mar del Plata” um exemplo paradigmático.

O Estado brasileiro, na ditadura Vargas, revela sua preocupação e sua procura em implementar políticas de turismo, ainda que numa escala menor que o estado argentino e ainda, também, não com um caráter estritamente massivo. Durante o varguismo

De 1929 a 1939, as viagens se intensificam no país. O número de companhias aéreas aumentou de quatro (com 51 aeroplanos perfazendo 1.476 vôos, com 3.651 passageiros) para nove (com 72 aviões que decolaram 7.900 vezes, com 63.423 pessoas). Segundo Rejowski (2002), neste período foram criadas no Brasil: a Varig (1927), a Panair da americana Pan Am (1930) e a Vasp (1933). Em 1945, o número de viagens chegou a 22.553, comportando 289.580 passageiros, com a existência de 65 empresas aéreas no país. Não só as viagens aéreas se intensificaram, mas também, as rodoviárias, pois em 1939, o Brasil já possuía uma frota de 111.832 automóveis, 5.853 ônibus e 63.079 caminhões.²³⁸

A política varguista para o turismo é permeada de conflitos e contradições que os números por si sós não deixam transparecer. O autor do excerto acima consegue capturar, numa interessante síntese, parte destas contradições e conflitos:

Durante este “estado de guerra”, dois locais totalmente distintos recebem pessoas importantes e pensadores da época: as cadeias e os hotéis-cassinos das principais cidades brasileiras. Nas masmorras do Estado Novo, desprovidos de

237 PASTORIZA, Elisa; PIGLIA, Melina. Asociaciones civiles, empresas y Estado en los orígenes del turismo argentino. Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales, n. 27, p. 393-415, 2012, p.11. Disponível em <<http://www.unicen.edu.ar/iehs/files/Asociaciones%20civiles.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

238 PAIXÃO, Dario Luiz Dias. 1930–1945 A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista. 2005, pp 01/02. Disponível em <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/hotelaria11.pdf>>. Acesso 27 dez. 2017.

qualquer liberdade ou dignidade, encontravam-se membros da elite política, como Luís Carlos Prestes e sua mulher Olga Benário, presos em 5 de março de 1936. Cerca de 10.000 presos políticos foram presos, torturados ou exilados. Apenas no Rio de Janeiro, 3.000.

De outro lado, os hotéis-cassinos se enchiam de pessoas da sociedade extravagante. Festas apoteóticas, geralmente patrocinadas pelo espírito filantrópico da primeira dama do país, Darcy Vargas, sucediam-se no Estado Novo. Salões, clubes e cassinos multiplicavam-se a olhos vistos, transformando a Capital Federal na maior jogatina do país. Homens fortes do regime, também, imperavam neste cenário, como por exemplo, o famoso “Bejo”, Benjamin Vargas, irmão de Getúlio, que sempre aparecia de revólver na cinta nas famosas noites do Tênis Clube de Petrópolis.²³⁹

Contradições e conflitos também estão presentes quando da conceituação das subdivisões do turismo. O conceito de turismo social não explica o turismo sindical. Não explica sequer a si mesmo, porque todas atividades e relações humanas são, sempre, sociais. Se há práticas de turismos, quer coletivamente, quer individualmente usufruídas, e independentemente do poder aquisitivo²⁴⁰, elas serão sempre sociais, portanto.

Boa parte da literatura não leva em consideração informações históricas e espaciais de suma importância, situando o turismo sindical (tantas vezes chamado de turismo social) em tempos e lugares que consideramos equivocados. Neste sentido, propomos, primeiramente, a autonomização do conceito de turismo sindical, dadas as especificidades que caracterizam esta modalidade de turismo, tanto no Brasil e Argentina, como em outros países. Esta afirmação de que o turismo sindical possui autonomia em relação a outras modalidades de turismo, pode ser sustentada a partir das seguintes informações históricas:

Los sindicatos obreros serán los que impulsen fuertemente los movimientos asociativos, cooperativistas y mutualistas en favor del turismo social, tal es el caso de la Asociación de Cooperativas de Vacaciones de Inglaterra, que a principios de

239 PAIXÃO, Dario Luiz Dias. 1930–1945 A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista. 2005, p. 09. Disponível em <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/hotelaria11.pdf>>. Acesso 27 dez. 2017.

240 Importante destacar que não é o poder aquisitivo que enquadra o indivíduo a esta ou aquela classe (a,b,c, d ou e), e sim sua posição no processo produtivo. Por isso classificar turismo social como aquele praticado pelas classes com menor poder aquisitivo só criam a aparência de que todos são iguais, quando, na verdade, ocultam o verdadeiro motor da história, a luta de classes, expressão da desigualdade entre expropriadores e expropriados.

siglo compraba casas y propiedades rurales que la aristocracia no podía mantener y las destinaba a uso social. Así pues, después de la conquista del derecho de vacaciones remuneradas, la segunda gran actuación hacia el turismo social por parte de las asociaciones sindicales fue la creación y organización de los centros de acogida. El movimiento sindical permitirá no sólo la consolidación de unos derechos, sino también el ejercicio de los mismos y, por tanto, la reducción de las diferencias culturales que caracterizaban a la población.²⁴¹

A passagem acima evidencia a importância que os sindicatos tiveram no desenvolvimento de espaços turísticos e na consecução de práticas turísticas, inclusive na Inglaterra, o chamado berço da “Revolução Industrial”. Mas na Alemanha, Itália e Rússia, entre outros lugares, também se encontram exemplos neste mesmo sentido:

Entre los Estados pioneros destacó Alemania que apoyaba, desde los inicios del s. XX, a los organismos que se comprometían en las actividades de turismo social, tales como el Servicio Social de Ferrocarriles, creado en 1904 desde las organizaciones sindicales. Posteriormente, hacia 1933, Hitler readaptó el modelo italiano a la estructura social germánica, adoptando una forma de adoctrinamiento fascista que llamaría *kraft durch freude* –fuerza a través de la alegría– y que ofrecía la posibilidad de viajar de vacaciones. Este modelo fue impulsado años atrás por Mussolini, en 1919, bajo el nombre de *dopo lavoro* y consistía en ofrecer a los trabajadores italianos unas vacaciones, aunque en realidad se trataba de estancias en centros de instrucción de ideología fascista. Por su parte, Stalin también llegó a implantar un sistema de colonias de vacaciones reservado especialmente a los miembros activos del partido y a los trabajadores que sobresalían de manera especial en la producción. Así pues, se observa el hecho de que las primeras experiencias de la acción del Estado tuvieron un profundo carácter político de índole fascista.²⁴²

Assim vão se evidenciando as ações estatais intervencionistas num duplo sentido: ao mesmo tempo que concediam direitos trabalhistas e fomentavam espaços e práticas

241 ARIAS, Jesica Magali. Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina. Monografía de Graduación. Universidad Nacional de Mar del Plata. 2012, p. 13. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>>. Acesso em 27 dez. 2017.

242 Ibid., op. cit.

turísticas, colonizavam (“com colônia de férias, inclusive...”) a cotidianidade dos trabalhadores, especialmente onde o capitalismo se desenvolvia por via de estados autoritários ou totalitários.

Las primeras manifestaciones públicas de preocupación por parte de los Estados acerca del modo en que disfrutaban del tiempo libre las clases trabajadoras se dan en dos conferencias celebradas a principios del siglo XX -la Conferencia del Trabajo de Washington y en la Conferencia Internacional del Trabajo celebrada em Ginebra en 1924-, si bien debemos esperar algunos años para que las autoridades de diferentes países se hicieran eco de sus resoluciones y recomendaciones. A la cabeza de todos estos países encontramos a Italia, primer país en poner en marcha estos principios a través de una institución como: la Opera Nazionale Dopolavoro. Años más tarde, surgiría a imitación suya en España la Obra Sindical de Educación y Descanso.²⁴³

Para ilustrar a importância que o controle do trabalhador pelo lazer tinha para estes regimes, está a maior colônia de férias para trabalhadores construída em todos os tempos na Alemanha durante os anos 1930:

En pleno apogeo de su poder, Adolf Hitler tuvo un sueño de verano que debía alegrar la vida a la clase trabajadora del nuevo régimen nazi. Contagiado por una megalomanía desmesurada, el dictador ordenó en 1936 que se construyese un gigantesco centro de vacaciones para obreros y sus familias en la isla de Rügen con 10.000 habitaciones, todas ellas con vistas al mar, que recibió el nombre de Prora.²⁴⁴

“O Colossos de Prora”, se situa na ilha alemã de Rügen, no Mar Báltico. O complexo foi construído entre os anos de 1936 e 1939 e serviria como colônia de férias sob a organização da “Kraft durch Freude”, que é traduzido com “Força através da Alegria”. O complexo é constituído por oito edifícios iguais que se prolongam ao longo de 4,5 km a

243 GALLEGOS, Sílvia López. El control del ocio en Italia y España: de la Opera Nacionales Dopolavoro a la Obra Sindical de Educación y Descanso. *Revistas de La Uva*. Universidad de Valladolid, 2004, pp. 22/25. Disponível em <<http://uvadoc.uva.es/bitstream/10324/17863/1/Investigaciones-2004-24-Control-Ocio-Italia-Espana.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

244 MULLER, Enrique. Pisos de lujo en una ruina nazi. *Jornal El País*, 20 abril 2015. Disponível em <https://elpais.com/internacional/2015/04/20/actualidad/1429544825_688889.html>. acesso em 27 dez. 2017.

cerca de 150 metros da praia. Apesar de ter sido construído como colônia de férias para trabalhadores alemães, não chegou a ser usado para essa finalidade em virtude da 2ª Guerra. Este conjunto arquitetônico fez parte de uma exposição na Alemanha em 2007, cujo curador na época, Karsten Linnie, explicou que:

Figura 11 – O Colossos de Prora (Alemanha)

Fonte: Hürriyet Daily News - AFP photo²⁴⁵

O prédio onde hoje está localizado o Centro de Documentação Prora é parte importante da exposição. O complexo de edifícios de 4,5 quilômetros de extensão, hoje tombado pelo patrimônio histórico, foi construído para ser a maior colônia de férias da organização nazista "Kraft durch Freude" (força através da alegria). "O principal órgão responsável pelo lazer no nacional-socialismo era a organização 'Kraft durch Freude' (KdF)", explica Linnie. "Como organização de lazer do sindicato único nazista Frente dos Trabalhadores Alemães (DAF), quase todos os trabalhadores pertenciam, automaticamente, à KdF".²⁴⁶

245 Disponível em <<http://www.hurriyetdailynews.com/nazi-beach-resort-an-unwieldy-legacy-for-todays-germany-23056>>. Acesso 27 dez. 2017.

246 ALBUQUERQUE, Carlos. Exposição retrata a política de lazer do regime nazista. Deutsche Welle, 05 set. 2007. Disponível em <<http://www.dw.com/pt-br/exposi%C3%A7%C3%A3o-retrata-a-pol%C3%Aadtica-de-lazer-do-regime-nazista/a-2766468>>. Acesso em 27 dez. 2017.

Embora não tenhamos encontrado maiores informações sobre esta obra em literatura portuguesa ou espanhola (somente as fontes jornalísticas da internet nos forneceram material para a pesquisa deste assunto), o “Colossos de Prora” na Alemanha espelha muito bem os esforços estatais para disciplinar todo o cotidiano do trabalhador, até mesmo em seu tempo livre. Ainda, neste sentido:

Como um mantra, regimes da primeira metade do século 20 que intentaram se transformar em religiões políticas tiveram uma fixação pela administração dos corpos e mentes de trabalhadores urbanos: era a prática do dopolavoro, uma palavra plasticamente bela em seu idioma de origem, o italiano, que apresentava uma diversidade de *modus operandi* e resultados. Este artigo se centra no havido em quatro países/períodos: a Itália fascista, a Alemanha nazi, Portugal salazarista e a Argentina peronista. Nos quatro casos, para além do eixo comum do dopolavoro, mais um ponto convergente – a forte ação de um aparato paraestatal (...).²⁴⁷

É importante esboçarmos um pequeno quadro a respeito do Dopolavoro em virtude do forte disciplinamento que caracterizou não só as relações diretas de trabalho na Itália, mas também as relações que, embora não fossem propriamente de trabalho, indiretamente o afetavam. O Dopolavoro (em italiano, Opera Nazionale Dopolavoro – OND, podendo ser trazido por obra nacional depois do trabalho), criado em 1925, ao anteceder o grande marco que fora a Carta del Lavoro, instituída em 1927 (que, conforme já expusemos, vai influenciar diretamente no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), nos revela a centralidade que o tempo livre ocupa no modo de produção capitalista, seja ele liberal ou não. Neste sentido:

Fascismo e taylorismo caminham de mãos dadas na Itália: enquanto o primeiro mantinha a ordem social e política no país, o segundo assegurava a dominação

247 FERNANDES, Márcio. A fixação pelo dopolavoro paraestatal em quatro países: apontamentos sobre experiência do século 20. Ed. Adolpho Queiroz & Hertz W. de Camargo, 2014, p. 39. Documento eletrônico disponível em https://www.researchgate.net/profile/Josemari_Quevedo/publication/299692636_Observacoes_sobre_o_Marketing_Politico-Ambiental_dos_Tweets_de_Candidatos_a_Prefeitura_de_Curitiba_Eloisa_Loose_UFPR_Josemari_Poerschke_de_Quevedo_UFPR_e_Valeria_Souza_Duarte_UFPR_capitulo_de_livro_-_links/57043c8608ae74a08e2461e0.pdf#page=39 em 11/11/2017

dos padrões no interior da fábrica, desarticulando toda forma de resistência dos operários (...).²⁴⁸

Este é um aspecto fundamental. Os fascismos em nenhum momento se opunham ao modo de produção capitalista²⁴⁹. Eles, na verdade, buscavam potencializar ao máximo o grau de exploração que o capitalismo pode oferecer. Mas esta imposição não ocorreu de forma mansa e pacífica. Os trabalhadores opuseram ferrenhas lutas diante desta situação.

Entretanto, diante das violentas manifestações de resistência, por parte destes, o governo fascista resolve intervir, direta e coercitivamente na organização da “nova fábrica”, entre os anos 1925-1927. Neste contexto, Mussolini procura persuadir os industriais mais resistentes a adotarem os novos métodos de organização “científica” do trabalho. Mas é especialmente na organização do tempo livre do trabalhador que se fará sentir o deslocamento das estratégias patronais de domesticação do proletariado italiano (...)

O *dopolavoro*, neologismo criado pelo engenheiro Mario Giani para indicar o tempo livre após o trabalho, procurou organizar as atividades recreativas e culturais dos operários fora da fábrica de modo a integrá-los por todos os meios ao mundo da produção (...).

(...) No programa da OND incluíam-se serviços sociais que abrangiam educação, organização do lazer, assim como “sólidas contribuições à eficácia econômica e produtiva, exatamente como os métodos da gerência científica”, segundo um dirigente fascista.²⁵⁰

Assim como na Itália, na Alemanha²⁵¹ também se desenvolveram ações no sentido de contenção da classe trabalhadora em razão das mudanças das forças produtivas. Instituições foram criadas para este mister de condicionar os trabalhadores a serem mais eficientemente e o máximo possível explorados.

248 RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. O que é taylorismo. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 57

249 Interessante notar que os fascismos, embora criticassem o liberalismo, não deixavam de importar ideias capitalistas. Curiosamente, o “*dopolavoro*” é uma delas: “ (...)enquanto ideia, o *dopolavoro* é uma invenção americana, tendo sido introduzida na Itália no começo do século 20 pela filial local do grupo ianque Westinghouse.” (FERNANDES, Márcio. Op. cit, p. 40).

250 RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P., op.cit., pp. 58/59.

251 “Diferentemente da OND italiana, a KdF não era baseada em sindicatos. Seu vínculo era direto com as empresas alemãs” (FERNANDES, Márcio. Op. cit, p. 43)

Exaltando o poder transformador da técnica, o movimento de renovação do mundo do trabalho desencadeado na Alemanha a partir de 1934 foi dirigido pelo Departamento da Beleza do Trabalho, instituição criada no ano anterior como parte da organização nazista do lazer “A Força Pela Alegria”. Seu principal objetivo foi o de transformar politicamente as relações de trabalho e ganhar a adesão dos trabalhadores, a partir do embelezamento externo e interno das indústrias e oficinas alemãs.

(...)

Para compensar o aumento da exploração do trabalho pela intensificação vertiginosa do ritmo da produção, o Departamento complementava seu projeto de estetização da fábrica defendendo a idéia da construção, fora da empresa, de locais “comunitários” de repouso e áreas destinadas ao lazer operário (...).²⁵²

Ao menos em parte o objetivo de conter a luta de classes foi alcançado na Alemanha, pois “ (...) a propalada inexistência de greves ou conflitos econômicos na Alemanha nazi se devia em grande parte à KdF, como uma das grandes entidades orquestradoras do regime Nazi (...)”.²⁵³ Mas como essa fórmula de dominação do trabalho pelo lazer não se restringiu à Alemanha e à Itália, deve também ter alcançado algum êxito em outros países, como Portugal, Espanha e Argentina, todos inspirados em doutrinas fascistas.

Em Portugal, o regime ditatorial salazarista criou, através Decreto-lei nº 25.495 de 13 de junho de 1935, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho - FNAT, que muito se assemelhava à “Força pela Alegria” dos nazistas:

Con esta reglamentación se proponía llevar a cabo el proceso de control de la fuerza laboral y aplicar de manera similar al fascismo y al nazismo, una política de

252 RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. O que é taylorismo. São Paulo: Brasiliense, 1993, pp. 71/72.

253 FERNANDES, Márcio. A fixação pelo dopolavoro paraestatal em quatro países: apontamentos sobre experiência do século 20. Ed. Adolpho Queiroz & Hertz W. de Camargo, 2014, p. 44. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Josemari_Quevedo/publication/299692636_Observacoes_sobre_o_Marketing_Politico-Ambiental_dos_Tweets_de_Candidatos_a_Prefeitura_de_Curitiba_Eloisa_Loose_UFPR_Josemari_Poerschke_de_Quevedo_UFPR_e_Valeria_Souza_Duarte_UFPR_capitulo_de_livro_-_links/57043c8608ae74a08e2461e0.pdf#page=39>. Acesso em 11 nov. 2017.

nacionalización de la vida de los trabajadores, por medio del desarrollo de planes nacionales de recreación, involucrando a toda la comunidad en este proceso(...).

(...)

Lo que puede percibirse en esta evaluación del salazarismo, es que la ocupación de las horas libres, tienen que resultar útiles y apuntar a mejorar la productividad laboral. Por lo tanto, podemos apreciar que estos tiempos libres estaban condicionados por el trabajo, a pesar de la prédica que realizaba sosteniendo que los trabajadores elegían libremente cómo usar este tiempo disponible (...) ²⁵⁴

Ao que parece, em Portugal, foram feitas neste período colônias de férias para os trabalhadores, mas não pelos trabalhadores, ou, seja pelo movimento sindical. Estas colônias ficaram a encargo da FNAT, que, por exemplo, inaugura “en 1938 la primera colonia de vacaciones “Um lugar ao sol” en la Costa de Caparica” ²⁵⁵:

Em Portugal, a primeira iniciativa oficial no domínio do “Turismo Social” surgiu com a criação, em 1935, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) financiada pelo Estado com a finalidade de assegurar no tempo livre dos trabalhadores um desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral, mediante a criação de colônias de férias e excursões. A sua primeira intervenção consistiu na criação, em 1938, de uma colónia de férias na Costa da Caparica e, posteriormente, em Albufeira e Foz do Arelho [...] ²⁵⁶.

A península Ibérica está em compasso na divisão internacional do trabalho. Por isso a organização da produção, e, portanto do trabalho, acontecem de maneira muito similar. Assim como no regime ditatorial de Salazar, o regime ditatorial de Franco também intervirá nos tempos livres dos trabalhadores:

254 SGRAZZUTTI, Jorge Pedro. La organización del "Tiempo Libre" en dictaduras europeas y en Argentina entre 1922 y 1955. HMiC: história moderna i contemporània, 2004, p. 18. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/HMIC/article/viewFile/22056/21890>>. Acesso em 12 nov. 2017.

255 AGUILAR, Daniel Muñoz; DE TURISMO, Consejería; GENERALES, Deporte Publicaciones. LA POLÍTICA DE TURISMO SOCIAL, p. 124. Disponível em <<http://www.econlinks.uma.es/Libros/TS/Cap1.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2017.

256 PATRÍCIO, Manuela. A Política pública do turismo e o turismo social. In: VII Congreso Internacional Rulescoop: Economía social: identidad, desafíos y estrategias. Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2012. (APUD CUNHA, LICÍNIO (2001): Introdução ao Turismo, Editorial Verbo, Lisboa/S. Paulo.) Disponível em <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/846/1/COM_ManuelaPatricio_2012.pdf>. Acesso em 27 dez. 2017.

La idea de crear un organismo que regulara y “controlase” el tiempo libre de los trabajadores, reconduciéndolo hacía aspectos culturales o deportivos había surgido por inspiración de las anteriores instituciones fascistas. De estos modelos se hacen eco las diferentes corrientes políticas que luchan en el bando nacional. Así el tradicionalismo declaró: “corresponde también al Estado la organización de las obras complementarias del trabajo. Nos referimos a la de complemento de instrucción establecida en Alemania y a la del “Dopolavoro” que funciona en Italia. En virtud de lo cual concibió la Organización Hispana Circumlabor con clara influencia italiana pero “con un concepto español y nacionalista” que desarrollaría actividades vinculadas a la educación artística, cultural y patriótica, educación física, asistencia social y servicios sanitarios (...)

(...)

De todas estas actividades emanadas de la Obra se deducen dos premisas: educar y mantener el control ideológico de la diversión de las clases trabajadoras, quienes mayoritariamente participaron en las mismas. Se trata, sobre todo, de controlar el tiempo de ocio de los trabajadores, que era en principio el momento en que los “productores” escapaban al control de la Organización Sindical, reconduciendo ese tiempo hacía la difusión de la ideología en que se basaba el Nuevo Estado (...).²⁵⁷

Quanto à Argentina, nossa vizinha, “aparentemente” tão distinta de nós, o “Generalíssimo Juan Domingo Perón” dizia: “Manobrar homens é uma técnica, a técnica da condução. Uma técnica, uma arte, uma precisão militar. A mim, ensinaram isso na Itália, por volta de 1940: aquela gente sim sabia mandar”²⁵⁸. Assim foi dito, assim foi feito... inclusive através das práticas turísticas nos espaços do turismo, os quais o “generalíssimo” parece ter sido o maior dos fomentadores entre os outros “generalíssimos”:

257 GALLEGOS, Silvia López. El control del ocio en Italia y España: de la Opera Nazionale Dopolavoro a la Obra Sindical de Educación y Descanso. *Revistas de La Uva*. Universidad de Valladolid, 2004, pp. 22/25. Disponível em <<http://uvadoc.uva.es/bitstream/10324/17863/1/Investigaciones-2004-24-Control-Ocio-Italia-Espana.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

258 FERNANDES, Márcio. A fixação pelo dopolavoro paraestatal em quatro países: apontamentos sobre experiência do século 20. Ed. Adolpho Queiroz & Hertz W. de Camargo, 2014, p. 315. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Josemari_Quevedo/publication/299692636_Observacoes_sobre_o_Marketing_Politico-Ambiental_dos_Tweets_de_Candidatos_a_Prefeitura_de_Curitiba_Eloisa_Loose_UFPR_Josemari_Poerschke_de_Quevedo_UFPR_e_Valeria_Souza_Duarte_UFPR_capitulo_de_livro_-_links/57043c8608ae74a08e2461e0.pdf#page=39>. Acesso em 11 nov. 2017

Entre 1945 y 1955 el turismo social estuvo encarado en tres modalidades diferentes: en primer lugar, el concentrado en las colonias de vacaciones o unidades turísticas. En segundo lugar, los contratos y convenios del gobierno y por último los primeros intentos de hospedaje de organizaciones obreras por medio de la compra y alquiler de edificios de alojamiento.²⁵⁹

Assim, da mesma forma que nos outros países analisados a real preocupação com a classe trabalhadora era fragmentá-la, controlá-la e conformá-la aos imperativos do capital, na Argentina não foi diferente:

Preocupaciones similares tenían la burguesía argentina y los militares quienes trataban de frenar el influjo del “comunismo” entre los obreros. Los resultados fueron, la eliminación de toda forma autónoma de organización y la creación de espacios de sociabilidad diseñados como política estatal, de control e integración social bajo pautas ideológicas predominantemente nacionalistas, en todos los casos.²⁶⁰

Não por acaso, “Perón haveria de declarar em Agosto de 1945: ‘Se não formos nós a fazer a revolução pacífica, há-de ser o povo a fazer a revolução’ ”.²⁶¹ Os lazeres oferecidos no tempo livre dos trabalhadores pelo estado vai ao encontro a essa pacificação da luta de classes. O turismo sindical é ofertado como uma benesse de cunho econômico aos trabalhadores argentinos, mas as verdadeiras razões das desigualdades sociais, da apropriação desigual da produção social, nunca é considerada:

Para la aplicación y puesta en marcha del II Plan Quinquenal, un capítulo se destinó al tiempo libre de los trabajadores. En éste se aconsejaba llevar a cabo la realización de viajes turísticos con el objetivo de reponer las energías gastadas en el trabajo. Esta política, significaba una forma de expresión de la justicia social y de la dignidad de los trabajadores. Se buscaba, por este medio, superar los

259 ARIAS, Jesica Magali. Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina. Monografía de Graduación. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2012, p. 16. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>>. Acesso em 27 dez. 2017.

260 SGRAZZUTTI, Jorge Pedro. La organización del "Tiempo Libre" en dictaduras europeas y en Argentina entre 1922 y 1955. HMiC: história moderna i contemporània, 2004, p. 18. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/HMIC/article/viewFile/22056/21890>>. Acesso em 12 nov. 2017.

261 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revoltas. Segunda versão remodelada e muito ampliada (Versão Digital) 2015, p. 14. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2015/junho/15.05.Labirintos-do-fascismo.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

momentos de injusticia sufridos cuando sólo los ricos tenían acceso a los balnearios y/o las montañas. Puede percibirse acá incluso una cierta influencia de las dictaduras europeas que pretendían lograr la homogeneización de la comunidad. La diferencia reside en que el peronismo no planteaba discursivamente la eliminación de las diferencias sociales, sino que los trabajadores tuvieran también acceso a los sitios que antes estaban destinados sólo a los "oligarcas". Los organismos que participaron en la construcción del turismo social fueron el Gobierno, la Fundación Eva Perón y las organizaciones gremiales. Esta perspectiva involucraba a organismos estatales y al sector privado de dicha actividad, en una organización mixta a escala nacional.²⁶²

Embora nem todos os turismos acima descritos fossem exatamente sindicais, ou seja, sob a gestão específica de sindicatos, como na Alemanha e na Espanha (onde, segundo João Bernardo, quem fazia o papel dos sindicatos eram as milícias de trabalhadores, muitas vezes armados), eles estavam diretamente voltados aos trabalhadores, que eram integrados a estes regimes por meio dos diversos tipos de corporações existentes .

Importante também fazer um breve apontamento sobre a normatização do trabalho através da OIT, pois esta normatização do trabalho não interessou apenas aos países onde se desenvolveram os variados fascismos, mas interessou de uma maneira geral o conjunto total dos países capitalistas, portanto, noutras palavras, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), cumpre um importante papel na divisão internacional do trabalho, justamente por ter como fim , organizá-lo internacionalmente.

Finda a I Guerra Mundial, os representantes das nações aliadas reuniram-se em Paris, para estabelecerem as condições da paz. Dessa conferência internacional resultou o célebre Tratado de Versalhes, firmado em 28.7.19. Em sua cláusula XIII, ficou resolvida a criação de uma Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra (Suíça)²⁶³

262 SGRAZZUTTI, Jorge Pedro. La organización del "Tiempo Libre" en dictaduras europeas y en Argentina entre 1922 y 1955. HMiC: história moderna i contemporânea, 2004, p. 18. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/HMiC/article/viewFile/22056/21890>>. Acesso em 12 nov. 2017.

263 MARANHÃO, Délio. CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. Direito do trabalho. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993, p. 460.

Este excerto informa que a criação da OIT é anterior à ONU e concomitante à criação da Liga das Nações, também conhecida com Sociedade das Nações, organização internacional criada pelas potências vencedoras da Primeira Guerra. Mesmo com o fim da Liga das Nações e com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas), a OIT permanece ativa, se incorporando àquela. Isto revela a preocupação que as potências vencedoras da guerra tinham com a regulação do trabalho, o que, num primeiro momento pode aparentar, também uma preocupação com o bem estar do trabalhador, assim como as leis que aboliram a escravidão em vários cantos do mundo aparentavam se preocupar com a liberdade do ser humano negro. Na verdade, a essência da OIT, e toda sua influência relativa às questões do trabalho e dos trabalhadores, visa proteger, antes de mais nada a produção. Assim quando está a proteger os produtores, está protegendo a produção. Por isso sua perenidade como organização, perenidade esta em íntima e indissociável relação com os interesses do capital. Por isso também ela se encontra no interior de uma organização como a ONU, e não dentro de uma internacional de trabalhadores. Esta organização do trabalho numa escala internacional se correlaciona direta e indiretamente com o tempo livre e o lazer dos trabalhadores, portanto, com o turismo sindical.

Ainda sobre a internacionalização do turismo sindical, enfatizando o papel que os estados nacionais e as entidades sindicais tiveram no fomento dos espaços e das práticas turísticas, encontramos na literatura nacional, ainda que com algumas divergências, resultados similares aos encontrados em língua estrangeira, conforme se pode ler no seguinte excerto de Carlos Falcão:

O movimento de turismo social teve sua origem na Europa, no período entre as duas Grandes Guerras – de 1920 a 1940. Foi nessas duas décadas que os sindicatos, as associações não-governamentais e de empregados de países como a Itália, a Alemanha e a então União Soviética começaram a criar infraestrutura e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda fizessem turismo em grupos. Os projetos sociais dessas nações passaram a incluir o turismo, fixando-lhe funções e papéis específicos voltados para a organização e o controle do tempo livre das massas.

O conceito de turismo social surgiu na França, estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tous* (1937), entidade gerida por trabalhadores. Ainda na década de 1930, surgiu em Portugal a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, entidade de subsídios às ações turísticas coletivas. Nas Américas, o

país precursor do turismo social foi a Argentina. Suas primeiras ações nessa forma de turismo surgiram em 1945.²⁶⁴

Discordamos da posição do autor ao afirmar que a Argentina é o país precursor do turismo social nas Américas. Conforme já discurremos, durante a Era Vargas farta legislação foi elaborada para prover o equivocadamente denominado “turismo social”, que nesta dissertação consideramos como turismo sindical, por isso aquilo que o referido autor denomina de turismo social seria, na verdade, turismo sindical: “(...) Foi nessas duas décadas que os sindicatos, as associações não-governamentais e de empregados (...) começaram a criar infraestrutura e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda fizessem turismo em grupos”²⁶⁵. O fato de a primeira colônia brasileira ter sido inaugurada já em setembro de 1934,²⁶⁶ (colônia de férias da AFPESP no Guarujá), sendo “a primeira colônia de férias no Brasil”,²⁶⁷ antecipa em mais de uma década o Brasil como precursor desta modalidade turística – erroneamente chamada de turismo social e cujos forma e conteúdo são de um turismo sindical – pelo menos em relação à Argentina, lembrando que este turismo nomeado de “social” surge como medida destinada ao movimento sindical argentino na Era Perón, tanto no tempo em que ele foi ministro do trabalho, como quando ele foi presidente.

Falcão²⁶⁸ elaborou também um interessante quadro cronológico sobre turismo social:

264 FALCÃO, Carlos Henrique Porto. Turismo Social. Programação oficial, 2009. In Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade / organizador Juarez Correia Barros Júnior – 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009, pp. 121/122. Disponível em <<http://www.trabalhoevida.com.br/download/livro.pdf#page=114>>. Acesso em 27 dez. 2017.

265 Ibid., op. cit.

266 DURAND, Afonso Luciano. MOREIRA, Antônio Carlos Duarte. História dos 66 anos da fundação da AFPESP. São Paulo: Editora São Paulo Shimbun, 1998, p.108.

267 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Dissertação de Mestrado. 2008. Universidade de São Paulo, p. 41. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

268 FALCÃO, Carlos Henrique Porto. Op. cit.,p. 127.

Quadro 3 - Síntese cronológica do Turismo Social no mundo

Período	País	Atividade
Década de 1920	Itália	Opera Nazionale Dopolavoro
Década de 1920	União Soviética	Colônias de férias subsidiadas
Década de 1930	Alemanha	Kraft Durch Freud
1935	Portugal	Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho
1936	França	Convenção da Organização Internacional do Trabalho
1937	França	Tourisme-Vacances pour tous
1939	Bélgica	Conselho Superior de Férias aos Operários e do Turismo Popular
1945	Argentina	Surgimento do Turismo Social
1963	Bélgica	BITS (Bureau Internationaldu Tourisme Social)
1972	Áustria	Carta de Viena (BITS)
1996	Canadá	Declaração de Montreal

Fonte: Falcão, 2006. p. 130. Organização: RODRIGUES, Gilberto de Oliveira (2017).

Diante do breve quadro histórico exposto até aqui, ao menos em um ponto somos forçados a concordar com Boyer:

“Este Livro, História do Turismo de Massas (...) questiona a opinião, comum entre os franceses, de que o ano de 1936 marcaria o “grande início”. (...) No verão de 36, os franceses não viajavam em bloco. Mesmo assim, aquele ano é uma data símbolo, transformada em mito de efeitos retardados.”²⁶⁹

Grande parte da história e, conseqüentemente da produção acadêmica estão fundamentados não só em mitos, mas, principalmente, em concepções ideológicas das forças hegemônicas. As duas grandes guerras foram vencidas, basicamente, pelas forças aliadas (EUA, Inglaterra, França). O mundo tal qual vemos foi “concebido” a partir da ótica dos vencedores. Talvez, por isso, costuma-se relegar a segundo plano as realizações dos derrotados. Às pesquisas realizadas sugerem que o turismo sindical e mesmo aquilo a que se denominou chamar de turismo de massa, afinal o turismo sindical nada mais é do que o turismo da massa trabalhadora, que tem sua gênese no campo dos derrotados, os

²⁶⁹

BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 7.

“totalitários”. Nem por isso foram esquecidos. Parecem, inclusive, terem sido adaptados a uma nova roupagem e “expropriados” pelos “democráticos” em favor do capital dos vencedores desde ontem até os dias de hoje... como revela João Bernardo:

“Se o mercado serve, para os seus apologistas, de modelo e caução da democracia, as empresas revelam-se, para as pessoas que nelas trabalham, como modelo e expressão do totalitarismo. A democracia totalitária é tão paradoxal – ou tão pouco paradoxal – como o mercado capitalista. E aqueles que julgam viver em liberdade quando estão rodeados de meios de fiscalização eletrônica mostram tão pouca lucidez como aqueles que pensam que as microeletrônicas estão a emancipar o homem. Trata-se em ambos os casos de uma apologia da nova disciplina da empresa, e por isso é necessário desvendar as formas revestidas hoje pelo processo de exploração se quisermos denunciar as modalidades atuais da opressão política²⁷⁰.”

Sob o modo de produção capitalista, muitas “coisas” podem não ter surgido diretamente pelo capital, mas quase que inexoravelmente se tornam “coisas” direta ou indiretamente para o capital. As conquistas da classe trabalhadora através de árduas e sangrentas lutas são uma dessas “coisas” às quais o capital “coisifica”. À “coisa” trabalhadora, ou, para usar um termo menos agressivo, segundo os capitalistas, os “recursos humanos” (ou “capital humano”, querendo dar uma ideia de algo passível de ser valorizado, se esquecendo que no modo de produção capitalista as “coisas” também podem se desvalorizar...) decidiu-se, superestruturalmente, “incluí-la” no acesso ao turismo, como se fosse uma necessidade humana inata, não uma criação (e imposição) social. Eis então que surge um tal “turismo social”. Ora, em sociedade, todas as práticas são sociais, até mesmo aquelas realizadas por duques ou duquesas, príncipes ou princesas, pois, até que se prove o contrário, também são humanos. Por que então só uma determinada modalidade de turismo seria social?

O mesmo século XX que produziu duas das mais terríveis e mortais guerras, também produziu o turismo como fenômeno de massas. Não foram nem industriais nem banqueiros que estiveram nos campos de batalha. Também não foram reis ou presidentes. Ao final destas guerras eles ainda estavam de pé. Foi a classe trabalhadora que, transformada em militares, deu, sob uma forma “diferente”, sua vida pelo capital.

²⁷⁰ BERNARDO, João. DEMOCRACIA TOTALITÁRIA: Teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004, p. 15.

Diferente porque a forma habitual e cotidiana dos trabalhadores darem suas vidas pelo capital é no chão da fábrica (e congêneres). Batalhas são horrorosas. Mas não menos horroroso costuma ser o trabalho. Por isso a saudade – saudade socialmente sonhada – dos campos, das montanhas, do mar. O turismo é a tábua de salvação deste mundo endurecido e insensato, como se dois mundos distintos fossem possíveis.

O turismo sindical não deixa de ser uma inclusão social, mas tão somente a partir da lógica da produção e reprodução do capital, nunca da ótica da emancipação da classe trabalhadora. Dentro desta lógica produtiva, os Estados planejaram e executaram ações fundamentais neste sentido. Se as nações totalitárias, Itália, Alemanha, Portugal, Brasil, Argentina, entre outras, foram precursoras neste sentido a partir de uma forte intervenção estatal, as nações ditas democráticas não ficaram muito atrás.

Brasil e Argentina são icônicos neste sentido da implementação das estruturas capitalistas por suas superestruturas. Através da submissão e controle do movimento sindical ambos os países inseriram-se nos papéis que lhes cabiam dentro da divisão internacional do trabalho. Não por acaso muito das práticas realizadas num país, aconteceu similarmente no outro. O turismo sindical foi uma dessas práticas introduzidas de maneira muito próxima em ambos.

Por isso nossas pesquisas resultaram no entendimento de que o turismo sindical não pode confundir-se com turismo social. Agora, quanto a enquadrá-lo como turismo de massa? Marc Boyer desconsidera a importância do papel do estado para o turismo de massas, afirmando que é a iniciativa privada que o promove. Antes, porém, de responder a essa pergunta, há um esclarecimento que consideramos importante fazer.

Na verdade, o termo “massa” neste sentido nos parece inadequado por não corresponder à realidade social e econômica na qual está inserido porque “turismo de massa não significa “turismos das massas”, pelo simples fato de que as massas não fazem turismo”,²⁷¹ principalmente a grande “massa” dos trabalhadores. Entendemos que, muito embora o turismo sindical possa ser “massivo”, o é na escala de sua produção (normalmente em “larga escala”), não na escala do consumo (o consumo, ao contrário, nem

271 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Editora Roca, 2003, p. 6.

sempre é “largo”, mesmo quando a produção ocorre em larga escala – ela é quantitativa, e não qualitativa – e alcance uma porcentagem pequena da massa, principalmente da classe trabalhadora, que é numericamente muitíssimo maior que a classe capitalista...). Assim como nem todas entidades sindicais ofertam espaços e atividades turísticas, também nem todos os membros destas entidades usufruem ou conseguem usufruir daqueles espaços e atividades turísticas. Deste modo, quando Adorno fala que “não existe cultura de massas, pois não são as massas que fazem a cultura, e sim a indústria, por isso, o correto é falar em indústria cultural”, da mesma forma, não se pode falar em turismo de massas, mas em “indústria do turismo”, porque não são os turistas que fazem o turismo, mas a “indústria”, fomentada pelo Estado, mesmo quando falamos do turismo sindical.

Com isso respondemos a parte da pergunta anterior, quanto a enquadrar o turismo sindical como sendo turismo de massa. Consideramos que o mais apropriado seria enquadrar o turismo sindical como um dos produtos da indústria do turismo e, além disso, como uma de suas primeiras mercadorias massivas. Pela pesquisa realizada, principalmente no que se refere ao caso da Argentina (Mar del Plata é um exemplo quase irrefutável neste sentido), e pela relevância que as colônias de férias têm no Brasil, não se pode ignorar a dimensão que a intervenção estatal, em colaboração com o movimento sindical, tem para o turismo de uma maneira geral.

Todavia, existem algumas diferenciações destas mercadorias produzidas pela indústria do turismo convencionalmente chamada de “turismo de massa” e aquela que propomos chamar de turismo sindical.

O turismo sindical está direta e obrigatoriamente ligado ao mundo do trabalho e à luta de classes, seu corolário. Já àquilo que se chama turismo de massas, esta vinculação direta não é obrigatória, ela é reflexa. Até mesmo a classe dominante está sujeita a ser objeto deste turismo massivo (também em larga escala, ainda que quantitativamente e qualitativamente diferentes) ainda que de luxo, da qual Dubai seria um exemplo clássico. O turismo sindical é consumido pelos trabalhadores. O turismo de massa, por sua vez, pode ser consumido pela burguesia, justamente por haver uma produção da indústria do turismo voltada a essa classe.

Assim, podemos até levar em consideração alguma objeção que considere que o turismo sindical não seria propriamente um turismo de massa (em razão das relações e dos

atores sociais envolvidos, e em relação à escala em que é produzido o turismo de massas defendido por Boyer) pela forma como se realiza esta modalidade de turismo, mas com toda certeza é um turismo massificante e produzido de modo massificado, que é a mesma forma de turismo produzido, por exemplo, pela CVC ²⁷². Ainda que o turismo sindical não busque o lucro direto e imediato, ainda assim é produzido de maneira fabril pela indústria do turismo. O lucro (assumido ou não, consciente ou não) é presumido, vem de forma mediata, indireta – no modo de produção capitalista, os lucros computam-se não apenas nos caixas das empresas – ao beneficiar a produção e a reprodução do capital e, portanto, sua acumulação, ao mesmo tempo, também protege o capital ao tornar mais difícil a emancipação da classe trabalhadora, e, além de tudo isso, é uma fonte de recursos econômicos e poder político nas mãos das burocracias sindicais, muitas *ad eternum* no poder.

2.3. Pós 1945: Geografia do Turismo sindical: da foto ao fato

1945, finda-se a Segunda Guerra, finda-se a Era Vargas. Novas esperanças, mais uma vez... Mas os dias que se sucedem guardam o novo apenas em aparência, pois em essência, continuam sendo dias do capital, seja ele de mercado, ou de estado. Se há verdadeiras revoluções, elas se dão no campo da exploração humana, mais especificamente do humano trabalhador. O desenvolvimento das forças produtivas é incessante, mesmo quando desigualmente combinadas. Elas estão sempre a transformar a sociedade:

Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais.²⁷³

272 Sobre o turismo industrial e massivo da CVC: “Depois de cinco aquisições em dois anos e com ações na bolsa de valores, o Grupo CVC se transformou em CVC Corp, com seis unidades de negócios (e não mais empresas) sob seu guarda-chuva: a operadora CVC, com foco em viagens de férias e lazer; a consolidadora Rextur Advance, que tem 70% do movimento vindo de agências de viagens corporativas; a Trend, com foco em viagens corporativas e de lazer distribuídas exclusivamente via agentes de viagens; Experimento Intercâmbio Cultural; Visual Turismo, operadora B2B; e Submarino Viagens e CVC.com.br, que funcionam como OTAs. Essas unidades juntas movimentam mais de R\$ 10 bilhões em vendas anualmente (ANDRADE, Artur Luiz. CVC Corp é nova controladora de seis empresas. Panrotas, 11 dez. 2017. Disponível em <http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/2017/12/cvc-corp-e-nova-controladora-de-seis-empresas_151865.html>. Acesso em 27 dez. 2017.)

273 GORENDER, Jacob. in MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle, 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017, p 22.

Os “Trinta Gloriosos”²⁷⁴, a título de exemplo, em nada glorificavam a classe trabalhadora. Eram, na verdade, a glória do capital (e, é importante enfatizar, de mercado ou de estado!). Se há uma expansão do consumo, esta expansão não significa a classe produtora (a classe trabalhadora) a determinar e a gerir o processo produtivo. Significa, antes de mais nada, sendo objetivo maior do capitalismo sua constante ampliação e acumulação, que a exploração do trabalhador se intensificou, conforme demonstram os ensinamentos de Marx no *Capital*:

Ele desmonta os mecanismos de exploração pelo desenvolvimento da produtividade em suas formas concretas. Demonstra, assim, que o desenvolvimento da produtividade nunca pode beneficiar espontaneamente a classe operária, mas, ao contrário, é feito precisamente para aumentar sua exploração.²⁷⁵

O fim da Segunda Guerra Mundial – que é, na verdade, um prolongamento da Primeira Guerra Mundial – representa a consolidação dos ciclos de integração espacial ao modo de produção capitalista em escala planetária realizada através dos processos tecnológicos e científicos que vão desenvolvendo as forças produtivas de forma integrada – e, por isso tais guerras foram “mundiais” –, evidenciando a centralidade da divisão internacional do trabalho, como Marx já delineara há mais de 150 anos:

Ora, quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, (...). Segue-se daí que essa transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico

274 O termo “Trinta Gloriosos” (ou “Trinta Anos Gloriosos”, ou ainda, “Anos de Ouro” ou “Anos Dourados”) se refere ao período de aproximadamente três décadas, ou seja, do fim da Segunda Guerra Mundial à Crise do Petróleo dos anos 1970, caracterizado pela historiografia, mais especificamente a europeia e a norte-americana, como um período de forte crescimento econômico que se verificou na grande maioria dos países ditos desenvolvidos, com a integração de grandes parcelas da classe trabalhadora ao mercado de consumo, da qual o carro e a televisão são as principais mercadorias a simbolizar esta integração. Como contrapartida, há o enfraquecimento das organizações trabalhistas por toda a Europa e Estados Unidos.

275 ALTHUSSER, Louis. In MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*; tradução Rubens Enderle, 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017 p, 47.

qualquer, mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste.²⁷⁶

Muito embora o pensamento de Marx e toda sua produção literária se fundamentem no materialismo histórico dialético, a verificação da validade de suas premissas na atualidade poderia até ser confundida com profecia:

Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como mercado mundial.²⁷⁷

Neste contexto “histórico-mundial”, ou melhor, para sermos mais precisos, neste contexto histórico-espacial-mundial (embora Marx não explicita o espaço, o espaço pode ser deduzido nos seus postulados), a mundialização dos processos produtivos, tornam estes “apátridas”, ainda que as forças produtivas se localizem em pátrias ou nações. A integração destas forças ao processo produtivo em escala planetária é o principal aspecto desta fase do capitalismo:

(...) Em lugar de contrapor modelos abstratos de sociedade – capitalista vs. socialista, democrático vs. Totalitário, concorrencial vs. Estatista, burguês vs. proletário etc. – trata de conceber em movimento e no conjunto a história do sistema mundial de produção de mercadorias. A esta luz o desempenho daqueles termos opostos se redimensiona, deixando ver um panorama surpreendente, de verossimilhança perturbadora (...) ²⁷⁸

Por isso, compreender o papel e a relevância do desenvolvimento das forças produtivas é crucial para entendermos a própria dinâmica da luta de classes e, portanto, as

276 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Boitempo Editorial, 2016, p. 40.

277 Ibid., p. 40.

278 SCHWARZ, Roberto. In: O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. KURZ, Robert. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 10.

repercussões na organização das lutas dos trabalhadores. Neste sentido, nos explica Lefebvre o que são forças produtivas:

Segundo Marx e Engels, quais são as forças produtivas? A natureza, primeiramente, em seguida o trabalho, portanto a organização (a divisão) do trabalho, por conseguinte também os instrumentos empregados, as técnicas, portanto os conhecimentos.²⁷⁹

Sobre estas forças produtivas, da qual o trabalho é o mais importante (por isso a centralidade do trabalhador, o produtor da mais-valia), para a ampliação e acumulação constante do capital, impõe-se que elas estejam em perpétuo desenvolvimento:

(...) A competição econômica força as empresas a buscarem a eficácia, revolucionando o trabalho, a técnica, os produtos, que adiante voltam a competir e a ser revolucionados, e assim por diante. Noutras palavras, está na lógica da produção de mercadorias obrigar ao desenvolvimento das forças produtivas. Algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial esse processo, que acompanha o capitalismo desde o começo, alcançou um patamar decisivo, cujas conseqüências determinam a história contemporânea. O dado crucial está no casamento, sob regime mercantil, entre a investigação científica e o processo produtivo.²⁸⁰

A partir do término da Segunda Guerra Mundial, os processos de “gerência científica” do trabalho alçaram “voos” globais. A principal característica deste momento é a expansão sócio-espacial da universalização da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, representada, então pelo binômio taylorismo/fordismo:

De maneira sintética, podemos indicar que o binômio *taylorismo/fordismo*, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na indústria, ao longo praticamente de todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada

279 LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006, p. 63. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

280 SCHWARZ, Roberto. In: O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. KURZ, Robert. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 09/10.

e enormemente verticalizada. (...) Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.²⁸¹

Não por acaso o “espírito” da Consolidação da Leis do Trabalho, a CLT de 1943, instituída sob a Era Vargas, vai ao encontro deste “espírito” taylorista/fordista. Homogeneização, verticalização, aumento do ritmo do trabalho e intensificação da exploração são “produtos de exportação” do capitalismo, tanto em na escala local (da fábrica) quanto na escala da divisão internacional do trabalho.

O taylorismo, assim como outros métodos de “gerenciamento científico”, entretanto, se visava o desenvolvimento das forças produtivas, visava, acima de tudo, o desenvolvimento da maior e principal destas forças, o trabalho, portanto o trabalhador:

As ideologias administrativas fingem perseguir a maior produtividade, maior cooperação, maior integração. No modo de produção capitalista, o aumento da produtividade transforma-se em maior exploração do trabalho; a maior integração da mão de obra nos planos da empresa transforma-se na domesticação do escravo contente e a maior cooperação encobre as relações de dominação nas quais o trabalho é função do capital.²⁸²

É por isso que, embora o gerenciamento taylorista/fordista estivesse fundado na mais profunda divisão e especialização do trabalho, seu principal alcance recaía, na verdade, sobre o trabalhador:

O taylorismo, enquanto método de “organização científica” da produção, mais do que uma técnica de produção é essencialmente uma técnica social de dominação. Ao organizar o processo do trabalho, distribuir individualizadamente a força de trabalho no interior do espaço fabril, a classe dominante faz valer seu controle e seu poder sobre os trabalhadores para sujeitá-los de maneira eficaz e menos custosa à sua exploração econômica.²⁸³

281 ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 2013, p. 38.

282 TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Unesp, 2005, p. 67.

283 RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo FP. O que é taylorismo. Brasiliense, 1993, p. 25.

Sendo essencialmente uma técnica social de dominação, “Esse processo produtivo (que) caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução”²⁸⁴ espelha vários aspectos do cotidiano humano, extrapolando o ambiente fabril. Educação, lazer, cultura, todos os campos da atividade humana, estão submetidos à lógica taylorista/fordista da produção em série, dos tempos cronometrados e determinados, da elaboração feita em esferas diversas das esferas de execução. Guardaremos um maior aprofundamento deste tópico para mais adiante. No momento, cabe ressaltar que o cerco em face a classe trabalhadora vai se fechando através do constante desenvolvimento das forças produtivas, que vão se desenvolvendo, conforme se pode depreender do exposto, desde o chão da fábrica, até o interior dos lares e da alma da classe trabalhadora.

Ora, pode-se perguntar novamente, o que tudo isso tem a ver com o nosso objeto de estudo, as colônias de férias? Tudo! Por um lado, como nos diz, Lefebvre “As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço”²⁸⁵ (e, uma das características mais perceptíveis e aparentes das colônias de férias é justamente sua natureza de objeto espacial), e, por outro lado,

O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas num dado momento dado produzem o seguinte resultado: a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e portanto reproduzida como tal. Diversamente: segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes «postos» e «empregos».²⁸⁶

As colônias de férias são um produto no e do espaço determinado pelas forças produtivas, neste caso específico, pela classe trabalhadora, enquanto força produtiva. Esta força produtiva dos trabalhadores, por sua vez, precisa estar em constante desenvolvimento. O papel das colônias de férias, em teoria, é refazer as forças físicas e

284 ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 2013, p. 39.

285 LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006, p. 46. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

286 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1980, p. 19

trazer prazer ao trabalhador. Mas quando o trabalhador refaz-se em suas energias e regoziza-se em seus prazeres ele qualifica-se, acima de tudo, enquanto mão de obra apta ao trabalho (alienado e alienante), e não à sua emancipação. Afinal, posto que realizados sob o modo de produção capitalista, onde tudo vira mercadoria e o valor de troca prevalece sobre o valor de uso, mesmo o descanso e o prazer são determinados e estão condicionados à disciplina do relógio (e, não nos esqueçamos, que as horas de descanso ou os dias de férias são adquiridos somente e tão somente após o trabalho, portanto não são “concessões”, mas “aquisições” monetariamente pagas pelo trabalho do trabalhador), aos mais variados gozos em série, inclusive no interior das referidas colônias de férias de trabalhadores (que mimetizam muitos dos tempos e gostos burgueses).

Essa função das colônias de férias ganham especial destaque justamente com o desenvolvimento das forças produtivas. O taylorismo, neste intuito, se aperfeiçoa para aperfeiçoar a exploração:

Como o capitalismo muda no tempo, as ideologias administrativas que o legitimam também sofrem idêntico processo. Na medida em que a mudança no capitalismo se verifica no nível da aparência, da livre concorrência ao monopólio, das sociedades anônimas às multinacionais, conservam-se as mesmas relações capitalistas de produção. As ideologias administrativas de Taylor, Fayol, Mayo, a Teoria dos Sistemas, apesar de mutações aparentes, conservam a mesma identidade básica: administrar no modo capitalista de produção é ainda dirigir, comandar e organizar.²⁸⁷

A nova direção, comando e organização que conservará as relações capitalistas de produção se dará sob o modelo toyotista de gestão.

(...) A primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, inaugura o período histórico de “crise estrutural do sistema do capital”, marcada pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional. Sob o impulso da mundialização do capital, constituiu-se um novo complexo de reestruturação produtiva, buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais às corporações transnacionais, imprimindo-lhes sua marca. A acumulação flexível decorre da necessidade de o

287 TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. Unesp, 2005, p. 67.

capital reconstituir sua base de produção, exploração da força de trabalho e acumulação de valor nas condições de uma crise crônica de sobreacumulação. O regime de acumulação flexível tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na objetividade (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados.²⁸⁸

Porém, da mesma forma que os fatores que fizeram eclodir a crise de 1929 não se constituíram em 1929, mas foram “gestados” durante um tempo muito maior e anterior a 1929, a crise de 1973 também não se constituiu em 1973, mas adveio de um processo construído nos anos anteriores que culminou com a crise naquele momento. Do mesmo modo, a industrialização projetada na Era Vargas, não se completou na Era Vargas, mas foi complementada a partir de Juscelino Kubitschek. Do mesmo modo, o toyotismo, cuja característica principal é a acumulação flexível (característica esta que não lhe é exclusiva), e que também é, na verdade, um aperfeiçoamento do taylorismo/fordismo,²⁸⁹ não se implanta com o golpe de 1964, mas é a partir do golpe de 1964 que se aperfeiçoará a acumulação flexível do capital, através da administração toyotista da produção, que ganhará força nos anos 1980/1990 e se consolidará nas décadas seguintes. O motor da história, a luta de classes, será (sempre) um fator decisivo neste processo:

(...) a construção do toyotismo é decorrente, ou é resultado sócio-histórico, de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção.

Por exemplo, a instauração do sindicalismo por empresa, surgido nos anos 50 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Na verdade, é possível considerar, como uma das condições institucionais do comprometimento operário, a instauração de um sindicalismo de envolvimento,

288 ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Boitempo Editorial, 2015, p. 11.

289 Neste sentido, a lição de Giovanni Alves: “Na verdade, o toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo (é por isso que alguns autores o denominam “neofordismo”) (Aglietta, 1978). Entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo.” (ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 2001. p. 95), ou, noutras palavras do mesmo autor: “O cerne do toyotismo é a busca do engajamento estimulado da força de trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável”, para que ele possa operar uma série de dispositivos organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa” (ALVES, Giovanni. Dimensões da globalização. Londrina: Editora Práxis, 2001, p. 180).

pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias.²⁹⁰

Ao recordarmos anteriormente os “Trinta Gloriosos” (1945-1975), buscamos salientar que a narrativa das forças hegemônicas sobre história, na grande maioria das vezes, passam ao largo da realidade. Na verdade, neste período de aproximadamente trinta anos, a glória do capital (de mercado ou de estado), enfrentou os mais variados embates e combates por todo o mundo. Revolução Chinesa (1949), Revolução Cubana (1959), Revolução Angolana (1975), e tantas outras revoluções (Coréia, Vietnã, Bolívia, Chile, Tchecoslováquia, etc.) cujo o rol aqui não caberia de tão extenso (e intenso), somados, também, ao extenso (e, certamente, também muito intenso) rol de lutas dos trabalhadores em todo o planeta (assim como do rol dos grandes golpes políticos impetrados por militares ou civis...), faz cair por terra a tão propalada “glória” destes trinta anos. Mais acertado seria chamá-los de “Trinta Sanguinários”, pois muita morte e muito sangue foi vertido na Terra em nome da glória do capital nestas lutas entre as classes.

É por isso, diante da inafastável luta de classes, conforme buscamos demonstrar no decorrer desta dissertação, que a busca pela cooptação e colaboração dos trabalhadores na realização da expansão e da acumulação do capital é inerente ao capitalismo, e vai se desenvolvendo como uma condição do próprio desenvolvimento das forças produtivas, que pode ser alcançado, dentre outros meios, através do lazer dos trabalhadores, pelas colônias de férias. Mas o capitalismo nunca foi um sistema rígido de produção. Se assim fosse, a premissa do desenvolvimento desigual e combinado não seria possível. A principal característica do capital é seu caráter “*mutatis mutandis*”:

Ora, existe um perigo em exagerar a significação da acumulação flexível, de vê-la como algo essencialmente novo. Uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando “flexibilizar” as condições de produção – principalmente da força de trabalho. Um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em “desmanchar tudo que é sólido”, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos.²⁹¹

290 ALVES, Giovanni. Dimensões da globalização. Londrina: Editora Práxis, 2001, p. 182.

291 ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 2001. p. 86.

Como esse processo de luta de classes se desenvolve em escala planetária, as mudanças são introduzidas segundo a divisão internacional do trabalho pelos critérios que os agentes hegemônicos do capital consideram necessários para condicionar a classe trabalhadora e sobre ela impor e ampliar a exploração:

Praticamente todos os países latino-americanos dotados de áreas industrializadas, implementaram em suas empresas os processos de *downsizing*, por meio de uma enorme redução do número de trabalhadores e do aumento das formas de exploração da força de trabalho, o que significa que o processo tecnológico e informacional também passou por sérias mutações. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva foram introduzidas com grande intensidade, mesclando-se aos novos processos produtivos bancados na acumulação flexível, ou ainda no chamado toyotismo (ou “modelo japonês”), se expandiu para o capitalismo ocidental de modo muito vigoroso e ampliado desde os anos 1970 — para a América Latina, especialmente a partir dos anos 1980.²⁹²

O Brasil, vale lembrar, está inserido nesta divisão internacional do trabalho. E o Estado brasileiro, em todas as fases do desenvolvimento do capitalismo, sempre teve uma presença marcante e fundamental como sujeito passivo na divisão internacional do trabalho (e como sujeito ativo na divisão territorial do trabalho). Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas dificilmente haveria acontecido sem a mão forte do Estado e de seus regimes:

De corte fortemente estatal e de feição nacionalista, a industrialização brasileira finalmente deslanchou a partir de 1930 e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, quando o padrão de acumulação industrial pode dar seu segundo salto. O terceiro salto foi experimentado a partir do golpe de 1964, quando se acelerou fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil.²⁹³

292 ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 39.

293 ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 120.

Exatamente por estar inserido neste modo de produção, as contradições e conflitos inerentes às lutas de classe também se manifestaram no Brasil. Assim como os Trinta Gloriosos não foram tão gloriosos para grande parte do mundo, por aqui dificilmente seria diferente. Se na Era Vargas inicia-se o processo de sistematização do controle sobre a produção como um todo, especialmente no que tange aos “recursos humanos”, esta sistematização não só permanecerá em vigência, mas se aperfeiçoará, principalmente a partir da superestrutura jurídica, que aprofundará os mecanismos de cooptação e subordinação das estruturas sindicais e políticas dos trabalhadores (tudo isso tem como sinônimo o aprofundamento da exploração), o que evidencia, mais uma vez, o motor da história em ação:

Os anos que antecederam o golpe militar de 1964 foram marcados por muita resistência e pela eclosão de inúmeras greves gerais, com perfil acentuadamente político, desencadeadas sobretudo durante o governo João Goulart (1961-1964), o principal herdeiro e seguidor de Getúlio Vargas. Mas é preciso lembrar que o movimento operário e sindical no pré-1964, sob a condução principal do PCB, pautou-se por uma concepção reformista que aceitava a política de alianças entre o movimento operário e os setores considerados nacionalistas da burguesia brasileira. Cabe apontar também que, de maneira frequente, as bases operárias vinculadas ao PCB transbordavam. O espaço dado pelo projeto nacional-desenvolvimentista. E foram essas bases, estruturadas prioritariamente nas empresas estatais, como ferroviárias e portuárias, que protagonizaram a forte atuação sindical e política do período anterior ao golpe.²⁹⁴

Mário Pedrosa, ao seu tempo, sintetiza com perfeição o fundamento do Golpe de 1964²⁹⁵ “A grande missão da ditadura militar foi enquadrar o Brasil, (...), na estratégia da política imperial americana.”²⁹⁶ Isso, nos dias de hoje, significaria dizer que o Golpe de 64 tinha como missão “enquadrar” o Brasil e sua força produtiva, na divisão internacional do trabalho que então se desenvolvia, e que não se limitava aos interesses do imperialismo

294 ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. Boitempo Editorial, 2015, p. 26.

295 Aqui, inspirado em Mário Pedrosa, denominamos não golpe militar de 1964, mas Golpe de 1964 porque também acreditamos que o golpe foi impetrado não apenas pelas forças militares, mas pelo conjunto das forças de grupos econômicos e políticos, civis e militares, interessados na introdução do Brasil na divisão internacional do trabalho que estava sendo desenvolvida naquele momento.

296 PEDROSA, Mário. A opção brasileira. Civilização Brasileira, 1966, p. 193.

americano. Na verdade o imperialismo que se desenvolvia era o do capital internacional “apátrida”. Por isso quando Mário Pedrosa diz que...

As classes dominantes do Brasil e, com elas, parte significativa das Forças Armadas já não se movem senão com a consciência plena de que se movem dentro de um contexto político maior, fora do qual não se arriscam. Esse contexto é a área política imperial delimitada pelos Estados Unidos [...] ²⁹⁷

... devemos compreender que o “contexto político maior”, ainda que tendo os estadunidenses à frente, é uma maior internacionalização do capital, principal objetivo desta nova divisão internacional do trabalho.

Assim, a ditadura militar tem como missão principal criar e implementar as condições exigidas para que o desenvolvimento das forças produtivas naquele momento histórico, já que “toda a crise econômica, social e política que se verificava no Brasil de 1964 indicava uma fase de transição, a necessidade de o Brasil mudar de modelo de desenvolvimento”²⁹⁸. Ao final deste objetivo:

A ditadura militar terá feito o papel do “jacobinismo” de marcha à ré que foi o fascismo: o jacobinismo da época das burguesias decadentes, na rampa de descida do curso histórico. Que fez ela de histórico e providencial? Repôs as massas no seu lugar, quebrou-lhes o ímpeto e o sentimento de autoconfiança que iam adquirindo; reprimiu o balbucio de uma conscientização reivindicatória no campo. Dissolveu-lhes as organizações de resistência, emasculou-lhes os sindicatos, suprimiu os órgãos centrais de representação, que podiam falar em nome dos interesses coletivos da classe trabalhadora no Brasil, fez do direito de greve não um direito para ser exercido mas uma via extrema cheia de ameaças e de condicionamentos, como uma corrida de obstáculos. E os salários são contidos e diminuídos. Com efeito, os serviços por ela prestados são positivos.²⁹⁹

297 PEDROSA, Mário. A opção brasileira. Civilização Brasileira, 1966., p. 55.

298 Ibid. loc. cit.

299 Ibid., p. 187.

Mário Pedrosa, antevê, com rara sagacidade, a direção para a qual a administração do trabalho se encaminhava. Parece mesmo prenunciar aquilo que estava por vir com toyotismo:

(...) A produtividade ditará o salário e como num capitalismo em que a composição orgânica de capital será ainda por muito tempo relativamente baixa, o supremo teste de produtividade estará numa relação capital-trabalho a mais desproporcional dentro dos limites da necessária eficiência produtiva. No inevitavelmente grande contingente de capital variável na formação do capital total que é e será a realidade capitalista brasileira, na estagnação ou na expansão – a racionalização *à la Taylor* será a sanção que o atraso tecnológico exigirá para elevar ao máximo possível a eficiência produtiva e um nível mínimo do valor realizado no mercado. A classe operária terá de ser retificada no seu comportamento, redomesticada na sua disciplina de trabalho a fim de responder à pressão da acumulação capitalista que se vai exigir.³⁰⁰

As classes dominantes e as Forças armadas no Brasil, a fim de “responder à pressão da acumulação capitalista que se vai exigir” para “redomesticar” a classe trabalhadora, lançará mão, mais uma vez, da superestrutura jurídica:

A atividade legislativa da ditadura foi notável. Mas estas leis, razoáveis umas, fazendo-se esperar outras, estapafúrdias várias, inexecutáveis muitas, trazem em si um espírito doméstico comum de “quem põe a casa em ordem”, para a visita.³⁰¹

Não é de hoje que a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e tantas outras leis trabalhistas sofrem reformas para conservar os interesses do capital. Conforme as forças produtivas vão se desenvolvendo, a legislação também se desenvolve, sempre a favor do capitalista. Um exemplo claro neste sentido, ocorrido neste tempo formalmente ditatorial (pois tantos são os tempos ditatoriais revestidos de democracias formais, onde a classe trabalhadora, de fato, não exerce qualquer poder), é o fim da estabilidade decenal. O Art. 492 da CLT assim se expressava: “O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou

300 PEDROSA, Mário. A opção brasileira. Civilização Brasileira, 1966., p. 279.

301 Ibid., p. 192.

circunstância de força maior, devidamente comprovadas”³⁰². Ora, se tal estabilidade era uma garantia ao trabalhador, ela era, primeira e certamente, uma garantia ainda maior para o empregador, pois quando ela entra no sistema jurídico visa garantir que a força produtiva do empregado seja monopólio do patrão. É importante ressaltar que qualificar um funcionário nos anos 1930, era mais complexo e custoso do que nos anos 1940 e assim sucessivamente. Portanto, entendemos que a estabilidade decenal servia (como tantos outros direitos do trabalhador que na verdade são para o capitalista), antes de mais nada, para garantir uma mão de obra cuja experiência acumulada “no” trabalhador (e não “do” trabalhador), fosse como uma espécie de “capital imobilizado” que, além de ser monopolizada exclusivamente pela empresa contratante, não fosse contratada por empresas concorrentes.

Porém, a acumulação flexível do capital faz suas exigências, dentre as quais, tornar a lei mais flexível para ter uma mão de obra mais flexível. Para isso, Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, instituiu o FGTS que permitia às empresas demitir o funcionário mesmo que sem justa causa (com a estabilidade decenal a demissão só era possível “por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas”). Ainda que o trabalhador fosse financeiramente indenizado, ele não mais poderia contar com uma segurança efetiva de emprego.³⁰³ Dada as novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas, os avanços científicos e tecnológicos permitiam produzir um trabalhador num tempo cada vez menor e numa quantidade cada vez maior, e, portanto, muito mais barato do que antes, quando ao tempo da estabilidade decenal, ou seja, exatamente como ocorre com qualquer mercadoria.

Assim, com o Golpe de 1964, chegamos então, por assim dizer, ao “clímax” desta dissertação:

No entanto, a grande explosão do surgimento de colônias no Estado de São Paulo se dá entre os anos 60 e 70 quando muitos sindicatos de trabalhadores receberam doações de terrenos feitas pelo governo militar notadamente nos municípios

302 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

303 O FGTS, na verdade, inicialmente era uma opção do trabalhador. Mas o empregador só contratava àqueles que optavam por este regime. Com a Constituição Federal de 1988, a opção pelo FGTS tornou-se obrigatória e, portanto, consolidou a flexibilização dos contratos de trabalho, e, conseqüentemente, contribuiu para a acumulação flexível do capital.

litorâneos de Praia Grande e Caraguatatuba. Foi a maior intervenção de uma política de governo voltada ao turismo social (...).³⁰⁴

Todo percurso traçado até aqui visou situar as colônias de férias não apenas enquanto um mero objeto espacial que pode ser localizado geograficamente, mas, sobretudo, como um objeto histórico-espacial, portanto, em duas dimensões simultâneas e indissociáveis, o tempo e o espaço. Embora os estudos sobre colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores sejam muitíssimos escassos, quando Mário Pedrosa revela a “atividade legislativa da ditadura foi notável”, constatamos que esse seria o principal caminho a se trilhar, inclusive porque é um dos poucos caminhos que logramos encontrar e, convém ressaltar o que afirmamos anteriormente com Marx e Engels, que “Na lei, os burgueses devem fornecer uma expressão geral de si mesmos, precisamente porque dominam como classe”.³⁰⁵

Conforme já expusemos, as colônias de férias são uma determinação estatal expressa no ordenamento jurídico brasileiro antes mesmo da promulgação da C.L.T em 1943 (importante não esquecermos que o contexto político era da ditadura do Estado Novo), conforme consta da norma a seguir exposta:

DECRETO-LEI Nº 4.298, DE 14 DE MAIO DE 1942

Dispõe sobre o recolhimento a aplicação do imposto sindical e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

304 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. Dissertação. Universidade de São Paulo, p. 41. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

305 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Boitempo Editorial, 2015, p. 77.

Art. 1º O recolhimento e a aplicação do imposto sindical, de que trata o decreto-lei n. 2.377, de 8 de julho de 1940, serão regulados pela forma que estabelece o presente decreto-lei.

Art. 7º O imposto sindical, feitas as deduções de que tratam os artigos 4º e 5º, será aplicado pelos sindicatos:

II. De empregados:

- a) em agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
- b) na assistência à maternidade;
- c) em assistência médica e dentária;
- d) em assistência judiciária;
- e) em escolas de alfabetização e prevocacionais;
- f) em cooperativas de crédito e de consumo;
- g) em colônias de férias;** ³⁰⁶ (grifo nosso)

Tal qual a ditadura do Estado Novo, a ditadura militar que tomou violenta e arbitrariamente o poder através do Golpe de 1964, se preocupou não apenas em fechar sindicatos, perseguir e assassinar sindicalistas e retirar direitos trabalhistas, como a estabilidade decenal. Preocupou-se também, apesar da aparente contradição, com os “lazer” dos trabalhadores brasileiros, alçando as colônias de férias como direito constitucionalmente garantido e expresso na Carta Magna de 1967:

Art 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social:

XIX - colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;³⁰⁷

Seria cômico, se não fosse trágico. Lado a lado, o governo ditatorial coloca o direito às colônias de férias, com os direitos às clínicas de repouso, recuperação e convalescença.

³⁰⁶ BRASIL: Decreto-Lei nº 4.298, de 14 de maio de 1942. Dispõe sobre o recolhimento a aplicação do imposto sindical e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4298-14-maio-1942-414332-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 dez. 2017.

³⁰⁷ BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

Diante da propalada ameaça comunista com a qual se justificava o Golpe de 1964, é, no mínimo, suspeito que lazer e cura estejam horizontalmente colocados no ordenamento jurídico de um regime ditatorial.

Num “hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás” às avessas, o governo ditatorial vai justamente endurecer o regime a partir de 1969, mas não vai perder a “ternura” com que tratava os lazers dos trabalhadores, posto que, na Emenda Constitucional nº 1 (também denominada pela doutrina jurídica como Constituição de 1969), lá estava a “ordem” do regime que expressamente determinava aos trabalhadores as colônias de férias e, também mais uma vez, ao lado dos “mecanismos de cura”:

Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

XVIII - colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;³⁰⁸

Parece-nos evidente que, muito embora até os dias de hoje a literatura não tenha se preocupado muito com as colônias de férias, os governos ditatoriais brasileiros, especialmente os governantes que tomaram o poder com o Golpe de 1964, preocuparam-se bastante com as mesmas, ao ponto de alçá-las ao “status quo” de direito constitucional. A diferença entre o Estado Novo e o Estado que foi instituído com o Golpe de 1964 é que este, aproveitando-se e aprofundando as superestruturas daquele, materializou, através de uma maciça intervenção estatal, as colônias de férias numa “grande explosão” (Karklis, 2008).

É bem verdade que antes de 1964, além de outros pequenos passos, houve um primeiro grande passo no sentido de implementar efetivamente as colônias de férias no Brasil, mais especificamente no município que iria se tornar o lugar da “maior concentração de colônias de férias de trabalhadores do mundo”³⁰⁹, ou seja Praia Grande, no litoral do

308 BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 28 de dez. 2017.

309 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. Dissertação. Universidade de São Paulo, p. 10. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

Estado de São Paulo, conforme se pode depreender dos excertos retirados do dispositivo legal a seguir elencado:

LEI Nº 6.858, DE 19 DE JULHO DE 1962

Dispõe sobre alienação, por doação, de imóveis situados no município de São Vicente

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizado a alienar, por doação, às entidades abaixo relacionadas, as glebas de terreno a seguir descritas, situadas na Praia Grande, município de São Vicente, e destinadas à construção de Colônias de Férias, conforme planta constante do processo DJ n. 21.671-61, a saber:

I - À Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo. Gleba n. 1, com a área de 2.150m² (dois mil, cento e cinquenta metros quadrados) [...];

II - À Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo. Gleba n. 2, com a área de 2.150m² (dois mil, cento e cinquenta metros quadrados) [...]

III - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo. Gleba n.3, com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

IV - À Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de São Paulo. Gleba n. 4, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

V - Ao Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de São Paulo. Gleba n. 5, com a área de 1.290m² (mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

VI - À Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo. Gleba n. 6, com a área de 2.150m² (dois mil, cento e cinquenta metros quadrados) [...]

VII - À Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas Farmacêuticas do Estado de São Paulo. Gleba n. 7, com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

VIII - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista. Gleba n. 8, com a área de 2.150m² (dois mil, cento e cinquenta metros quadrados) [...]

IX - Ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo. Gleba n. 9, com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

X - À Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística do Estado de São Paulo. Gleba n. 10, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XI - À Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo. Gleba n. 11, com área de 1.720m² (um mil setecentos e vinte metros quadrados) [...]

XII - À Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, Gleba n. 12, com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

XIII - Ao Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, Gleba n. 13 com a área de 1.290m² (um mil duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XIV - À Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo. Gleba n. 14 com a área de 860m² (oitocentos e sessenta metros quadrados) [...]

XV - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Paulo. Gleba n. 15 com a área de 3.440m² (três mil quatrocentos e quarenta metros quadrados) [...]

XVI - À Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico do Estado de São Paulo. Gleba n. 16 com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

XVII - À Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana no Estado de São Paulo. Gleba n. 17, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XVIII - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana. Gleba n. 18, com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

XIX - Ao Serviço Social da Indústria (SESI). Gleba n. 19, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XX - Ao Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de São Paulo, Gleba n. 20, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XXI - À Federação dos Trabalhadores, nas Indústrias do Vestuário no Estado de São Paulo. Gleba n. 21, com a área de 1.720m² (um mil, setecentos e vinte metros quadrados) [...]

XXII - Ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de São Paulo. Gleba n. 22, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XXIII - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas, Radiotelefônicas e Mensageiros de São Paulo. Gleba n. 23, com a área de 1.290m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XXIV - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais no Estado de São Paulo. Gleba n. 24, com a área de 1.290m² (um mil e duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XXV - Ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha dos Municípios de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André. Gleba n. 25 com a área de 1.290m² (mil duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XXVI - Ao Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo. Gleba n. 26, com a área de 1.290m² (mil duzentos e noventa metros quadrados) [...]

XXVII - Ao Sindicato dos Médicos de São Paulo. Gleba n. 27, com a área de 860m² (oitocentos e sessenta metros quadrados) [...]

XXVIII - Ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidro-Elétrica de Campinas. Gleba n. 28, com a área de 1.720m² (mil e setecentos e vinte metros quadrados), [...]

XXIX - Ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários da Zona Norte, Leste e Sul do Estado de São Paulo. Gleba n. 29, com a área de 1.720m² (mil setecentos e vinte metros quadrados) [...].

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de julho de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO³¹⁰

310 ALESP. Lei nº 6.858, de 19 de julho de 1962. Dispõe sobre alienação, por doação, de imóveis situados no município de São Vicente. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-6858-19.07.1962.html>>. Acesso em 20 dez. 2017.

É importante ressaltar que, embora a presente norma tenha sido expedida anteriormente ao Golpe de 1964, à ocasião de sua promulgação o estado de São Paulo tinha um governo considerado conservador. O governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, foi indicação e sucessor de Jânio Quadros, e se elegeu em 1958 pela coligação PTB-UDN-PR-PDC, sendo que em “31 de março, ficou solidário com o movimento que derrubou Goulart, afirmando que “as forças armadas de meu país — cujo glorioso destino é a defesa da pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem — não permitirão que se desvirtuem as tradições de homens de bravura, no aliciamento político que acaso intente envolvê-las nas malhas da indisciplina, do divisionismo e do caos”.³¹¹ Portanto, podemos considerar que o governo Carvalho Pinto já estaria inserido dentro do “espírito” que viria a tomar conta do país com o Golpe de 1964. Tanto que, durante a ditadura, Carvalho Pinto se filiou à Arena, partido representante dos interesses da ditadura. Ainda assim, esse não foi o maior nem principal passo dado na “grande explosão” das colônias de férias.

A Lei 6.858/62 foi fruto do Projeto de Lei nº 394 de 1962³¹², de autoria do próprio governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, se harmonizando, assim, tanto com os pressupostos anteriores da ditadura Vargas, como com os posteriores da ditadura militar instaurada após 1964, conforme se evidencia na justificativa do referido projeto:

PROJETO DE LEI N. 394 DE 1962

Mensagem n.65-62 do Sr. Governador do Estado
São Paulo, 14 de abril de 1962

Sr. Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação dessa nobre Assembléia, o incluso projeto de lei que dispõe sobre autorização à Fazenda do Estado de São Paulo para alienar, por doação, a várias entidades de classe, imóveis situados na Praia Grande, município de São Vicente.

Trata-se de medida que visa a solucionar velha e justa aspiração das classes trabalhadoras do Estado, que de há muito pretende construir Colônia de Férias no litoral.

311 CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-alves-de-carvalho-pinto>>. Acesso em 28 dez. 2017.

312 A cópia digitalizada da justificativa do referido Projeto de Lei encontra-se no ANEXO ÚNICO, p. 296.

Atendendo ao elevado alcance social dessa pretensão foi elaborado pelos órgãos técnicos da Administração um plano de divisão do próprio estadual situado na Praia Grande e no momento sem qualquer utilização para o Estado.

No estudo elaborado procurou-se atender as reais necessidades de cada entidade, mediante entendimento com seus representantes. A orientação adotada permitiu, além da justa distribuição dos terrenos, o atendimento de maior número de beneficiados.

A constante alta do custo de vida torna cada vez mais difícil ao trabalhador, individualmente, se não o impossibilita de todo, de desfrutar êle próprio e de proporcionar aos seus familiares o repouso de que necessita nos seus períodos de férias, como compensação aos esforços despendidos em todo um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do humano e justo ansêio de refazer-se pelo descanso e pela recreação do desgaste físico e das preocupações que o envolvem durante um largo período de trabalho.

É, portanto, ao Sindicato como representante de sua categoria profissional o órgão de defesa de seus interesses, que cabe o elevado papel de promover, nesse terreno, o seu bem estar.

Mas não podem, nem devem os Poderes Públicos alheiar-se a um problema que, além do aspecto humano, importa, igualmente ao maior rendimento do trabalho e, pois, à própria produtividade.

As doações de que trata o projeto representam o concurso que o Estado träs para a solução do problema e consubstanciam o aprêço que tem pelas classes trabalhadoras e pela sua contribuição para o aumento da riqueza nacional.

(...)

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Governador do Estado

A sua Excelência o Senhor Doutor Roberto Costa de Abreu Sodré³¹³

313 SÃO PAULO. Projeto de Lei Nº 394 de 1962. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 18 de maio de 1962, (Ano LXXII – Nº 110), p. 11.

O referido projeto de lei é elucidativo: “Mas não podem, nem devem os Poderes Públicos alheiar-se a um problema que, além do aspecto humano, importa, igualmente ao maior rendimento do trabalho e, pois, à própria produtividade”. Coloca-se em pé de igualdade o aspecto humano e o maior rendimento do trabalho e da produtividade, sendo este mister, um “dever” do qual o Estado não “pode” se eximir.

A “grande explosão” começa de fato justamente no ano em que o regime militar começa a “endurecer”, ou seja, em 1969 (com o Ato Institucional nº 5, o AI-5, conforme aprofundaremos mais a frente). Para não perder “ternura”, o governador do estado de São Paulo à época, Roberto Costa de Abreu Sodré, o mesmo que no Governo Carvalho Pinto foi presidente da Assembleia Legislativa e fez aprovar a Lei 6.858/62 (o que evidencia um “*continuum*” nas políticas de controle estatal sobre o tempo livre dos trabalhadores) fora eleito pela Arena (partido pró-ditadura militar), promulgara o seguinte Decreto- Lei, do qual extraímos os excertos a seguir elencados:

DECRETO-LEI N. 50, DE 1.º DE MAIO DE 1969

Dispõe sobre concessão de uso a várias entidades de classe de próprios estaduais, situados nos municípios de Praia Grande, comarca de São Vicente, e Mongaguá, comarca de Itanhaém

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Decreta:

Artigo 1.º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a contratar, nos termos do artigo 7.º. do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, com as entidades de classe abaixo relacionadas, gratuitamente e pelo prazo de 30 (trinta) anos, a concessão de uso de próprios estaduais, situados nos municípios de Praia Grande e Mongaguá, destinados à instalação de colônias de férias, a seguir descritos e caracterizados, conforme planta da Procuradoria Geral do Estado:

1 - Lote 32 - Ao Centro dos Oficiais da Reserva da Força Pública do Estado: [...] Encerra a área de 799.84 m² tezentos e noventa e nove metros quadrados e oitenta e quatro decímetros quadrados).

- 2 - Lote 33 - A Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem (ASDER): Encerra a área de 5.125,68m² (cinco mil, cento e vinte e cinco metros quadrados e sessenta e oito decímetros quadrados).
- 3 - Lote 34 - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Artefatos de Couro de São Paulo: [...] Encerra a área 500.13m² (quinhentos metros quadrados e treze decímetros quadrados).
- 4 - Lote 35 - Ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelegame. de São Paulo: [...] Encerra a área de 4.625.55m² (quatro mil, seiscentos e vinte e cinco metros quadrados e cinquenta e cinco decímetros quadrados).
- 5 - Lote 36 - O Sindicato dos Mestres e Contramestres na Indústria Fiação e Tecelagem, no Estado de São Paulo: [...] Encerra a área de 4.298.72m² (quatro mil. duzentos e noventa e oito metros quadrados e setenta e dois decímetros quadrados).
- 6 - Lote 37 - Ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires: [...] Encerra a área de 3.875,91m² (três mil, oitocentos e setenta e cinco metros quadrados e noventa e um decímetros quadrados).
- 7 - Lote 38 - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André, Ribeirão Pires e Mauá: [...] Encerra a área de 3.487.34 m² (três mil, quatrocentos e oitenta e sete metros quadrados e trinta e quatro decímetros quadrados).
- 8 - Lote 39 - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sorocaba: [...] Encerra a área de 1.055,34m² (um mil e cinquenta e cinco metros quadrados e trinta e quatro decímetros quadrados).
- 9 - Lote 40 - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Barbara D'Oeste: [...] Encerra a área de 629,95 m² (seiscentos e vinte e nove metros quadrados e noventa e cinco decímetros quadrados).
- 10 - Lote 41 - Ao Sindicato dos Arrumadores de São Paulo: [...] Encerra a área 920,20 m² (novecentos e vinte metros quadrados e vinte decímetros quadrados).
- 11 - Lote 42 - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo: [...] Encerra a área de 1.520,05 m² (um mil, quinhentos e vinte metros quadrados e cinco decímetros quadrados).
- 12 - Lote 43 - Ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santo André: [...] Encerra a área 519,87 m² (quinhentos e dezenove metros quadrados e oitenta e sete decímetros quadrados).

- 13 - Lote 44 - Ao Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo: [...] Encerra a área de 530,19 m² (quinhentos e trinta metros quadrados e 19 decímetros quadrados).
- 14 - Lote 45 - À Associação Amigos Veteranos de Vila Guarani: [...] Encerra a área de 380,16 m² (trezentos e oitenta metros quadrados e dezesseis dcímetros quadrados).
- 15 - Lote 46 - Ao Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores de Produtos Farmacêuticos de São Paulo: [...] Encerra a área de 430 m² (quatrocentos e trinta metros quadrados).
- 16 - Lote 47 - Ao Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo: [...] Encerra a área de 5.125,64 m² (cinco mil e cento e vinte e cinco metros quadrados e sessenta e quatro decímetros quadrados).
- 17 - Lote 48 - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas Telefônicas no Estado de São Paulo; [...] Encerra a área de 4.964,92 m² (quatro mil, novecentos e sessenta e quatro metros quadrados e noventa e dois decímetros quadrados).
- 18 - Lote 1-A - À Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo: [...] Encerra a área de 3.262,43 m² (três mil, duzentos e sessenta e dois metros quadrados a quarenta e três decímetros quadrados).
- 19 - Lote 15-A - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo: [...] Encerra a área de 1001,23 m² (Um mil e um metros quadrados e vinte e três decímetros quadrados).
- 20 - Lote 6-A - À Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo: [...] Encerra a área de 224,64 m² (duzentos e vinte e quatro metros quadrados e sessenta e quatro decímetros quadrados).
- 21 - Lote 23-A - Ao Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais no Estado de São Paulo: - Começam na divisa do lote 24, no alinhamento da Av. dos Sindicatos; daí seguem em linha reta, confinando com o lote 24, numa distância de 43 m (quarenta e três metros), até encontrar a divisa do imóvel com Manoel Incane Júnior e outros, ou sucessores, daí defletem à esquerda e seguem em linha reta, pela mesma divisa, numa distância de 17 m (dezessete metros) até encontrar o alinhamento da projetada Rua B; daí defletem à esquerda e seguem em linha reta, pela mesma Rua, numa distância de 34 m (trinta e quatro metros), até encontrar o PT da curva; daí seguem em curva, numa distância de 14 18 m (quatorze metros e dezoito centímetros), até encontrar o PC, que fica no alinhamento da Av. dos Sindicatos; daí seguem em linha reta, numa distância de 8 m (oito metros), até o ponto de início da presente descrição. Encerra a área de 713,84 m² (setecentos e treze metros quadrados e oitenta e quatro decímetros quadrados).

22 - Lote 23 - Quadra 58, da Vila Balneária - À Associação das Funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo: Começam no ponto A, distância 20 m (vinte metros) do cruzamento da Rua Gago Coutinho com a Av. Balneária; daí seguem por 10 m (dez metros), pela Av. Balneária, até o ponto B; daí defletem à direita e seguem em linha reta, numa distância de 50 m (cinquenta metros), dividindo com o lote 22, até o ponto C; daí defletem à direita e seguem em linha reta, numa distância de 10 m (dez metros), dividindo com o lote 26, até o ponto D; daí defletem à direita e seguem em linha reta, numa distância de 50 m (cinquenta metros) dividindo com o lote 24, até o ponto A. onde se iniciaram as divisas e confrontações. Encerra a área de 500 m² (quinhentos metros quadrados).

23 - Lotes 19 e 20 - Quadra VI. da Vila Atlântica - À Associação dos Desenhistas Funcionários do Estado de São Paulo: [...]. Esses lotes encerram uma área de 1.183.50 m² (mil cento e oitenta e três metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados) e estão situados no Distrito e Município de Mongaguá, Comarca de Itanhaém.

24 - Lotes 15, 16, 17 e parte do 18 - Quadra VII da Vila Itinga - A Associação dos Servidores do DAE: [...] Os citados lotes encerram a área de 1.800m² (mil oitocentos metros quadrados) e estão situados no Distrito e Município de Mongaguá, Comarca de Itanhaém.

25 - Lotes 18 (parte) a 24 - Quadra VII da Vila Itinga - Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema: [...] Esses lotes encerram a área de 3.200m² (três mil, duzentos metros quadrados) e estão situados no Distrito e Município de Mongaguá, Comarca de Itanhaém.

26 - Lote 5-A - A Associação dos Funcionários Públicos da Secretaria do Trabalho e Administração: [...] A sua área é de 473,04m² (quatrocentos e setenta e três metros quadrados e quatro decímetros quadrados).

Artigo 2.º - Das escrituras deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a utilização dos imóveis para os fins que motivam a concessão e que impeçam sua transferência, seja a que título fôr, estipulando-se a rescisão dos contratos, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas, em caso de inadimplemento.

Artigo 3.º - Os imóveis a que se refere este decreto-lei serão restituídos ao Estado, independentemente de indenização por benfeitorias, no término dos prazos contratuais.

Artigo 4.º - Os projetos de construção das colônias de férias a que se refere o artigo 1.º dêste decreto-lei deverão ser previamente aprovados pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Parágrafo único - Serão rescindidos os contratos de concessão, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas, na hipótese de que a construção seja levada a efeito sem observância do disposto neste artigo.

Artigo 5.º - Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis ns. 9.919, de 20 de novembro de 1967, 9.927, de 28 de novembro de 1967, e 9.930, de 28 de novembro de 1967.

Palácio dos Bandeirantes, 1.º de maio de 1969.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ³¹⁴

Tentamos obter o projeto ou a justificativa do referido Decreto-Lei 50/69, mas nada logramos encontrar, nem mesmo junto à Biblioteca da Assembleia Legislativa ou à Biblioteca da Casa Civil do Estado de São Paulo. Possivelmente este fato se deve ao estado de exceção imposto pelos militares com o Golpe de 1964, sendo que tal decreto se encontra amparado, inclusive, pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Segundo Tércio Sampaio Ferraz Júnior:

Nos regimes democráticos sob princípio republicano, a responsabilidade da elaboração da lei cabe aos representantes do povo constituídos no Poder Legislativo. Em tese, o Poder Executivo não faz leis, apenas as cumpre e as faz cumprir. Apesar disso, são conhecidos certos atos de legislação que cabem ao Poder Executivo e que gozam de “força de lei”. Não são leis, mas tem a mesma força, isto é, como fonte são equiparados. É o caso, por exemplo, na constituição brasileira de 1967-69, do chamado *decreto-lei*. Trata-se de uma fórmula típica do estado-gestor contemporâneo que, em princípio, , atende aos problemas gerados

314 ALESP. Decreto-Lei nº 50, de 1º de maio de 1969. Dispõe sobre concessão de uso a várias entidades de classe de próprios estaduais, situados nos municípios de Praia Grande, comarca de São Vicente, e Mongaguá, comarca de Itanhaém Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-50-01.05.1969.html>>. Acesso em 20 dez. 2017.

pela celeridade das mudanças sociais, nem sempre acompanhada pelos procedimentos legislativos, por natureza, mais morosos.³¹⁵

O simbolismo desta ação estatal contida no Decreto-Lei nº 50/69 é de uma profundidade à qual não é possível silenciar. Estamos, conforme dissemos anteriormente, em plena vigência do Ato Institucional nº 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, este que foi considerado o mais violento e duro dos atos praticados pela ditadura militar que entre outras arbitrariedades, impôs:

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado³¹⁶ (grifo nosso)

É sob este ato, quando vige a “suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais”, que em 1º de maio de 1969, em pleno dia dos trabalhadores, é promulgado um decreto-lei em que o movimento sindical é “agraciado” com dezenas de lotes de terrenos destinados a “colonizar as férias” da classe trabalhadora.

Os anos de chumbo foram profícuos na política de incentivo e implementação dos lazeres dos trabalhadores através de um “contato muito próximo” com o “aparelho sindical” de então:

Decreto nº 67.227, de 21 de Setembro de 1970

Estabelece prioridades para uma política de valorização da ação sindical.

315 FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica. Decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1993, p. 210.

316 BRASIL. ATO Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 20 dez. 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e,

CONSIDERANDO ser orientação do Governo a implantação de uma política, que valorize a participação das entidades sindicais no esforço para a promoção social do trabalhador;

CONSIDERANDO que no complexo de órgãos, públicos e privados, com atuação na área do bem-estar social, tem o Ministério do Trabalho e Previdência Social responsabilidade preponderante pela execução da política do Governo;

CONSIDERANDO que se impõe estabelecer um programa setorial, que, racionalizando a aplicação de recursos técnicos e financeiros dêsses órgãos, possibilite e estimule, por outro lado, a participação dos sindicatos,

DECRETA:

Art. 1º. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, através de seus órgãos, tanto da administração direta, quanto da indireta, além de outros, a ele vinculados ou subordinados, a partir do presente exercício e nos futuros, até 1974, observará, com prioridade em sua política de ação social, os seguintes objetivos e medidas: (...)

II - Assistência Sindical

a) empréstimos financeiros às entidades sindicais, para construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esporte, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo;³¹⁷

Ainda sob os auspícios dos anos de chumbo, um outro “milagre”, que não o “milagre econômico” acontece, não num dia de natal, mas, novamente, num 1º de maio, dia dos trabalhadores, quando, mais uma vez, as benesses do regime são “ofertadas” ao aparelho sindical, conforme se pode depreender dos excertos retirados do dispositivo legal a seguir elencado:

317 BRASIL. Decreto nº 67.227, de 21 de Setembro de 1970. Estabelece prioridades para uma política de valorização da ação sindical. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67227-21-setembro-1970-408891-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 dez. 2017.

LEI Nº 199, DE 01 DE MAIO DE 1974

Autoriza a Fazenda do Estado a contratar, com entidades de classe, a concessão de uso de imóveis, situados no bairro de Porto Novo, em Caraguatatuba

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a contratar, nos termos do artigo 7º do Decreto-lei federal n. 271, de 28 de fevereiro de 1967, gratuitamente e pelo prazo de 30 (trinta) anos, com as entidades de classe que especifica, a concessão de uso de imóveis destinados à instalação de colônias de férias, situados no Bairro de Porto Novo, em Caraguatatuba, caracterizados na planta apresentada pelo Grupo de Trabalho constituído por Decreto de 31 de agosto de 1971, a seguir descritos e confrontados:

1 - Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Empresas de Crédito do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.838,90m² (três mil, oitocentos e trinta e oito metros quadrados e noventa decímetros quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados), para estacionamento de veículos;

2 - Cooperativa de Trabalhadores dos Carregadores do CEASA, Mercados Municipais e Feiras Livres de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.000,64m² (dois mil metros quadrados e sessenta e quatro decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

3 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico de Cruzeiro - [...] encerrando a área de 1.982,63m² (um mil, novecentos e oitenta e dois metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

4 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mogi das Cruzes - [...] encerrando a área de 1.650m² (um mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

- 5 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Guaratinguetá - [...] encerrando a área de 1.650m² (um mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados) da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 6 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celuloide e Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes - [...] encerrando a área de 2.433,13m² (dois mil, quatrocentos e trinta e três metros quadrados e treze decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 7 - Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 5.026,49m² (cinco mil, vinte e seis metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 8 - Sindicato dos Empregados em Empresas Teatrais e Cinematográficas do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.301,30m² (um mil, trezentos e um metros quadrados e trinta decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 9 - Associação dos Servidores Cíveis do Ministério da Aeronáutica no Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.300,78m² (um mil trezentos metros quadrados e setenta e oito decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 10 - Associação dos Inspetores e Fiscais da Prefeitura do Município de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.300,34m² (um mil, trezentos metros quadrados e trinta e quatro decímetros quadrados) da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 11 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas - [...] encerrando a área de 1.999,51m² (um mil, novecentos e noventa e nove metros quadrados e cinquenta e um decímetros quadrados) da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 12 - Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Primário de Campinas - [...] encerrando a área de 1.655,93m² (um mil, seiscentos e cinquenta e cinco quadrados e noventa e três decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 13 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André - [...] encerrando a área de 5.100,69m² (cinco mil, cem metros quadrados e sessenta e nove decímetros quadrados) da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

- 14 - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso - [...] encerrando a área de 5.421,75m² (cinco mil quatrocentos e vinte e um metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 15 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Mogi das Cruzes - [...] encerrando a área de 1.301,17m² (um mil, trezentos e um metros quadrados e dezessete decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 16 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Lorena - [...] encerrando a área de 1.300,91m² (um mil, trezentos metros quadrados e noventa e um decímetros quadrados), da qual ficam 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 17 - Associação Beneficente e Recreativa dos Servidores da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.650,82m² (um mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados e oitenta e dois decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 18 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São José dos Campos - [...] encerrando a área de 1.997,98m² (um mil, novecentos e noventa e sete metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 19 - Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.775,04m² (dois mil, setecentos e setenta e cinco metros quadrados e quatro decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 20 - Sindicato dos Empregados em Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.300,30m² (um mil, trezentos metros quadrados e trinta decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 21 - Sindicato das Empresas de Artes Fotográficas do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.301,11m² (um mil, trezentos e um metros quadrados e onze decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 22 - Associação dos Servidores Federais do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.766,13m² (dois mil, setecentos e sessenta e seis metros quadrados e treze decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

23 - Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.997,63m² (um mil, novecentos e noventa e sete metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

24 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul - [...] encerrando a área de 5.302,42m² (cinco mil, trezentos e dois metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

25 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Mogi das Cruzes - [...] encerrando a área de 4.589,32m² (quatro mil, quinhentos e oitenta e nove metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados) da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

26 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Campinas - [...] encerrando a área de 3.202,13m² (três mil, duzentos e dois metros quadrados e treze decímetros quadrados) da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

27 - Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.998,83m² (um mil, novecentos e noventa e oito metros quadrados e oitenta e três decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

28 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Marília - [...] encerrando a área de 1.299,92m² (um mil, duzentos e noventa e nove metros quadrados e noventa e dois decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para o estacionamento de veículos;

29 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Brinquedos e Instrumentos Musicais do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.033,13m² (três mil, trinta e três metros quadrados e treze decímetros quadrados), da qual ficam reservadas 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

30 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São José dos Campos - [...] encerrando a área de 3.189,52m² (três mil, cento e oitenta e nove metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

31 - Associação das Classes Laboriosas de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.715,39m² (três mil, setecentos e quinze metros quadrados e trinta e nove decímetros quadrados) da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

32 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitarias de São Paulo - [...] encerrando a área de 4.855,11m² (quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco metros quadrados e onze decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

33 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticos de São Paulo - [...] encerrando a área de 5.259,44m² (cinco mil, duzentos e cinquenta e nove metros quadrados e quarenta e quatro decímetros quadrados) da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

34 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Itatiba - [...] encerrando a área de 1.999,88m² (um mil, novecentos e noventa e nove metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados) da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

35 - Associação dos Inspectores Federais do Trabalho e Funcionários da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.299,63m² (um mil, duzentos e noventa e nove metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

36 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos - [...] encerrando a área de 3.572,44m² (três mil, quinhentos e setenta e dois metros quadrados e quarenta e quatro decímetros quadrados) da qual ficam reservados 500m² (quinhentos e quatro decímetros quadrados) para estacionamento de veículos;

37 - Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos, Fed. e Confederações Esportivas do Est. de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.282,38m² (um mil, duzentos e oitenta e dois metros quadrados e trinta e oito decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

38 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico e nas Indústrias da Produção de Laminados Plásticos de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.083,12m² (três mil, oitenta e três metros quadrados e doze decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

- 39 - Sindicato dos Contabilistas de Campinas - [...] encerrando a área de 1.300,07m² (um mil, trezentos metros quadrados e sete décimos quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 40 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Guarulhos - [...] encerrando a área de 2.355m² (dois mil, trezentos e cinquenta e cinco metros quadrados) da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 41 - Sindicato Nacional dos Aeronautas no Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.450,13m² (dois mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados e treze décimos quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 42 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Quitaúna e Osasco - [...] encerrando a área de 1.282,38m² (um mil, duzentos e oitenta e dois metros quadrados e trinta e oito décimos quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 43 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Sorocaba - [...] encerrando a área de 1.300,16m² (um mil trezentos metros quadrados e dezesseis décimos quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 44 - Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.151,92m² (três mil, cento e cinquenta e um metros quadrados e noventa e dois décimos quadrados) da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 45 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco - [...] encerrando a área de 4.298,31m² (quatro mil, duzentos e noventa e oito metros quadrados e trinta e um décimos quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 46 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas - [...] encerrando a área de 5.317,39m² (cinco mil, trezentos e dezessete metros quadrados e trinta e nove décimos quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 47 - União dos Viajantes e Representantes Comerciais de Campinas - [...] encerrando a área de 4.095,20m² (quatro mil, noventa e cinco metros quadrados

e vinte decímetros quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

48 - Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Bernardo do Campo - [...] encerrando a área de 2.802,45m² (dois mil oitocentos e dois metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

49 - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, Trolleybus e Cabos Aéreos de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.355 06m² (dois mil, trezentos e cinquenta e cinco metros quadrados e seis decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

50 - Sindicato das Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santo André - [...] encerrando a área de 2.000m² (dois mil metros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

51 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fiação e Tecelagem de São Caetano do Sul - [...] encerrando a área de 1.650m² (um mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

52 - Sindicato dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas e Auxiliares do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.650m² (um mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

53 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha de Campinas - encerrando a área de 1.650m² (um mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

54 - Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.806,89m² (um mil, oitocentos e seis metros quadrados e oitenta e nove decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

55 - Sindicato dos Agenciadores de Publicidade e Trabalhadores em Empresas de Publicidades de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.776,37m² (dois mil, setecentos e setenta e seis metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

- 56 - Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 8.539,34m² (oito mil, quinhentos e trinta e nove metros quadrados e trinta e quatro decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 57 - Sindicato dos Cabineiros e Porteiros de Edifícios de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.423,69m² (três mil, quatrocentos e vinte e três metros quadrados e sessenta e nove decímetros quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 58 - Associação dos Funcionários do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 4.431,22m² (quatro mil, quatrocentos e trinta e um metros quadrados e vinte e dois centímetros quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 59 - Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, Orientação e Formação Profissional do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 4.849,09m² (quatro mil, oitocentos e quarenta e nove metros quadrados e nove decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 60 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Trigo, Milho, Mandioca, Aveia, Arroz, Refinação de Sal, Azeite e Óleos Alimentícios de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André - [...] encerrando a área de 2.022,80m² (dois mil, vinte e dois metros quadrados e oitenta decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 61 - Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.000,09m² (três mil metros quadrados e nove decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 62 - Associação dos Funcionários da Polícia Civil de São Paulo - [...] encerrando a área de 2.996,20m² (dois mil, novecentos e noventa e seis metros quadrados e vinte decímetros quadrados), da qual ficam reservados 400m² (quatrocentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 63 - Centro Associativo da Fazenda Estadual - CAFE - [...] encerrando a área de 5.048,65m² (cinco mil, quarenta e oito metros quadrados e sessenta e cinco decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;
- 64 - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de São Paulo - [...] encerrando a área de 3.493,59m² (três mil, quatrocentos e noventa e três metros quadrados e cinquenta e nove

decímetros quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

65 - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo - [...] encerrando a área de 4.668,44m² (quatro mil, seiscentos e sessenta e oito metros quadrados e quarenta e quatro decímetros quadrados), da qual ficam reservados 600m² (seiscentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

66 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Guarulhos - [...] encerrando a área de 3.641,71m² (três mil, seiscentos e quarenta e um metros quadrados e setenta e um decímetros quadrados), da qual ficam reservados 500m² (quinhentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

67 - Sindicato dos Empregados no Comércio de São José dos Campos - [...] encerrando a área de 2.001,32m² (dois mil e um metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados), da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

68 - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.726,38m² (um mil, setecentos e vinte e seis metros quadrados e trinta e oito decímetros quadrados) da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos;

69 - Associação dos Funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - [...] encerrando a área de 1.380,12m² (um mil, trezentos e oitenta metros quadrados e doze decímetros quadrados) da qual ficam reservados 300m² (trezentos metros quadrados) para estacionamento de veículos.

Artigo 2º - Das escrituras deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização dos imóveis para os fins a que se destinam e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, serão os contratos rescindidos independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3º - Os imóveis a que se refere esta lei serão restituídos ao Estado, no término dos prazos contratuais, sem direito das concessionárias à indenização por benfeitorias de qualquer natureza.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 1º de maio de 1974.

LAUDO NATEL³¹⁸

Importante esclarecer que, algumas semanas antes, em 15 de março de 1974, terminavam os “anos de chumbo”, mas não o regime ditatorial. Portanto, quando da elaboração da Lei 199 de 1º maio de 1974, as “inspirações” certamente se deram ainda sob a vigência do AI-5. Afinal uma lei com o sentido e o objeto da Lei 199/74 não poderia ter sido formulada em pouco mais de um mês e meio. Assim, essa lei teve uma dimensão muito mais ampla, sendo que o movimento sindical ao ser mais uma vez “agraciado” com terrenos, para que as “férias” da classe trabalhadora fossem “colonizadas”, o foi numa escala muito maior que nos “agraciamentos” anteriores. A intervenção continuada sobre o tempo livre dos trabalhadores em prol do “maior rendimento do trabalho e do aumento da produtividade” permanece. Estas afirmações encontram amparo na justificativa do projeto de lei (Projeto de Lei Nº 9 de 1974) do Governador Laudo Natel que deu origem à Lei 199/74, conforme se pode depreender do seguinte excerto:

Essa iniciativa se harmoniza inteiramente com a política que vem sendo adotada por este Governo no sentido de promover, em todos os setores, na medida do possível, o bem estar social e virá ensejar às mesmas entidades a construção de colônia de férias de seus associados em condições menos onerosas e em local apropriado. Além do aspecto humano de que se reveste, importará ela em maior rendimento de trabalho e consequente aumento da produtividade, com benefícios indiretos à população.³¹⁹

Neste sentido, cabem aqui apontamentos fundamentais. Os excertos das normas acima transcritos nos apontam conteúdos geográficos, históricos e sociológicos que podem revelar, ainda que parcialmente, a natureza das colônias de férias de trabalhadores. Dizemos parcialmente porque boa parte desta legislação foi instituída por decreto ou decreto-lei, que é ato discricionário da autoridade que os expede, não seguindo os mesmos

318 ALESP. Lei nº 199, de 1º de maio de 1974. Autoriza a Fazenda do Estado a contratar, com entidades de classe, a concessão de uso de imóveis, situados no bairro de Porto Novo, em Caraguatatuba. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/alteracao-lei-199-01.05.1974.html> acesso em 20/12/2017.

319 SÃO PAULO. Projeto de Lei Nº 15 de 1974. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 03 de abril de 1974, p. 69.

trâmites e formas pelas quais as leis elaboradas pelo Poder Legislativo estão obrigadas. Em razão de grande parte destes decretos terem sido expedidos em tempos de ditaduras (especialmente durante a ditadura de Getúlio Vargas e ditadura militar após o Golpe de 1964), fica ainda mais difícil encontrar uma exposição de motivos.

Outra importante observação é que, embora a maioria das concessões de terrenos tenham sido destinados às entidades sindicais de trabalhadores, algumas foram concedidas a entidades patronais ou religiosas. Isso não altera o caráter preponderante da intervenção estatal sobre os lazeres dos trabalhadores, ao contrário. Tanto em entidades patronais, quanto religiosas, vigem, nos mesmos espaços (colônias de férias) os mesmos dispositivos de controle sobre o tempo e, além disso, quem frequenta estes espaços muitas vezes também são trabalhadores.

O que também nos chama a atenção é a progressão do crescimento das áreas concedidas pelo Estado às entidades sindicais. Se com a Lei nº 6.858/1962 foi concedida uma área total de 46.440m² à 28 entidades sindicais (um dos terrenos foi concedido ao Sesi, portanto a uma entidade patronal, perfazendo um total de 29 entidades) apenas de trabalhadores da iniciativa privada, com o Decreto-lei 50/1969, foram distribuídos, entre 26 categorias classistas, 51.148,17m² em terrenos, desta vez, porém, apenas para entidades sindicais e associativas de trabalhadores, da iniciativa privada e, incluindo-se agora, também do setor público. Todavia, as concessões estatais de terrenos determinadas pela Lei nº 199/1974, supera em quase o dobro as duas normas supracitadas. São mais de 194.000m² de concessões públicas distribuídas entre 69 entidades sindicais e associativas de trabalhadores do setor público e da iniciativa privada. Nesta concessão, o legislador determina, porém, uma condição interessante: reserva uma parte obrigatória do terreno a “estacionamentos de veículos. Esta parte reservada aos estacionamentos somam por volta de 27.600m², o que representa 1/7 da área total dos terrenos concedidos.

A reserva de uma fração de terreno para estacionamento de veículos é interessante porque levanta a hipótese de que o turismo que se incentivava já naquele momento era o turismo individual, o que é contraditório, pois as colônias de férias de trabalhadores só podem se originar de esforços conjuntos e coletivos. Sendo o turismo individual estimulado, toda uma oferta de mercadorias se amplia, dentre as quais, a compra de automóveis e a venda de crédito para a aquisição destes automóveis.

Porém, o mais importante talvez, seja o fato das normas concentrarem a grande maioria das colônias de férias numa mesma região. Tanto a Lei 6.858/1962 quanto o Decreto-lei nº 50/1969, concentraram estas colônias onde hoje é o atual município de Praia Grande, na Av. dos Sindicatos ou próximas a ela. Algumas poucas foram alocadas onde hoje é o atual município de Mongaguá. Da mesma forma, a Lei nº 199/1974, alocou todas as colônias de férias num único bairro de Caraguatatuba, em Porto Novo.

Essa concentração de colônias de férias pelo Estado provavelmente, como se poderia supor, não visava uma confraternização e uma união entre os trabalhadores, muito menos a construção de uma consciência de classe, principalmente se levarmos em conta que os governos que promulgaram estas normas eram conservadores ou simplesmente ditatoriais. Em tempos de ditadura, em “anos de chumbo”, onde as massas precisam ser controladas, nos parece mais coerente a tese de Guy Debord, que adaptada neste contexto, pode explicar o porquê tanto da produção espacial quanto da concentração geográfica das colônias de férias e, até mesmo, a exigência de estacionamento para veículos:

O urbanismo é a realização moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização dos trabalhadores que as condições urbanas da produção tinham perigosamente reunido. A luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro descobre no urbanismo seu campo privilegiado. O esforço de todos os poderes estabelecidos desde as experiências da Revolução Francesa, para ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina com a supressão da rua. “Com os meios de comunicação em massa a longa distância, o isolamento da população revelou-se um meio de controle bem mais eficaz”, constata Lewis Mumford em *La Cité à travers l’histoire*, ao descrever um “mundo doravante de mão única”. Mas o movimento geral do isolamento, que é a realidade do urbanismo, deve também conter uma reintegração controlada dos trabalhadores, segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo. A integração no sistema deve recuperar os indivíduos isolados como indivíduos isolados em conjunto: as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os “condomínios residenciais” são organizados de propósito para os fins dessa pseudocoletividade que acompanha também o indivíduo isolado na célula familiar: o emprego generalizado de aparelhos receptores da mensagem espetacular faz com que o isoladamente seja

povoado pelas imagens dominantes, imagens que adquirem sua plena força por causa desse isolamento.³²⁰

Parece-nos que, de fato, o turismo em geral assim como o turismo sindical, integram os trabalhadores ao sistema como indivíduos isolados em conjunto. O próprio conjunto de bens e serviços que as colônias de férias proporcionam aos seus frequentadores nos revelam isso, afinal o emprego generalizado de aparelhos receptores da mensagem espetacular, seja via TV, rádio, internet, é “imprescindível” em qualquer colônia. O próprio carro fortalece este isolamento em conjunto. E tudo isso, sob a legislação estatal, mas, por mais contraditório que possa parecer, sob a execução das próprias entidades sindicais.

Encontramos diversas outras normas concedendo ou incentivando a instalação de colônias de férias através das entidades sindicais de trabalhadores. Mas as principais foram de fato as que aqui trouxemos, justamente porque alcançam um amplo conjunto de entidades sindicais, sejam elas de trabalhadores do setor público ou privado nas mais variadas categorias profissionais e econômicas. Além disso, estas entidades sindicais nos remetem a duas ocupações espaciais sobre a qual se espraiam: a primeira é a base territorial de atuação e a segunda é o território de “colonização”, ou seja, as colônias de férias. A centralidade das normas aqui elencadas se manifestou na constatação de que, ao menos no campo legislativo, de fato “a grande explosão” das colônias de férias se deu durante o regime militar instaurado com o Golpe de 1964. Porém, a intervenção estatal na cotidianidade do trabalhador se mantém intensa, ainda nos dias de hoje, quer agindo sobre ela, quer se omitindo, pois, a omissão no mundo do trabalho, onde as relações são sempre desiguais, representa uma ação negativa.

No transcorrer desta dissertação fomos testemunha ocular do desenvolvimento das forças produtivas. Se até o dia 10 de novembro de 2017 vigia o art. 592 da CLT que determinava o imposto sindical obrigatório, e que em seu inciso II, alínea G, destinava parte deste imposto para as colônias de férias, concordemos ou não com essa cobrança, a sua revogação representará um novo estágio da exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Novas correlações de forças emergem e, ao que parece, mais uma vez em favor do capital. Se o Golpe de 1964 tirou, entre outros direitos, a estabilidade decenal, a classe trabalhadora é atualmente golpeada em pontos vitais. A jornada intermitente que ora

320 DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 113.

vige é um dos exemplos deste golpe dado nos trabalhadores. Diante destas novas mudanças, qual poderá ser, então, o destino das colônias de férias?

3. TURISMO SINDICAL: QUE NEGÓCIO É ESSE? UMA DISCUSSÃO SOBRE ÓCIO, TEMPO LIVRE E LAZER

“Radical do latim *radicale*, cuja origem é *radix*. Tanto no sentido denotativo como no conotativo designa base, fundamento, origem, tendo sentido semelhante no grego *rhíza*”.³²¹ Busquemos então um pouco de radicalidade. Lazer, “Do lat. *licere* ‘ser lícito, ser permitido’”.³²² Ser lícito, ser permitido, eis então a etimologia (“ETYMOLOGÍA, s.f. Origem, raiz, e princípio, donde se deriva alguma palavra”³²³) do vocábulo lazer. Isso já diz muito. Mas não diz tudo. Tão radical quanto saber o que é lícito, o que é permitido – o que, por dedução lógica, pressupõe sua negação, ou seja, não fazer o ilícito, o não permitido –, é saber o porquê e o para quê destas licitudes, destas permissões, ou, usando a palavra hodierna, o porquê e o para quê do lazer, e, por consequência, das colônias de férias, no modo de produção capitalista.

O lazer é, mais do que nunca e, talvez, acima de tudo, uma licitude sob o aspecto econômico, e não apenas sob o aspecto social. Enquanto o modo de produção capitalista o determina, a superestrutura jurídica, a serviço daquele, o disciplina, direta ou indiretamente, pois o tempo é um dos elementos mais importantes do capitalismo: “Muito mais fundamentalmente do que uma apropriação de bens, a exploração capitalista é um controle exercido sobre o tempo”.³²⁴ Assim, se a etimologia da palavra lazer é fazer o que é “lícito”, a subjetividade do vocábulo se objetiva na realidade: “No capitalismo o explorador controla o seu próprio tempo e o tempo alheio, enquanto o explorado não controla o seu tempo nem o dos outros”.³²⁵ A principal, mas não a única, manifestação da exploração do tempo de trabalho do trabalhador é a jornada de trabalho:

321 SILVA, Deonísio da. De onde vêm as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014, p. 395.

322 CUNHA. Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010, p.383.

323 Ibid., p. VI.

324 BERNARDO, João. O tempo – substância do capitalismo. Cadernos de Ciências Sociais (Fundação Santo André), nº 1, 2005, p. 4. Disponível em <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bernardo,%20Jo%C3%A3o/O%20Tempo%20-%20substancia%20do%20capitalismo.pdf>>. Acesso 05 dez. 2017.

325 Ibid., p. 4.

“Que é uma jornada de trabalho?” Quão longo é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo a jornada de trabalho pode ser prolongada além do tempo de trabalho necessário à reprodução da própria força de trabalho? A essas questões, como vimos, o capital responde: a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço. Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade!³²⁶

Poderia se objetar afirmando que hoje o homem livremente se forma e se desenvolve, intelectual e espiritualmente, para o “cumprimento de funções sociais e para relações sociais”, diversamente do que acontecia ao tempo de Marx. Todavia, este “jogo”, assim como outrora, continua não sendo livre. As forças vitais, espirituais e intelectuais dos trabalhadores (e dos capitalistas também) estão condicionadas, do nascimento à morte, ao modo de produção capitalista, ou seja, como nos afirma Marx, à “autovalorização do capital”. Exemplifiquemos. Uma criança acaba de chegar ao mundo, mais especificamente no Brasil, que nos é mais familiar, mas os pressupostos são universais:

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 1º **A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem** na vida familiar, na convivência humana, **no trabalho**, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

326 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 337.

§ 2º **A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho** e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º **A educação**, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem **por finalidade** o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e **sua qualificação para o trabalho**.³²⁷ (grifos nossos)

O infante – ser genérico, de todos os sexos, culturas, religiões, fenótipos, etc, portanto, ser social determinado pela história das relações sociais criadas pela própria sociedade humana –, mal abriu os olhos e já “enxerga” que estará sujeito a um verdadeiro “negócio” (negócio: neg- otium, significando negar o ócio, indica trabalho³²⁸): à “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Inciso XI, Art. 3º da Lei.9394/96). A Grécia clássica, se já não tivesse ruído, ruiria. “Em grego, ócio se diz *scholé*, de onde vem nossa palavra “escola”. Para os gregos só era possível dedicar-se à atividade do conhecimento se não se estivesse escravizado pela obrigação de trabalhar”³²⁹. Portanto, não apenas sob a ótica grega e das denúncias marxistas, mas também sob a ótica da hodierna legislação, nosso infante universal já está condenado desde do nascimento ao trabalho. E sobre trabalho, assevera Marilena Chauí: “(...) não é demais lembrar que a palavra latina que dá origem ao nosso vocábulo “trabalho” é *tripalium*, instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e deriva de *palus*, estaca, poste onde se empalam os condenados”.³³⁰

Numa economia capitalista o trabalhador, ainda que tenha como patrão o estado, sempre trabalhará para o capital, pois o modo de produção é capitalista, sendo, portanto as estruturas e as superestruturas capitalistas, do que resulta a impossibilidade, neste

327 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso 28 dez. 2017.

328 SILVA, Deonísio da. De onde vêm as palavras. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014, p. 329.

329 CHAUI, Marilena. In: LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec, p. 11

330 Ibid., p. 12.

momento e contexto, de “uma forma superior de sociedade, cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo”.³³¹ Assim, se para Marx, “atividade livre”, isto é, aquilo que para os comunistas é a exteriorização vital criadora decorrente do livre desenvolvimento de todas as capacidades”, para o capitalismo a atividade livre do trabalhador é apenas a venda de sua força de trabalho, mas não como trabalhador individual. “Sob o capitalismo, cada processo de produção diz respeito aos trabalhadores enquanto coletivo, pois ele não pode ser isolado dos demais e os produtos que resultam de um processo de trabalho só existem como capital, enquanto vivificados pelos processos em sequência”³³², ressaltando que dentre os produtos produzidos pelo capitalismo, estão os recursos humanos, do que decorre

“(…) a completa integração da produção de força de trabalho no capital, os trabalhadores não oferecem no mercado a sua mercadoria, o valor de uso de sua força de trabalho, porque desde o início os capitalistas já a detêm. A condição de trabalhadores assumida a cada nova geração é ficada de antemão. Ela é uma condenação”³³³

O nosso pequeno ser genérico então encontra-se, inexoravelmente, condenado. Negar o ócio e sujeitar-se ao “*tripalium*”, eis seu destino: “O empregador exerce poder de direção sobre a atividade do obreiro (...) Está o empregado submetido ao poder hierárquico e disciplinar do empregador. Fica, portanto, subordinado ao empregador”³³⁴. Uma subordinação literal, de corpo e mente, previamente estabelecida. E não poderia ser diferente no modo de produção capitalista. Para a divisão internacional do trabalho e a divisão territorial do trabalho essa a detenção *a priori* da força de trabalho é condição irrenunciável. É mais, é condição *sine qua non* de sua realização. Se houve um dia um capitalismo de aventura, ele ficou num passado muito distante. O capital internacionalizado visa o lucro, não o risco. Por isso, a matéria-prima da mais-valia, a força de trabalho, é monopólio da qual o capitalismo não pode perder o controle temporal e espacial.

331 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 667.

332 TRAGTENBERG, Maurício. In. Economia dos conflitos sociais. BERNARDO, João. São Paulo: Cortez, 1991.

333 BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, 1991, p. 95.

334 MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, p.93.

Mas o que é garantia para os capitalistas, não é garantia para os trabalhadores. O fato de os recursos humanos já serem previamente detidos pelos capitalistas não significa nem garantia de emprego, muito menos de salário.

O ato de assalariamento não assinala a inauguração da apropriação capitalista do uso da força de trabalho; pelo contrário, o assalariamento ocorre porque o conjunto dos capitalistas detinha já previamente o direito de usar o conjunto da força de trabalho, porque o processo de produção dessa força de trabalho fizera-se como processo capitalista (...). O salário é a condição para a reprodução desse processo de apropriação, e não seu fundamento.³³⁵

Portanto, como nos ensina Marx, muito embora para sobreviver o trabalhador genérico seja obrigado a vender “voluntariamente” sua força de trabalho, ou seja, “que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la”, o capitalista não é obrigado a comprá-la, ou, melhor dizendo, não é obrigado a remunerá-la, justamente porque já detém sobre ela um domínio a priori. Mas o destino de nosso infante é mais multifacetado ainda.

Na esteira de sua produção como força de trabalho, não bastará ao nosso infante, agora um jovem ser genérico, simplesmente a ilusão de se ofertar ao mercado de trabalho. Este ser terá que “livremente” ir se desenvolvendo enquanto força produtiva.

(...) aquilo que se denomina desenvolvimento do capitalismo consiste, quanto à força de trabalho, na conjugação de dois processos: o aumento da intensidade do trabalho e o aumento da sua qualificação. Aumentar a intensidade do trabalho significa realizar um maior número das mesmas operações durante um dado tempo. Aumentar a qualificação do trabalho significa realizar operações de novo tipo, que exijam maior destreza manual ou, na época actual, sobretudo mais instrução e superior capacidade de raciocínio e de organização.³³⁶

Nosso jovem ser então, se conseguir se qualificar nas primeiras etapas de “seus” estudos, onde lhe serão ensinados (ensinar: do Latim *INSIGNARE*, “gravar, colocar uma

335 BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 95.

336 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p 63.

marca em”, de *IN*, “em”, mais *SIGNUM*, “marca, sinal”³³⁷) conteúdos e programas previamente determinados por outrem, após formado (formar: 1. dar forma a (algo). 2. Ter a forma de. Etc) poderá continuar “seus” estudos nas instituições de “insignare” superior. Ele terá a “livre escolha” de profissão. Se “livremente” desejar ser médico, “livremente” ele **poderá ser um dos** 135,7 candidatos “vencedores” na disputa por uma vaga no curso de medicina da USP. Se “escolher” ser psicólogo, poderá ser um dos 61,1 candidatos “vencedores” na disputa a uma vaga no curso de psicologia da mesma instituição. E, até mesmo, se “escolher” ser um geógrafo, poderá se um dos 4,70 candidatos “vencedores” na disputa por uma vaga no curso de Geografia³³⁸.

Independentemente, todavia, de sua “formação” o nosso jovem ser genérico terá que trabalhar se quiser se aposentar. Embora sendo ele um indivíduo único com uma história de vida única, esse tempo não será determinado por ele nem por suas condições individuais. E não apenas terá que trabalhar, mas terá que efetivamente contribuir, na atual legislação, com um tempo mínimo de contribuição, de 30 anos para mulheres e de 35 para homens. Existem outras regras e condições para a aposentadoria, mas o que aqui se quer ilustrar é a sujeição de toda a força de trabalho, tanto das gerações presentes, quanto das gerações futuras, ambas sujeitadas a partir da sujeição às gerações passadas, em escala planetária, ao capital. Não há ócio no modo de produção capitalista. Não há a “Livre atividade intelectual e social dos indivíduos”³³⁹. Há, sempre, negócio, negação do ócio. E, depois de todo esse percurso, parece mesmo que nosso infante foi feito para um grande “negócio”.

Mas o capitalismo não é só a negação do ócio. Neste modo de produção, inexoravelmente, não há tempo que seja verdadeiramente livre. Se tudo é mercadoria, inclusive o trabalhador, o tempo, dito livre (pois o tempo de trabalho efetivo pertence ao capital), para esse trabalhador é mercadoria adquirida, conforme já dissemos, após uma jornada de trabalho diária, semanal e anual, ou seja, finais de semana e férias só são alcançadas após cumpridas um determinado número de jornadas. Sem estas jornadas devidamente cumpridas não existem estes “tempos livres”, portanto, na prática e na teoria, é uma mercadoria comprada pelo trabalhador e vendida pelo patrão. Por isso, o trabalhador

337 Origem da Palavra - Site de etimologia. Disponível em <<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/etimologia-do-termo-diadactica-e-ensinar/>>. Acesso em 06 dez. 2017.

338 FUVEST - Fundação Universitária para o Vestibular. Fuvest 2018, relação de candidatos vagas. Disponível em <http://www.fuvest.br/wp-content/uploads/relacao_candidato_vaga_2018.pdf>. Acesso em 06 dez. 2017.

339 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 597.

desempregado não tem direito a tempo livre, justamente por ele não ter cumprido os pressupostos para sua aquisição. Relembremos que, por enquanto, a CLT ainda determina:

Art. 66 - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias (...) ³⁴⁰

Este tempo dito livre do trabalhador é uma mercadoria tão valiosa, que a própria CLT previu sua comercialização, posto que se há oferta, é porque há uma procura. É o que popularmente se chama vender as férias (do empregado para o empregador):

Art. 143 - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Mas a mercancia sobre o tempo do trabalhador não para por aí. O famoso “banco de horas” não é senão uma compra compulsória pelo trabalhador de “tempo livre”, conforme disciplina o Art. 59 da CLT:

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

340 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

§ 5º O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.³⁴¹

E, é importante continuarmos lembrando, que tampouco os “créditos” do trabalhador depositados no tal “banco de horas”, nem suas férias, podem ser livremente “sacados” pelo trabalhador, muito embora sejam dele. Este “tempo livre” dependerá, sempre, da anuência e dos interesses do patrão, público ou privado, conforme se pode depreender, por exemplo, do Art. 134: “As férias serão concedidas por ato do empregador (...)”.

Ante o exposto, dá vontade até de nem trabalhar mais. Mas nem isso é possível, pois está lá, na Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941), ainda em vigor no ordenamento jurídico:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.³⁴²

Parece-nos, então, evidente que no modo de produção capitalista nem ócio (até porque a “ociosidade” é motivo de prisão), nem tempo livre, de fato, existem (ao menos para a classe trabalhadora, que é o sujeito do *tripalium*) e que, portanto, não é apenas Deus que condena a preguiça, um dos sete pecados capitais. Se houvesse verdadeiramente um tempo que fosse livre no capitalismo, esse tempo certamente não estaria ao alcance dos trabalhadores. Lembrando o que disse Marx: “(...) Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre de uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de

341 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

342 BRASIL. Decreto- Lei de nº 3688, de 03 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em 18 julho 2018.

trabalho”.³⁴³ Mas se não há nem ócio nem tempo livre, especialmente para a classe trabalhadora, o que é e o que há então neste seu tempo chamado livre, do qual decorre seu lazer? Há, como sempre, o motor da história: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”³⁴⁴. É pelo caminho das lutas de classe que continuaremos tentando compreender o tempo livre e o lazer do trabalhador, e, conseqüentemente, as colônias de férias instituídas por entidades sindicais e associativas de trabalhadores do setor público e privado.

Durante as pesquisas para esta dissertação, conforme já expusemos, concluímos que o governo brasileiro, especialmente no campo do direito de trabalho – campo jurídico mais visível da luta de classes – bebeu nas fontes doutrinárias de um governo italiano fascista (mas não só da Itália vieram tais inspirações...³⁴⁵), e é sob este regime que se fundam e se institucionalizam as entidades sindicais e associativas dos trabalhadores no Brasil dos anos 1930 e 1940, cujo legado permanece em grande parte na atualidade. Será preciso, então, aprofundarmos o entendimento destas influências sobre o movimento sindical³⁴⁶ e as estruturas sindicais brasileiras. Aparentemente, se tomarmos como

343 MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 597.

344 ENGELS, MARX. Manifesto comunista. Boitempo, p. 40.

345 A título de informação ilustrativa, parece que além da Polônia fascista, que inspirou a carta constitucional de 1937, apelidada de a “constituição polaca”, conforme já havíamos enunciado anteriormente, o regime salazarista também gerou grande influência no direito brasileiro. Segundo João Bernardo, em um artigo intitulado “Alexander Dugin: o artigo que não escrevi”: “E é tanto mais incômodo quanto no Brasil a gênese do comunismo se confunde com a gênese do nacionalismo moderno. Com efeito, a circulação ideológica entre a esquerda e o fascismo é tão profunda no Brasil que quase se pode dizer que está inscrita no código genético daquelas correntes políticas. Tudo remonta ao tenentismo, e Luís Carlos Prestes foi um tão legítimo continuador do tenentismo como o foi Getúlio Vargas. Para mim, que nasci e fui educado sob o salazarismo, falar do regime de Getúlio como fascista é algo inteiramente óbvio. **A influência do Estado Novo português sobre o Estado Novo brasileiro fazia parte das aulas de Direito Constitucional na Universidade de Lisboa.** Mas uma vez que eu escrevi, rapidamente, só de passagem, que o getulismo foi um fascismo, caiu-me o céu em cima. A esquerda brasileira tem a estranha mania de considerar o Brasil como uma exceção no mundo, como se pudesse haver exceções do tamanho deste país! Não creio que tenha alguma utilidade falar aqui, uma vez mais, de nacional-bolchevismo.” (<http://www.passapalavra.info/2012/09/63916> acesso em 02/01/2015). (grifo nosso)

Segundo o mesmo João Bernardo, outras nações que estiveram sobre domínio ou influência do fascismo e suas vertentes: Alemanha (o nazismo foi uma forma de fascismo), Espanha, Bélgica, Romênia, Áustria, Japão, Argentina, Portugal, entre outros.

346 Ainda neste sentido, é importante destacar uma passagem do artigo de Manolo, “Extrema-esquerda e desenvolvimentismo (3)”: “Apesar de as práticas de extração da mais-valia absoluta ainda serem hegemônicas durante todo o regime varguista, a chegada da Aliança Liberal ao poder central marcou uma fase importante na instituição dos mecanismos de extração da mais-valia relativa, encampados pelo Estado como política pública e legitimados pela força da lei e pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 (em substituição ao Departamento Nacional do Trabalho, tornado ineficaz por falta de legislação regulamentadora). Entre 1930 e 1940 foram publicadas trinta e oito normas diferentes (entre leis, decretos e decretos-lei) para regulamentar desde o horário de trabalho em profissões específicas e as condições de trabalho de menores e mulheres até a instituição das férias (1931), da carteira de trabalho (1931), da convenção coletiva de trabalho (1932) e do salário mínimo (1940). Assim, os trabalhadores brasileiros viram suas reivindicações, apresentadas em décadas de luta e construídas com o sangue e suor de toda uma classe, voltarem-se contra si próprios. Se a densa malha de normas reguladoras impôs aos capitalistas certos padrões legais mínimos favoráveis aos trabalhadores no processo de trabalho – o que não quer dizer que fossem seguidos sem resistência – esta mesma legislação, e as práticas que impôs aos patrões, não foram outra coisa além da institucionalização da gestão da

verdadeiro o postulado de Anton Pannekoek, que apresentaremos mais a seguir, de que o “desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo” podemos dizer que a legislação trabalhista que regulou as normas de trabalho e o movimento sindical durante toda a história brasileira, serviu de importante apoio para consolidar a integração do capital nacional ao internacional³⁴⁷ juntamente com a divisão internacional e territorial do trabalho. Por isso é importante entender o real papel dos sindicatos institucionalizados pelo Estado no contexto da sociedade em geral, especialmente a capitalista:

“(...) Mas contra os monopólios, proprietários de empresas gigantescas, os sindicatos têm poucas hipóteses de sucesso; esses capitalistas todo-poderosos querem ser os senhores absolutos, e a sua arrogância tolera somente o «sindicato amarelo», quer dizer, às suas ordens. Posta esta restrição de parte e supondo que o sindicalismo esteja plenamente desenvolvido e controle toda a indústria, isso não significa que a exploração esteja abolida e o capitalismo suprimido. São somente o arbítrio do capitalismo isolado e os piores abusos de exploração que estão abolidos. E este estado de coisas corresponde também ao interesse dos outros capitalistas - protege-os contra toda a concorrência desleal - e ao interesse do capitalismo em geral³⁴⁸.

reprodução da força de trabalho em seus mais ínfimos aspectos. Não obstante a instituição destes elementos de extração de mais-valia relativa, completados com o atrelamento dos sindicatos ao Estado via Ministério do Trabalho, o “nivelamento por baixo” dos salários e os incentivos sociais e econômicos aos sindicalistas ditos “amarelos”, toda e qualquer dissidência operária à instauração destas práticas foi debelada através do dismantelamento de qualquer organização autônoma e do extermínio físico dos militantes mais combativos nas prisões, nos interrogatórios, nas torturas, nos espancamentos e nos assassinatos” (disponível em <http://www.passapalavra.info/2011/06/40969> acesso em 03/01/2015).

347 Segundo o mesmo artigo de Manolo: “O golpe que instaurou o Estado Novo em 1937 contou com o apoio decidido da burguesia industrial, de parte da nova classe de gestores e também de setores da oligarquia agrária; através dele e de seus meios ditatoriais foi possível finalizar a reestruturação da economia iniciada em 1930. A crônica deste período é a da continuidade do atrelamento dos trabalhadores e de suas organizações ao Estado, a do massacre às organizações independentes dos trabalhadores, a da aceleração do ritmo da industrialização. A criação de órgãos especializados de gestão econômica, iniciada com a criação do Conselho Nacional do Café (1931) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (1931), prosseguiu com a criação dos institutos do Mate (1938), do Sal (1940) e do Pinho (1941). Na indústria, tal política fora iniciada em 1934 com a Comissão de Similares, e aprofundou-se com a criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1937), do Conselho Nacional do Petróleo (1938), do Conselho de Águas e Energia (1939), da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes (1941), do Conselho Nacional de Ferrovias (1941) e da Comissão do Vale do Rio Doce (1942). Com estes órgãos de planejamento e regulação, burguesia industrial e gestores criaram algumas das instituições necessárias para a inserção da economia brasileira no capitalismo monopolista global, anteriormente dificultada pelas insuficiências do modelo liberal de regulação da economia. Além dos órgãos de regulação, estas classes criaram, através do Estado, empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Alcalis etc., responsáveis pelo desenvolvimento de certas condições gerais de produção antes insuficientes ou inexistentes. Os capitais necessários para tais investimentos haviam sido lentamente drenados da oligarquia agrária, mas ainda se fazia necessário contar com forte apoio de capitais externos – o que, novamente, volta a atrelar os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro àqueles do capitalismo global”

348 PANNEKOEK, Anton. A luta operária (s/d), disponível em <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>. Acesso em 08 mar 2014.

O Estado tem papel fundamental na regulação tanto da luta de classes como na regulação da chamada “livre” concorrência, mas não no sentido de um “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*” autênticos. O que se deixa fazer, o que se deixa ir e o que se deixa passar é tudo e somente aquilo que o capital hegemônico permite. À classe trabalhadora, e mesmo ao pequeno capitalista, cabe sua função única de produzir para acumulação do capital:

O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo, uma certa norma de exploração é universalmente aceite e estabelecida. Uma norma para os salários, que corresponda às exigências vitais mais modestas e tal que os trabalhadores, empurrados pela fome, não sejam conduzidos à revolta, é necessária para que a produção não se faça aos solavancos. Uma norma para os horários de trabalho, não esgotando de todo a vitalidade da classe operária - ainda que as reduções de horários sejam largamente compensadas pela aceleração da cadência e pela intensidade do esforço - é necessária ao capitalismo em si mesmo; é preciso ter em reserva uma classe operária utilizável pela exploração futura.³⁴⁹ (grifo nosso)

Assim, a legislação trabalhista acaba por se tornar um vetor que, se num primeiro momento “pode” desequilibrar a competição entre os capitalistas, num segundo momento acaba por beneficiar aqueles que melhor se adaptam aos encargos destas normas, cujo o objetivo maior é compatibilizar as forças produtivas com as exigências da divisão internacional do trabalho. Com a intensificação da produção compensa-se os custos iniciais e gera-se uma acumulação de capital ainda maior para aqueles que investiram nesta forma produtiva intensificada, normalmente baseada em novas tecnologias, portanto, geradora de mais-valia relativa, ao passo que aqueles capitalistas que insistem ou não conseguem se distanciar da acumulação por mais-valia absoluta ou se enquadrar dentro da divisão internacional do trabalho (ou mesmo dentro da divisão territorial do trabalho) tendem a lucrar menos, pois, ao menos em tese, o Estado não lhes permitirá a prática de uma produção extensiva (o que poderia compensar a vantagem da produção intensiva do concorrente), o que ocasionará o fim ou a incorporação das empresas menos competitiva às mais competitivas, fortalecendo cada vez mais a concentração dos meios de produção e dos capitais nas mãos de cada vez menos capitalistas, estes, cada vez mais internacionalizados. E o movimento sindical tem função vital neste processo:

349 PANNEKOEK, Anton. A luta operária (s/d), disponível em <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>. Acesso em 08 mar 2014.

Foi a classe operária que, com as suas lutas contra a mesquinhez e estreiteza de espírito da capacidade capitalista, contribuiu para estabelecer as condições de um capitalismo normal. Sem parar, deve bater-se para preservar este precário equilíbrio. **Os sindicatos são os instrumentos destas lutas, por isso preenchem uma função indispensável no capitalismo.** Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo. Finalmente, se bem que produzidos pelas lutas dos operários e mantidos vivos pelos seus esforços e sacrifícios, **os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista**".³⁵⁰(grifos nossos)

Portanto, é sob aparência de avanços nas conquistas e nos direitos dos trabalhadores, que o Estado e os capitalistas vão tomando cada vez mais o controle sobre a classe trabalhadora, ou seja, a luta de classes passa a “repousar” (“dinamicamente”) em profundas contradições e uma das grandes contradições e um dos maiores dilemas da classe trabalhadora é que, ao alcançar importantes e irrenunciáveis melhorias em sua condição (material) de vida, ao mesmo tempo, reitera e fortalece o fim *mor* do capital, sua acumulação, produzindo e reproduzindo não só mais mercadorias, mas, cada vez mais trabalhadores, eles mesmos, mercadorias, tornando sua emancipação algo cada vez mais difícil e distante, como bem nos ensinou Marx, ensinamentos estes com uma atualidade teórica e prática avassaladora e assustadora:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (...) o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto estranho. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se

350 PANNEKOEK, Anton. A luta operária (s/d), disponível em <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>. Acesso em 08 mar 2014.

torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio³⁵¹.

A crescente acumulação do capital não resulta em mais poderes para o Estado. A divisão internacional do trabalho e a divisão territorial do trabalho resultam em um poder econômico e político de gigantescas proporções nas mãos das grandes corporações capitalistas. Por isso,

Segundo a Global Justice Now, em 2015, as 10 maiores empresas do mundo - entre as quais a Walmart, Shell e Apple - registaram uma receita combinada superior à receita dos 180 países com menos dinheiro, lista que inclui a Irlanda, Indonésia, Israel, Colômbia, Grécia, África do Sul, Iraque e Vietname.³⁵²

Este processo foi alcançado, ao menos em parte, porque o trabalho foi dividido em escala planetária e esta é, portanto, a escala de alcance das grandes corporações. Mas a produção capitalista se reveste de mecanismos nem sempre devidamente representados nas estatísticas oficiais de governos ou de empresas. Aquilo que parece ser produto interno bruto, gira, na verdade, num âmbito privado muito mais restrito, conforme nos informa João Bernardo:

Sob o ponto de vista das companhias transnacionais, é interna a grande parte do comércio que as estatísticas governamentais contabilizam como externo. Isto significa que o comércio mundial hoje não se processa tanto entre países como no interior dos grandes grupos econômicos. Os principais agentes do comércio mundial são as companhias transnacionais, e não os países, por mais importantes que eles sejam.³⁵³

Assim, na verdade, conforme João Bernardo, uma parte muito relevante do comércio contabilizado nas balanças dos países como exportações e importações se referem à circulação de mercadorias no interior das próprias companhias transnacionais. Isso

351 MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001, p.111 e 112).

352 ESQUERDA.NET. Esquerda.net. 10 maiores empresas ganham mais do que maioria dos países do mundo juntos. 14 de Setembro, 2016. Disponível em <<http://www.esquerda.net/artigo/10-maiores-empresas-ganham-mais-do-que-maioria-dos-paises-do-mundo-juntos/44467>>. Acesso em 09 dez. 2017.

353 BERNARDO, João. Estado: a silenciosas multiplicação do poder. São Paulo: Ed. Escrituras, 1998, p. 46.

representa, não só o aprofundamento da acumulação de lucros dentro de uma mesma corporação, como resulta num poder político e econômico em constante ampliação:

Esta situação permite às companhias transnacionais ultrapassar sem qualquer dificuldade as barreiras comerciais proteccionistas, investindo e estabelecendo filiais nos países que decidirem aumentar acima de certo nível as suas tarifas aduaneiras.

Nestas circunstâncias, e reunindo massas de capital com um volume sem precedentes, as companhias transnacionais têm uma capacidade de transferências financeiras que põe em causa a possibilidade de os governos conduzirem políticas monetárias próprias. As reservas de qualquer banco central, por maiores que sejam, situam-se a níveis incomparavelmente mais baixos do que o montante das transferências financeiras internacionais efectuadas durante um só dia.

Fortes ao mesmo tempo na actividade comercial, na condução dos investimentos e na política financeira, as companhias transnacionais podem por isso controlar, enquanto credoras, os governos de países onde não penetrem enquanto investidoras.³⁵⁴

Disso tudo resulta que o poder econômico, político e social recai, por consequência sobre a classe trabalhadora. A capacidade com que o grande capital tem de determinar e gerir as condições de produção e reprodução dos trabalhadores em escala mundial é incontestável. Por isso parece proceder a afirmação de Pannekoek que o “desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo”³⁵⁵. E o capitalismo que ora se apresenta é o longo resultado desse processo de sujeição e dominação do trabalho. Portanto, as corporações que se espriam em nível global, se valem, em cada fração do globo, como força produtiva, da classe trabalhadora. Esses trabalhadores por sua vez estão, principalmente, sob o império destas corporações, pois passam grande parte de suas vidas dentro dela (afinal, oito ou mais horas diárias da vida são passados no interior das empresas), donde decorre o próprio movimento sindical.

354 BERNARDO, João. Estado: a silenciosas multiplicação do poder. São Paulo: Ed. Escrituras, 1998, p. 46.

355 PANNEKOEK, Anton. A luta operária. (s/d). Disponível em: <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>. Acesso em 08 mar 2014.

O turismo sindical pode ser uma sutil e útil extensão desta dominação. Talvez seja uma das formas pela qual o capital irá, de um lado, controlar e disciplinar o tempo dito livre do trabalhador, e do outro, ampliar seu nicho mercadológico, pois não apenas produzirá mercadorias materiais, como também imateriais, pelos e para os próprios trabalhadores. Em outras palavras, uma modalidade de turismo com características específicas, que embora seja dirigida aos trabalhadores e organizada pelos próprios trabalhadores, além de ser uma prática social, pode ser mais uma mercadoria dotada do mesmo fetichismo como uma outra mercadoria qualquer, assim como o próprio tempo livre que também se torna mercadoria, como no exemplo, que já trouxemos outras vezes, das férias – conquista que, na verdade, são literalmente compradas a “crediário” após longas e árduas prestações de doze meses de trabalho (44 horas semanais, 8 horas diárias para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros) e que tem como fundamento sócio-jurídico a necessidade de refazimento das forças do trabalhador para retornar ao trabalho, e não para fazer-se ou refazer-se a si mesmo ou simplesmente para nada fazer³⁵⁶.

Na sociedade contemporânea os trabalhadores produtivos deixaram de passar as suas horas de ócio fora do âmbito da economia capitalista (...)

De início os trabalhadores gozavam o seu lazer num quadro económico exterior ao capitalismo ou que, pelo menos, não era directamente capitalista. Nessa fase os bens e serviços consumidos nas horas de folga eram produzidos no âmbito doméstico ou em pequenas empresas de carácter familiar. Hoje, porém, nos países e regiões economicamente mais desenvolvidos a reconstituição da força de trabalho e a produção de novos trabalhadores passou a fazer-se inteiramente, ou quase inteiramente, dentro da esfera do capitalismo (...). O capitalismo apoderou-se das grandes oportunidades de mercado oferecidas pelos ócios.³⁵⁷

Essa é uma, dentre as várias contradições do capitalismo. Ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora foi conquistando maior poder de consumo – e, dentre este consumo, estão as colônias de férias - teve que intensificar sua produtividade para justamente receber mais pela venda da sua força de trabalho. Porém, via de regra, toda renda extra é acrescida

356 Bem nos lembra Paul Lafarge: “E, no entanto, o proletariado, a grande classe que engloba todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao emancipar-se, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre - o proletariado, traindo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Duro e terrível foi seu castigo. Todas as misérias individuais e sociais nasceram da sua paixão pelo trabalho” (LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça, Tradução: J. Teixeira Coelho Netto, Introdução: Marilena Chauí. São Paulo: Editora Hucitec / UNESP, 2000, p. 67)

357 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p 64.

também de outras tantas despesas. Se antes o trabalhador podia produzir seu próprio alimento, ou pelo menos parte dele, seja criando algumas galinhas ou plantando algumas verduras no quintal, ou na própria preparação de sua alimentação, agora ele tem que recorrer ao mercado para adquiri-las. Assim os ovos, as galinhas, as verduras, não são mais buscadas na horta ou no quintal do trabalhador, mas em estabelecimentos comerciais, que por sua vez buscam suas mercadorias em outros estabelecimentos. Então, proliferaram os “fast-foods” de todas as ordens e bolsos. E isso se reproduz e se espraia por toda a cotidianidade do trabalhador. Da mesma forma o lazer dos trabalhadores que antes era espontaneamente realizado em espaços públicos, como a rua, agora pode ser contido em colônias de férias. Além da alimentação, também vestuário, higiene, educação, lazer, etc, são afetados pelo modo de produção capitalista. Mas essa é só uma fração das transformações impostas ao cotidiano dos trabalhadores:

A integração dos ócios no capitalismo, porém, ocorreu em planos ainda mais profundos, e com repercussões sociais decisivas, na medida em que o tempo de lazer se converteu num tempo de formação da força de trabalho (...). Ou, por outras palavras, quanto mais um trabalhador for capaz de executar, na empresa, um trabalho complexo, conjugando a intensidade e a qualificação, tanto mais ele necessita de tempo para reconstituir as suas capacidades e adquirir capacidades novas. Ao tempo gasto na empresa continua vulgarmente a chamar-se tempo de trabalho e, ao restante, ócio. Mas, na realidade, tornaram-se ambos tempo de trabalho e distinguem-se apenas pelo objecto deste trabalho que, dentro da empresa, é algo exterior à pessoa e, fora da empresa, é o próprio trabalhador.³⁵⁸

A mais-valia relativa se realiza somente através do aumento intensivo da produtividade, o que ocorre através das novas tecnologias agregadas aos meios de produção, inclusive humanos. As novas máquinas exigem maiores conhecimentos de seus operadores. Como as máquinas e as técnicas estão em contínuo aperfeiçoamento, os trabalhadores, para tentarem se manter no mercado de trabalho, devem acompanhar estas mudanças. Só que o tempo da produção não faz concessões e esta qualificação para o trabalho deve se realizar no tempo dito livre do trabalhador, tornando-se ambos tempo total do capital:

358 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 65.

Mas os ócios são hoje mais do que isso. Não se trata apenas de contribuir para que o trabalhador adquira novas qualificações. Trata-se de produzi-lo, globalmente, como um produto do capitalismo. Os bens e serviços que o trabalhador consome durante o ócio resultam dos mais estritos critérios da produtividade capitalista, o que significa que o próprio trabalhador, ao consumir estes bens, está a ser produzido como um produto do capitalismo. Na Europa ocidental, nos Estados Unidos e no Japão a esmagadora maioria dos trabalhadores passa as suas férias em viagens organizadas ou em campos de férias. Ora, tanto umas como outros, nos seus ritmos e nas suas hierarquias internas, em nada se diferenciam da estrutura vigente nas modernas empresas fabris ou de serviços. E, assim, os turistas das excursões e das outras modalidades de vilegiatura concentracionária são convertidos em mero objecto de produção. Nos ócios, tal como na escola, os trabalhadores são produzidos como mercadorias. Mais do que um mero controle ideológico, trata-se já de uma verdadeira produção do trabalhador no interior de um dado quadro ideológico”.³⁵⁹

Ao final das contas, os grilhões que acorrentam a classe trabalhadora são forjados, ao menos em parte, pelas próprias mãos e pelo próprio suor dos trabalhadores. Ao patrocinar os meios para a reposição de sua força de trabalho com seu próprio salário, o proletariado participa, ainda que inconscientemente e, talvez, contra sua vontade, desta acumulação do capital. É com seu salário (do latim *salarium*, que significa “pagamento com sal”) que a classe trabalhadora vai à praia banhar-se na água do mar, tantas vezes imprópria... e sua doce vida vai se tornando cada vez mais salgada...

E parte fundamental desta reposição de forças físicas e psíquicas são proporcionadas pelas colônias de férias, que, conforme já dissemos, estavam legalmente determinadas desde os tempos do Estado Novo. Mas antes mesmo desta imposição legal, já havia uma “livre iniciativa” (e, como quase toda livre iniciativa, com algum apoio estatal) no sentido de promover o lazer dos trabalhadores, por conta dos organismos representativos dos próprios trabalhadores. A título de ilustração desta realidade, conforme consta no site da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP), podemos perceber o esforço desta entidade associativa para inserir os trabalhadores do

359 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 66.

setor público no turismo, neste caso, através de colônias de férias, que são denominadas por esta associação por URL- Unidade Recreativa de Lazer:

[...] a AFPEsp - Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi fundada em 1931, e já no ano seguinte, inaugura a primeira sucursal na cidade de Santos e consegue a cessão de área no Guarujá onde constrói a primeira URL de Férias. Em setembro de 1934 a Associação inaugurou as instalações da Colônia de Férias do Guarujá. A AFPEsp continuou crescendo, com uma área adquirida em Campos do Jordão para instalação da Colônia de Férias com 14 apartamentos (1952). A aquisição de ampla área às margens da Represa de Guarapiranga (1969); Inauguração da Colônia de Férias de Poços de Caldas (novembro/1969). Consegue, através de concessão, o direito à exploração do Hotel das Fontes de Bocaina em Amparo com suas fontes hidrominerais. Em 1975 a AFPEsp adquire, a título de concessão de uso, o terreno para construção de Colônia de Férias de Caraguatatuba, onde mais tarde (1978), recebe do Governo do Estado a posse definitiva. Inaugura em 1977 o Camping de Lindóia e a Sede da Regional de Araçatuba. Recebe também, pela prefeitura de Areado, a área no Recreio dos Pescadores e por fim inaugura a Regional de Ribeirão Preto (1979).³⁶⁰

Percebe-se que há um crescimento das estruturas da referida associação, não por acaso, mas dentro da lógica que desde o início veio a nortear não só a estruturação desta como de tantas outras entidades associativas ou sindicais de trabalhadores do setor público ou privado (por exemplo, o caso que já apresentamos, das colônias de férias instaladas em Praia Grande, onde há a maior concentração deste tipo de hospedagem no mundo, segundo Karklis (2008)). Em um levantamento preliminar baseado na dissertação de Karklis, foi possível constatar a existência de 70 colônias de férias só neste município, além de várias outras nas cidades vizinhas ou próximas, como Itanhaém, Mongaguá, Guarujá, Santos, Peruíbe. Em Caraguatatuba foram 60, sem contar as cidades próximas como São Sebastião e Ubatuba³⁶¹, ou seja, a intervenção e o controle direto do Estado sobre as estruturas sindicais e associativas de trabalhadores do setor público e privado tiveram como

360 AFPEsp. Disponível em: <http://www.afpesp.org.br/institucional/Default.aspx?t=5>. Acesso em 08 mar 2014.

361 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/>. Acesso em 08 mar. 2015.

algumas de suas finalidades facilitar e satisfazer os objetivos do capital, fazendo do tempo livre do trabalhador um ato de produzir e recompor a força de trabalho para a produção e, também, produzir e consumir mercadorias simultaneamente e em oposição ao real sentido do ócio e do tempo livre, além de, obviamente, servir de contenção da luta de classes. E mesmo hoje, sem esta intervenção estatal mais contundente, o tempo dito livre do trabalhador parece continuar a serviço do capital.

Se hoje o mundo globalizado se apresenta de modo aparentemente mais homogêneo, especialmente após a desintegração do bloco socialista, no período entre guerras havia, pelo menos, um caráter mais diversificado, para o bem ou para o mal... Havia um totalitarismo mais explícito ou, ao menos, mais facilmente identificável, ao contrário do totalitarismo velado que hoje impera, mas que se autoneomeia como democracia, pois as grandes decisões sobre os destinos da humanidade não são tomadas pelo povo, mas por organismos onde não há participação popular, como o FMI, o BIRD, a ONU, a OTAN, o G-8, os Bancos Centrais, as direções das grandes corporações, etc. A participação popular, quando há, é predominantemente formal³⁶². Até mesmo as pequenas decisões, mesmo as decisões mais cotidianas, nos são tolhidas, e os pacotes turísticos, inclusive aqueles oferecidos pelos sindicatos, são um exemplo bem ilustrativo desta realidade. A absorção dos povos em geral e dos trabalhadores em especial pelo capital no mundo moderno faz com que:

“(...) O cotidiano absorvido no trabalho, na família, nas vias expressas das cidades nos out-doors, dentro dos carros, dos transportes coletivos, da urbe roubou de nós o sentido do olhar que agora olha e não vê (...)

Vivemos na sociedade da reprodução, valorizando espetáculos e sabores que há muito perderam a autenticidade. Isto nos leva a considerar que, no período atual, a capacidade técnica da reprodutividade é tão ou mais importante que a própria autenticidade perdida”³⁶³

362 Neste sentido, interessante destacar uma passagem do artigo de Paulo Marques, “Os marxistas e a “jaula de ferro” da democracia representativa”, publicado no site Passa Palavra: “A “jaula de ferro” em que estão presos os marxistas é o fato de que eles estão inseridos em um jogo representativo no qual não lhe será jamais permitido mudar as regras, pois as regras são feitas única e exclusivamente pelos mandantes do jogo, ou seja, os financiadores dos representantes. Pensar, portanto, em alteração dessas regras que levem a prejudicar o seu funcionamento é acreditar que qualquer instituição permita sua auto-destruição, mera ilusão”. (Disponível em <http://www.passapalavra.info/2014/09/99914> acesso em 04/01/2015).

363 LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística - um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: Ed. UECE, 1998, p.18.

Caminhamos, então, de um lazer, um ser lícito, um ser permitido, para um turismo que prega a liberdade como um de seus atributos intrínsecos. Na verdade, mais nos aprisiona, e nada ou muito pouco (e, importantíssimo frisar, a muito poucos) liberta. Nem poderia ser diferente, afinal, a etimologia do vocábulo turismo, embora não revele tudo, revela muito: “TURISMO do inglês *tourism*, pelo francês *tourisme*, radicado em *tour*, torre, e depois andar ao redor dela, com origem remota no latim *tornus*, torno, máquina para arredondar peças de madeira, de marfim, etc.”³⁶⁴. O torno é a máquina que dá forma à peça mediante o emprego de força. O torno da grande fábrica mundial molda as principais peças do capitalismo, os trabalhadores (mas, como a luta é de classes, as peças exercem sobre o torno também a resistência...). O mundo que se oferta através do *grand tour* (que na verdade se vende e pelo qual se paga muito caro) é um mundo que sequer é o mundo real, mas apenas simulacro de si mesmo:

“Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como um consumo, o turismo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia da sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço”³⁶⁵

A afirmação neoliberal de que o capitalismo alcançou um grau tal onde se diz que não há mais sentido em se falar da luta de classes, uma vez que o trabalhador deixa de ser chamado de operário, de empregado, de funcionário, para ser chamado de colaborador (aqui, observa-se uma remanescência do colaboracionismo fascista alemão) ou parceiro (aquele que está numa condição de igual, que está junto, gozando, em tese, dos mesmos “direitos” e “deveres” e não de subordinação...) parece não condizer com a realidade. Um mundo onde trabalhos cada vez mais precarizados e totalmente desprotegidos, como o comércio ambulante e a prestação de serviços autônomos, ganham o status de livre iniciativa e aqueles que trabalham nestes setores passam a ser considerados empresários ou microempresários revelam inversões profundas de valores. Qual seria, então, o papel do turismo sindical nesta cisão entre a aparência e a essência da luta de classes? O “*Grand Tour*”, outrora privilégio de (muito) poucos, democratiza-se com o turismo de massas? Onde se enquadra o turismo sindical? ”

364 SILVA, Deonísio da. De onde vêm as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora, 2014, p. 467.

365 DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, p.112.

Embora as forças hegemônicas do capitalismo tenham se mundializado³⁶⁶, os trabalhadores não conseguiram, enquanto classe, se internacionalizar, muito embora seja ela a produzir este capitalismo global. Se aquilo que se chama turismo de massa foi um dos mecanismos de controle do tempo dito livre do trabalhador, isso também serviu para fragmentar a noção de classe, que foi substituída pela ideia de nacionalidade³⁶⁷, pela identidade do trabalhador com a nação, e não com sua própria classe. No capitalismo, as guerras são travadas não só entre os capitais, mas, principalmente entre as classes, ainda que sob a aparência de uma relativa paz e harmonia... visando a manutenção do *status quo* do dominante sobre o dominado e sua não emancipação:

“(...) se a emancipação de cada um é a condição para a emancipação de todos, a emancipação não é portanto um prazer solitário. E se podemos escapar da servidão voluntária tirando-a de nossa cabeça, não podemos quebrar a submissão involuntária ao despotismo do capital senão pela luta de classes”.³⁶⁸

Embora a Constituição da República Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, tenha concedido o livre sindicalismo, ela manteve os critérios de territorialidade – demonstrado a efetiva presença da geografia também no direito – determinando como base

366 É importante salientar mais uma vez que esta mundialização não se restringe somente aos aspectos econômicos. A relação Estado-mercado condicionou e configurou um novo de Estado-nação, alterando, inclusive, a noção de soberania. Com a hegemonia do capitalismo, o capital passou, simplesmente, a ignorar as fronteiras geográficas, que existem apenas nos interesses e nas formas do capital. A economia é planejada e administrada, na prática, pelas grandes corporações. Com a divisão internacional do trabalho, a globalização dos mercados financeiros, a formação de espaços globais de produção e avanço do comércio mundial, o que, em síntese, poderíamos classificar como o império da economia financeirizada, a circulação de capitais se tornou praticamente ilimitada e plenamente institucionalizada. Porém, a circulação humana não acompanhou a mesma dinâmica (e, quando ocorre, é de maneira marginalizada e ilegal, ainda que satisfaça outros interesses e/ou outras formas de exploração do e pelo capital), principalmente em termos de organização e resistência dos trabalhadores, assunto que iremos aprofundar no decorrer da pesquisa. Relembremos que não existem hoje, no âmbito institucional, nenhum organismo político ou sindical de classe em nível internacional, muito embora as corporações sejam transnacionais.

367 Este é um tema importante: a questão do nacionalismo (de onde deriva a “nacionalidade”). A título de breve discussão, recortamos uma pequena passagem do artigo publicado no site Passa Palavra, “O “nacionalismo de base proletária” e o papel do PCP (2ª parte)”, de autoria de João Valente Aguiar: “Evidentemente, nem todos os nacionalismos são iguais. Todavia, o nacionalismo não é uma ideologia política comum. E muito menos anódina. Primeiro porque o nacionalismo articula-se na tensão entre o particularismo de cada país no cenário internacional e um universalismo nacional e orgânico. Isto quer dizer que a unidade de análise política de qualquer pensamento nacionalista opera ao nível da necessidade de diferenciação/oposição entre nações e ao nível da criação estritamente ideológica de uma comunidade nacional por cima das contradições sociais mais profundas. Assim sendo, o pensamento nacionalista é todo aquele que considera qualquer aspecto social e político como uma mera parte componente da nação” (disponível em <http://www.passapalavra.info/2013/07/80768> acesso em 04/01/2015).

368 BENSAID, Daniel. Espetáculo, Fetichismo, Ideologia. (Um livro inacabado). Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013, p.21.

mínima o município para criação de sindicatos – o que ampliou a liberdade sindical, porém, não a tornou plena, conforme o art 8º, Inciso II:

“é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”³⁶⁹

A separação da classe trabalhadora segundo uma divisão espacial política determinada pelo Estado em consonância com as divisões internacional e territorial do trabalho foi um fator de desagregação das lutas e da consciência de classe dos trabalhadores. Essa desagregação das lutas e da consciência de classe foram aprofundadas por uma divisão intraclasse também politicamente imposta, inclusive em termos espaciais. Ao estipular diferenças entre trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, o Estado fragmenta ainda mais a classe trabalhadora. Primeiro cria um espaço para o trabalhador urbano e um para o rural. Depois, cria verticalidades entre as variadas condições dos trabalhadores. Basta lembrar que foi bem recentemente que os trabalhadores domésticos conseguiram equiparar todos seus direitos com os trabalhadores urbanos.

Todo esse processo, conforme já dissemos, foi construído e mantido ao longo de nossa história, sofrendo as alterações que a acumulação flexível do capital exigia. Portanto, se partes fundamentais e estratégicas das estruturas institucionais e legais foram mantidas, ou suprimidas, elas estavam inseridas dentro de um contexto determinado pelas forças hegemônicas. E, mais do que isso, se muitos dos aparelhos e das estruturas físicas relacionados aos sindicatos e associações se mantiveram, e estão aí a fazer parte e a intervir no espaço e no cotidiano dos trabalhadores nas mais diversas formas e graus de intensidade ainda hoje, como no caso das colônias de férias, é por que está de acordo com a “ordem”, com o que “é lícito”.

A extensão e o alcance desta intervenção e ocupação do espaço e do cotidiano e os reflexos dentro e no entorno destas localidades e destas relações sociais desnudam um lado do capital e do trabalho pouco visitados, especialmente quando se trata das colônias

369 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 dez 2017.

de férias instituídas e geridas por sindicatos e associações de trabalhadores. Bem verdade que passar uns dias em Praia Grande, por exemplo, na Colônia de Férias da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, talvez não tenha o mesmo “*glamour*” de se ir a Paris, pelo menos sob o ponto de vista estrito da indústria do turismo. Por mais poderosa que seja a Rainha dos Mares, Iemanjá, sua estátua na Vila Mirim talvez não consiga fazer frente à *Torre Eiffel*, no *Champ de Mars*. Porém, a importância da compreensão das colônias de férias, inseridas naquilo que estamos chamando de “turismo sindical”, está no fato de que, além de criar novas relações sociais e intervenções no cotidiano dos trabalhadores, se materializa espacialmente no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, de acordo com uma divisão territorial do trabalho orientada por uma divisão internacional do trabalho. Por isso todo trajeto percorrido até aqui. Este processo que se manifesta no espaço e que se encontra profundamente vinculado ao processo produtivo e ao modo de produção capitalista e suas diversas facetas, como, por exemplo, esta gênese que se inspira, dentre outras fontes, nos fascismos do século XX, como aquele oriundo da Itália dos tempos de Mussolini, resulta na submissão cada vez maior daquilo que poderia vir a ser o ócio ao “negócio” (realidade presente no mundo do trabalho desde aqueles tempos e que persiste até os tempos atuais...). Portanto todo este nosso percurso foi condição *sine qua non* para entendermos a apropriação e produção deste objeto na e da vida cotidiana da classe trabalhadora:

“Campo da auto-regulação voluntária e planificada, o cotidiano, enquanto construção da sociedade, se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada e preenchida por repressões, coações e pressões em todos os níveis, que incluem a vida familiar, o tempo do não-trabalho e a imposição do que e como consumir”³⁷⁰

Não basta ao capital simplesmente mostrar-se grande para se afirmar enquanto força produtiva e ideológica dominante. É preciso mostrar-se sempre e, principalmente, cada vez maior para constantemente reafirmar-se: **“O capital não pode funcionar sem fazer respeitar com maior firmeza do que nunca (até de maneira autoritária, se preciso for) as premissas e os antagonismos estruturais de sua prática”**³⁷¹. Então, a atividade social do turismo, e mais especificamente a atividade do turismo sindical, não deixam de

370 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p.181.

371 MÉSZÁROS, István et al. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002, p.217.

ser produtos inscritos na cartilha do capital, consumindo “elementarmente espaço”³⁷². (grifo nosso)

O turismo sindical e as colônias de férias parecem sugerir uma forma (e uma fôrma) à classe trabalhadora, através dos seus aparelhos (que deveriam ser) de luta – sindicatos e associações de trabalhadores – de se incorporar, quase que incondicionalmente, como sujeito ao mesmo tempo passivo e ativo, às atividades econômicas capitalistas, inclusive atuando sobre o espaço sempre dentro da lógica do modo de produção capitalista, inclusive no maior de seus postulados, a propriedade privada, sendo a propriedade privada do solo uma condição *sine qua non* para a existência das colônias de férias, ainda que o proprietário deste solo seja coletivo, como um sindicato. A classe trabalhadora, através do sindicalismo institucionalizado, fica assim tão entranhada à “força material” capitalista, como se estivesse sob um “feitiço” (a mercadoria, neste caso, a mercadoria sol, praia, campo, montanha, etc, feitiço “lançado” não pelas agências de publicidade, mas pelo “marketing sindical”) que pressupõe justamente a “feitiçaria” (as superestruturas do Estado capitalista) como caminho de enfrentamento, e não a luta real da classe trabalhadora explorada e oprimida contra seu explorador e opressor, o capital:

As racionalizações de “complexidade insuperável” e seus corolários reveladores, escorados pela potência material da ordem estabelecida, não podem ser convincentemente contra-atacadas nem mesmo pelos melhores argumentos racionais, a menos que estes também estejam plenamente apoiados por uma força material alternativa com viabilidade na prática – uma força capaz de colocar seus novos princípios orientadores e suas instituições organizadoras e produtivas no lugar das premissas práticas dominantes da ordem social dada, que todos os dias demonstram seu anacronismo histórico por meio do recurso, cada vez mais intolerante, ao “não há alternativa” utilizado pelas personificações do capital. Por isso é revelador que em nossos dias até os limitados órgãos defensivos do movimento operário – seus sindicatos e os partidos parlamentaristas tradicionais – tornem-se totalmente impotentes: quer pela integração dos altos escalões de sua liderança aos quadros de um consenso perverso, quer pela mobilização aberta dos artifícios legais de opressão e da força material repressiva do “Estado democrático” contra as atividades anteriormente toleradas do trabalho organizado.³⁷³

372 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Ed. Roca, 2003, p.V.

373 MÉSZÁROS, István et al. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002, p.217.

Estas são questões as quais a abordagem geográfica do turismo não pode se furtar: limitar-se aos aspectos descritivos da organização e dos impactos causados pelas colônias de férias e pelo turismo sindical no desenvolvimento da atividade turística, assim como na paisagem, no entorno, nas relações de hospedagem, seria um processo fragmentário da realidade social e, por consequência, espacial:

O conhecimento do espaço oscila entre a descrição e a fragmentação. Descrevem-se coisas no espaço, ou porções de espaço. Recorta-se espaços parciais no espaço social. Apresenta-se, assim, um espaço geográfico, ou etnológico, um espaço da demografia, um espaço da informática etc. Ou ainda um espaço pictural, um espaço musical, um espaço plástico. Esquece-se que assim se vai no sentido de uma fragmentação desejada não somente pela linguagem e pelos especialistas, mas pela sociedade existente, que recorta a si própria em espaços heteróclitos, no seio de uma totalidade severamente controlada, portanto, nesse sentido homogêneo: os espaços do habitat, do trabalho, dos lazeres, os espaços do esporte, do turismo, da astronáutica etc. Então, a atenção se dispersa e se perde em considerações ora sobre o que há no espaço (as coisas, tomadas à parte, relacionadas a elas mesmas, a seu passado, a seus nomes), ora sobre o espaço vazio (separado do que ele contém), ora, portanto, sobre os objetos no espaço, ora sobre o espaço sem objeto, neutro. É então, por conseguinte, em recortes e representações que se perde este conhecimento, integrado sem o saber à sociedade existente, operando em seus marcos. Frequentemente abandona-se o global, aceitando-se a fragmentação e reunindo-se os pedaços.³⁷⁴

Mas o capital, que se realiza na totalidade, não se realiza por si só. Ele necessita obrigatoriamente da intervenção estatal para se realizar. E o Estado, por sua vez, intervém de maneira decisiva na luta de classes, mas de modo a favorecer sempre, de um jeito ou de outro, o capitalista. Não é pensando no bem estar dos trabalhadores que o Estado, através dos membros que o compõe - união, estado, municípios e distrito federal – concede terrenos, financiamentos, isenções fiscais, etc. Visa, isso sim, a ampliar o alcance de suas mãos sobre o cotidiano do trabalhador, a serviço dos interesses do capital. Portanto, a

374 LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006, p.135/136. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

posse e a propriedade de espaços destinados às colônias de férias não significam fortalecimento, muito menos emancipação da classe trabalhadora, pelo contrário, só faz reforçar a lógica do sistema dominante, o capitalismo, através de seu principal corolário, a propriedade privada.

Não por acaso, o turismo sindical vai desenvolver-se, também e majoritariamente, no meio urbano, onde, muitas vezes, encontra meios previamente disponíveis para seu desenvolvimento ou que estimularão projetos públicos de urbanização:

“A reunião destas diversas condições – e, portanto, as perspectivas favoráveis de desenvolvimento do turismo em meio urbano – tem justificado que as atividades turísticas, recreativas e culturais venham ocupando um lugar de destaque na formulação das políticas urbanas”³⁷⁵

Assim, os mesmos espaços e muitas das mesmas estruturas do capital no meio urbano servirão de aporte para o turismo. Isso tende a otimizar estes recursos urbanos gerando mais lucro com uma mesma quantidade de recursos, tanto em razão da produção de mercadorias convencionais, quanto do turismo sob uma mesma plataforma, o espaço urbano. Porém, o contrário também se verifica. Mesmo quando os espaços surgem primeiro em razão do turismo, tendem a se urbanizar, propiciando também uma sobreutilização espacial e a maximização de lucros e de rendas.

Mas porque a classe trabalhadora acaba se integrando a todas essas formas de exploração, inclusive no seu tempo dito livre? Mas essa participação, por que se dá, de forma muitas vezes até engajada? Ocorre, em parte, porque a classe trabalhadora não percebe o mundo em que vive como forjado na luta de classes, e cujo a forja está nas mãos do capital. O capitalista detém não apenas os meios de produção. Detém também todas as superestruturas que determinam a produção, inclusive, de ideias:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua

375 LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006, p.135/136. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017., p. 55.

força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.³⁷⁶

Assim, a classe trabalhadora, por não dispor dos meios de produção materiais e espirituais encontra-se, naturalmente, sempre numa posição de desvantagem. Esta desvantagem vai se aprofundando conforme a cotidianidade dos trabalhadores vai sendo apropriada e conduzida pelo capital. Consequentemente, a consciência que eles passam a ter de si mesmo se altera, como se alteram suas ações.

Portanto, do ponto de vista abstrato e formal, a consciência de classe é, ao mesmo tempo uma inconsciência, determinada conforme a classe, de sua própria situação econômica, histórica e social. Essa situação é dada como uma relação estrutural determinada, como um nexos formal definido, que parece dominar todos os objetivos da vida. Conseqüentemente, a “falsidade” e a “ilusão” contidas em tal situação real não são arbitrárias, mas, ao contrário, a expressão mental da estrutura econômica e objetiva.³⁷⁷

Esta “falsidade” e esta “ilusão” se espalham por toda a cotidianidade dos trabalhadores. “Como produto do capitalismo, o proletariado está necessariamente submetido às formas de existência de seu produtor. Essa forma de existência é a inumanidade, a reificação.”³⁷⁸ Se os meios de produção materiais e espirituais são determinados pelas classes dominantes, esta determinação reflete-se também nas lutas classe trabalhadora que não se pautam a partir do objetivo de emancipação da própria classe, mas a partir da participação no produto de uma sociedade cujo o modo de produção é o capitalista: “A cisão mais impressionante e repleta de conseqüências na consciência de classe do proletariado se revela na separação entre a luta econômica e a luta política”.³⁷⁹

376 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Boitempo Editorial, 2015, p. 47.

377 LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 143.

378 Ibid., p. 184.

379 Ibid., p. 175.

“O turismo foi inventado”³⁸⁰. Não deveria ser, portanto, natural. Mas se avocou como natureza humana por ser “expressão mental da estrutura econômica e objetiva” (LUKÁCS, 2003), certamente não a partir da consciência da classe dominada, mas da classe que domina:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.³⁸¹

Empiricamente se verifica que muitos dos lazes dos trabalhadores são reproduções similares aos lazes dos capitalistas. E uma das razões para que essa reprodução aconteça, é justamente a cisão das pautas de lutas da classe trabalhadora, que acabaram sendo cindidas em pautas econômicas e pautas políticas, como se fosse possível separar uma da outra, como se cada uma fosse dotada de autonomia em relação a outra. Por isso, a “reivindicação” e a implementação das colônias de férias pelos sindicatos e associações de trabalhadores dos setores público e privado se insere, antes de mais nada, como se conquista econômica fosse, posto que o turismo sindical caracteriza-se por ofertar, predominantemente, lazer, e não política. Porém o turismo sindical é, concomitantemente, a causa e o efeito de lutas políticas e econômicas.

Esta cisão não se reduz apenas às lutas políticas e econômicas da classe trabalhadora. Ela se torna a própria teoria e práxis desta classe. O espaço e o tempo – categorias que, embora distintas, são indissociáveis – se afunilam e se fundem, estrangulando e estrangulando:

A atitude contemplativa diante de um processo mecanicamente conforme às leis e que se desenrola independentemente da consciência e sem influência possível de uma atividade imediata dos homens, ou seja, que se manifesta como um sistema acabado e fechado, transforma também as categorias fundamentais da

380 BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 19.

381 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 47.

atividade humana dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível do espaço.³⁸²

Ora, esta redução espaço-temporal não se restringe ao espaço-tempo específico da empresa, mas acompanha o trabalhador na integralidade dos espaços e dos tempos em que ele se encontra contido. Não há, no modo de produção capitalista, espaços e tempos que não façam a contenção do trabalhador. As colônias de férias, portanto, não poderiam, por mais que quisessem, ser exceção a este movimento de controle. O tempo das férias torna-se também o espaço da colonização capitalista:

O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito é a personificação do tempo. A qualidade não está mais em questão. Somente a quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada”. O tempo perde, assim, seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de “coisas” quantitativamente mensuráveis (os “trabalhos realizados” pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana); torna-se espaço.³⁸³

Do mesmo modo, o lazer do trabalhador também é “reificado, mecanicamente objetivado, minuciosamente separado do conjunto da personalidade humana, tornando-se espaço”, no nosso caso, o espaço-tempo das colônias de férias, onde e quando, da mesma forma que em qualquer outra modalidade de hospedagem, “a personalidade torna-se espectador impotente de tudo que ocorre com sua própria existência”³⁸⁴, tanto como turista, quanto como trabalhador, afinal, além do trabalho hierarquicamente subordinado e dirigido, ele tem o “lazer dirigido e programado”, inclusive, cientificamente nas cátedras universitárias.

Tudo que até aqui foi dito nesta dissertação não foi no sentido de negar o ócio, o tempo livre ou o lazer como uma necessidade e um direito dos trabalhadores. Pelo contrário. Ao constarmos empírica e teoricamente que o ócio, o tempo livre e o lazer, no modo de

382 LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, p.204.

383 Ibid. p. 205.

384 Ibid. loc. cit.

produção capitalista são justamente o seu contrário, negócio, tempo de trabalho e mais trabalho, concluímos que não há nem a satisfação desta necessidade nem a garantia deste direito. E mais. É impossível a realização destas necessidades e destes direitos no capitalismo, porque “A organização do trabalho e a organização do lazer resguardam as tesouras castradoras encarregadas de melhorar a raça dos cães submissos”³⁸⁵, apenas isso. São caminhos que levam o conjunto da classe trabalhadora sempre num sentido contrário à emancipação e à realização de todos os potenciais humanos e da não liberdade:

(...) Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem suprasumir suas próprias condições de vida. Ele não pode suprasumir suas próprias condições de vida sem suprasumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria situação.³⁸⁶

Por mais que as cátedras universitárias tentem “cientificamente” separar “o joio do trigo”, o tempo do trabalho e o tempo livre, como se fosse possível viver a dois tempos e em dois espaços diferentes, estas duas categorias são unitárias, indivisíveis. No mesmo corpo que habita o operário, habita o turista. O coração que bate é um só:

Uma vez que o trabalho carece, a priori, de emancipação, o lazer também tem de ser dependente. O tempo de lazer não consiste em tempo liberado, mas transforma-se em espaço funcional secundário do capital. Na realidade, este tempo não está à livre disposição, pois caso isso fosse verdade, também deveria ocorrer com respeito à atividade produtiva. Não se trata de ócio no seu sentido antigo, mas de tempo funcional para o consumo permanente de mercadorias. Deste modo, a indústria da cultura e do lazer não somente constitui novas e secundárias esferas do trabalho abstrato e, portanto, da oferta capitalista, mas ironicamente o lazer torna-se para o consumidor continuação do trabalho por outros meios. Não apenas quando ganha dinheiro, mas também quando o gasta o homem capitalista é um trabalhador. A ditadura do tempo abstrato também ocupou o lazer.³⁸⁷

385 VANEIGEM, Raol. A arte de viver para as novas gerações. São Paulo: Conrad, 2002, p. 64.

386 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 49.

387 KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. Identidade cultural, território e lazer. Lazer numa sociedade globalizada. In: Congresso Mundial de Lazer, 5. SESC, 2000, p.39.

Não só tempo livre e o ócio, mas também o trabalho que reivindicamos, portanto, não pode se realizar dentro das condições de vida que ora se impõe. É preciso um novo homem em um novo mundo. Que o real e a realidade superem toda ideologia e mitologia capitalista e que sejam o meio para se alcançar este novo homem e este novo mundo:

Que é necessário para dissipar as ideologias e os mitos? Tempo. Decepções. Experiências e provações. Contra-ataque teóricos. Audácia e paciência, virtudes revolucionárias. Se é verdade que no decorrer deste século a ética e a estética do trabalho, a ideologia do trabalho e do trabalhador, a filosofia da atividade produtiva e da criação nos desapontaram, se é verdade que um deslocamento maciço de afetividade e atividade (sem falar das colocações materiais) caminhou na direção dos lazeres, se é justo afirmar que êsses lazeres preparam novas decepções e frustrações, para o que se voltarão dentre em breve tôdas as esperas, esperanças? Para a transformação do quotidiano, para a cidade transformada e para novo urbanismo, dizemos nós.³⁸⁸

3.1 Proposta de um conceito para Turismo Sindical

Ao longo desta dissertação nos referimos muitas vezes ao termo “turismo sindical”. Em nossas pesquisas não encontramos a utilização desta expressão em língua portuguesa. Em língua estrangeira, somente em espanhol, e, mais especificamente na Argentina, encontra-se a expressão “turismo sindical”, na maioria das vezes, como sinônimo de turismo social. Diante dos resultados empíricos e conceituais que se nos revelaram, e por não encontrarmos em nossa língua o uso do termo “turismo sindical”, formulamos o seguinte conceito:

“O Turismo sindical é uma das modalidades alienantes, reificantes e mistificadoras socialmente produzida, de modo industrial, pelo turismo, sendo organizado e gerido como condição geral de produção por entidades sindicais e associativas de trabalhadores do setor público ou privado, em princípio, sem fins lucrativos imediatos, e que se materializa espacialmente na forma de colônias de férias, unidades recreativas de lazer, pousadas e similares, que são uma forma de hospedagem turística onde se consoma o processo de reprodução da força de trabalho”.

388 LEFEBVRE, Henri. Posição contra os tecnocratas. São Paulo: Nova Crítica, 1969, p. 19.

Expliquemo-nos.

Primeiramente, é uma modalidade³⁸⁹ e não um segmento. Modalidade porque é um modo ou uma forma pela qual o turismo se realiza e, conseqüentemente, o capital. É um termo que não nega a totalidade e dá uma ideia de movimento, portanto, dinâmico, ao contrário do termo segmento. Este reveste-se de uma profunda linearidade, que parte de um ponto para dirigir-se a outro sem relacionar-se com os outros “segmentos” oriundos do mesmo ponto. Representa o espírito fragmentário e individualista dos princípios econômicos capitalista.

É turismo sindical por, simplesmente, não ser turismo social. Acreditamos que a expressão “turismo social” não passa de um equívoco conceitual, não apenas porque o turismo é uma “prática social”³⁹⁰, mas porque todo o fazer humano é social:

O fazer é inerentemente social. O que eu faço sempre é parte de um fluxo social do fazer em que a condição prévia do meu fazer é o fazer (ou o ter feito) dos outros, em que o fazer dos outros proporciona os meios do meu fazer. O fazer é inerentemente plural, coletivo, coral, comunal. Isso não significa que todo o fazer é (ou inclusive deveria ser) levado adiante coletivamente. Significa, na verdade, que é difícil conceber um fazer que não tenha como condição prévia o fazer dos outros. (...) Existe uma coletividade de fazedores, um fluxo do fazer através do tempo e do espaço. O fazer passado (o nosso próprio e o dos outros) se converte no presente nos meios do fazer. Qualquer ato, sem importar quão individual ele pareça, é parte de um coro de fazeres em que toda a humanidade é o coro (ainda que anárquico e discordante). Nossos fazeres estão tão entrelaçados que é impossível dizer onde termina um e começa o outro.³⁹¹

Conforme expusemos no decorrer desta dissertação, em muitas passagens da literatura analisada o turismo social seria oferecido por sindicatos e associações de trabalhadores tendo como intuito, basicamente, fomentar e possibilitar o acesso dos

389 Adotamos o termo “modalidade” a partir das leituras feitas da bibliografia da Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz, encontrado, por exemplo, em: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca, 2003.

390 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Ed. Roca, 2003, p.4.

391 HOLLOWAY, John. Como mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003, p. 42.

“indivíduos” – o individual é um conceito central no turismo social, não o trabalhador, muito menos a classe trabalhadora – mais necessitados às práticas turísticas. Recordemos a formulação conceitual do Bureau Internacional de Turismo social: “Conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas”³⁹². O conceito é esclarecedor. Revela que a sociedade é dividida por camadas, estas baseadas em seu poder aquisitivo (poder de compra), e não nas classes sociais, ou seja, na posição que se ocupa no processo de produção, pois “No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção”³⁹³. Revela, ainda, que o sistema, além de se fundamentar no “favor”, “favorece” uns mais do que outros, e que as medidas sociais são “bem definidas”. Definidas por quem e para quem? Ou seja, no modo de produção capitalista que engloba todo o planeta, quem define o quê? Não se questiona quais são as “necessidades” dos “necessitados”. Porém, afirma, neste mesmo modo de produção capitalista, onde, conforme nos lembra Marc Boyer, o turismo foi inventado, que o turismo é uma necessidade. Portanto, este conceito de turismo social, que não difere muito de tantos outros formulados por diversos autores, nos remete ao entendimento de que o “social” invoca uma massa amorfa de desfavorecidos – que não se confunde e nem passa perto dos “privilegiados” (interessante ressaltar que nenhum trabalho pesquisado “confrontou” sistematicamente o turismo social com um turismo de luxo, ou “antissocial”, ou mesmo qualquer outra modalidade de turismo... afinal, pode ser que o turismo, tão propalado como fomentador do desenvolvimento econômico, possa não passar de uma forma de expropriação espacial que explora ou usurpa as sociabilidades nos espaços onde ele chega, se caracterizando como um verdadeiro turismo antissocial...) – carente do altruísmo alheio para usufruir de todas as qualidades que o turismo diz proporcionar.

Trata-se, simplesmente, da luta de classes. Num mundo onde todo fazer é social, a grande maioria dos que fazem não usufruem daquilo que fazem, afinal

392 FALCÃO, Carlos Henrique Porto. Turismo Social. Programação oficial, 2009. In Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade / organizador Juarez Correia Barros Júnior – 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009. Disponível em <<http://www.trabalhoevida.com.br/download/livro.pdf#page=114>>. Acesso em 27 dez. 2017, p. 119.

393 LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes p. 133.

O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nasce do entrelaço de indivíduos indiferentes entre si.³⁹⁴

Por isso a terminologia “turismo sindical” é muito mais precisa, porque distingue uma classe, a trabalhadora, da outra, a burguesa, ainda que esta última seja a classe que domine, ou seja, “A vocação de uma classe para dominação significa que é possível, a partir de seus interesses e de sua consciência de classe, organizar o conjunto da sociedade conforme esses interesses”³⁹⁵. Turismo sindical é um conceito que se funda e que revela a inexorabilidade do conflito e não na ilusória conciliação de classes. A reivindicação ao turismo, ainda que tenha um caráter de mimetismo social – afinal, como nos diz Marx, “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”³⁹⁶ –, é feita, formalmente, pelos trabalhadores – ainda que esta escolha esteja eivada de vícios e suspeições – e para os próprios trabalhadores (apesar das várias ressalvas que devem ser feitas) através de seus órgãos representativos, sindicatos e associações.

Mesmo que adotássemos como válido o conceito de turismo social à inclusão dos desafortunados, ainda assim, ele estaria sujeito a dúvidas. Conforme já dissemos, da mesma forma que “turismo de massa não significa ‘turismo das massas’, pelo simples fato de que as massas não fazem turismo”³⁹⁷, o turismo social não significa o turismo das “camadas mais desfavorecidas”, pelo simples fato de que as “camadas desfavorecidas” não fazem turismo.

Ilustremos nossa dúvida com um exemplo de um dos modelos mais utilizados pela literatura para explicar e justificar o turismo social, o SESC - Serviço Social do Comércio, que é identificado como uma instituição voltada para o bem-estar social dos empregados no comércio e de seus familiares, mas, também, aberto à comunidade em geral, e que oferece, dentre outros serviços, “turismo social”.

394 MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 105.

395 LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, p. 144.

396 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 47.

397 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução À Geografia do Turismo. São Paulo: Ed. Roca, 2003, p. 6.

O SESC possui, dentre outras, uma colônia de férias no município litorâneo de Bertioga- SP. Em seu site institucional constam os valores das diárias de hospedagem a que em 10 de dezembro de 2017 vigorava com os seguintes valores:

Tabela de Preço - HOSPEDAGEM

Credencial Plena: R\$ 85,00 a diária por pessoa.

Não credenciado: R\$ 241,00 diária por pessoa.

Fonte: SESC-SP³⁹⁸

A credencial plena se destina aos trabalhadores do comércio e seus familiares e os não credenciados são o público em geral.

Segundo Tabela salarial 2017 do comércio³⁹⁹ o salário médio de um vendedor no varejo fica em torno de R\$ 1.263,30, enquanto um gerente de loja recebe por volta de R\$ 4.405,90 e um gerente comercial R\$ 9.148,70. Todos eles podem frequentar a colônia de férias de Bertioga com a credencial plena pagando R\$ 85,00 a diária por pessoa e todos eles em condições iguais de usufruto. Não nos parece viável que se efetive o princípio da “participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas se torne possível ou facilitada” diante da realidade financeira de um vendedor de varejo, que inclusive contribui pecuniariamente com o sistema “S” do qual o SESC faz parte. Se tal vendedor desejar ser acompanhado de sua família ou for arcar com as despesas de transporte, a situação fica ainda mais complicada. Por outro lado, o princípio se efetiva na outra ponta, para o gerente comercial. Este, além de poder mais facilmente levar a família, é subsidiado por aquele que não pode ir, o vendedor de varejo.

Mas a situação pode ser mais complexificada. Segundo o site da EBC - Agência Brasil em 10/12/2017, “O rendimento médio real habitual do trabalhador brasileiro ficou em

398 SESC. Disponível em <<https://centrodeferias.sescsp.org.br/hospedagem-detalhes.html#precos>>. Acesso em 10 dez. 2017.

399 PISO SALARIAL. Piso Salarial. Disponível em <<http://www.pisosalarial.com.br/comercio/tabela-salario-comercial/>>. Acesso em 10 dez. 2017.

R\$ 2.109 no trimestre encerrado em maio deste ano”.⁴⁰⁰ Este trabalhador teria acesso ao “turismo social” para as classes “menos favorecidas” pelo SESC pela diária individual de R\$ 242,00 mais de 10% do seu salário, enquanto aquele mesmo gerente comercial, que recebe mais de R\$ 9.000,00 pagaria apenas R\$ 85,00.

É claro que não podemos generalizar com este único exemplo a realidade do “turismo social” ou mesmo das ações do SESC. Mas ele é real e serve, minimamente, para se questionar o turismo social, mostrando que por trás da negação da luta de classes existem justificativas que não apenas reservam lugares inferiores aos trabalhadores – quando não, simplesmente lhes reservam lugar nenhum – mas que muitas vezes converte um benefício a eles destinado que será usufruído por outrem. Os caminhos que levam às mais belas praias do litoral norte paulista foram construídos com os impostos dos mais humildes trabalhadores, vendedores de varejo inclusive, mas, muito certamente, não são eles quem as utilizam.

Prosseguindo em nossa conceituação, nos parece quase certo, que o turismo sindical foi e é pensado para ser alienante e reificante. O turismo sindical também foi desenhado para ser uma prática social que se concentra no prazer individual (alienado), ainda que o indivíduo se faça acompanhar de sua família, amigos ou mesmo desconhecidos, talvez por isso confundir-se com turismo social. E mais. É alienante no sentido de que não gera consciência de classe. As atividades promovidas pelas colônias de férias, por exemplo, são atividades programadas, em sua grande maioria, segundo a indústria do lazer, e não segundo a prática de um lazer verdadeiramente livre. Aliena porque simula uma separação entre o espaço do trabalho e o espaço do lazer. E é reificante porque é ofertado e adquirido como uma mercadoria qualquer, predominando o valor de troca sobre o valor de uso e, assim, revelando uma profunda contradição, pois como pode o lazer, algo apresentado como livre, de liberdade, de libertação só ser alcançado e usufruído, tanto temporal, como espacialmente, mediante dinheiro? Marx, no século XIX, já alertava:

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio de vida

400 ABDALA, Vitor. Rendimento médio do trabalhador fica em R\$ 2.109 em maio. EBC – Agência Brasil. 30 de junho de 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/rendimento-medio-do-trabalhador-fica-em-r-2109-em-maio>>. Acesso em 10 dez. 2017.

individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada.⁴⁰¹

O turismo sindical em suas próprias formulações teóricas e práticas em nada parece contribuir para a emancipação dos trabalhadores. Ao contrário, parece ratificar a dominação de classe historicamente imposta.

A existência que a sociedade impõe às pessoas não se identifica com que as pessoas são ou poderiam ser em si mesmas. Decerto, não se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus assim chamados papéis sociais. Estes penetram profundamente nas próprias características das pessoas, em sua constituição íntima. Numa época de integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do determinado pelas funções.⁴⁰²

A partir de uma construção quase mimética da prática turística fomentada pelo capitalismo, o turismo sindical reforça a alienação do trabalhador em relação a si mesmo e ao próximo, simulando identidades estranhas aos trabalhadores, prolongando “a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não-livres como a sua não-liberdade em si mesma”⁴⁰³. O mimetismo social não se reproduz apenas exteriormente na materialização espacial do chamado “turismo social”, as colônias de férias, mas, também em seu interior, conforme excerto replicado de João Bernardo:

Na Europa ocidental, nos Estados Unidos e no Japão a esmagadora maioria dos trabalhadores passa as suas férias em viagens organizadas ou em campos de férias. Ora, tanto umas como outros, nos seus ritmos e nas suas hierarquias internas, em nada se diferenciam da estrutura vigente nas modernas empresas fabris ou de serviços. E, assim, os turistas das excursões e das outras modalidades de vilegiatura concentracionária são convertidos em mero objecto de produção. Nos ócios, tal como na escola, os trabalhadores são produzidos como mercadorias.⁴⁰⁴

401 MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 116.

402 ADORNO. Theodor W. Palavras e sinais. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 70

403 Ibid., p. 71.

404 BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p 66.

O turismo sindical revela as contradições do movimento sindical, que é de onde ele advém. O discurso sindical não apenas defende o turismo como também tem um papel ativo na produção turística e na geografia do turismo, ao mesmo tempo, produz e enquadra a classe trabalhadora, conforme já dissemos, a um papel de mera espectadora solitária deste espetáculo:

A integração no sistema deve recuperar os indivíduos isolados como *indivíduos isolados* em conjunto: as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os “condomínio residenciais” são organizados de propósito para os fins de uma pseudocoletividade (...) ⁴⁰⁵

É também mistificador porque o turismo sindical reproduz os mesmos mitos que o turismo de uma forma geral produz. Não por acaso, se espacializa quase sempre nos mesmos lugares em que o mercado imobiliário do turismo cria e atua. Além disso a demanda por turismo, conforme expusemos ao longo desta dissertação, parece ter sido incentivada por um pacto entre os governos fascistas e liberais e a burocracia sindical. Não conseguimos encontrar a reivindicação ao turismo pela classe trabalhadora antes do século XX, como bem nos lembra Hobsbawm:

A forma característica de viagem para o pobre era a migração. Para a classe média e os ricos, era mais e mais turismo, essencialmente um produto da estrada de ferro, barco a vapor e (até onde a invenção de nosso período, o cartão postal, também é uma parte essencial do processo) da nova magnitude e rapidez das comunicações postais. (Estas foram sistematizadas internacionalmente com o estabelecimento da International Postal Union em 1869.) Homens pobres nas cidades viajavam por necessidade, mas raramente por prazer, salvo quando era a pé – as autobiografias dos artesãos vitorianos estão repletas de titânicas caminhadas campestres – e por períodos restritos. Homens pobres no campo nunca viajavam somente por prazer, combinando prazer com negócios nos mercados e feiras. ⁴⁰⁶

405 DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 114.

406 HOBBSAWM, Eric. A era do capital: 1848-1875. Editora Paz e Terra, 2015, p. 212.

Conforme já expusemos, o turismo sindical é gerido por sindicatos e associações de trabalhadores, podendo se materializar espacialmente através de suas colônias de férias. Mas é importante destacar que as colônias de férias não são o único meio para a realização do turismo sindical. A burocracia sindical costuma firmar diversos convênios com empresas ou entidades do setor turístico como intuito de inserir a classe trabalhadora no turismo. Isto salienta ainda mais a força e o alcance que os sindicatos e associações de trabalhadores têm sobre o tempo livre do trabalhador – que na verdade, é tratado pelo turismo sindical mais como um consumidor – acabando por colaborar com o capital em vários aspectos:

Em primeiro lugar, os capitalistas converteram os lazeres numa colossal oportunidade de vendas. Enquanto inicialmente a maior parte dos bens consumidos pelos trabalhadores durante o período de ócio era produzida fora do contexto capitalista, em modalidades de economia doméstica, depois o capitalismo apoderou-se quase por completo desse tipo de mercado e aplicou-lhe sistematicamente os princípios que presidem ao fabrico em massa.⁴⁰⁷

Mas esse processo é mais profundo e espraído. Ocorre no interior da fábrica, e nos espaços de lazeres. Colônia de férias é um espaço de lazer no e do modo de produção capitalista. Mas como o movimento sobre o espaço-tempo do capital é total:

Hoje, na continuação da mesma tendência, foi-se muito mais longe. Já não se trata só de vender bens produzidos de maneira capitalista, mas de mobilizar os próprios consumidores consoante o modelo da organização da força de trabalho. Nas excursões, em todo o tipo de viagens organizadas e de férias colectivas, até mesmo nos *shopping centers*, os consumidores apresentam-se de uma maneira que lembra o enquadramento da força de trabalho e ao mesmo tempo a disposição dos objectos durante o seu fabrico. E assim os trabalhadores encontram-se submetidos a uma dupla proletarização, tanto durante o seu período de actividade como durante o descanso.⁴⁰⁸

Considerando dar-se o movimento do capitalismo sobre o espaço-tempo total, o turismo sindical inserido dentro deste modo de produção, reproduzirá as condições exigidas

407 BERNARDO, João. Estado: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Ed. Escrituras, p. 38.

408 Ibid., loc. cit.

pelo capital da mesma forma que outros turismos ou lazeres, adaptando os trabalhadores a “novos tipos de tempo e de ritmo”, como também, a novos espaços e espacialidades:

Em segundo lugar, os capitalistas fizeram dos lazeres um factor de formação da força de trabalho. São infindáveis os exemplos que poderia aqui alinhar. A forma de narração do cinema e da televisão adaptou a mente do trabalhador a novos tipos de tempo e de ritmo, indispensáveis à actividade profissional na sociedade contemporânea. O *design* funcionalista permitiu a habituação a novos tipos de espaço e de ângulo, e sem isso seriam impossíveis as empresas modernas. Mais recentemente, a distribuição de computadores pelas escolas e a proliferação de jogos de vídeo formaram extensiva e intensivamente uma nova geração tecnológica capaz de lidar com a electrónica.⁴⁰⁹

Outro aspecto a salientar é que, formalmente, a burocracia sindical não visa lucro. Porém, o lucro pode ocorrer de maneira indireta ao capitalista (tanto na condição geral de produção como na realização do consumo propriamente dito). E pode ocorrer, também, em relação aos sindicatos nas transações comerciais firmadas entre estes e aqueles capitalistas. Pode ser que ocorra também diretamente, como investimento económico – por exemplo, ao adquirirem a propriedade privada do solo e nela erguerem uma colônia de férias, que poderá gerar receitas para a burocracia sindical:

Para acumular fundos que permitissem sustentar a greves e proceder a outras ações de resistência, os sindicatos começaram a cobrar contribuições aos seus filiados e, posteriormente, em muitos casos nem sequer se deram a este incômodo e o aparelho de Estado passou a proceder à cobrança e a entregar às direções sindicais as quantias recolhidas. (...) Assim, os sindicatos deparam com duas alternativas: ou gastam imediatamente seus fundos em lutas, nunca os deixando acumular por muito tempo, ou investem estes fundos para que eles não se desvalorizem de maneira absoluta ou relativa.⁴¹⁰

Esta última opção levantada por João Bernardo parece ter sido a escolhida, por exemplo, pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP), desde 1934, quando construiu sua primeira colônia no Guarujá, e depois com a construção de mais dezesseis colônias de férias espalhadas por diversos municípios e estados. Este

409 BERNARDO, João. Estado: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Ed. Escrituras, p. 39.

410 BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. Capitalismo sindical. São Paulo: Xamã, 2008, p. 9.

exemplo ratifica também a condição de hospedagem turística de que se revestem as colônias de férias.

Falta-nos falar sobre as condições gerais da produção, que seriam o seguinte, segundo nosso entendimento, a partir de uma adaptação que fizemos de um modelo proposto por João Bernardo:

No modelo que proponho,(...) a integração econômica pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos. A hierarquização é a forma como esta integração se realiza. (...). O aumento da produtividade num dos processos produtivos dominantes constitui, portanto, uma condição necessária para que tal aumento ocorra num número muito elevado dos restantes, pelo que são eles as condições fundamentais para a integração econômica global. Se se concentra nestes processos fundamentais o grosso das remodelações tecnológicas, a sua difusão acelera-se e amplia o campo das suas repercussões. É a partir daí que as inovações melhor se propagam a toda a economia, de maneira que os custos da reorganização da fabricação são muitíssimo menores do que seriam se o aumento geral da produtividade se tivesse devido à soma das reorganizações de cada uma das unidades produtivas particularmente consideradas. A estes processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, chamo Condições Gerais de Produção (CGP).⁴¹¹

As condições gerais de produção sempre foram necessárias para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O capitalismo não surge a partir dele mesmo. Ele vai se desenvolvendo conforme o desenvolvimento econômico. Por isso, parte das condições gerais de produção já estavam postos em cena quando da revolução industrial. Mas estas condições gerais de produção não são estáticas e seguem o mesmo princípio geral do capitalismo, o contínuo desenvolvimento e integração das forças produtivas, de maneira global e hierarquizada, servindo, também, para que as divisões internacional e territorial do trabalho possam ser organizadas e implementadas. Por isso as CGP, condições gerais de produção, não são apenas as infraestruturas necessárias à produção do capital, mas são mais amplas e complexas:

411 BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, p. 157.

Não se deve entender aqui produção num sentido meramente técnico, mas em toda a sua amplitude social. As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina “infra-estruturas”, mas cobrem todo o campo da tecnologia; que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade.⁴¹²

As CGP organizam-se e articulam-se, obrigatoriamente, social e espacialmente. Não há como as CGP realizarem-se se não se levar em conta a centralidade que o espaço tem neste processo. Mas outro elemento é central neste processo, a força do trabalho. A partir desta centralidade, pode-se classificar as condições gerais da produção, segundo João Bernardo, em:

a) Condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho. Incluo aqui as creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores, bem como as condições várias de existência das famílias de trabalhadores. Têm uma importância especial as infra-estruturas sanitárias e os hospitais. E, como o meio social em geral e, nomeadamente, o quadro urbano são decisivos para a formação da força de trabalho, aqui se insere o urbanismo, em sentido muito lato.

b) Condições gerais da realização social da exploração. Incluo aqui as condições para que o processo de trabalho ocorra enquanto processo de produção de mais valia, isto é, para que os trabalhadores sejam despossuídos da possibilidade de reproduzir e formar independentemente a força de trabalho e sejam despossuídos do produto criado, sendo, portanto, afastados também da organização do processo de trabalho. Para que este complexo resultado se assegure, as duas condições mais amplas são o urbanismo e as instituições repressivas.⁴¹³

Já asseveramos que “O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo”, conforme diz Pannekoek.⁴¹⁴ Posto que consideramos que os sindicatos podem ser enquadrados tanto nas “condições gerais da produção e da

412 BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, p. 158.

413 Ibid., p. 159.

414 (s/d). Disponível em <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>> acesso em 21 dez. 2017.

reprodução da força de trabalho”, como nas “condições gerais da realização social da exploração”. Ao oferecerem, além do turismo, serviços assistenciais como médicos, dentistas, etc, os sindicatos (instituídos dentro das superestruturas jurídicas do Estado capitalista) estariam realizando as CGP enquanto “reprodução da força de trabalho”. Por outro lado, ao servirem de mediadores dos conflitos entre trabalhadores e capitalistas, eles efetivariam as CGP enquanto “realização social da exploração”.

Por isso considerarmos os sindicatos como condição geral da produção, assim como os escolas que formam os trabalhadores. Por conseguinte, também consideramos como CGP o turismo sindical, por ele indubitavelmente servir para compor e repor as energias e capacidades da força de trabalho, reproduzindo-a, portanto. É uma forma vital e estratégica para o capitalismo produzir e reproduzir a sua acumulação. Produz e reproduz o trabalhador como produtor e produto, tanto do mercado de trabalho, como do mercado consumidor. Consequentemente, as colônias de férias são o locus privilegiado da realização desta condição geral de produção. Como parte importante das CGP financiadas pelos trabalhadores, as colônias de férias instituídas por sindicatos e associações de trabalhadores desempenham sua função neste mister:

Primeiro modo de realização do financiamento das condições gerais de produção: os impostos pagos pelos assalariados.

Os impostos pagos pelos assalariados e os pagos pelos capitalistas distinguem-se quer por sua realidade na estrutura económica, quer pela forma como geralmente se apresentam. De um modo geral, o assalariado, além de impostos indirectos que constituem na verdade taxas pagas pela utilização dos serviços públicos e que, como tal, entram na categoria do auto-financiamento das condições gerais de produção, (...), desconta a maioria dos impostos no acto de recebimento do salário. (...) Assim, e em termos muito gerais, pode dizer-se que os impostos efectivamente pagos pelos assalariados – enquanto assalariados – consistem predominantemente nos impostos indirectos, que são uma das fontes de auto-financiamento das condições gerais de produção e que, portanto, devem ser analisados nesta última categoria.⁴¹⁵

415 BERNARDO, João. Marx crítico de Marx: Livro primeiro: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital. Porto: Afrontamento, 1977, p. 71.

Os trabalhadores, na verdade, são os maiores, se não os únicos a realmente pagar impostos. Em qualquer manual básico de contabilidade, os custos com impostos do capitalista são computados como despesas da produção, que serão repassadas ao consumidor do produto ou serviço que estiver sendo comercializado. Mesmo que o consumidor seja uma pessoa jurídica, essa despesa que ela inicialmente absorve será repassada a outrem até chegar ao único consumidor, aquele que não detém os meios de produção, que não poderá repassar as despesas com impostos a mais ninguém, ou seja, o trabalhador. Portanto, todas as despesas com impostos recaem no processo final sobre a classe trabalhadora.

Mas no caso das colônias de férias há algo especial. Relembremos aquilo que já foi exposto nesta dissertação. Até o dia 10 de novembro de 2017, havia a obrigatoriedade do imposto sindical e sua aplicação, também compulsória, conforme determinava a CLT:

CAPÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

SEÇÃO I

DA FIXAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SINDICAL

Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do “imposto sindical” pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.

Art. 579. O imposto sindical é devido, por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou inexistindo este na conformidade do disposto no art. 581.

SEÇÃO II

DA APLICAÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL

Art. 592. O imposto sindical, feitas as deduções de que tratam os arts. 589 e 590, será aplicado pelos sindicatos:

II - Sindicatos de empregados:

j) colônias de férias e centros de recreação;⁴¹⁶

416 BRASIL. Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

Nos parece evidente, então, a centralidade que os trabalhadores têm no processo de financiamento das CGP, bem como, da própria condição do turismo sindical e das colônias de férias como condição geral de produção. Mas estas características não são exclusivas tão somente do turismo sindical e das colônias de férias de trabalhadores. Todas as outras modalidades de turismo da qual a classe trabalhadora participa também realizam esta condição, porém, o turismo sindical tem o condão de ser mais incisivo nesta realização por se tratar de uma instância social direta e profundamente vinculada à classe trabalhadora através dos sindicatos e associações de trabalhadores, tanto que chegou a alcançar o status constitucional.

Por fim, entendemos que o turismo sindical, assim como o turismo social, revela outra profunda e importante contradição. Ao conceber o tempo de trabalho e de não-trabalho como tempos separados e distintos, aprofunda ainda mais as clivagens de classes e a alienação, distanciando e, talvez, até mesmo impossibilitando a emancipação da classe trabalhadora. As realidades do mundo do trabalho fazem parte de um todo e só podem ser explicadas e transformadas a partir desta totalidade, assim, neste sentido, a lição de Ricardo Antunes:

“(...) uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (...).⁴¹⁷

O turismo sindical e as colônias de férias não são um aspecto pontual do turismo brasileiro ou mundial. Eles refletem e são reflexos de um contexto histórico-especial mais amplo, portanto, global. De maneira mais acentuada ou mais amena, podemos dizer que sejam quais foram as tendências que animam os “caminhos” ou tendências dos diversos movimentos sindicais, todos eles levam à “Roma”, ou seja, ao turismo sindical.

417 ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 173.

CONCLUSÃO

“Era inverno e as formigas botaram para secar os grãos que a chuva molhara.

Uma cigarra faminta lhes pediu o que comer. Mas as formigas lhe disseram:

– Por que tu também não armazenaste tua provisão durante o verão?

– Não tive tempo – respondeu a cigarra –, no verão eu cantava.

As formigas completaram:

– Então agora dance.

E caíram na risada.⁴¹⁸

Uma das fábulas mais famosas de Esopo, “A Cigarra e a Formiga”, foi escrita ainda nos tempos em que trabalho era *tripalium* e ócio *scholé*⁴¹⁹. “A fábula prefere apelar para as atitudes das aves e dos animais em geral, a fim de receber deles incentivos de percepção para captar certos aspectos da vida dos homens”.⁴²⁰ Enquanto a fábula alegoricamente representa certos aspectos da vida humana, Marx a revela na totalidade real, de maneira “fabulosa”:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem [o trabalhador] só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.⁴²¹

418 ESOPHO. Esopo: Fábulas. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 171.

419 “O legendário Esopo foi um personagem quase mítico do século VI a.C.. (...) Sabe-se que ele foi um escravo libertado por seu último senhor, Xanto.” (Op. cit. capa). Achamos interessante trazer a fábula de Esopo por entender, como uma das interpretações possíveis (várias outras existem com sentido muito diverso), para simbolizar a luta de classes. Esopo tendo sido escravo, devia conhecer de perto a exploração do trabalho numa sociedade escravagista. Podemos então interpretar a fábula como uma crítica simbólica à apropriação da cigarra (o senhor de escravos), que não trabalha, mais que “vive a vida” (para os gregos antigos só quem não precisava trabalhar podia viver) às custas do trabalho alheio, e as formigas (os escravos) que sabem que a vida exige o trabalho útil. Podemos entender que, talvez, Esopo, alegoricamente, estivesse exortando os produtores do trabalho e não permitir que os usurpadores lhes explorassem. Além disso, as formigas representam, simbolicamente, a produção conjunta sendo conjuntamente repartida. E como fábula, ela permanece atual, ao menos em parte. A cigarra faminta de comida e que não produz trabalho socialmente útil, bem poderia ser o capitalista faminto de mais-valia e que só faz se apossar do trabalho de outrem. Todavia, pobre das formiguinhas modernas... além de terem de trabalhar de verão a verão, ainda veem o fruto do seu trabalho acumulado nos cofres de modernas cigarras... Por outro lado, é bom lembrar, a burguesia interpreta esta fábula com uma espécie de “ode ao trabalho”, regozijando-se com o trágico e “merecido” fim da ociosa e “improdutiva” cigarra, e vangloriando o árduo e constante trabalho das disciplinadas formiguinhas...

420 FERACINE. Luiz. In: FEDRO. Fedro: Fábulas. São Paulo: Escala S/D, p. 13.

421 MARX. Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, p.83.

Nesta trágica fábula marxista às avessas, onde o animal se torna humano, e o humano animal, a tragédia ganha materialidade no tempo e no espaço real. Nestes tempos de animalização dos homens e humanização dos animais “O mercado de produtos e serviços para animais de estimação não sofreu grandes retrações diante da recessão econômica nos últimos anos no país, como ocorreu com os outros setores”⁴²². Nesta toada, já que disseram que “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”:⁴²³

(...) no ranking mundial, de acordo com a Abinpet, o Brasil ainda é um dos principais países do mercado pet mundial, ocupando o terceiro lugar no faturamento, representando 5,3% de US\$ 102,2 bilhões até setembro de 2016. Os países que mais faturam no setor são: os Estados Unidos com 42% do faturamento total, seguido pelo Reino Unido (6,7%), Brasil (5,3%), Alemanha (5,1%), França e Japão (ambos 4,6%), Itália (3,1%), Austrália (2,6%), Canadá (2,5%) e Rússia (2,1%).⁴²⁴

Há quem diga que Marx está fora de moda. Mas sendo a realidade *démodé*...:

Cerca de 1% da população mundial detém quase 50% da riqueza produzida no planeta. Os outros 99% dividem, em partes também desiguais, os cerca de 50% restantes. A informação não é de uma organização pequena ou que pudesse ser acusada de ter viés ideológico, mas, sim, de uma instituição financeira respeitada mundialmente, o banco Credit Suisse. E, pior, segundo o estudo, a concentração da riqueza está aumentando. A pesquisa levou em conta dados patrimoniais de 4,8 milhões de adultos procedentes de mais de 200 países.⁴²⁵

Não há tempo para a realidade no espaço de tempo irreal. Onde se encontram, então, a realidade real do tempo e do espaço? “Oito indivíduos (todos homens) detêm a mesma riqueza que os 3,6 bilhões que fazem parte da metade mais empobrecida do

422 BRAGA, Ariane. Edição do Brasil. 17 de março de 2017. Disponível em <<http://edicaodobrasil.com.br/2017/03/17/mercado-pet-brasileiro-ocupa-o-3o-lugar-mundial-em-faturamento/>>. Acesso em 12 dez. 2017.

423 CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes>. Acesso em 12 dez. 2017.

424 BRAGA, Ariane. Op. cit..

425 OXFAM. Oxfam Brasil. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/noticias/um-mundo-tao-desigual-e-viavel>>. Acesso em 12 dez. 2017.

planeta”⁴²⁶. “Em todo o mundo, 815 milhões de pessoas passam fome”⁴²⁷. Eis o “onde” e o “quando” reais! E estes não são espaços-tempos plurais, como querem nos fazer crer! É apenas espaço-tempo, no singular. Espaço-tempo singular, do capital. Porque o espaço-tempo do capital, embora combine desigualdades, é total. Tal qual o espaço e o tempo do trabalho e o espaço e o tempo do lazer. Espaços e tempos separados são ilusões, ideologias. Mas, por sempre haver a contradição, comportam a fragmentação, enquanto circunscrita ao interior da totalidade. Não é a soma de fragmentações que compõe a totalidade. A totalidade é que compõe as fragmentações.

As colônias de férias, localizando-se num tempo e num espaço capitalistas, só poderão ter em sua genética, os genes do capitalismo. A trajetória desta dissertação foi no sentido de traçar a árvore genealógica deste objeto espacial. Descobriu-se que, se sua mãe é a mais-valia, seu pai, é o desenvolvimento das forças produtivas. As colônias de férias são, portanto, um grande negócio, em todos os seus significados (inclusive, quanto à negação do ócio). Um negócio cheio de profundidade, e, em virtude de sua profundidade, também repleto de obscuridades.

Há a obscuridade que residiu nas origens das primeiras colônias de férias instituídas pelos regimes fascistas e bolchevistas. Mas como sempre há a totalidade, a moeda, inexoravelmente, tem dois lados. O capital é moeda. É uma moeda de dois lados. Fascismos e liberaisismos foram e são dois lados desta moeda. Fascismos e liberaisismos são, ambos, capitalismo. A atualidade desta afirmação reside não apenas na observação empírica de que as colônias de férias continuam aí, presentes na paisagem e no cotidiano dos trabalhadores, mas que a cotidianidade da classe trabalhadora continua sendo dirigida – “burocraticamente dirigida”, diria Lefebvre –, num processo sempre constante e crescente, por esta moeda, o capital (fascista ou liberal). Colonizam-se não só as férias do trabalhador, mas cada um de seus dos 365 dias do ano. E nem o ano bissexto escapa... Esta moeda existe, portanto, para se transformar em outras tantas moedas que se transformarão noutras tantas num ciclo sem fim...

426 REDAÇÃO. Redação. Oxfam: 6 falsas premissas que impulsionam a desigualdade. Carta Capital. 17 jan. 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/economia/oxfam-6-falsas-premissas-que-impulsionam-a-desigualdade>>. Acesso em 12 dez. 2017.

427 CAZARRÉ, Marieta. Relatório mostra que 815 milhões de pessoas passam fome no mundo. EBC – Agência Brasil. 15 de setembro de 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/relatorio-mostra-que-815-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo>>. Acesso 12 dez. 2017.

Também há a obscuridade que residiu na contradição de que este objeto espacial, embora há muito tempo amplamente legislado pelo Estado e significativamente materializado na paisagem, ter sido tão pouco e precariamente estudado e analisado. Parece que este espaço da classe trabalhadora, melhor dizendo, para a classe trabalhadora, estava condenado a não ser e não ter história, como se nesse campo – palco privilegiado do turismo – só houvesse bucolismo, e não luta. Este era o espírito explícito e despudorado do Estado Novo, para não “desnaturar em luta de classes”. Mas como “A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”⁴²⁸, as forças hegemônicas do capital “conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado” para de novo, e de novo, e de novo não “desnaturar em luta de classes”⁴²⁹ a sociedade do capital. Distantes das fábricas, praia e sol para refrescar... eis as colônias de férias.

Obscuro, também é, não o movimento sindical, mas a burocracia sindical. “Marx opera o deslocamento da economia política para a luta de classes, segundo ele a chave para a compreensão da sociedade”⁴³⁰. A burocracia sindical faz o caminho oposto e cindido, conduzindo o movimento sindical de volta à economia política, mas separando a luta econômica da luta política – um obstáculo fatal no rumo à emancipação da classe trabalhadora. A alienação transpassa o ambiente fabril. O trabalhador além de não reconhecer mais o produto de seu trabalho e não reconhecer a si mesmo como trabalhador, não reconhece a própria classe. Tudo se tornou estranho: “Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]”⁴³¹. Repitamos, mais uma vez, Pannekoek, “O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo”.⁴³² Em grande parte a burocracia sindical contribuiu e contribui para esta alienação da classe trabalhadora, pois, como diria Geraldo Vandré, “acredita nas flores vencendo o canhão”. A burguesia nunca mediu esforços para alcançar seus objetivos. Fez, dentre tantas outras guerras, duas grandes guerras mundiais cuja maioria esmagadora de mortos e feridos foram trabalhadores, seja na condição de

428 KARL. Marx. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, p 25.

429 BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

430 OLIVEIRA, Francisco de. In: MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017, contracapa.

431 MARX. Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004, p.84.

432 Disponível em <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>, acesso em 21/12/2017.

civis, seja na condição de militares (a imensa maioria das tropas combatentes foram recrutados entre os trabalhadores, ou seja, não eram militares de carreira). Não exitou, entre outros golpes, de promover o Estado Novo e o Golpe de 1964, que da mesma forma mataram e feriram milhares de trabalhadores. A reação da burocracia sindical muitas vezes, porém, foi... construir colônias de férias para os trabalhadores... por isso a “grande explosão”⁴³³ desta modalidade de hospedagem justamente durante a ditadura militar... Mas, novamente a contradição... como condenar o lazer, mesmo que alienante, de uma classe cujo único sentido para o capital é ser explorada? A burocracia sindical grita, como se gritasse “inverno e verão” não passarão! Pois passaram, e só ela parece não ter visto... não há mais inverno, nem há mais verão. O ano todo é a mesma estação, e se chama *tripalium*.

Mas a profundidade de que estamos falando é ainda mais profunda... e, portanto, ainda mais obscura. Se o negócio é a negação do ócio; se o tempo livre é também mais-trabalho, se faz necessário territorializar mais detidamente o espaço do lazer, se é que há um território do lazer, no nosso caso, mais especificamente, um território do turismo, porque o território significa delimitar a zona de atuação de um poder.

Se partirmos do pressuposto que há um território do turismo, por conseguinte, teremos que admitir que o turismo exerce poder sobre um território. Este turismo pode ser também realizado por sindicatos e associações de trabalhadores, o qual denominamos de turismo sindical. As colônias de férias são o principal meio para a realização do turismo sindical. O que isso pode significar?

Ao abordar a relação entre metrópole e colônia, Moraes afirma que “(...) A colônia representa, em si, a internalização do agente externo, que passa a atuar como elemento de estruturação interna daquela localidade (...).”⁴³⁴ Fazendo, então, uma analogia baseada neste excerto, ousamos dizer que as colônias de férias da classe trabalhadora, cuja genética é determinada no interior do modo de produção capitalista, projetarão não a sua imagem, mas a imagem oposta (e, ao mesmo tempo, imposta), que se fundamenta na

433 KARKLIS, Luis Roberto. Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso. Dissertação. Universidade de São Paulo, p. 41. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

434 MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil, 2ª Edição, Annablume, SP, 2005, p. 63. In: AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 127.

propriedade privada imobiliária e nos seus corolários. Como agente externo, portanto, as colônias de férias dos trabalhadores estruturam internamente a localidade onde se encontram, nos mesmos moldes que os capitalistas estruturam as suas localidades, o que significa que se há poder territorial, esse poder é, na essência, dos capitalistas, e não dos trabalhadores, que só detêm a aparência deste poder.

E, mais. As colônias de férias, já que o turismo é uma invenção – e o turismo sindical é uma invenção maior ainda, pois além de ser posterior àquele, representa um estágio superior do desenvolvimento das forças produtivas – são o reflexo mimético da classe trabalhadora, não enquanto classe trabalhadora, mas enquanto classe consumidora em relação à classe capitalista.

Recorremos, então, novamente a Moraes, segundo o qual “[...] a colônia corresponde à existência de uma metrópole, que atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador.”⁴³⁵ Ora, podemos dizer, mais uma vez analogamente, que as colônias de férias se impulsionam e se dinamizam segundo uma metrópole (um sindicato ou associação sindical), onde se instala uma burocracia sindical, mas essa por sua vez, tal qual a família real portuguesa nos tempos do império que se sujeitava à coroa britânica, sujeita-se aos ditames do capital. Mais uma vez, portanto, o poder de fato retorna aos capitalistas.

Já não bastassem todas essas tragédias, existem as tragicomédias. Não é suficiente para o capitalismo explorar a classe trabalhadora. Seria cômico, se não fosse trágico, o fato de que, além do trabalhador pagar seu próprio salário – só na terra do faz de conta é possível crer que é o patrão que paga o trabalhador e não que o trabalhador, com seu próprio trabalho, paga a si mesmo –, ter de pagar pelas condições gerais de produção. No capitalismo não é só o capitalista que explora o trabalhador. O Estado também é seu algoz. Impostos diretos e indiretos recaem pesadamente sobre a classe trabalhadora. Na verdade, somente ela arca com a totalidade dos impostos estatais. Os capitalistas possuem diversos mecanismos de transferência dos custos de impostos para terceiros que, no final, sempre recairão sobre aqueles que não têm como repassá-los, ou seja, os trabalhadores. São com os impostos sobre os trabalhadores que serão organizadas e implementadas as CGP.

435 MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil, 2ª Edição, Annablume, SP, 2005, p. 63. In: AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 127.

Como sempre, socializam-se os custos, somente entre os trabalhadores, mas os lucros sempre serão privados, da classe capitalista.

A obscuridade também se faz presente nas fotos. Os recursos tecnológicos nos dispositivos eletrônicos de imagem podem até converter cara feia em sorriso, mas não podem maquiar o fato de que o espaço como um todo, mas especialmente o espaço do turismo, é um espaço reificado, preenchido por vazios, cuja forma são fôrmas a serem preenchidas pela massa trabalhadora. Marx disse que "Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência".⁴³⁶ A foto, portanto, não revela o fato. Ela existe, aos milhões, justamente para não revelá-lo. E o fato é que, toda forma de lazer, no modo de produção capitalista, se limita ao "*licere*", a fazer o que é lícito e permitido. Por isso a razão da forma e da fôrma... que, na atual fase do desenvolvimento das forças produtivas, são industriais. O turismo em geral e o turismo sindical são produtos da indústria turística.

Mas se fôssemos encerrar esta conclusão afirmando um território do turismo e uma indústria do turismo, estaríamos nos contradizendo. Por isso, a presença constante da conjunção subordinativa "se" no tocante à esta "obscuridade". No modo de produção capitalista todos os territórios e todas as indústrias acontecem concomitantemente, ainda que hierarquicamente. A articulação de territórios e indústrias sobrepostas no tempo e no espaço é condição *sine qua non* para o capital se produzir, reproduzir, circular e se acumular. O grande exemplo disso é a articulação espacial e temporal das indústrias no espaço urbano. Os mesmos caminhos que levam os turistas à Roma, também levam as mais variadas mercadorias... O capitalismo é global, como global é a articulação e a utilização dos meios de produção e das forças produtivas. Por isso não é possível nem uma indústria nem um território que sejam exclusivamente do turismo ou para o turismo.

Por fim, se começamos com o motor da história, é com ele que devemos encerrar, porque ele é, ao mesmo tempo, o meio e o fim de nossa sociedade. Sobre a luta de classes, há muitos que dizem que ela não mais existe. Mas como isso poderia ser? Se o capitalismo se revoluciona é porque as próprias forças produtivas se desenvolvem. E estas se desenvolvem justamente porque as classes lutam entre si. A história, permeada de contradições, é dialética. Não foram os trabalhadores com suas lutas por melhores

436 MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: Os pensadores. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 30.

condições de vida material e espiritual que incentivaram o desenvolvimento tecnológico que foi substituindo a mais-valia absoluta pela mais-valia relativa? E não foi a mais-valia relativa que gerou mais desenvolvimento tecnológico que gerou mais mais-valia relativa e assim sucessivamente? É fato. Todo avanço nas condições da classe trabalhadora foi conquistado por lutas, pois, se dependesse do capitalista individual, o trabalhador seria escravo. Mas “quanto mais mercadoria o trabalhador produz, mais aumenta sua miséria”⁴³⁷... O fato de a vida material ter melhorado para uma parte da classe trabalhadora – a classe trabalhadora é mundial, mas esta melhoria não foi proporcionada mundialmente, conforme se pode depreender dos mais 800 milhões de seres humanos que passam fome no mundo – não significa que ela está mais rica. Eis a contradição. Se no Brasil hoje a grande maioria dos lares têm televisão, isso não significa uma desigualdade menor. Significa simplesmente que a mercadoria televisão se tornou banal, assim como tantas outras mercadorias. Mesmo o fato de ela ser essencial para a difusão da ideologia burguesia, isso não lhe retira o caráter banal de mercadoria produzida em tamanha larga escala que pode ser acessível a uma parcela maior da população. Assim são as “cordilheiras” de mercadorias banais a entupir a esfera do lar da classe trabalhadora. Interessante perceber que à medida que o trabalhador pode acessar mais quinquilharias e banalidades (banalmente produzidas, em suas diversas etapas, em escala mundial), menor se torna seu acesso à terra, seja ela urbana ou rural. Põe-se aí a questão do espaço...

É fundamental enfatizarmos que, muito embora o turismo sindical e as colônias de férias tenham sido moldados especificamente para conter e condicionar os tempos ditos livres dos trabalhadores, eles alcançam uma parcela muito pequena da classe trabalhadora. Mesmo que as colônias de férias sejam um objeto espacial com uma presença significativa na paisagem de alguns lugares, elas parecem estar muito longe de atender a totalidade da classe trabalhadora. O mesmo se refere ao chamado turismo de massa, “pelo simples fato de que as massas não fazem turismo”⁴³⁸. As massas mal conseguem comer (e, mesmo quando comem, passam fome, pois grande parte das vezes só tem acesso a alimentos hipercalóricos e muito pouco nutritivos, gerando, contraditoriamente, uma massa de obesos ao mesmo tempo desnutrida, ou seja, além da fome quantitativa, há a fome qualitativa...). E quando estão no Mediterrâneo não é para fazer turismo, é para fugir da fome e da guerra, não sendo pouca as vezes que morrem afogadas neste mesmo Mediterrâneo de tantos

437 MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 111.

438 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca, p. 6.

atrativos turísticos. Portanto, se o turismo é para uns poucos humanos, é menos ainda para os trabalhadores.

Por fim, a luta continua. Mesmo que a classe trabalhadora se encontre numa situação que parece tornar inalcançável sua emancipação, a luta continua. O jogo só termina quando acaba. E essa é a grande incógnita. Nada é para sempre, nem mesmo este universo. Todos os modos de produção da história tiveram começo, meio e fim. Com o capitalismo não há de ser diferente. Todavia, se Marx previu que neste jogo entre classes, os explorados venceriam afinal, já que toda a história mostrou-se favorável aos exploradores, os dias de hoje colocam esta previsão em denso nevoeiro. Os avanços dos meios de produção e das forças produtivas parecem caminhar no sentido de possibilitar o ser humano a se libertar do trabalho alienado. Todavia, a burguesia só existe em virtude de sua dependência a este trabalho alienado. Marx afirmou que este desenvolvimento dos meios de produção chegaria a um ponto que faria ruir o próprio capitalismo e instituir o socialismo. Porém, da mesma forma que os avanços tecnológicos podem libertar a classe trabalhadora do trabalho alienado, podem “libertar”, ao menos do ponto de vista da técnica e da teoria, a classe capitalista da classe dos trabalhadores. Num jogo, qualquer resultado é possível, se não, não é jogo. E esse jogo, luta que tem-se mostrado cada vez mais violenta, ao menos dois caminhos podem ser possíveis. Um novo modo de produção, com novas classes sociais (o que pode ser pior ou melhor, mas pelo que o presente indica, a primeira opção parece mais provável) pode superar o modo de produção atual. Ou, o jogo atual se resolve, enfim. Ganhando a classe trabalhadora descrita por Marx, a promessa é de um paraíso socialista (temos que convir, por mais que o marxismo fosse racional, não prescindiu de um pouco de fé...). Ganhando a classe capitalista, nem promessa há... a não ser, talvez, um “tour” sem volta às profundezas do Mediterrâneo. Mas tudo isso são especulações... fiquemos mesmo, sob o sol à beira mar, em uma, de tantas colônias de férias que nos esperam...

REFERÊNCIAS

ADORNO. **Theodor W. Palavras e sinais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

_____. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj et al. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 9, 1996.

_____. In MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**; tradução Rubens Enderle, 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**. Londrina: Editora Práxis, 2001.

_____. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 2001.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. Boitempo Editorial, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. Editora Autores Associados, 1982

_____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

_____. **De Vargas a Lula: Caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil**. Pegada. São Paulo, v. 7, n. 2, 2006, pag. 01.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2013.

AMBROZIO, Júlio César Gabrich. **O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Na luta contra o fascismo: Brasileiros na guerra civil espanhola: Combatentes**. Revista de Sociologia e Política, v. 12, n. 12, p. 35-66, 1999.

ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENSAID, Daniel. **Espetáculo, Fetichismo, Ideologia. (Um livro inacabado)**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx: Livro primeiro: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital**. Porto: Afrontamento, 1977

_____. **O inimigo oculto: Ensaio sobre a luta de classes: Manifesto anti-ecológico**. Porto: Afrontamento, 1979.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Estado: a silenciosas multiplicação do poder**. São Paulo: Ed. Escrituras, 1998.

_____. **Labirintos do fascismo**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: 1998.

_____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. **Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. **Democracia totalitária: Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional**. In. Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da; SOBRINHO, Cláudio Mello. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Editora Roca, 2003

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da et al. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011

DURAND, Afonso Luciano. MOREIRA, Antônio Carlos Duarte. **História dos 66 anos da fundação da AFPEP**. São Paulo: Editora São Paulo Shimbun, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Escala, 2009

ESOPO. **Esopo: Fábulas**. Porto Alegre: L&PM, 1997

FAUSTO, Boris. **Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão**. Novos estudos CEBRAP, v. 20, p. 6-37, 1988.

FECHEUX, Michel. **O mecanismo do (des)conhecimento ideológico**. In: ZIZEK, Slavoj et al. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 9, 1996, p. 164.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica. Decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1993

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2005.

HENRIQUES, Eduardo Brito. **A Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GORENDER, Jacob. **Apresentação**. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle, 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

HOLLOWAY, John. **Como mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

IBGE - **Sindicatos : indicadores sociais 2001** / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2002. 257p.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

KOVAL, Boris Iosifovich. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982

KURZ, Robert. **A ditadura do tempo abstrato. Identidade cultural, território e lazer**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Posição contra os tecnocratas**. São Paulo: Nova Crítica, 1969.

LOVE, Joseph. **A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Urbanização turística - um novo nexo entre o lugar e o mundo**. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: Ed. UECE, 1998.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGANO, Octávio Bueno. **Manual de direito do trabalho**. V.1. Parte Geral. São Paulo: Editora LTR, 1993

MARANHÃO, Délio. CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Direito do trabalho**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993, p. 460.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: Os pensadores. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____ **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____ **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____ **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____ **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**; tradução, organização e notas de Marcelo Backes. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo Editorial, 2016.

_____ **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István et al. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005

_____ **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984

MOREIRA, Ruy. **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013

OLIVEIRA, Francisco de. **Apresentação** (contracapa). In: MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017, contracapa.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea Editora, 2005

PEDROSA, Mário. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo FP. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, v. 1, 1996

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004

SCHLÜTER, Regina G. **El turismo en Argentina: Del balneario al campo**. Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **Um livro audacioso**. In: O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. KURZ, Robert. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 09/10.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

STEINHILBER, Jorge. **Colônia de férias: organização e administração**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2005

TRAGTENBERG, Maurício. **Apresentação** (contracapa). In: Economia dos conflitos sociais. BERNARDO, João. São Paulo: Cortez, 1991.

VANEIGEM, Raol. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

ZIZEK, Slavoj et al. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 9, 1996

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ABDALA, Vitor. **Rendimento médio do trabalhador fica em R\$ 2.109 em maio**. EBC – Agência Brasil. 30 de junho de 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/rendimento-medio-do-trabalhador-fica-em-r-2109-em-maio>>. Acesso em 10 dez. 2017

AGUILAR, Daniel Muñiz. **La política de turismo social**. Junta, Dirección General de Planificación Turística, 2001. Disponível em <<http://www.econlinks.uma.es/Libros/TS/Cap1.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2017.

ALDRIGUI, Mariana. **Meios de hospedagem**. Aleph, 2007, p. 34. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/49809932/Meios_de_hospedagem__grafica.pdfAWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1504479631&Signature=7xoWeDPFifKoRB20Qd3fFvHfDw%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMeios_de_Hospedagem.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

ALESP. **Decreto-Lei nº 13.030, de 28 de outubro de 1942**. Estatuto dos funcionários públicos civis dos Municípios do Estado de São Paulo. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1942/decreto.lei-13030-28.10.1942.html>>. Acesso 27 dez. 2017.

ALESP. **Decreto-Lei nº 50, de 1º de maio de 1969**. Dispõe sobre concessão de uso a várias entidades de classe de próprios estaduais, situados nos municípios de Praia Grande, comarca de São Vicente, e Mongaguá, comarca de ItanhaémDisponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-50-01.05.1969.html>>. Acesso em 20 dez. 2017.

ALMEIDA, Fernando Estima de; SUGIYAMA, Maristela de Souza Goto. **Colônias de férias: turismo e lazer do trabalhador**. Trabalho apresentado ao GT “Turismo Social” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006. Observação: a referida tabela fora editada para atender a finalidade desta pesquisa, não sendo idêntica à original apresentada pelos autores do referido trabalho. Disponível em:<https://www.uces.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT15-2.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

ARIAS, Jesica Magali. **Análisis de un modelo de turismo sindical en la República Argentina**. Monografía de Graduación. Universidad Nacional de Mar del Plata. 2012. Disponível em <<http://nulan.mdp.edu.ar/2124/>>. Acesso em 27 dez. 2017.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 97, 2006, p. 1146. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/873/87313710004/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2002, pp 333-335 in Fabiana das Neves Reis. Stakeholders e extra-hotelaria. Estudo de casos múltiplos: bed

and breakfast e hostel. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2013, p. 34. Disponível em <http://portal.anhembi.br/wp-content/uploads/dissertacoes/hospitalidade/2013/Dissertacao_Fabiana_das_Neves_Reis_Ribeiro.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

BERGMANN, Romina García. **Relevamiento y descripción de los hábitos de consumo turístico de la sociedad de Mar del Plata**. 2014. Tese de Doutorado. Disponível em <<http://repo.turismo.gov.ar/bitstream/handle/123456789/4098/Relevamiento%20y%20descripci%C3%B3n%20de%20los%20h%C3%A1bitos%20de%20consumo%20tur%C3%Adstico%20de%20la%20sociedad%20de%20Mar%20del%20Plata%20-%20Garc%C3%Ada%20Bergmann%2C%20Romina%20S..pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revoltas**. Segunda versão remodelada e muito ampliada (Versão Digital) 2015, p. 14. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2015/junho/15.05.Labirintos-do-fascismo.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

BERNARDO, João. **O tempo – substância do capitalismo**. Cadernos de Ciências Sociais (Fundação Santo André), nº 1, 2005, p. 4. Disponível em <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Bernardo,%20Jo%C3%A3o/O%20Tempo%20-%20substancia%20do%20capitalismo.pdf>>. Acesso 05 dez. 2017.

BRAGA, Ariane. **“Mercado pet brasileiro ocupa o 3º lugar mundial em faturamento”**. Jornal Edição do Brasil. 17 de março de 2017. Disponível em <<http://edicaodobrasil.com.br/2017/03/17/mercado-pet-brasileiro-ocupa-o-3o-lugar-mundial-em-faturamento/>>. Acesso em 12 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 24.393, de 13 de junho de 1934**. Promulga o Convênio entre o Brasil e a Argentina para o fomento do turismo, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24393-13-junho-1934-551460-publicacaooriginal-67976-pe.html>>. Acesso 27 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.846, de 3 de agosto de 1937**. Promulga diversos Atos Internacionais, firmados em Montevideo, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, a 20 de dezembro de 1933. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1846-3-agosto-1937-449906-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939**. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 27 dez. 2017.

BRASIL: **Decreto-Lei nº 4.298, de 14 de maio de 1942**. Dispõe sobre o recolhimento a aplicação do imposto sindical e dá outras providências. Disponível em

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4298-14-maio-1942-414332-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 25 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.856, de 27 de setembro 1943.** Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5856-27-setembro-1943-416003-norma-padrao>>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de Maio de 1945.** Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. **ATO Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 20 dez. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 28 de dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 67.227, de 21 de Setembro de 1970.** Estabelece prioridades para uma política de valorização da ação sindical. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67227-21-setembro-1970-408891-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 dez 2017.

BRASIL. **Portaria nº 100, de 16 de junho de 2011.** Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=175>>. Acesso em 25 dez. 2017.

BRASIL. **Ministério do Turismo** (s/d). Disponível em <<http://www.turismo.sp.gov.br/cadastur.html>>. Acesso em 02 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo – marcos conceituais.** Brasília, (s/d). Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRÊTAS, Ângela. **O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do governo Vargas no campo do não trabalho**. Cad. AEL, v. 16, n. 28, 2010. Disponível em <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/205/213>. Acesso em 4 jul. 2015.

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, p. 10. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_2262.pdf>. Acesso 11 set. 2017.

CARTA CAPITAL. Redação. **Oxfam: 6 falsas premissas que impulsionam a desigualdade**. Carta Capital. 17 jan. 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/economia/oxfam-6-falsas-premissas-que-impulsionam-a-desigualdade>>. Acesso em 12 dez. 2017.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **A exclusão e a inclusão social e o turismo**. Revista de turismo e patrimônio Cultural, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005. Disponível em <<http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf>>. Acesso 27 dez. 2017.

CPDOC | FGV • **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>>. Acesso em 05/11/2017.

CPDOC | FGV • **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-alves-de-carvalho-pinto>>. Acesso em 28 dez. 2017.

CAZARRÉ, Marieta. **Relatório mostra que 815 milhões de pessoas passam fome no mundo**. EBC – Agência Brasil. 15 de setembro de 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/ministra-relatora-815-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo>>. Acesso 12 dez. 2017.

DALBEN, André. **As colônias de férias como objeto de pesquisa da história da educação na América do Sul**. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/AS%20COLONIAS%20DE%20FERIAS%20COMO%20OBJETO%20DE%20PESQUISA.pdf>>. Acesso em 02 set. 2017.

DUARTE, Renata Nascimento; MARIN, Elizara Carolina; IVO, Andressa Aita. **Colônia de férias como projeto de extensão universitária**. Biomotriz, v. 8, n. 2, 2015, p. 2. Disponível em <http://177.101.254.123/index.php/BIOMOTRIZ/article/viewFile/859/pdf_9>. Acesso em 01 set. 2017.

ESQUERDA.NET. **10 maiores empresas ganham mais do que maioria dos países do mundo juntos**. Jornal Esquerda.net. 14 de Setembro, 2016. Disponível em <<http://www.esquerda.net/artigo/10-maiores-empresas-ganham-mais-do-que-maioria-dos-paises-do-mundo-juntos/44467>>. Acesso em 09 dez. 2017.

FALCÃO, Carlos Henrique Porto. **Turismo Social**. In Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade / organizador Juarez Correia Barros Júnior – 1.ed -

São Paulo: Editora Edicon, 2009. Disponível em <<http://www.trabalhoevida.com.br/download/livro.pdf#page=114>>. Acesso em 27 dez. 2017.

FERNANDES, Márcio. **A fixação pelo dopolavoro paraestatal em quatro países: apontamentos sobre experiência do século 20**. Ed. Adolpho Queiroz & Hertz W. de Camargo, 2014. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Josemari_Quevedo/publication/299692636_Observacoes_sobre_o_Marketing_Politico-Ambiental_dos_Tweets_de_Candidatos_a_Prefeitura_de_Curitiba_Eloisa_Loose_UFPR_Josemari_Poerschke_de_Quevedo_UFPR_e_Valeria_Souza_Duarte_UFPR_capitulo_de_livro_-_/links/57043c8608ae74a08e2461e0.pdf#page=39>. Acesso em 11 nov. 2017

FOHB. **Hotelaria em Números – Brasil 2014**. Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. São Paulo: FOHB, (s/d). Disponível em <http://www.fohb.com.br/pdf/Hotelaria_em_Numeros_2014.pdf>. Acesso em 02 maio 2015.

FUVEST - Fundação Universitária para o Vestibular. **Fuvest 2018: Relação de candidatos vagas**. FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular, 07 nov. 2017. Disponível em <http://www.fuvest.br/wp-content/uploads/relacao_candidato_vaga_2018.pdf>. Acesso em 06 dez. 2017.

GALLEGOS, Silvia López. **El control del ocio en Italia y España: de la Opera Nacionales Dopolavoro a la Obra Sindical de Educación y Descanso**. Revistas de La Uva. Universidad de Valladolid, 2004. Disponível em <<http://uvadoc.uva.es/bitstream/10324/17863/1/Investigaciones-2004-24-Control-Ocio-Italia-Espana.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

KARKLIS, Luis Roberto. **Organização, estrutura e impactos das colônias de férias de trabalhadores: alguns estudos de caso**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Dissertação de Mestrado. 2008. Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112009-121318/pt-br.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006, p. 63. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

LENCIONI, Sandra. **Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 11, p. 6, 2007.) Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24507.htm#_ednref4>. Acesso em 05 fev. 2016.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Paris: Revista Actuel Marx, n. 18, p. 8, 1995. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39210775/a_teor%C3%ADa_do_desenvolvimento_desigual_e_combinado.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1514500222&Signature=j9tGXAXeqPmnBShYG14OuL5gWpc%3D&response-content-

disposition=inline%3B%20filename%3DA_teoría_do_desenvolvimento_desigual_e_c.pdf>. Acesso 28 dez. 2017.

MASSARI, Cristina. **O Observatório de Inovação do Turismo**. In: CARVALHO, Caio Luiz de; BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Orgs). Discussões e propostas para o turismo do Brasil: o Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. p. 23-24 Apud SILVA, Ana Maria Travassos da, et al. Turismo social e políticas públicas: estratégias de otimização no SESC de Triunfo-PE. 2008, P. 37. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7531>>. Acesso 27 dez.2017.

MULLER, Enrique. **Pisos de lujo en una ruina nazi**. Jornal El País, 20 abril 2015. Disponível em <https://elpais.com/internacional/2015/04/20/actualidad/1429544825_688889.html>. acesso em 27 dez. 2017.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 78-92 Apud SILVA, Ana Maria Travassos da, et al. Turismo social e políticas públicas: estratégias de otimização no SESC de Triunfo-PE. 2008, p. 21. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7531>>. Acesso em 22 jan. 2015

ORIGEM DA PALAVRA – Site de etimologia. **Consultas e artigos com a palavra "colônia"**. Disponível em <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/colonia/>>. Acesso em 27ago. 2017.

ORIGEM DA PALAVRA - Site de etimologia. **"Etimologia do termo didática e ensinar"**. Disponível em <<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/etimologia-do-termo-didactica-e-ensinar/>>. Acesso em 06 dez. 2017.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. 1930–1945 A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista. 2005, pp 01/02. Disponível em <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/hotelaria11.pdf>>. Acesso 27 dez. 2017.

PANNEKOEK, Anton. **A luta operária. (s/d)**. Disponível em: <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>>. Acesso em 08 mar 2014.

PASTORIZA, Elisa. **El turismo social en la Argentina durante el primer peronismo. Mar del Plata, la conquista de las vacaciones y los nuevos rituales obreros, 1943-1955**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, mis en ligne le 16 juin 2008, p. 3. Disponível em <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/36472>>. Acesso em 27 dez. 2017.

PASTORIZA, Elisa; PIGLIA, Melina. **Asociaciones civiles, empresas y Estado en los orígenes del turismo argentino**. Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales, n. 27, p. 393-415, 2012, p.9. Disponível em <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2012/Dossier%20pastoriza/Asociaciones%20civiles.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

PATRÍCIO, Manuela. **A Política pública do turismo e o turismo social**. In: VII Congresso Internacional Rulescoop: Economía social: identidad, desafíos y estrategias. Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2012.

(APUD CUNHA, LICÍNIO (2001): Introdução ao Turismo, Editorial Verbo, Lisboa/S. Paulo.) Disponível em <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/846/1/COM_ManuelaPatricio_2012.pdf>. Acesso em 27 dez. 2017.

PAULA, Amir E Hakim de. **A Relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de Concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29052012-155722/pt-br.php>>. Acesso em 27 dez. 2017.

PEDROSA, Mário. **Entrevista**. (s/d). Disponível em <<https://midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/361990.shtml?comment=on>>. Acesso em 05 nov. 2017.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em 03 set. 2017.

RAMIREZ, Sabrina. **Turismo Social en el sudoeste de la provincia de Buenos Aires: una propuesta de ciudad, mar y sierra**. Diss. Universidad Nacional del Sur, Dpto. de Geografía y Turismo, 2014, p15. Disponível em <<http://repositoriodigital.uns.edu.ar/bitstream/123456789/3222/1/Tesina%20Lic.%20en%20Turismo.%20Ramirez%20Sabrina.pdf>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. **Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p.75. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072010-100746/en.php>>. Acesso em 28 dez. 2017.

SCHENKEL, Erica. **La Desarticulación de la Política Argentina de Turismo Social en Mediados del Siglo XX**. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET, v. 7, n. 2, p. 50-64, 2017. Disponível em <<https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/viewFile/2991/2302>>. Acesso 07 nov. 2017.

SGRAZZUTTI, Jorge Pedro. **La organización del "Tiempo Libre" en dictaduras europeas y en Argentina entre 1922 y 1955**. HMiC: história moderna i contemporânea, 2004, p. 18. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/HMIC/article/viewFile/22056/21890>>. Acesso em 12 nov. 2017.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de. **Turismo e política externa brasileira: de Vargas a Dilma**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, p. 26. Disponível em <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002786351.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2017.

VILLAVARDE, João. **Sem fiscalização, sindicato patronal recebe R\$ 1 bilhão**. Jornal O Estado de S. Paulo, 05 setembro 2015. Disponível em

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao--sindicato-patronal-recebe-r-1-bilhao-,1756863>> acesso em 20 jan. 2018.

APÊNDICE ÚNICO

Fontes de pesquisa do Quadro 2 “Distribuição das colônias de férias de sindicatos, associações, federações e confederações de trabalhadores dos setores público e privado pelo território brasileiro”

REGIÃO NORTE:

1- **ACRE**: Não localizei nenhuma colônia de trabalhadores no estado do Acre/ 2- **AMAZONAS**: Não localizei nenhuma colônia de trabalhadores no Estado do Amazonas./ 3- **PARÁ: SALINÓPOLIS**: 1) Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – ANPRF. Disponível em <<http://www.anprf.org.br/anprf/Preview/salinopolis.html>>. Acesso em 10 set. 2017./ 4- **RONDÔNIA**: Não localizei nenhuma colônia de trabalhadores no Estado do Rondônia./ 5- **RORAIMA**: Não localizei nenhuma colônia de trabalhadores no Estado do Roraima/ 6- **TOCANTINS**: Não localizei nenhuma colônia de trabalhadores no Estado do Tocantins

REGIÃO CENTRO-OESTE:

7- **DISTRITO FEDERAL**: Nenhuma colônia de férias localizada/ 8- **GOIÁS: ARUANÃ**: 1) Colônia de Férias da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás - ADPEGO . Disponível em <<http://www.adpego.com.br/noticias/colonia-de-ferias-da-adpego-recebe-melhorias-para-a-temporada-de-julho.shtml>>. Acesso em 14 ago. 2017; 2) Colônia de férias da Associação dos Funcionários Federais do Estado de Goiás – AFFEGO. Disponível em <<http://www.affego.com.br/clubes.php>>. Acesso em 10 set. 2017.; 3) Colônia de férias da Associação dos Subtenentes, Sargentos e Bombeiros do Estado de Goiás - ASSEGO . Disponível em <<http://www.assego.com.br/>>. Acesso em 10 set. 2017.; 4) Colônia de férias da Associação dos Servidores Federais em Transporte - ASDNER. Disponível em <<http://go.asdner.org.br/>>. Acesso em 10 set. 2017; 5) Colônia de férias da Associação dos Servidores de Extensão Rural de Goiás – ASSERGO. Disponível em <<http://assergo.org.br/>>. Acesso em 10 set. 2017.; 6) Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás – STIUEG. Disponível em <<http://www.stiueg.org.br/ColoniaFerias.asp>>. Acesso em 10 set. 2017.; 7) Colônia de férias do Sindicato dos Funcionários do Legislativo Goianiense – Sindflego. Disponível em <<http://www.sindflego.org.br/pagina.php?id=7>>. Acesso em 10 set. 2017.; 8) Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Goiânia – SINDIGOIÂNIA. Disponível em <<http://sindigoiania.com.br/index.php/2016-04-28-18-52-45/sindigoiania>>. Acesso em 10 set. 2017.; 9) Colônia de férias da APCEF/GO – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás. Disponível em <<http://www.apcefgo.org.br/portal/go/sede/sede-arua-na/>>. Acesso em 10 set. 2017./ **CALDAS NOVAS**: 1) Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (STIUEG). Disponível em <<http://www.stiueg.org.br/ColoniaFerias.asp>>. Acesso em 10.set. 2017.; 2)APCEF/GO – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás. Disponível em <<http://www.apcefgo.org.br/portal/go/sede/caldas-novas/>>. Acesso em 10.set. 2017.; 3) AFFEGO - Associação dos Funcionários Federais do Estado de Goiás. Disponível em <<http://www.affego.com.br/tca/>>. Acesso em 10.set. 2017./ 9- **9-MATO GROSSO: ALTA ARAGUAIA**: 1) Clube Alta Araguaia (colônia de férias) da Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso – AFFMAT. Disponível em <<http://affemat.com.br/Regimento.pdf>>. Acesso em 10.set. 2017/ **CÁCERES**: 1) Clube Cáceres (colônia de férias) da Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso – AFFMAT. Disponível em <<http://affemat.com.br/Regimento.pdf>>. Acesso em 10.set. 2017./ **CHAPADA DOS GUIMARÃES**: 1) Chalés de Chapada (colônia de férias) do Sindicato dos Trabalhadores Telefônicos do Estado de Mato Grosso – SINTTEL. Disponível em <<http://sinttelmt.com.br/galeria.php?codigo=8>>. Acesso em 14 ago. 2017./ **CUIABÁ**: 1) Clube Cuiabá (colônia de férias) da Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso – AFFMAT. Disponível em <<http://affemat.com.br/Regimento.pdf>>. Acesso em 10.set. 2017./ **PONTAL DO ARAGUAIA**: 1) Clube de Barra do Garça (Colônia de Férias) da Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso – AFFMAT. Disponível em <<http://affemat.com.br/Regimento.pdf>>. Acesso em 10.set. 2017./ **RONDONÓPOLIS**: 1) Clube Rondonópolis (colônia de férias) da Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso – AFFMAT, disponível em <<http://affemat.com.br/Regimento.pdf>>, acesso 10/09/2017./ **10 – MATO GROSSO DO SUL: BONITO**: 1) Pousada ASDNER/Bonito/MS (colônia de férias) da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER. Disponível em <http://asdner.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=1061&catid=1%3Anovidades>. Acesso em 10.set. 2017. **CAMPO GRANDE**: 1) Pousada ASDNER/MS (colônia de férias) da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER. Disponível em <http://asdner.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=1037&catid=1%3Anovidades>. Acesso em 10.set. 2017.

REGIÃO NORDESTE

11- **ALAGOAS: MACEIÓ**: 1) Pousada Regional/AL (colônia de férias) da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER. Disponível em <http://asdner.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=1009&catid=1%3Anovidades>,

acesso em 10/09/2017; 2) Clube Maceió (colônia de férias) APCEF/AL - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal em <<http://www.apcefal.org.br/portal/al/sedes/clube-maceio/>>, acesso em 20/08/17; 12- **BAHIA: CAMAÇARI:** 1) Colônia de férias do Sindicato dos Bancários da Bahia, disponível <<http://www.bancariosbahia.org.br/noticia/17958,gua-de-cheiro-na-lavagem-da-col-nia.html>> acesso em 10/09/2017. PORTO SEGURO: 1) Pousada Porto Seguro (colônia de férias) da Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – ANPRF em http://www.anprf.org.br/anprf/nal_portoseguro.htm em 21/8/17; **PRADO:** 1) Residencial Praia de Guaratiba (colônia de férias) da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais -ADEPOL/MG em <https://www.delegados.org.br/prai-guaratiba-reservas/> acesso em 10/09/2017.; 2) Colônia de Férias Baldur Meurer da Costa da A Associação dos Auditores Tributários do Distrito Federal – AAFIT em http://www.aafit.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=87 acesso em 10/09/2017; **SALVADOR:** 1) Colônia de Férias Chácara do Alto do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINPOJUD em <http://www.sinpojjud.org.br/subpage-menu-link.php?id=9863> acesso em 10/09/2017; 2) Colônia de Férias em Itapuã da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER em http://asdner.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=1029&catid=1%3Anovidades%20e%20m%2020/8/17 acesso em 10/09/2017; **SANTA CRUZ DA CABRÁLIA:** 1) Colônia de férias da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – AFFEMG, em http://www.affemg.com.br/colonia/porto_seguro, acesso em 10/09/2017. 13- **CEÁRA: AQUIRAZ:** 1) Colônia de férias Aquiraz da Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – ANPRF em http://www.anprf.org.br/anprf/nal_fortaleza.htm acesso em 10/09/2017; **CAUCAIA:** 1) Colônia de férias Praia do Icaraí da Associação dos Servidores do Departamento de Edificações e Rodovias – ASDERCE <http://www.asderce.com.br/calendario-de-eventos/reservas-icarai-pecem/> acesso em 10/09/2017; **FORTALEZA:** 1) Colônia de férias do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Gastronomia no Estado do Ceará – SINTRAHORTUH em http://sintrahortuh.com.br/paginas/colonia_de_ferias em 10/09/2017; **SÃO GONÇALO DO AMARANTE:** 1) Colônia de férias do Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará - APEOC . Disponível em <<https://www.apec.org.br/lazer/>> acesso em 10/09/2017; 2) Colônia de férias Praia do Pecem da Associação dos Servidores do Departamento de Edificações e Rodovias – ASDERCE. 14- **MARANHÃO: SÃO LUIZ:** 1) Centro social Hildomar Alves de Alencar (colônia de férias) da Associação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – ANPRF em http://www.anprf.org.br/anprf/nal_maranhao.htm em 10/09/2017. 15- **PARAÍBA: JOÃO PESSOA:** 1) Colônia de Férias da Regional/PB da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER, disponível em <asdner.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=1062&catid=1%3Anovidades> acesso em 10/09/2017. 16- **PERNAMBUCO: CABO DE SANTO AGOSTINHO:** 1) Colônia de Férias dos associados da Associação Pernambucana dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ASFIPE em <http://www.asfipec.org.br/?page_id=540>, acesso em 10/09/2017. 17- **PIAUI: LUIS CORREA:** 1) Colônia Férias Luís Correia/PI da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Piauí- APCEF/PI em <http://www.fenae.org.br/portal/pi/servicos/reserva-para-colonia-ferias-luis-correia-pi> em 10/09/2017; 2) Colonia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social no Estado do Piauí – Sintsprevs/ PI em <http://www.sintsprevs-pi.org.br/interna.php?idMenu=68> acesso em 10/09/2017; 3) Colônia de férias do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários no Piauí em <http://www.bancariospi.org.br/ver-fotos/4/colonia-de-ferias.html> acesso em 10/08/2017; 4) Colônia de Férias do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Piauí – Sindsjus/ PI em <http://sindsjus-pi.org/noticia/71/colonia-de-ferias-do-sindsjus-pi> acesso em 10/09/2017; 5) Colônia de Férias do Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviço de Teresina -SINDCOM em <http://www.sindcomteresina.com.br/clube.php> acesso em 10/09/2017; 6) Colônia de Férias da Asalpi-Sindicato (Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa) em <http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=2186>, acesso em 10/09/2017. 18- **RIO GRANDE DO NORTE: PARNAMIRIM:** 1) Colônia de Férias Eng. Marcelo Cabral de Andrade, da Regional/RN da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER em http://asdner.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=1086&catid=1%3Anovidades acesso em 10/09/2017; 2) Sede Campestre Natal (colônia de férias) da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte – APCEF/RN em <http://www.apcefrn.org.br/portal/rn/sedes/sede-campestre/> acesso em 10/09/2017. 19- **SERGIPE:** Não localizei nenhuma colônia de trabalhadores no Estado de Sergipe

REGIÃO SUL

20) **PARANÁ: CURITIBA:** 1- Colônia de férias unidade Curitiba da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná – APCEF-PR em <http://www.apcefpr.com.br/portal/pr-parana/2017/servicos/reservas/> , acesso 11/09/2017. **GUARATUBA:** 1- Colônia de férias da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná - FECEP em <http://www.fecepcoloniadeferias.org.br/> acesso em 27/08/17; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná em

<http://www.sindafep.org.br/lazer/colonia-de-ferias/> acesso em 27/08/17; 3-Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná em http://www.sintcompr.org.br/colonia_ferias/ acesso em 27/08/17; 4- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Paraná em <http://www.sinttel.com.br/index.php?bsite=27#/0> acesso em 27/08/17; 5- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Maringá e Região em <http://sincomar.com.br/site/?cod=sedes/8/colonia-de-ferias-em-guaratuba-> acesso em 27/08/17; 6- Colônia de férias da Associação dos Rodoviários do Paraná em <http://assrodopar.wixsite.com/arp-pr/col-nia-de-f-rias> , acesso em 27/08/17. **MATINHOS:** 1- Colônia de férias da Associação dos Servidores do SUS do Paraná EM <http://www.assef.org.br/portaldasef/servicos/colonia-de-ferias-assef-em-matinhos/> acesso em 27/08/17; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Londrina e Região EM <http://www.stimmml.com.br/paginas/colonia> em 27/08/17; 3- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de Londrina e Região em <http://sindael.com.br/regulamento/> acesso em 27/08/17; 4- Colônia de férias da Associação dos Funcionários da secretaria de Estado da agricultura em <http://www.afseagpr.org.br/colonia-de-ferias/> acesso em 27/08/17; 5- Colônia de férias unidade Porto Rico da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná – APCEF-PR em <http://www.apcefpr.com.br/porta/pr-parana/2017/servicos/reservas/> acesso 11/09/2017 ; 6- Colônia de férias unidade Caiobá da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná – APCEF-PR em <http://www.apcefpr.com.br/porta/pr-parana/2017/servicos/reservas/> acesso 11/09/2017; 7- Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil – SITRACON em <http://sintraconcuritiba.org.br/sedes/colonia-de-ferias/6> acesso em 27/08/17. **PONTAL DO PARANÁ:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias nos Estados do Paraná e Santa Catarina em http://sindiferpr.com/site/colonia_de_ferias em 27/08/17. **SHANGRILÁ:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região em <http://www.sindescsaude.com.br/filiacao/casa-de-praia/> acesso em 27/08/2017. 22) **RIO GRANDE DO SUL:** **ARROIO DO SAL:**1- Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Caxias Sul em http://www.sticmrs.com.br/paginas/colonia_ferias, acesso em 27/08/17. **CAPÃO DA CANOA:** 1-Colônia de férias do Sindicato dos Radialistas de RS em <http://www.radialistas-rs.org.br/index.php?act=colonia>, acesso 27/08/2017. **CAPÃO NOVO:** 1-Colônia de férias AFGP- Associação dos Funcionários do Grupo DIMED - Panvel em <http://afgpanvel.com.br/coloniadeferiasrs/>, acesso em 27/08/17. **CASSINO:** 1- Colônia de férias da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul – APCEFRS em <http://www.apcefrs.org.br/cassino.html> em 27/08/17; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande e Região – SEEBRG em http://seebrg.com.br/index.php?n_sistema=3027 acesso em 27/08/17. **CIDREIRA:** 1- Colônia de férias da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul – FTMRs em <http://www.ftmrs.org.br/servico-1-colonia-ferias> em 27/08/17; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados em Transporte de Carga Seca do Estado de RS em <http://www.sinecarga.org.br/colonia-de-ferias> acesso em 27/08/17; 3- Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre em <http://www.stimepa.org.br/fotos/4/colonia-de-ferias.html> em 27/8/17. **IMBÉ:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trab. nas Ind. Ser. M. M. de Porto Alegre em http://www.sindimarceneiros.com.br/paginas/fotos?album_id=59 acesso em 27/08/17; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita em <http://sindimetalcanoas.org.br/novo/colonia-de-ferias/> acesso em 27/08/17; 3- Colônia de férias do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul em <http://www.sindipe.com.br/coloniadeferias> em 27/08/17. **PINHAL:** 1- Colônia de férias da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Rio Grande do Sul – FEQUIMFARS em <http://www.fequimfars.org.br/fequimfars-colonia-de-ferias.php> acesso em 27/08/17; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos, Perfumaria, Artigos de Toucador e Defensivos Animais de Porto Alegre, Viamão, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, e Gravataí no Rio Grande do Sul – SINTIFAR em <http://www.sintifar.rs/sintifar-rs-colonia-de-ferias.php> acesso em 27/8/17; 3- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Panificação, Laticínios, Chocolate, etc. Em <http://www.stipanpa.com.br/colonia-ferias.php> em 27/08/2017. **TRAMANDAÍ:** 1-Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, disponível em <<http://www.sindisaude.org.br/colonia-de-ferias>>, acesso em 27/08/2017. 23) **SANTA CATARINA: BOMBINHAS:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campinas – SITAC em <http://alimentacao.org.br/site/praiadebombinhas-sc/> acesso em 31/8/17. **FLORIANÓPOLIS:** 1-Colônia de férias da Associação Catarinense de Professores (ACP) em <http://www.acp-prof.com.br/sedes-recreativas/canasvieiras/> acesso em 11/09/2017; 2- Colônia de férias da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE em http://www.febrafite.com.br/?page_id=7 acesso em 31/8/17; 3- Colônia de férias Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina <http://www.affesc.com.br/affesc/> acesso em 31/8/17. **GARAPOBA:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Técnicos-Administrativos da UFRGS e UFCSPA e IFRS em <http://www.assufrgs.org.br/colonia-de-ferias/> acesso em 31/8/17; 2- Colônia de férias da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul em <https://www.garopabamidia.com.br/anuncios/detalhe/3132/16/utilidade-publica/associaaao-dos-funcionar> acesso em 27/08/17. **ITAPOÁ:** 1- Colônia de férias da Federação dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná – FETRACONSPAR em <http://fetraconspar.org.br/index.php/fetraconspar/colonia-de-ferias> acesso em 27/08/17; 2- Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliaria de Umuarama em <http://www.sintricomu.com.br/colonia-de-ferias/> acesso em 27/08/17; 3- Colônia de férias do Sindicato dos Oficiais Marceneiros do Estado do Paraná disponível <http://www.somparpr.org/p/colonia-de-ferias-do-sompar.html> em acesso em 27/08/17; 4- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná disponível http://www.sitro.com.br/paginas/sede_praia acesso em 27/08/17; 5- Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná disponível http://www.sitro.com.br/paginas/sede_praia acesso em 31/8/17; 6- Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Madeira e Mobiliário de Cascavel e Região disponível http://sintrimmoc.org.br/ver_informativo.php?informativo_id=95 acesso em 31/8/17; 7 - Colônia de férias do Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Mármore e Granitos de Curitiba e Região Metropolitana disponível http://www.sindimarmore.org.br/paginas/fotos?album_id=126 em 31/8/17. **JOINVILLE:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville disponível <http://metalurgicosjlle.com.br/index.php/2013-09-18-04-49-29/colonia-de-ferias>, acesso em 31/08/2017. **LAGUNA:** 1- Colônia de férias da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul disponível <http://www.apcefrs.org.br/cassino.html>, acesso em 27/08/17. **PALHOÇA:** 1- Colônia de férias da Associação dos Previdenciários e Servidores Públicos - APRESUL, disponível <http://www.apresul.com.br/colonias/colonia.php?id=3>, acesso em 31/8/17; 2- Colônia de férias da Associação Catarinense de Professores (ACP) disponível <http://www.acp-prof.com.br/sedes-recreativas/praia-de-fora/> acesso em 11/09/2017. **PORTO BELO:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau disponível <http://www.sintrafite.com.br/beneficios/colonia-de-ferias/>, acesso em 31/08/2017. **SÃO FRANCISCO DO SUL:** 1- Colônia de férias Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região disponível <http://www.sindmecanicos.com.br/index.php/2013-08-12-08-34-19/colonia-de-ferias>, acesso em 31/08/2017.

REGIÃO SUDESTE

24) ESPIRITO SANTO: FUNDÃO: 1)Colônia de férias da Associação dos Exatores do Estado de Minas Gerais – ASSEMINAS disponível <http://www.asseminas.org.br/conheca-a-colonia/> acesso em 31/8/17. **ITAPEMIRIM:** 1- Colônia de férias da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais, disponível <https://www.delegados.org.br/regulamento-de-uso/> acesso em 31/8/17; 2-Colônia de férias da Associação dos Servidores da Policia Civil do Estado de Minas Gerais disponível <http://www.aspcemg.com.br/colonia-de-ferias> em 31/8/17; 3- Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região – SINDIPA disponível <http://www.sindipa.org.br/colonia.php> em 31/8/17. **SERRA:** 1- Colônia de Férias de Carapebus do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais – Sinttel / MG disponível http://www.sinttelmg.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=30 acesso em 11/09/2017; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana- SECBHRM, disponível <http://www.secbhrm.org.br/colonia-de-ferias.html> em 31/08/2017. 25) **MINAS GERAIS: AREADO:** 1- AFPEPSP Areado - Unidade de Lazer (Colônia de férias) da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEPSP, disponível <https://www.afpesp.org.br/ul/?h=2> acesso em 11/09/2017. **MONTE VERDE:** 1) AFPEPSP Monte Verde - Unidade de Lazer (Colônia de férias) da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEPSP, disponível <https://www.afpesp.org.br/UL/Default.aspx?h=52> acesso em 11/09/2017. **POÇOS DE CALDAS:** 1 – Colônia de férias do Sindicato dos Professores de São Paulo, disponível <http://www.sinprosp.org.br/convenios.asp?cat=7> em 2/9/17; 2- Colônia de férias do Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <https://www.cpp.org.br/lazer/colonias/ad/pocos-de-caldas,246> em 2/9/17; 3- AFPEPSP Poços de Caldas - Unidade de Lazer (Colônia de férias) da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEPSP, disponível <https://www.afpesp.org.br/UL/Default.aspx?h=9> acesso em 11/09/2017. 26) **RIO DE JANEIRO: ARARUAMA:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Práticos de Farmácia / RJ – PASIGRAFARA, disponível <http://www.sinprafarmarj.com.br/ColoniaFerias> acesso em 11/09/2017. **ITABORAÍ:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados em Concessionárias e Distribuidoras de Veículos Automotores do Estado do Rio de Janeiro – SINDCON-RJ, disponível http://www.sindcon-rj.com.br/site/colonia_ferias.html em 31/8/17. **JAPERI:** 1-Colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, disponível <http://www.metalurgicosrj.org.br/antigo/servicos/7-colonia-de-ferias.htm> acesso em 31/8/17. **MAGÉ:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Empregados, Vendedores, Viajantes e Pracistas do Comércio no Estado do Rio de Janeiro disponível <http://www.sindicatodosvendedoresrj.com.br/novo/colonia.html> acesso em 31/8/17. **MIGUEL PEREIRA:** 1- Colônia de Férias do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA, disponível <http://sna.org.br/pagina/colonia-de-ferias> acesso 11/09/2017; 2- Colônia de férias do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro, disponível <http://www.rodoviariorio.com.br/sedeCampestre.htm> acesso em 11/09/2017. **PARATY:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Práticos de Farmácia / RJ – SINPRAFARMA, disponível

<http://www.sinprafarmarj.com.br/ColoniaFerias> acesso em 11/09/2017. **PATY DO ALFERES:** 1- Fazenda Ecológica Colônia de Férias Vila Rica do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, disponível <https://secrj.org.br/colonia-de-ferias/> acesso em 11/09/2017. **RIO BONITO:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro, disponível <http://www.sintraconstruo.org.br/portal/index.php/sede-campestre> acesso em 11/09/2017. **RIO DE JANEIRO:** 1-Colônia de férias do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública / Sindicato dos Trabalhadores da FIOCRUZ, disponível <http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/content/col%C3%B4nia-de-f%C3%A9rias-s%C3%A9rio-de-f%C3%A9ria>, acesso em 31/8/17. **TERESÓPOLIS:** 1- Colônia de férias do Sindicato dos Securitários do Estado do Rio de Janeiro, disponível <http://www.sinsecrj.com.br/paginas/clubecampestre.html> acesso em 31/8/17. **VASSOURAS:** 1- Colônia de Férias Mercedes Dantas da União dos Educadores da Cidade do Rio de Janeiro – UECIRJ, disponível <http://www.uecirj.com.br/a-colonia/> acesso em 11/09/2017.

27. SÃO PAULO

ÁGUAS DE LINDÓIA: 1- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <https://www.cpp.org.br/lazer/colonias> acesso 12/12/2017. **ÁGUAS DE SÃO PEDRO:** 1- União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, disponível

http://www.uspessp.org.br/materias.php?cd_secao=3&codant=&friurl=-COLONIAS->_, acesso em 2/9/17; 2- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEP, disponível <https://www.afpessp.org.br/UL/> em 2/9/17; 3- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <https://www.cpp.org.br/lazer/colonias> acesso 12/12/2017

AMPARO: 1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEP, disponível <https://www.afpessp.org.br/UL/> em 2/9/17. **ATIBAIA:** 1- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí e Região, disponível <http://www.sindservtatu.com/coloniadeferias> 03/09/2017. **AVARÉ:** 1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEP, disponível <https://www.afpessp.org.br/UL/>, acesso em 2/9/17; 2 – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF/SP, disponível <https://www.apcefsp.org.br/> acesso em 13/12/2017. **BERTIOGA:** 1-Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo, disponível <http://www.sindguardas-sp.org.br/site/paginas/13/colonia-de-ferias>, acesso em 3/9/17; 2-Sindicato dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo, disponível <http://www.femaco.com.br/2015/acao/colonia-de-ferias-pe-na-areia-entra-em-reforma> em 3/9/17; 3- Sindicato dos Trabalhadores no Sistema de Operação, Sinalização, Fiscalização Manutenção e Planejamento Viário e Urbano do Estado de São Paulo, disponível <http://www.sindviarios.org.br/colonias/>, acesso em 3/9/17; 4-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <http://sindsepp-sp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/> em 2/9/17; 5- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – SINDSEP, disponível <http://sindsep-sp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/>, acesso 03/09/2017; 6 - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – SINDEEPRES, disponível <http://www.sindeepres.org.br/colonias.html> acesso em 13/12/2017. **BRAGANÇA PAULISTA:** 1- Associação dos Servidores Municipais de São Paulo, disponível <http://www.asmsp.com.br/colonias.jsp>, acesso em 3/9/17. **CAMPOS DO JORDÃO:** 1-Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEP, disponível <https://www.afpessp.org.br/UL/> acesso em 2/9/17; 2- União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, disponível http://www.uspessp.org.br/materias.php?cd_secao=3&codant=&friurl=-COLONIAS->_ acesso em 2/9/17; 3-Associação dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo, disponível <http://www.ascmsp.org.br/colonia-de-ferias.html>, acesso em 2/9/17; 4- Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, disponível <http://www.aipesp.com.br/conteudo/mostra/23> acesso em 3/9/17; 5-Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo, disponível <http://www.afpcesp.com.br/ConteudoTexto.aspx>, acesso 12/12/2017; 6- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <https://www.cpp.org.br/lazer/colonias> acesso 12/12/2017; 7 - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal - APCEF/SP, disponível <https://www.apcefsp.org.br/> acesso em 13/12/2017.

CAMPINA DE MONTE ALEGRE: 1-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <http://sindsep-sp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/>, acesso em 2/9/17.

CARAGUATATUBA: 1-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <http://sindsep-sp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/>, acesso em 2/9/17; 2- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Plástica de São Paulo, disponível <http://www.quimicosp.org.br/colonia-de-ferias>, acesso em 2/9/17; 3- Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo, disponível http://www.senalba.com.br/p_coloniaferias.cfm, acesso em 2/9/17; 4-Sindicato dos Padeiros de São Paulo, disponível <http://padeiros.org.br/ConteudoItem.asp?pageid=701>, acesso em 2/9/17; 5- Sindicato do Urbanitários de Santos e Região, disponível <http://www.sintius.org.br/index.php/colonia-de-ferias>, acesso em 2/9/17; 6- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEP, disponível

<<https://www.afpesp.org.br/UL/>> acesso em 2/9/17; 7- Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP, disponível <<http://www.stu.org.br/convenios/colonia-de-ferias/>> acesso em 2/9/17; 8-Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo e região, disponível <<http://www.sindebeleza.org.br/paginas/colonia>>, acesso 2/9/17; 9- Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, Apart-hotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sinthoresp.com.br/site/reservas>>, acesso em 2/9/17; 10-Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, disponível <<http://eletricitarios.org.br/pt/paginas/#>>, acesso em 12/12/17; 11-Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de SP e MS, disponível <<http://www.feeb-spms.org.br/apresentacao.html>>, em 3/9/17; 12- Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo – AOJESP, disponível <<http://www.aojesp.org.br/?p=paginaDetalhe&i=23>>, acesso em 3/9/17; 13-Sindicato dos Metroviários de São Paulo, disponível <<http://www.metroviarios.org.br/site/colonia-de-ferias/>>, em 3/9/17; 14-Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas de São Paulo, disponível <http://www.sindirefeicoessp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23>, em 3/9/17; 15-Sindicato dos Rodoviaros do Grande ABC, disponível <<http://www.sintetra.org.br/?p=47>>, em 3/9/17; 16-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindpresp.org.br/index.php?awm=nav/colonias>> em 03/09/2017; 17- Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.afpcesp.com.br/ConteudoTexto.aspx>>, acesso em 03/09/2017; 18– Colônia de férias I do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo – SINTETEL-SP, disponível <<https://www.sintetel.org/novo/colonia-ferias.php>>, acesso 03/09/2017; 19– Colônia de férias II do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo – SINTETEL-SP, disponível <<https://www.sintetel.org/novo/colonia-ferias.php>>, acesso 03/09/2017; 20- Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo, disponível <<http://www.sindmotoristas.org.br/Colonia-de-Ferias-de-Caragatatuba>>, acesso em 12/12/2017; 21- A Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – AFALESP, disponível <<http://www.afaesp.com.br/historico.php>>, acesso em 12/12/2017; 22- Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – SINDEEPRES, disponível <<http://www.sindeepres.org.br/colonias.html>>, acesso em 13/12/2017; 23- Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região, disponível <<https://www.alimentacaosp.org.br/caragatatuba>>, acesso em 13/12/2017.

GUARUJÁ: 1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo -AFPEESP, disponível <<https://www.afpesp.org.br/UL/>> em 2/9/17; 2- AFABESP – Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo, disponível <http://www.afabesp.org.br/start/?page_id=78>, acesso 12/12/2017; 3- Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de São Paulo -SECMESP, disponível <<http://www.secmesp.org.br/lazer/>>, acesso em 13/12/2017.

IBIRÁ: 1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEESP, disponível <<https://www.afpesp.org.br/UL/>>, em 2/9/17; 2- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, disponível <<http://www.apecoesp.org.br/publicacoes/colonia-casa-do-professor/>> em 2/9/17; 3- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <<https://www.cpp.org.br/lazer/colonias>>, acesso 12/12/2017.

ILHA BELA: 1- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindpd.org.br/sindpd/site/beneficioSub2.jsp?id=1497380062979>>, em 3/9/17.

ILHA COMPRIDA: 1- Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Sorocaba e Região, disponível <<http://www.rodoviarosorocaba.org.br/patrimonio/colonia-de-ferias>>, acesso em 12/12/2017.

ILHA SOLTEIRA: 1- Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.afpcesp.com.br/ConteudoTexto.aspx>>, acesso 12/12/2017.

ITANHAÉM: 1- Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <<http://sindseppsp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/>>, acesso 02/09/2017; 2- Sindicato dos trabalhadores nas Industrias da Construção Civil de São Paulo, disponível <<http://www.sintraconsp.org.br/ColoniaFerias.asp?pageid=223>> em 2/9/17; 3- Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, disponível <<http://sindmarceneiros.org.br/colonia/>>, em 2/9/17; 4- Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo, disponível <<http://seevissp.org.br/imagem/colonia-itanhaem-i/>> em 2/9/17; 5- Federação do Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP, disponível <<http://fem.org.br/colonia>> em 2/9/17; 6-Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPEESP, disponível <<https://www.afpesp.org.br/UL/>> em 2/9/17; 7-Sindicato dos Propagandistas, e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sinprovesp.com.br/colonia-de-ferias>> em 2/9/17; 8-Sindicato dos Bombeiros civis do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindibombeiros.com.br/hotsite/fotos/?id=74>> em 2/9/17; 9- Grêmio Recreativo (colônia de férias) dos Metroviários de São Paulo, disponível <<http://greme.com.br/site/a-colonia-2/>> em 2/9/17; 10- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.radialistasp.org.br/index.php/colonias.html>> em 3/9/17; 11- Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, disponível <<http://www.sindmetalpinda.com.br/colonia-de-ferias-fem-cutsp/>> em 3/9/17; 12- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <<https://www.cpp.org.br/lazer/colonias>> acesso

12/12/2017; 13- Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de São Paulo -SECMESP, disponível <<http://www.secmesp.org.br/lazer/>> acesso em 13/12/2017; 14 - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF/SP, disponível <<https://www.apcefsp.org.br/>> acesso em 13/12/2017.

ITIRAPINA: 1- Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Paulista, disponível <<http://www.sindpaulista.org.br/servicos.html>>, acesso em 13/12/2017. **LINDÓIA:** 1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP, disponível <<https://www.afpesp.org.br/UL/>> em 2/9/17; 2- União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, disponível <http://www.uspesp.org.br/materias.php?cd_secao=3&codant=&friurl=-COLONIAS->, acesso em 02/09/2017. **MONGAGUÁ:** 1-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <<http://sindsep-sp.org.br/colonias/>> acesso em 12/12/2017; 2- Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – ASSOSEF, disponível <<http://www.assosef.org.br/colonia-de-ferias.php>> acesso em 12/12/2017. **NAZARÉ PAULISTA:** 1-Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, disponível <<http://sintaemasp.org.br/convenios-sintaema>>, acesso 13/12/2017; 2- Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Fabricação, Beneficiamento e Transformação de Vidros, Cristais, Espelhos, Fibra e Lã de Vidro no Estado de São Paulo, disponível <<http://www.vidreiros.org.br/component/tags/tag/33-colonia-de-ferias.html>>, acesso 12/12/2017. **PAULICÉIA:** 1-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <<http://sindsep-sp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/>> em 2/9/17. **PERUIBE:** 1- Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, Aparthotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sinthoresp.com.br/site/reservas>> em 2/9/17; 2- Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo, disponível <<http://seanor.org.br/fotos-colonia.php>> em 3/9/17; 3-Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Estado de SP, disponível <<http://www.feaac.org.br/show.aspx?idCanal=91Db4eVaYQQbV70N9furA>>, acesso 03/09/2017; 4-Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.aipesp.com.br/conteudo/mostra/23>>, em 3/9/17; 5- Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo- AFUSE, disponível <<http://www.afuse.org.br/p4/index.php/11-colonia/428>> em 3/9/17; 6- Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região, disponível <<https://www.alimentacaosp.org.br/peruibe>> em 3/9/17; 7- Sindicato dos Trabalhadores em Fast-food de São Paulo- SINDIFAST, disponível <<https://sindifastfood.org.br/sobreacolonia>> em 3/9/17; 8- Federação Interestadual dos Trabalhadores Hoteleiros de São Paulo e Mato Grosso do Sul, disponível <http://www.fetrhotel.com.br/?page_id=105>, acesso 3/9/17; 9- Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo, disponível <<http://www.sinsaude.org.br/colonia.asp>> em 3/9/17; 10- Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE, disponível <<http://www.afuse.org.br/p4/>> acesso em 03/09/2017; 11- Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – ADPESP, disponível <<https://adpesp.org.br/subsedes>> acesso em 13/12/2017.

PRAIA GRANDE: 1-Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, disponível <<http://www.comerciantes.org.br/index.php/Colonia-de-Ferias>>, acesso em 02/09/2017; 2- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Plástica de São Paulo, disponível <<http://www.quimicosp.org.br/colonia-de-ferias>>, acesso em 2/9/17; 3-Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, disponível <<http://sindsep-sp.org.br/servicos/colonia-de-ferias/>> em 2/9/17; 4-Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do ABCDMRPRGS, disponível <<http://www.stigac.org.br/index.php/beneficios/344-colonia-de-ferias-praia-grande-vila-mirim.html>> em 2/9/17; 5- Sindicato dos Professores de São Paulo, disponível <<http://www.sinprosp.org.br/colonia.asp>> em 2/9/17; 6- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo, disponível <<http://www.siemaco.com.br/departamento/Colonia-de-Ferias>> acesso 02/09/2017; 7- Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo - unidade I, disponível <<http://fedmetalsp.org.br/lazer/colonia-de-ferias-de-praia-grande/>> em 2/9/17; 8-União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, disponível <http://www.uspesp.org.br/materias.php?cd_secao=3&codant=&friurl=-COLONIAS->, em 2/9/17; 9- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo- APEOESP, disponível <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/colonia-casa-do-professor/>> em 2/9/17; 10- Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, Aparthotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sinthoresp.com.br/site/reservas>> em 2/9/17; 11-Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.fecomerciantes.org.br/CentroLazer>>, acesso 2/9/17; 12-Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, disponível <<http://eletricitarios.org.br/default.asp?idCan=227&idSubCan=3213&pgName=Praia%20Grande>>, acesso em 03/09/2017; 13- Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sipesp.org.br/colonia-de-ferias-sipesp/>> em 3/9/17; 14- Sindicato dos Gráficos de São Paulo, disponível <<http://www.stig.org.br/Blog.asp?pageid=188>> em 3/9/17; 15- Sindicato dos Práticos de Farmácias, e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de São Paulo, disponível <http://sinprafarmasp.org.br/colonia_v2.php>, em 3/9/17; 16-Sindicato dos Empregados em

Editoras de Livros, disponível <<http://seel-sp.org.br/site/servicos/colonia-de-ferias/>> em 3/9/17; 17- Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de São Paulo, disponível <<http://www.seibref.com.br/beneficios/colonia-ferias/>> em 3/9/17; 18-Federação dos Papeleiros do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, disponível <<http://federacaodopapel.org.br/2016/05/17/colonia-de-ferias/>> em 3/9/17; 19-Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.federacaodasaude.org.br/colonia-de-ferias/1>>, em 3/9/17; 20- Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo, disponível <<http://www.saaesp.org.br/colonia-de-ferias-2>> em 3/9/17; 21-Associação dos Servidores Municipais de São Paulo, disponível <<http://www.asmsp.com.br/colonias.jsp>> em 3/9/17; 22-Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Reciclagem de Material Plástico do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindiplast.org.br/site/parcerias/colonia-de-ferias>> em 3/9/17; 23-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindpresp.org.br/index.php?awm=nav/colonias>> em 3/9/17; 24- Colônia de Férias da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.seeg.org.br/Simple.asp?pageid=210>> acesso em 12/12/2017; 25- Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.securitariosp.org.br/coloniasul.aspx>>, acesso 12/12/17; 26- Colônia de Férias da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo – FETHESP, disponível <<http://fethesp.org.br/album/2/colonia-de-ferias-da-fethesp>> acesso em 12/12/2017; 27- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.federacaodostexteis.org.br/colonia>>, acesso 12/12/17; 28 - Sindicato Aeroviários Estado São Paulo, disponível <http://www.aerosp.org.br/colonia_fotos.php> acesso 12/12/2017; 29 – Colônia de férias I do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo – SINTETEL-SP, disponível <<https://www.sintetel.org/novo/colonia-ferias.php>>, acesso 12/12/17; 30- Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.fechsesp.org.br/colonia.asp>> acesso em 12/12/2017; 31 - Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo - unidade II, disponível <<http://fedmetalsp.org.br/lazer/colonia-de-ferias-praia-grande-2/>>, acesso 12/12/17; 32- Sindicato dos empregados vendedores do comércio do Estado de São Paulo, disponível <<http://sindicatodosvendedores.com.br>> acesso 12/12/2017; 33- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <<https://www.cpp.org.br/lazer/colonias>> acesso 12/12/2017; 34- Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo – SINERGIA, disponível <<http://www.sinergiaspcut.com.br/index.php/lazer-colonia-do-sinergia/?theme=new>> acesso 13/12/2017; 35- Sindicato dos Empregados em Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo - SEEL, disponível <<http://seel-sp.org.br/site/servicos/colonia-de-ferias/>> acesso em 13/12/2017; 36- Sindicato dos Trabalhadores Papeleiros das Indústrias de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo – SINTRAPEL/SP, disponível <<http://www.sintrapel.org.br/index.php?page=institucional&url=Colonia-de-Ferias>> acesso em 13/12/2017; 37- Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – SINDEEPRES, disponível <<http://www.sindeepres.org.br/colonias.html>> acesso em 13/12/2017; 38- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da construção e do Mobiliário de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – CONSTRUMOB, disponível <<http://www.construmobstoandre.org.br/colonia-de-ferias/>> acesso em 13/12/2017; 39- Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins de São Paulo e Região – SP, disponível <<http://www.sintrabor.org.br/colonia-de-ferias.php>> acesso em 13/12/2017; 40-Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo – SIPETROL, disponível <<http://www.sipetrol.org.br/colonia-de-ferias/>> acesso em 13/12/2017; 41- Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.federacaocultural.org.br/pages/colonia.asp>> acesso em 13/12/2017; 42- Sindicato Unificado dos Coureiros e Sapateiros do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindiuni.com.br/>> acesso em 13/12/2017; 43- Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Paulista, disponível <<http://www.sindpaulista.org.br/servicos.html>> acesso em 13/12/2017; 44- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Comunicação e Serviços Gráficos de São Paulo e Região – STIG, disponível <<http://www.stig.org.br/Blog.asp?pageid=188>> acesso em 13/12/2017. **SALES:** 1- Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – ADPESP, disponível <<https://adpesp.org.br/subsedes>> acesso em 13/12/2017. **SANTANA DO PARNAÍBA:** 1- Associação dos Servidores Municipais de São Paulo, disponível <<http://www.asmsp.com.br/colonias.jsp>> em 3/9/17; 2- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindpresp.org.br/index.php?awm=nav/colonias>> em 3/9/17. **SÃO SEBASTIÃO:** 1- O Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores de propaganda e dos Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo Recanto I, disponível <<http://www.sindicatopublicitariossp.com.br/web/colonia-de-ferias/>> em 2/9/17; 2- O Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores de propaganda e dos Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo Recanto II, disponível <<http://www.sindicatopublicitariossp.com.br/web/colonia-de-ferias/>>, acesso em 02/09/2017. **SERRA NEGRA:**

1-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindpresp.org.br/index.php?awm=nav/colonias>> em 3/9/17; 2- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP, disponível <<https://www.afpesp.org.br/UL/>> em 2/9/17; 3- Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de São Paulo -SECMESP, disponível <<http://www.secmesp.org.br/lazer/>> acesso em 13/12/2017.

SOCORRO: 1- Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP, disponível <<https://www.afpesp.org.br/UL/>> em 2/9/17; 2- A Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – AFALESP, disponível <<http://www.afaesp.com.br/historico.php>> acesso em 12/12/2017; 3-União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, disponível <http://www.uspesp.org.br/materias.php?cd_secao=3&codant=&friurl=_-COLONIAS-_> em 2/9/17.

UBATUBA: 1- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo- APEOESP, disponível <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/colonia-casa-do-professor/>> em 2/9/17; 2-Associação dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo, disponível <<http://www.ascmsp.org.br/colonia-de-ferias.html>>, acesso 2/9/17; 3-Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, disponível <<http://www.sindpd.org.br/sindpd/site/beneficioSub2.jsp?id=1497380062979>> em 3/9/17; 4- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí e região, disponível <<http://www.sindservtatui.com/coloniadeferias>> acesso 3/9/17; 5- Centro do Professorado Paulista – CPP, disponível <<https://www.cpp.org.br/lazer/colonias>> acesso 12/12/2017; 6 - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF/SP, disponível <<https://www.apcefsp.org.br/>> acesso em 13/12/2017; 7- Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – ADPESP, disponível <<https://adpesp.org.br/subsedes>> acesso em 13/12/2017.

VINHEDO: 1- Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo- AFABESP, disponível <http://www.afabesp.org.br/start/?page_id=78> acesso 12/12/2017.

ANEXO ÚNICO

DIÁRIO OFICIAL
Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil)

ANO LXXII — N.º 110 — SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1962

ela, se eles próprios não dão de si o essencial, com a isenção de tributos, por exemplo.

O Governo Federal, fazendo-se pioneiro do barateamento dos fertilizantes, acaba de promulgar a Lei n. 4.669, de 8 de corrente que isenta do imposto de consumo os fertilizantes e compostos destinados à aplicação em atividades agrícolas.

Cumpra a São Paulo seguir a mesma trilha, agindo de igual forma com relação ao imposto sobre vendas e consequências: cuja incidência múltipla sobre todas as operações provoca acentuada elevação no custo dos adubos e conseqüentes.

Estaríamos, assim, dando o nosso quinhão para o barateamento da produção agrícola, vale dizer do próprio custo de vida. Não é outra a nossa intenção, que há de ser também a de nossos ilustres pares, sempre solícitos na adoção de medidas que tornam mais difícil a luta pelo desenvolvimento da produção e pela mais objetiva proteção do consumidor.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1962.
(a) Monteiro da Silva

PROJETO DE LEI N. 391, DE 1962

Dispõe sobre Concurso e Prova de Habilitação para admissão de Dentistas Extranumerários Mensalistas.

A Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica considerado, para todos os efeitos legais, como "Concurso e Prova de Habilitação" — previstos no artigo 29 e parágrafo único do Decreto 27.301, de 22-1-1957 — o Exame de Seleção, mandado realizar pela Secretaria de Estado da Educação, para a admissão de Dentistas Extranumerários Mensalistas, do Serviço Dentário Escolar e cuja classificação final foi publicada no "Diário Oficial" de 20-1-1961, págs. 19.

Artigo 2.º — Os beneficiários desta lei são extensivos aos dentistas aprovados na referida prova e às admittidos.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Projeto de Lei ora alterado à consideração da Assembleia Legislativa tem a finalidade de — reconhecendo a necessidade de concursos para ingresso no funcionalismo público, para corrigir as graves reações do aparelhamento político — salvaguardar os direitos dos quatrocentos e quarenta e quatro dentistas que se submetem ao rigoroso "Exame de Seleção" em 14-8-1960 que constou de Prova Escrita e Prova Prático-Oral, realizadas por uma Banca integrada por Catodiristas de Odontopediatria, da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de S. Paulo e foram classificados-se entre aproximadamente dois milhares de candidatos.

De fato, o artigo 20, do decreto 27.301-57, prevê a realização do "Concurso e Prova de Habilitação" para a admissão de extranumerários pelo Departamento Estadual de Administração mas, não é justo que os candidatos que se apresentaram ao Serviço Dentário Escolar, convocados pela Secretaria da Educação, num primeiro estágio do "Diário Oficial", vindos das mais distantes cidades do Estado, sejam prejudicados futuramente, por ter o mesmo Serviço Dentário Escolar se encarregado da "Prova" e não o Departamento acima, como prevê a lei.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1962.

(a) Orlando Jazettti

LEGISLAÇÃO CITADA NO PROJETO DE LEI N. DE 1962

Decreto n. 27.301, de 22 de janeiro de 1957

Consolida as disposições legais vigentes relativas aos servidores extranumerários e dá outras providências.

Artigo 2.º — Ao Departamento Estadual de Administração compete processar a realização de concursos e provas de habilitação para a admissão de extranumerários.

Parágrafo único — Será exigido concurso de ingresso aos extranumerários a serem admitidos pelo Departamento Estadual de Administração, para o exercício de funções que correspondam às de carreira.

PROJETO DE LEI N. 302, DE 1962

Autoriza a venda, para pagamento a prazo de safra, pela Secretaria da Agricultura, de sementes, adubos, inseticidas, fertilizantes, medicamentos agro-pecuários e reprodutores de pequeno porte.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — O Poder Executivo fornecerá, por intermédio da Secretaria da Agricultura, preferencialmente para pequenos lavradores e para pagamento após a colheita, sementes, adubos, e inseticidas.

Parágrafo único — Para as lavras até o total de 10 (dez) alqueires, o fornecimento poderá ser feito sem apresentação de título de propriedade, valendo o atestado de proprietário do terreno sobre a capacidade de utilização das sementes, por parte do pretendente.

Artigo 2.º — Mediante inscrição prévia e as condições que forem fixadas em regulamento, a Secretaria da Agricultura fica autorizada a fornecer, para pagamento a prazo de safra, reprodutores de pequeno porte, petateiros, porcos, carneiros, cabritos, coelhos e galinhas, e ferramentas de agricultura e medicamentos agro-pecuários.

Artigo 3.º — Os prazos para os pagamentos devidos em função da presente lei, deverão ajustar-se ao tempo necessário para a venda dos respectivos produtos.

Artigo 4.º — Fica aberto à Secretaria da Agricultura um crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender à execução da presente lei a ser coberto por operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar.

Artigo 5.º — Dentro de 30 dias a contar da data da publicação da presente lei, a Secretaria da Agricultura baixará regulamento às suas disposições.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1962.

(a) Augusto do Amaral.

Justificativa

Entre as muitas medidas que o Governo deve pôr em prática para se conseguir o imediato aumento da produção de gêneros alimentícios, cuja escassez está assumindo proporções de calamidade pública, há de ser a facilitação tanto quanto possível, para a utilização dos lavradores de cereais, milho, oleaginosas, etc., bem como a criação de animais de pequeno porte.

Uma das maiores dificuldades dos lavradores em geral, mais particularmente agravada para os pequenos agricultores, é a aquisição de sementes, adubos e inseticidas, que vêm sofrendo alta constante de mês para mês. O lavrador acaba os resultados de sua safra, sob preços insuficientes, e quando vai comprar sementes, por exemplo, para a safra seguinte, encontra-se já sob os preços do produto no fim da safra, isto é, sob bases em que somente se beneficiam os intermediários, encontrando assim dificuldades para obtenção dos respectivos recursos, sempre superiores ao normal das suas possibilidades, sobrevivendo então o descontentamento a novas lavras, e, em consequência, a diminuição das áreas de plantio.

O mesmo acontece com adubos e inseticidas, os quais por isso mesmo são muito pouco empregados pela impossibilidade de aquisição pelos pequenos lavradores (totalmente uma tonelada de adubo está custando Cr\$ 33.000,00 sendo certo que, se empregados generalizadamente, seriam melhor seguro de subsistência anuário de produção, visto que a grande massa produtora de nossa economia agrícola repousa ainda nos pequenos lavradores.

Da mesma forma, urge se tomem medidas de incremento da pequena criação, a fim de suprir as deficiências de proteína da população, e dos próprios criadores, em face dos atuais preços de carne bovina. O Poder Público deverá facilitar a aquisição de reprodutores, pelas sementes e pequenos agricultores, de forma a ampliar o mais possível a produção de animais domésticos destinados à alimentação.

Assim, o objetivo deste projeto de lei é conceder a autorização legislativa para que o Poder Executivo tenha elementos para promover o incentivo da produção, notadamente entre os pequenos produtores que, somados, representam a grande expressão do produto agrícola deste Estado.

As medidas que preconizamos encontram completo apoio na oportunidade, justiça e viabilidade, pelo seu caráter de remédio eficaz que neste momento representa a abundância de gêneros alimentícios para fazer conjugar muitas famílias em perspectiva para o próximo ano.

O projeto é redigido de forma ampla, tratando do problema de modo genérico, justamente para facilitar a ação da Secretaria de Agricultura, mas o certo é que as Casas da Lavra poderão fixar-se no atendimento principalmente de sementes de milho, feijão, arroz e plantas oleaginosas, da mesma forma, no setor da criação, atender prioritariamente a venda de reprodutores de porcos, carneiros, cabritos, coelhos, abelhas, galinhas, etc.

O fornecimento de sementes, para pagamento posterior, após a parafusa do produto do respectivo plantio, está plenamente dentro das possibilidades do Governo, e quando o são para lavradores de poucos recursos, como preferencial-

mente prevê esta proposição, como um ato de justiça social, devidamente amparado pelo seu caráter repressivo, acrescentando ainda notar que há precedentes que o justifica amplamente, há vista a cultura de trigo, cujos lavradores, na maioria grandes fazendeiros, há anos vem recebendo sementes para pagamento após a safra, sendo certo ainda que, recentemente, o Governo, cumprindo lei desta Assembleia, vem de mandar cancelar as dívidas decorrentes do fornecimento de sementes.

Acreditando que a Assembleia Legislativa de São Paulo não negará aprovação ao presente projeto de lei pela sua reconhecida utilidade, oportunidade e viabilidade, entrego-o à alta consideração de Vossa Excelência.

PROJETO DE LEI N. 393, DE 1962

Declara de utilidade pública o Sindicato de Hotéis e Similares de São Paulo

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato de Hotéis e Similares de São Paulo.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revoram-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1962

(a) João Azevedo

Justificativa

Tendo em vista que o sindicalização, em sua expressão mais alta e geral é a feliz interpretação unitária dos valores e das exigências sociais do nosso tempo; na procura das fórmulas sociais, o trabalho é para o sindicalismo, o sujeito único e insubstituível da vida econômica; e que na ordem nacional o sindicalismo é essencial condição das empresas e dos trabalhadores no sentido de afirmar sua própria missão, para realizar uma mais alta forma de civilização, é que foi fundado o Sindicato de Hotéis e Similares de São Paulo. Com sede e foro em São Paulo (Capital), é constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica de hotéis, bares, pensões, restaurantes, cafés, confeitarias, lanchonetes, sorvetarias, churrasquias, cantinas e similares, com base territorial no município de São Paulo, consoante o estabelecido no artigo 2.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1-5-43 e os artigos 570 e 571 da mesma Consolidação e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade da classe e da sua subordinação aos interesses nacionais.

A Diretoria do Sindicato de Hotéis e Similares de São Paulo, para o biênio 1960-1962, é assim constituída: Presidente, Waldemar Alben; Vice-Presidente, José Barreira; 1.º Secretário, Vítor Tull; 2.º Secretário, Graciano Maltranga; 1.º Tesoureiro, Armando Coppola; 2.º Tesoureiro, Graciano Maltranga; Diretor de Relações Públicas, Francisco Fachini. Suas atividades são suficientes para demonstrar o alto espírito e espírito sindical que orientam os trabalhos do referido sindicato, porque tem promovido, estimulando todas as iniciativas a melhorar a organização da produção. Desta maneira, apresentamos este projeto declarando de utilidade pública o Sindicato de Hotéis e Similares de São Paulo, na certeza de que merecerá o apoio desta Casa.

PROJETO DE LEI N. 394, DE 1962

Mensagem n. 65-67 do Sr. Governador do Estado

São Paulo, 14 de abril de 1962

Sr. Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação desta nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que dispõe sobre autorização à Fazenda do Estado para alienar, por doação, a várias entidades de classe, imóveis situados na Praia Grande, município de São Vicente.

Trata-se de medida que visa a solucionar velha e justa aspiração das classes trabalhadoras do Estado, que de há muito pretendem constituir Colônia de Férias no litoral.

Atendendo ao elevado alcance social dessa pretensão foi elaborado pelos órgãos técnicos do Departamento de Administração do Estado, um plano de alienação no município de São Paulo, no momento sem qualquer utilização para o Estado.

No estudo elaborado procurou-se atender as reais necessidades de cada entidade, mediante extenso trabalho com seus representantes. A orientação adotada permitiu, além da justa distribuição dos terrenos, o atendimento de maior número de beneficiados.

A constante alta do custo de vida torna cada vez mais difícil ao trabalhador encontrar condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

A solução do problema só poderá, assim, ser alcançada por meio da cooperação associativa que permita a criação de colônias de férias onde o trabalhador encontre condições — menos onerosas e, portanto, acessíveis à sua bolsa, para a realização do descanso e justo sossego — e, portanto, a realização de férias, para a realização do descanso físico e das preocupações que o envolvem durante um ano de atividade e até como norma de higiene do trabalho, que não deve deixar de ser observada.

XV — Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Gleba n. 15 com a área de 3.140m² (três mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados) com as seguin-

XXVI -- Ao Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São

DIÁRIO OFICIAL

Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil)

ANO LXXII — N.º 110 — SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1962

Paulo, Gleba n.º 26, com a área de 1.290 m² (mil duzentos e noventa metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: começa em um ponto da divisa da gleba n.º 25 e da Vila Califórnia; desse ponto segue em linha reta com o rumo N extensão de 30 m (trinta metros); daí deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43 m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 27 destinada ao Sindicato dos Médicos de São Paulo, até encontrar o alinhamento da Avenida dos Sindicatos; à direita pelo referido alinhamento até a distância de 30 m (trinta metros); deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43 m (quarenta e três metros); dividido com a gleba n.º 25, até encontrar a divisa da Vila Califórnia, ponto de partida.

XXVII — Ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidro-elétrica de Campinas, Gleba n.º 25, com a área de 1.720 m² (mil e setecentos e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: começa em um ponto da divisa da gleba n.º 26 e da divisa da Vila Califórnia; desse ponto segue em linha reta com o rumo na extensão de 29 m (vinte e nove metros), dividindo com a gleba n.º 27; daí deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43 m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 28 destinada ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidro-elétrica de Campinas, até encontrar um alinhamento da Avenida dos Sindicatos; à direita pelo referido alinhamento até a distância de 29 m (vinte e nove metros); deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43 m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 26 até encontrar a divisa da Vila Califórnia, ponto de partida.

XXVIII — Ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários da Zona Norte, Leste e Sul do Estado de São Paulo, Gleba n.º 29, com a área de 1.720 m² (mil e setecentos e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: começa em um ponto da divisa da gleba n.º 28 e da divisa da Vila Califórnia; desse ponto segue em linha reta com o rumo NW na extensão de 40m (quarenta metros), dividindo com a gleba n.º 27; daí deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 28; daí deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 40m (quarenta metros); deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 27 até encontrar a divisa da Vila Califórnia, ponto de partida.

XXIX — Ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários da Zona Norte, Leste e Sul do Estado de São Paulo, Gleba n.º 29, com a área de 1.720 m² (mil e setecentos e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: começa em um ponto da divisa da gleba n.º 28 e da divisa da Vila Califórnia; desse ponto segue em linha reta com o rumo NW na extensão de 40m (quarenta metros), dividindo com a gleba n.º 27; daí deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 28; daí deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 40m (quarenta metros); deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 43m (quarenta e três metros), dividindo com a gleba n.º 27 até encontrar a divisa da Vila Califórnia, ponto de partida.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos ... de de 1962.

PROJETO DE LEI N.º 391, DE 1962

Dispõe sobre criação de Instituto de ensino superior

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica criada uma Faculdade de Direito em São Carlos, na qualidade de instituição isolada do sistema estadual de ensino superior.

Artigo 2.º — A lei regulamentadora do exercício em que se der a instalação da Faculdade ora criada consignará dotações necessárias a ocorrer as respectivas despesas.

Artigo 3.º — Será designado, pelo Chefe do Poder Executivo, professor universitário para a coordenação dos trabalhos preparatórios de instalação da Faculdade criada pela presente lei.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Constitui medida de inegável alcance a criação da Faculdade de Direito de São Carlos, na qualidade de instituição isolada do sistema estadual de ensino superior.

Essa próspera comuna paulista apresenta-se nos dias atuais como uma das mais importantes cidades do Estado.

São Carlos comemorou, em fins do ano passado, seu 104.º aniversário de fundação. São dessa ocasião os dados estatísticos, publicados na imprensa da Capital, que passam a ser analisados e que atestam a pujança do município.

As arrecadações de 1960 registraram a seguinte distribuição: estadual, Cr\$ 351.000.000,00; federal, Cr\$ 350.000.000,00; municipal, Cr\$ 71.000.000,00; produção industrial, Cr\$ 7.500.000.000,00.

A população do município é de 62.045 (sendo a urbana de 50.851 e a rural de 11.194) habitantes, dos quais 22 mil são eleitores.

O comércio consta de 1.291 diversos estabelecimentos. O parque industrial desponta com grande notoriedade, bastando citar 333 estabelecimentos que o constituem. Na indústria são empregados 11 mil trabalhadores.

A agricultura e a pecuária são partes integrantes da economia de São Carlos.

Vasta rede de estabelecimentos de ensino, desde os cursos primários até os superiores, contribui para o aprimoramento cultural do povo de São Carlos. Existem em funcionamento cursos de jardins da infância, escolas isoladas, estaduais e municipais, cursos musicais, coleais, normais, de administração escolar, belas artes, ensino civil, bibliotecas e outras. O principal estabelecimento de ensino médio é o Instituto de Educação "Dr. Alvaro Guizzo". Destacam-se, ainda, a Escola de Engenharia, da Universidade de São Paulo, a Escola de Educação Física e a futura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pela Lei n.º 8.015, de 6 de dezembro de 1959.

Com a criação da Faculdade de Direito, objeto do presente projeto, estarão lançadas as bases da futura Universidade de São Carlos.

Sala das Sessões, 16-2-62.

(a) Antônio Donato

PROJETO DE LEI N.º 596, DE 1962

Dispõe sobre denominação de unidade sanitária

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica a denominação de "Dr. Joel Lagos" o Dispensário de Tuberculose de Pinheiros, nesta Capital.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei objetiva reverenciar a memória do Dr. Joel

Boito Mayer Lagos, falecido há poucos anos em nossa Capital.

Tisiólogo dos mais lustres, o Dr. Joel Lagos dedicou toda a sua vida profissional ao combate à tuberculose. Foi médico da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde, tendo trabalhado vários anos no Dispensário de Pinheiros, onde prestou relevantes serviços.

Nada mais justo, portanto, que esta Casa renda uma homenagem ao saudoso Dr. Joel Lagos.

Sala das Sessões, em

a) Arruda Castanho

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO FRANCO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, o Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Engenheiro Manoel de Oliveira Borges, continua esquecendo do litoral paulista, sendo mesmo tachado de verdadeiro alago daquela zona. Recebi uma carta de um lavrador dessa zona, da qual passo a ler um trecho, porque ela é longa. Diz o seguinte: (Lê-se) — "É profundamente desiluído, descrente mesmo, que

trazemos ao conhecimento do Ilustre deputado que tudo o que foi prometido pelo D.E.R., relativamente à Estrada "Eldorado Paulista-Iporanga", não ficou em promessa. O seu desinteresse, a sua má vontade foi muito mais além.

A respeito do trecho já construído, o Engenheiro Manoel de Oliveira Borges, foi suspensa e o seu pessoal transferido, antes "encostado na conservação da Rodovia "Eldorado Paulista-Joazeirópolis".

Dizemos "encostado", porque essa conservação não necessita desses homens. Ela possui pessoal próprio, fixo permanentemente, "Cantioneiro".

A nossa descrença, a nossa desilusão se acentua dia a dia.

Não podemos compreender porque recebemos, em para da nossa realidade política, do nosso desinteresse no nosso Governo, e assim de nossos votos, essa paga, esse trato que se traduz num verdadeiro abandono à nossa própria sorte, como se fôssemos párias, quando também temos direito ao Sol, conquistado com dignidade, com alívio.

Por que nos metem o que de direito nos pertence?

Por que criaram nosso Ginásio, por que construíram esse lindo edifício de linhas avançadas, tipo Brasília, para não funcionar?

Por que matam no coração das nossas filhas a esperança do aperfeiçoamento de seus estudos?

Por que envenenam a alma de nossa gente, jogando-a a esse cruel, nóstico abandono?

Estamos descrentes mesmo, desiluídos, deputados!" Parece incrível, Sra. Presidente e Srs. deputados, que tendo sido construídos 46 quilômetros de estrada ligando esses dois municípios, pobres, mas que significam grandes municípios de São Paulo, Eldorado Paulista e Iporanga, tendo apenas 22 quilômetros para completar a sua ligação, o Departamento de Estradas de Rodagem esteja protelando há três anos e meio a sua conclusão. Até agora não mandou sequer uma motoniveladora para essa conservação.

Não podemos deixar que essa gente do litoral paulista, que sofre, que luta pela sua sobrevivência, essa gente que luta para que seus labores abastecerem a nossa Capital, continue completamente esquecida do Ilustre Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem.

Endereço, pois, mais um verdadeiro apelo ao Eminente Governador Carvalho Pinto a fim de que volte suas vistas para o litoral de São Paulo, que continua no mais completo abandono no que tange a algum melhoramento a ser efetuado pelo Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Engenheiro Manoel de Oliveira Borges, verdadeiro alago daquela zona.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente e Srs. deputados.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri.

(O Sr. Dante Perri pronuncia um discurso que por depender de revisão do orador, será publicado depois).

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes.

O SR. JUVENAL RODRIGUES DE MORAES — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, cuja ação, nos últimos tempos, se faz enfática nos vultuosos empréstimos aos municípios, da ideia, com essa destinação, de que nada mais há a atender naquilo que lhe é específico, que é de sua natureza, que é sua razão de ser.

Conclui-se, de tais atividades, que o funcionalismo está satisfeito, em todos os seus direitos assegurados e suas pretensões satisfeitas. E de se esmaecer o luto.

Um setor, entretanto, está a exigir o interesse e os cuidados do IPESP; é o que comporta o Hospital dos Servidores do Estado de São Paulo.

Os inativos, quase todos antigos contribuintes da Caixa Beneficente de São Paulo, a origem do IPESP — vêm sofrendo uma situação difícil, devido ao acréscimo do Hospital do Servidor, pois, de acordo com o artigo 37 do Decreto n.º 38.468, de 15 de maio de 1961, só depois de dez meses de carência a partir do pedido de inscrição — podem beneficiar-se dos serviços do IPESP, sem igualdade de condições mesmo com os extranumerários e interinos, admitidos.

A lei está mal feita e o IPESP, que verifica isto várias vezes seguidas num só dia dele propõe sua alteração.

Os que mais precisam — aqueles que provaram sua dedicação, seus esforços e seus sacrifícios ao serviço público e ao Estado, e hoje, na velhice necessitam do hospital — são justamente quantos encontram embaraços para utilização daquilo que prioritariamente lhes deveria pertencer.

O critério discriminatório deve desaparecer para que haja justiça — e esse sentido este deputado, por força de seu mandato, chama a atenção do Governo do Estado e do Instituto de Previdência.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Azevedo. (Pausa) — Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo. (Pausa) — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

(Lê) "Requeiro nos termos regimentais, seja consignado na ala dos nossos trabalhos um voto de congratulações com o jornal "A Gazeta", que se edita nesta Capital, pelo transcurso, na data de hoje, de seu 56.º aniversário de fundação.

Requeiro, outrossim, seja dada ciência à Fundação "Casper Líbero" da decisão desta Casa.

Justificativa

Sob a inspiração de um pioneiro da imprensa paulista — Adolpho Araújo — surgiu, há 56 anos, o primeiro número de um jornal autenticamente paulista. E, por ser paulista, eminentemente brasileiro: "A Gazeta".

A frente do ditado surgiu, mais tarde, o grande tribuna que foi Covello. E, finalmente, o homem que deu à "A Gazeta" corpo, alma e coração: Casper Líbero.

O nome "Gazeta" é um pregão comum na boca dos jornalistas, há mais de meio século. Sempre voltada para os interesses supremos de São Paulo e de Brasil, em sua coleção tem parte ser encontrada toda a história de nossa província e da Nação nestes últimos 56 anos.

Sempre pioneiras, as "A Gazetas" com a alívio e energia que lhe são peculiares, sempre esteve na vanguarda de todos os grandes movimentos que agitarão o País, quer orientando a opinião pública, quer alertando os governantes e os legisladores.

Sendo a "Gazeta" a sua longa vida de lutas, suportar os mais duros reveses, saindo de todos eles engrandecida nos olhos dos brasileiros e dos paulistas.

Desaparecida a figura humilde de Casper Líbero, o pioneiro da moderna imprensa paulista, sucederam-se, em sua direção, homens do gabarito de um Miguel Arco e Flecha, Pedro Monteleone e José Líbero.

Todos os tranques mais agudos por que passou a imprensa em geral a "A Gazeta" — um particular, foram transpostos pela equipe admirável de homens, desde o mais modesto grafista ao mais graduado redator, que integrou esta grande jornal que, até nas cores, fez praça de sua paulistandade. A "A Gazeta" veio-se juntar, com o tempo, suas colinas a "A Gazeta Esportiva", "A Rádio Gazeta", todas elas, à unidade de pensamento e ação que inspira.

Desde o início, o jornal de Casper Líbero, Autêntica força de jornalistas, legítima matriz de homens de imprensa, a "A Gazeta" agora, ao ensejo de seu 56.º aniversário, se aprova para oferecer a São Paulo e ao Brasil a mais moderna, funcional e portatilizável de jornal amarelo existente no mundo. Trata-se da magnífica obra que se ergue na Av. Paulista, onde a "A Gazeta" continuará, por certo, a jogar as luzes necessárias para que São Paulo prossiga na senda do progresso, sendo que conduzirá também o Brasil à realização de seus mais altos destinos. Congratulando-me com a "A Gazeta" e com a Fundação "Casper Líbero", tão superluminosamente dirigida pelo Sr. J. B. Ferreira Jorge, seu atual Presidente, pelo transcurso de mais três meses de sua história, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo estará ser do fiel aos seus sentimentos de paulistandade e do mais autêntico brasileiro.

Estou enviando também o seguinte projeto de lei:

(Lê) Artigo 1.º — Os ocupantes de cargos de Investigador de Polícia poderão ser aposentados, a pedido, com os vencimentos integrais da referência imediatamente superior desde que tenham entre 25 (vinte e cinco) e 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercício policial.

Artigo 2.º — Os ocupantes de cargos de Investigador de Polícia compulsados por limite de idade ou julgados inválidos para o serviço policial gozarão das vantagens do artigo anterior, se contarem 20 (vinte) ou mais anos de serviço.

Parágrafo único — Quando a invalidez ocorrer por causa a lepra, a tuberculose, a doença do sistema nervoso ou de qualquer outra natureza, a aposentadoria será devida quando qualquer que seja o tempo de serviço.

Artigo 3.º — As despesas com a execução desta lei, correrão por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

As medidas consubstanciadas no presente projeto têm por finalidade atender justa e antiga reivindicação dos ocupantes de cargos de Investigador de Polícia.

De fato, as vantagens que ora lhes são concedidas há vêm sendo gozadas por oficiais e praças da Força Pública do Estado desde 1952.

Ora as condições de que se revestem o desempenho das funções atribuídas aos investigadores de polícia e aos seus auxiliares, a Força Pública, é que se refere ao risco de vida, segurança e comodidade, são as mesmas em ambos os casos.

Assim, nada mais justo que, as vantagens já outorgadas por lei aos componentes da Força Pública, sejam agora estendidas aos investigadores de polícia.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — Sra. Presidente e Srs. deputados, estou apresentando a consideração da Casa nesta data, projeto de lei sobre a extinção de D.E.A. — Departamento Estadual de Administração — por submissão de artigo direcionado à justificativa de um projeto na área social, o qual não é mais necessário ao bom andamento dos serviços estaduais.

Em seguida, Srs. deputados, tenho a dizer que estou coletando assa-